

CRISTINA ENNES DA SILVA

**NAS PROFUNDEZAS DA TERRA: UM
ESTUDO SOBRE A REGIÃO CARBONÍFERA
DO RIO GRANDE DO SUL. (1883/1945)**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a Margaret Marchiori Bakos.

Porto Alegre
2007

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Silva, Cristina Ennes da

Nas profundezas da terra: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul (1883/1945) / Cristina Ennes da Silva. – 2007.
380f. : il. ; 30 cm.

Inclui bibliografia e apêndice.

Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.
“Orientadora Prof^a. Dr^a. Margaret Marchiori Bakos”

1. Carvão – História – Rio Grande do Sul 2. Carvão – Minas e mineração 3. Carvão – Indústria - Rio Grande do Sul I. Título.

CDU 552.574(816.5)

Bibliotecária responsável: Susana Fernandes Pfarrius Ladeira – CRB 10/1484

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NAS PROFUNDEZAS DA TERRA:
Um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul.
(1883/1945)



Nome: Cristina Ennes da Silva.
Professora Dr.^a. Margaret M. Bakos.

Porto Alegre, Abril de 2007.

CRISTINA ENNES DA SILVA

**NAS PROFUNDEZAS DA TERRA:
UM ESTUDO SOBRE A REGIÃO CARBONÍFERA DO RIO GRANDE
DO SUL. (1883/1945)**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 27 de Abril de 2007

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dr^a Margaret Marchiori Bakos.

Prof^a Dr^a Acácia Zeneide Kuenzer

Prof^a Dr^a Claudia Musa Fay

Prof^a Dr^o Cleber Cristiano Prodanov

Prof^a Dr^a Sandra Lubisco Brancato

Porto Alegre
2007

Chico Buarque - Gente Humilde
Vinicius De Moraes
Chico Buarque

Tem certos dias
Em que eu penso em minha gente
E sinto assim
Todo o meu peito se apertar
Porque parece
Que acontece de repente
Feito um desejo de eu viver
Sem me notar
Igual a como
Quando eu passo no subúrbio
Eu muito bem
Vindo de trem de algum lugar
E aí me dá
Como uma inveja dessa gente
Que vai em frente
Sem nem ter com quem contar
São casas simples
Com cadeiras na calçada
E na fachada
Escrito em cima que é um lar
Pela varanda
Flores tristes e baldias
Como a alegria
Que não tem onde encostar
E aí me dá uma tristeza
No meu peito
Feito um despeito
De eu não ter como lutar
E eu que não creio
Peço a Deus por minha gente
É gente humilde
Que vontade de chorar

*Para minha mãe e para o meu pai.
Por serem fonte de inspiração na busca de minhas raízes*

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar a escrita desta página de agradecimentos, descobri, desolada, que deveria ter dado início a uma lista de pessoas e instituições a quem deveria e gostaria de ter agradecido no dia do ingresso no doutorado. A tarefa, quase insana, de não esquecer ninguém é por demais angustiante nesse momento. Assim, de antemão, peço perdão a todos que forem vítimas da parcialidade de minha memória.

Lembro, primeiramente, das instituições que me apoiaram nessa investida. O Centro Universitário Feevale, que me concedeu bolsa-auxílio para o doutorado; a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que me aceitou no corpo discente do Programa de pós-graduação; o Museu do Carvão de Arroio dos Ratos que, por intermédio de seus funcionários, me franqueou um material de pesquisa valioso, e o Espaço Cultural Memorial ao Mineiro, de Charqueadas, que mantém um acervo de peças e fotos da mineração.

Da mesma forma, lembro o auxílio de indivíduos, mineiros ou não, residentes da região carbonífera, que buscam preservar a sua história através da manutenção de acervos de materiais, livros, fotografias, textos, entre outros. Ao destacar o Sr. Ênio Marques de Souza, agradeço a todos que, gentilmente, me forneceram material de pesquisa de inestimável valor. Agradeço, também, a todos os mineiros e membros da sociedade que compartilharam comigo suas memórias sobre a sociedade mineira.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, agradeço a gentil acolhida e a competente atenção dos funcionários da secretaria do programa de pós-graduação. À Carla Pereira e ao Davi Diniz, que garantiram o andamento sereno e seguro dos muitos trâmites burocráticos. Destaco, também, os professores Claudia Musa Fay e Helder G. da Silveira que, ao fazerem parte da minha banca de qualificação, contribuíram para meu amadurecimento intelectual e influenciaram os rumos que assumi em minha tese. As reflexões decorrentes de suas ponderações foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. Agradeço ainda aos professores partícipes da banca examinadora final, Claudia Musa Fay e Sandra Brancato da PUC/RS pela pronta acolhida ao meu convite, bem como pelos aconselhamentos em busca da excelência do texto e, ainda, pelos professores Acácia Kuenzer e Cleber Prodanov que com suas observações colaboraram para a

finalização desta etapa da minha vida acadêmica e me ajudaram a perceber as inúmeras possibilidades que se apresentaram a partir de então.

Agradeço, em especial, à minha orientadora Prof^aDr^a Margaret Marchiori Bakos, a qual, durante o período que em estivemos juntas, me deu a liberdade de que eu precisava, permitiu que eu buscasse novos horizontes e, ao mesmo tempo, conduziu-me no árduo caminho a ser trilhado. Sua orientação criteriosa e sua amizade foram essenciais para a finalização de mais essa etapa da minha formação.

Entre os meus colegas de trabalho, gostaria de destacar, Luiz Antônio Maroneze, Magna Lima Magalhães, Norberto Kuhn Júnior, Paula Regina Puhl e Valéria K. Barbosa, que, generosamente, me auxiliaram com reflexões, sugestões, informações, e que foram cúmplices dos momentos de angústia e de desabafo. E em especial a Claudia Schemes minha amiga e colega de todas as alegrias e tristezas do período.

Aos amigos, “velhos” e “novos”, quero agradecer a compreensão pelas ausências e pela constante insistência em falar da tese nos poucos momentos em que nos encontramos.

Aos meus familiares, em especial minha mãe, Maria da Glória, meu pai, Edilon, e minha irmã, Eliana, que aceitaram, mesmo sem concordarem, minha reclusão no período final da escrita da tese, vibraram com minhas descobertas e vitórias, se preocuparam quando me viram cansada e angustiada, enfim, que vivenciaram comigo todos os altos e baixos que compuseram o processo de doutoramento. Agradeço, também, à Isabel e à Marta, que cuidaram de mim e de minha família, deixando-me livre para me dedicar aos estudos. Muito obrigada a todos e a cada um.

Por fim, gostaria de agradecer às duas pessoas que compartilham suas vidas comigo. Ao Toni, por todas as vezes nas quais conseguiu ser mais tenaz que eu e me “arrastou”, mesmo contra a minha vontade, para outros caminhos e outras trilhas em que a tese não conseguia chegar. Esses momentos me deram ânimo para continuar. E ao Lucas, meu amado filho, que, mesmo sofrendo toda a pressão de conviver com uma doutoranda em casa, soube resignar-se com as muitas “broncas” (algumas vezes injustificadas) decorrentes do estresse, compactuar com a euforia histérica de uma ínfima descoberta, me consolar, quando as coisas não iam bem e ser generoso, quando recebeu migalhas de atenção, aceitando toda a loucura de um doutoramento como uma necessidade aprimoramento pessoal.

RESUMO

Nesta pesquisa buscamos fazer a história da indústria de extração de carvão mineral da região de São Jerônimo, a partir do estudo das estratégias das companhias de mineração sulinas e das rotinas de trabalho entre os anos de 1883 a 1945.

O ineditismo do estudo dessa temática levou-nos a buscar e a organizar o material disperso até então produzido por dirigentes dessas companhias e pelos poderes públicos, incluindo textos escritos por membros da sociedade. Foi necessária, ainda, a pesquisa numa vasta quantidade de periódicos de cunho regional e nacional, a classificação de um grande acervo de imagens sobre a indústria carbonífera e a construção de um *corpus* documental proveniente de depoimentos orais, que foram muito importantes, porque trouxeram à tona as estratégias das companhias de mineração junto à comunidade carbonífera.

Essa investigação nos levou à compreensão de que as companhias de mineração foram muito ativas no sentido de formar uma rede de relações entre elas, os poderes públicos e a comunidade local. Através de seus discursos e de suas práticas, as companhias apresentavam a perspectiva de auto-suficiência de carvão mineral para o país e sua competência para a geração de investimentos públicos. Com a intenção de atrair e manter os trabalhadores nas minas, as companhias ofereciam facilidades para o cotidiano deles, tais como acesso a moradia, educação, saúde e lazer.

Esse estudo permitiu também mapear aspectos da ação dos poderes públicos junto à indústria carbonífera, assim como as motivações e as justificativas elaboradas pelos trabalhadores da comunidade local para a realização da labuta diária numa atividade de alta periculosidade nas profundezas da terra.

Palavras chaves: Sociedade Mineradora; Companhias de extração de carvão mineral; Trabalho; Indústria carbonífera.

ABSTRACT

In this research we aim to write the history of the coal mining industry in the São Jerônimo region, from the study of the strategies of the southern Brazilian coal mining companies and its workplace routines between the years 1883 to 1945.

The novel character of such theme's study lead us to search and organize scattered materials made until now by the leaders of the coal mining companies and by the public powers, including texts written by members of the society. It was necessary, yet, to research a vast amount of regional and national newspapers, magazines and newsletters, the classification of a large database of images regarding the coal mining industry and the elaboration of an documental *corpus* originated in oral statements, which were very important, because they revealed the coal mining's companies strategies towards the coal mining society.

This research lead us to understand that the coal mining companies were very active in the sense that they've created a network between them, the public powers and the local community. Through its discourses and its praxis, the mining companies presented the perspective of self-sufficiency of mineral coal to the whole country and its competence to the generation of public investment. Having the goal of attracting and maintaining the coal workers on the mines, the companies offered advantages for their daily life, such as housing, education, health and leisure.

This study also allowed the mapping of aspects of the public powers' action with the coal industry as well as its motivations and excuses elaborated by the workers of the local community to undertake the daily labor in a high risk activity in the depths of the land.

Keywords: Coal mining society; Mineral Coal extraction companies; Work; Coal industry

LISTA DE ANEXOS.

ANEXO I – Classificação do carvão (síntese).....	382
ANEXO II – Carta relatório de Frederico Vasconcelos	383
ANEXO III – Árvore genealógica de James Johnson	384
ANEXO IV – Decreto de concessão de direito para Holtzweissig e Cia	385
ANEXO V – Estatutos da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo	386
ANEXO VI – Planta dos departamentos e produção da Aços Finos Piratini S/A.....	387
ANEXO VII – Planta demonstrativa da situação das minas termelétrica e de Aços Finos e das vias de comunicação para o município de São Jerônimo	388
ANEXO VIII – Lei de autorização de constituição de Aços Finos Piratini S/A	389
ANEXO IX - Comercialização de carvão – Décadas de 1950/60	390
ANEXO X - Município de São Jerônimo – Divisão distrital de 1960	391
ANEXO XI – Mapa da Bacia Carbonífera	392

LISTA DE ARQUIVOS E MUSEUS.

ACES – Acervo Cristina Ennes da Silva. (particular).

AEMS – Acervo Ênio Marques de Souza. (Particular).

APE – Arquivo Público de Estado.

AHPOA – Arquivo Histórico de Porto Alegre – Moisés Velhinho.

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande de Sul.

BPE – Biblioteca Pública do Estado.

MCAR – Museu do Carvão de Arroio dos Ratos.

MCS – Museu de Comunicação Social – Hipólito José da Costa.

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS.

CAPA – Tocadores de carro. Arroio dos Ratos/RS. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS. Década de 1920.

FIGURA 01 – O pioneiro da mineração no estado: James Johnson. SIMCH. Dr. Alfredo. **Município de São Jerônimo**. Monografia. Edição Especial Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961. p. 203**43**

FIGURA 02 – Poço Izabel – Durante a sua inauguração 1885. Acervo do Museu do Carvão – Arroio dos Ratos/RS**59**

FIGURA 03 - Princesa Izabel acompanhada dos filhos, em visita as Minas de Arroio dos Ratos para a inauguração do Poço Izabel 1885 - Acervo do Museu do Carvão – Arroio dos Ratos/RS**60**

FIGURA 04 - Porto de embarque de carvão – Charqueadas. 1886. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS**62**

FIGURA 05 – Locomotiva Garratt importada pela Viação Férrea da Alemanha. Década de 1930. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS**110**

FIGURA 06 - Construção dos silos (São Jerônimo) – fase 1. Finais da década de 1920. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS**112**

FIGURA 07 - Construção dos silos (São Jerônimo) – fase 2. Final da década de 1920. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS**113**

FIGURA 08 - Silos de desembarque de carvão São Jerônimo – Década de 1920. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS**114**

FIGURA 09 - Cabo aéreo - transporte/descarga de carvão. Companhia Carbonífera Rio Grandense. Década de 1930. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	115
FIGURA 10 - Embarcações de transporte de carvão. Década de 1930/40. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	124
FIGURA 11 - Carregamento de embarcação de transporte de carvão. Década de 1930/40. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	125
FIGURA 12 - Carregamento de embarcação de transporte de carvão. Década de 1930/40. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	125
FIGURA 13 - Carregamento de embarcação de transporte de carvão. Década de 1930/40. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	126
FIGURA 14 - Embarcação de transporte de carvão. Década de 1930/40. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	126
FIGURA 15 - Roberto Cardoso - Diretor presidente do CADEM. 1938. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	153
FIGURA 16 - Local da ruptura do aterro do poço 4. 1936. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	160
FIGURA 17 – Vista dos Poços 1 e 4 – 01/10/1936 – 16h. (controle do nível da água). Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	160
FIGURA 18 - Vista do trapiche do poço 4. 1936. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	161
FIGURA 19 - Entrada da galeria central do poço 4. 1936. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	162
FIGURA 20 - Aviso de retorno ao trabalho. 1944. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	186
FIGURA 21 – Fragmento do mapa de São Jerônimo. 1941. SIMCH. Dr. Alfredo. Município de São Jerônimo . Monografia. Edição Especial Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Veredadores, 1961. p. 31	194

FIGURA 22 - Mapa de São Jerônimo. Década de 1940. SIMCH. Dr. Alfredo. Município de São Jerônimo . Monografia. Edição Especial Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961. p. 31	196
FIGURA 23 – Divisão distrital de São Jerônimo – Década de 1960. SIMCH. Dr. Alfredo. Município de São Jerônimo . Monografia. Edição Especial Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961. p. 175	198
FIGURA 24 – Vista de São Jerônimo a partir do Rio Jacuí – Década de 1920. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo . São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 98	199
FIGURA 25 – Vista da Vila Antônio Domingos Pinto – São Jerônimo. Início século XX. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo . São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 103	200
FIGURA 26 – Rua Ramiro Barcelos – 1919. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo . São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 93	204
FIGURA 27 – Rua Ramiro Barcelos – Década de 1930. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo . São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 100	204
FIGURA 28 – Rua 14 de Julho – 1931. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo . São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 102	206
FIGURA 29 – Rua 14 de Julho – 1949. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo . São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 102	206
FIGURA 30 – Praça Central e Vista da Igreja sem a torre ao fundo – 1928. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo . São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 25	208
FIGURA 31 - Construção da Torre – 1930. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo . São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 25.	209
FIGURA 32 - Celebração de inauguração da torre da Igreja – 1931. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo . São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 25.	210
FIGURA 33 – Vapor Boa Vista – 1928. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo . São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 137	211

FIGURA 34 – Vapor Guapo. Início do século XX. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo. São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 137	212
FIGURA 35 - Armazém da Companhia de navegação Arnt no cais do porto. 1912. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo. São Jerônimo:BV Publicidade, 1992. p. 133	213
FIGURA 36 – Empresa de ônibus Teixeira & Langue - Entre Arroio dos Ratos e São Jerônimo. [191?]. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo. São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 127	216
FIGURA 37 – Primeira empresa de ônibus entre São Jerônimo e Arroio dos Ratos. [191?]. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo. São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 128	216
FIGURA 38 – Primeiro ônibus entre São Jerônimo e Butiá de Elizio de Souza Filho. [191?]. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo. São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 129	217
FIGURA 39 – Primeiro ônibus entre São Jerônimo e Porto Alegre de Ernani Vasco Alves. [191?]. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo. São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 129	218
FIGURA 40 – Ponto de táxi em frente ao “Bar Flor da Praia”. 1925. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo. São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 125	220
FIGURA 41 – Ponto de táxi no antigo Trapiche da navegação Arnt. 1923. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo. São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 126	221
FIGURA 42 – Armazém Central de Manuel da Graça Rollo – São Jerônimo. 1919. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo. São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 97	223
FIGURA 43 – Armazém de Feliciano Johnson – Início do século XX. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo. São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 97.....	224
FIGURA 44 – Armazém de especialidades “A Vencedora”. 1928. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo. São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 95.....	229
FIGURA 45– Farmácia Confiança – 1920. VEIT, Benedito. Memória fotográfica de São Jerônimo. São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 98	230
FIGURA 46 – Casa modelo – Externo – Década de 1930. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	239

FIGURA 47 – Casa modelo – interno. Década de 1930. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	240
FIGURA 48 – República – Construção em pau a pique. Década de 1920. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	241
FIGURA 49 – Casa geminada dupla. Década de 1930. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	242
FIGURA 50 – Residência dos mineiros – Vila mineira. Década de 1930. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	243
FIGURA 51 – Farmácia da Assistência – Fachada. [193?] Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	253
FIGURA 52 – Farmácia da Assistência – Interior. [193?]. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	254
FIGURA 53 - Projeto do hospital. 1940. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	256
FIGURA 54 – Construção do Hospital Sarmento Leite. 1941. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	256
FIGURA 55 – Construção do Hospital Sarmento Leite. 1941. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	257
FIGURA 56 – Construção do Hospital Sarmento Leite. 1942. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	258
FIGURA 57 – Inauguração do Hospital Sarmento Leite. 1942. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	259
FIGURA 58 - Salas de operação/curativos. 1942. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	259
FIGURA 59 - Maternidade Henriqueta Cardoso. Correio do Povo de 25 de agosto de 1943.	264
FIGURA 60 – Fachada da Maternidade de Butiá - 1944. Correio do Povo de 25 de agosto de 1943.	267
FIGURA 61 – Administração e corpo médico. 1943. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	268
FIGURA 62 – Unidade de tratamento de água. Década de 1940. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	272

FIGURA 63 – Unidade de tratamento de água. Década de 1940. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	272
FIGURA 64 – Preparo das mamadeiras na seção de puericultura. Jornal “A Noite” de 21 de setembro de 1944.	276
FIGURA 65 – Grupo de mães em frente a maternidade. Jornal “A Noite” de 21 de setembro de 1944	277
FIGURA 66 – Premiação do concurso de robustez infantil. Isah Cardoso. 1944. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	278
FIGURA 67 – Mães com bebês premiados. Jornal “A Noite” de 21 de setembro de 1944	279
FIGURA 68 – Mães e bebês no concurso de robustez. Década de 1940. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	280
FIGURA 69 – Mães e bebês no concurso de robustez. 1944. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	280
FIGURA 70 – Benção ao berçário. Década de 1940. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	281
FIGURA 71 – Diretores representantes do SENAI. Jornal Diário de Notícias de 14 de outubro de 1943	293
FIGURA 72 - Escola Profissional Luiz Betim Paes Leme. Década de 1940. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	298
FIGURA 73 - Escola Profissional Luiz Betim Paes Leme. Década de 1940. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	299
FIGURA 74 – Escola Profissional Frederico Liberalli – Fachada. 1944. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	299
FIGURA 75 – Baile de Gala após a inauguração de escola. 1944. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	300
FIGURA 76 – Baile no Clube Última Hora. Década de 1940. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	301
FIGURA 77 – Roberto e Isah Cardoso na Escola Profissional Frederico Liberalli. 1944. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	301

FIGURA 78 – Inauguração da Escola Profissional Frederico Liberalli. 1944. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	302
FIGURA 79 – Vice-presidente do Sindicato dos Mineiros. 1944. Acervo Particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	304
FIGURA 80 – Escola Henri Duplan. Década de 1940. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	306
FIGURA 81 – Escola Henri Duplan. Década de 1940. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	307
FIGURA 82 – Escola Visconde de Mauá. Jornal Diário de Notícias de 30 de março de 1943.	307
FIGURA 83 – Consultório odontológico nas escolas. Década de 1940. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	309
FIGURA 84 – Consultório odontológico nas escolas. Década de 1940. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	310
FIGURA 85 – Alunos esperando o momento de distribuição de brinquedos. [194?] Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	311
FIGURA 86 – Melhores alunos presenteados. [1944]. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	312
FIGURA 87 – Propaganda do CADEM. Jornal Diário de Notícias de 24 de dezembro de 1944.	313
FIGURA 88 – Campo de futebol do CADEM. 1945. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	315
FIGURA 89 - CADEM Futebol Clube. Jornal Correio do Povo de 01 de novembro de 1945	316
FIGURA 90 – Esporte Feminino. Década de 1940. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	317
FIGURA 91 – Esporte Feminino. Década de 1940. Acervo particular de Enio José Marques dos Santos. Charqueadas/RS	318

LISTA DE TABELAS.

TABELA I: Dados Históricos sobre Iniciativas de exploração de carvão Mineral na região de São Jerônimo. (1792/1936)	37
TABELA II: Consumo de carvão nacional da Viação Férrea do Rio Grande do Sul	116
TABELA III: Distribuição do carvão gaúcho para Fevereiro de 1945 (Porto Alegre)	134
TABELA IV: Distribuição do carvão gaúcho para Fevereiro de 1945 (Rio Grande e Pelotas)	135
TABELA V: Distribuição do carvão gaúcho para Fevereiro de 1945 (Diversos)	136
TABELA VI: Produção nacional de carvão mineral. 1938/1943	164
TABELA VII: Produção de carvão do Rio Grande do Sul. 1930/1943	168
TABELA VIII – Transporte público e privado do Município – 1920	219
TABELA IX – Comércio estabelecido de São Jerônimo. Décadas de 1940/50	228
TABELA X – Indústria do Município de São Jerônimo – Primeiras décadas do séc. XX	231
TABELA XI – Concurso de robustez infantil	275

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
1. GUERREIROS INCANSÁVEIS: DISCURSOS E PRÁTICAS DAS COMPANHIAS DE MINERAÇÃO DE CARVÃO.....	36
1.1 A trajetória da mineração de carvão no Rio Grande do Sul.....	38
1.2. Quem te conhece não esquece. Meu Brasil é com S: o capital nacional na composição da “Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos.....	58
1.3. De casulo a borboleta: A criação da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo – Transformação necessária.....	70
2. “BUROCRACIA, ESPETACULAR CORRUPÇÃO E MUITO DESPERDÍCIO”: A TRANSFORMAÇÃO DO DISCURSO DAS COMPANHIAS DE MINERAÇÃO.....	91
2.1 Contexto geral de transformações.....	94
2.2 A indústria carbonífera do Rio Grande do Sul e as ações governamentais de proteção.....	99
2.2.1. Empréstimos.....	100
2.2.2 Obrigatoriedade de consumo.....	103
2.2.3. Transportes.....	122
2.2.4 Isenções.....	137

2.3. As características estruturais da indústria brasileira na promoção da formação de uma rede de cooperação.....	140
2.4. A união fez a força: O CADEM e as ações estratégicas de Roberto Cardoso.....	150
2.5. A realidade transformada: Descaminhos da indústria carbonífera.....	174
3. CENÁRIO E ATORES: DO PASSO DAS TROPAS ÀS MINAS DE OURO NEGRO E O PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ROBERTO CARDOSO.....	191
3.1 Do Passo das Tropas surge São Jerônimo.....	193
3.1.1 Origem e História de Região Carbonífera sulina: São Jerônimo.....	193
3.2 Roberto Cardoso e o plano de assistência social: A distribuição de benesses aos filhos obedientes e ordeiros.....	236
3.2.1 Quem casa, quer casa! A política de concessão de moradias das companhias de mineração do Rio Grande do Sul.....	238
3.2.2 Saúde: Direito ou dever?	252
3.2.3 Educação formal: A instalação de escolas em todos os níveis.....	282
3.2.4. Diversão na medida certa: O lazer possível.....	314
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	320
REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS E DOCUMENTAIS.....	329
ANEXOS.....	381

INTRODUÇÃO

A idéia de elaboração de um estudo que se propusesse a analisar o universo minerador de carvão do Rio Grande do Sul surgiu a partir da observação empírica da região carbonífera do Estado através da própria vivência familiar. A observação geográfica da região e da sociedade local impôs questionamentos que versaram principalmente sobre as motivações dos trabalhadores para a realização de suas tarefas cotidianas. Era impossível compreender como as pessoas que viviam naquela região podiam suportar a idéia, ou mesmo se sujeitarem a realizar uma atividade que exigia que estivessem no subsolo e que, justamente por isso, constituía extrema periculosidade.

As respostas, imediatamente recebidas e repetidas continuamente pelos mais velhos, indicavam que havia a necessidade de sobrevivência e que, além do mais, “o dinheiro era bom”, mas elas não satisfaziam plenamente às nossas indagações, pois as histórias ouvidas na infância invocavam aspectos nada encorajadores. Dentre esses aspectos, destacam-se o pavor que os familiares dos trabalhadores sentiam quando viam um mineiro uniformizado e sujo de carvão andando pela rua em meio ao turno de trabalho – significado, conhecido por todos, de que havia ocorrido um desabamento nas minas –; a angústia silenciosa das mulheres à espera de saber quem havia ficado soterrado dessa feita, a aparente aceitação de que “a vida é isso mesmo”.

Essas questões repercutiam mais forte do que a possibilidade de explicação fundamentada na necessidade de sustento familiar. Da mesma forma, a observação empírica de que nenhum mineiro enriqueceu com o “dinheiro bom”, visto que o

máximo que foi possível obter (após longos anos de trabalho e às custas do comprometimento da saúde física) foi a casa própria, contribuiu no sentido de aumentar nossas dúvidas quanto aos elementos motivacionais dos mineiros para a manutenção da realização da atividade de extração de carvão.

Apesar de nossos questionamentos iniciais envolverem inúmeros aspectos de diferentes ordens, como pessoais, sociais, políticos e culturais, eles se interligavam e acabavam por indicar o aspecto econômico como fator prioritário de explicação para a manutenção da realização da referida atividade. Por conseguinte, nossas reflexões e nossos questionamentos sobre as motivações dos trabalhadores direcionaram nosso estudo para a busca da compreensão de qual era o cenário maior da mineração na região de São Jerônimo, no período compreendido entre os anos de 1883 a 1945, bem como a busca dos principais protagonistas no contexto dos mineiros trabalhadores.

Esse direcionamento nos permitiu articular uma tese de que havia estratégias, ou seja, os discursos e as práticas das companhias de mineração, que agiram com o propósito de formar uma rede de relações entre elas, os poderes públicos e a comunidade local, gerando investimentos públicos face à defesa da probabilidade de auto-suficiência de carvão nacional. Da mesma forma, as companhias atuaram no sentido de atrair e manter os trabalhadores das minas, uma vez que proporcionavam facilidades cotidianas, como moradia, educação, saúde e lazer.

Assim, articulando o problema, principiámos um movimento direcionado à busca e seleção de fontes que se encontravam dispersas e que nos ajudasse a desenvolver nossa investigação.¹ Iniciamos o contato com as fontes através da

1 A opção metodológica utilizada no trabalho com as fontes foi a análise de conteúdo, com base em autores como: BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977; CAROLA, Carlos. *Modernização, cultura e ideologia do carvão em Santa Catarina*. In: GOULARTI FILHO, Alcides. (org) [et al.]. *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004; CONSTANTINO, Núncia S. de. *Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades*. In: *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre: v. XXVIII, n. 1, p. 183:194, junho 2002; MORAES, Roque. *Análise de conteúdo*. Educação. Porto Alegre: Faculdade de Educação PUCRS/Curso de Pós-graduação, 1999. Segundo Moraes (1999:09), constitui-se: “[...] numa metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda a classe de documentos e textos. Essa análise, conduzida a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”. Moraes (1999:11) define a metodologia indicando que ela é uma interpretação de caráter pessoal realizada pelo pesquisador, conforme as percepções que tem de um determinado tema inserido num contexto. Para Bardin (1977-105:107), o tema “[...] é uma unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado [...]. O texto pode ser recortado em idéias

análise dos documentos, por nós nominados como “documentos oficiais das companhias de mineração”. Esse *corpus* documental foi constituído de atas, memorandos, relatórios aos acionistas; telegramas aos poderes públicos e um vasto acervo de fotos, muitas delas inéditas, sob a tutela da atual empresa de mineração da região, do Museu do Carvão em Arroio dos Ratos e de acervos particulares não disponibilizados ao público em geral, como, por exemplo, o acervo do Sr. Ênio Marques de Souza.

Entre esse excepcional cabedal de fontes, destacamos o estudo compilado pelo engenheiro Eugênio Dahne, em 1893, intitulado de “A mineração de carvão e as concessões da companhia no Estado do Rio Grande do Sul”², estudo este que pode ser dividido em duas partes. Na primeira, o engenheiro fez uma compilação de documentos dos acontecimentos vivenciados pelas companhias de mineração,

constituintes, em enunciados e em proposições portadores de significações isoláveis”. Assim, o autor define o tema como uma “unidade de registro” que permite o estudo das “motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc.”. Dessa forma, entendemos que o conhecimento do contexto do tema que estamos analisando é essencial para a realização de um estudo nesses moldes. De acordo com Bardin (1977:107), a realização do estudo pressupõe a criação de “unidade de contextos”, que “[...] serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superior às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registro. [...]”.(sic). Segundo Ortiz (1994:67), a análise dos conteúdos permite “[...] compreender como determinados grupos agenciam suas idéias e procuram compreender o mundo tendo como ponto de referência os conceitos centrais que elaboraram. No entanto é necessário perceber que todo discurso se estrutura a partir de uma posição determinada, as pessoas falam sempre de algum lugar. [...]”. As mesmas falas, em situações distintas, possuem significados diferentes. [...]”. Assim, o discurso de um passa a ser o discurso do outro, assumido por este que lhe dá uma nova abordagem e o assume para si. No nosso caso, perceberemos o mineiro não só como um agente ativo no processo de incorporação do discurso valorativo produzido pelas Companhias, como também agente transmissor desse discurso. À medida que o mineiro incorpora em sua fala tal discurso – assumido e validado pela sociedade local – como um valor próprio, adquire uma elevação de status no grupo social em que vive. Certeau (2002- 102:103), ao referir-se à construção do discurso, destaca: “Citando, o discurso transforma o citado em fonte de credibilidade e léxico de um saber. Mas, por isso mesmo, coloca o leitor na posição do que é citado; ele o introduz na relação entre um saber e um não-saber. Dito de outra maneira, o discurso produz um contrato enunciativo entre o remetente e o destinatário. Funciona como discurso didático, e o faz tanto melhor na medida em que dissimule o lugar de onde fala (ele suprime o eu do autor), ou se apresente sob a forma de uma linguagem referencial (é o “real” que lhes fala), ou conte mais do que raciocine (não se discute um relato) e na medida em que tome os seus leitores lá onde estão (ele fala sua língua, ainda que de outra maneira e melhor do que eles)”.(Destaques do autor). Dessa maneira, quando as afirmações são reproduzidas e incorporadas à fala dos mineiros e da sociedade local, produz-se uma emissão concreta que, por estar de acordo com o contexto e com as pessoas envolvidas no processo direta ou indiretamente, terá peso de verdade. Nesse sentido, Certeau (2002:103) enfatiza: “[...] A estrutura interna do discurso trapaceia. Produz um tipo de leitor: um destinatário citado, identificado e doutrinado pelo próprio fato de estar colocado na situação da crônica diante de um saber. Organizando o espaço textual, estabelece um contrato e organiza também o espaço social. Desse ponto de vista, o discurso faz o que diz. É performativo”.

2 DAHNE, E. S. Eugenio. A mineração de carvão e as concessões da companhia no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Companhia Estradas de ferro e minas de São Jeronymo/Estabelecimento typographico de Gundlanch & C., 1893. [MCAR/ACES].

buscando elementos históricos que embasassem a tese de proteção da indústria brasileira. Trata-se, portanto, de uma espécie de revisão histórica sem compromisso com o confronto entre diversas fontes ou a apresentação de diferentes visões e compreensões sobre o tema. Na segunda parte, Dahne apresentou dados, prestou conta aos acionistas acerca da situação vivenciada pela companhia em sua trajetória e chamou a atenção para os problemas e as dificuldades da extração de carvão no sul do Brasil, bem como para o descaso das autoridades com a indústria mineradora.

Esse relatório é talvez a mais rica fonte de análise para nosso estudo, na medida em que o engenheiro Eugênio Dahne emitiu pareceres, opiniões, conceitos, que, segundo ele, apresentavam o posicionamento das companhias. O trabalho do engenheiro está impregnado da subjetividade do autor, mas apresenta o direcionamento das companhias, porque ele ocupou um dos cargos hierárquicos da diretoria. Assim, esse relatório, associado a outras fontes documentais, permitiu-nos identificar e analisar o posicionamento e as percepções das companhias de mineração existentes na região carbonífera sulina nas décadas finais do século XIX.³

Buscamos ainda, através de uma minuciosa revisão bibliográfica, os documentos produzidos por membros da comunidade carbonífera, pois esses indivíduos presenciaram diferentes momentos da história da mineração e deixaram suas impressões sobre o momento vivido. Nessa busca, nos deparamos com quatro estudos que destacamos como significativos para o nosso trabalho devido à posição social ocupada pelos escritores e ao período em que eles viveram na região. Entendemos que, em função das características apontadas e da despreensão em produzir um material de abordagem científica, esses estudos podem ser considerados representantes do pensamento de algumas parcelas da sociedade mineradora. São eles: a) Monografia do Município de São Jerônimo, por Antônio

³ Nesse contexto, buscamos ainda identificar os silêncios existentes na fala das companhias de mineração. De acordo com Orlandi (1993:70), é uma prática existente nas fontes e das fontes, naquilo que a autora definiu como sendo a “própria condição da produção de sentido”, quando é permitido à “linguagem significar”. Trata-se, portanto, de entendê-lo, segundo a análise da autora, como: “O silêncio não é o vazio, o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma totalidade significativa. Isto nos leva à compreensão do ‘vazio’ da linguagem como um horizonte e não como falta. [...] não é o silêncio em sua qualidade física [...], mas do silêncio como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significante”. (sic). Assim, destaca ainda Orlandi (1993:70) que “o silêncio de que falamos é o que instala o limiar do sentido”, sendo por isso denominado de “silêncio fundador ou fundante”, pois encerra em si o “princípio de toda a significação”.

Pinto Filho; b) Monografia do Município de São Jerônimo, pelo Dr. Carlos Alfredo Simch (1ª e 2ª edições); c) texto “Arroio dos Ratos: Berço da indústria carbonífera nacional” e o texto “Perfil de um mineiro”, ambos escritos pelo Cônego Ervino Lothar Sulzbach.

A Monografia do Município de São Jerônimo foi escrita por Antônio D. Pinto Filho, em 1919, a pedido do intendente municipal João Rodrigues de Carvalho, e publicada em 1920 pela Officinas graphicas da ‘Livraria do Commercio’ de Porto Alegre. Seus objetivos manifestos, segundo o próprio autor, eram o de tornar público “[...] o que tem e o que vale o Município de S. Jeronymo, do Estado do Rio Grande do Sul”.⁴ Nessa obra, encontramos um conjunto de dados estatísticos referentes às origens da formação do núcleo populacional e dados administrativos dos primeiros anos do século XX. Nela, o autor enfatiza aspectos positivos da região e expõe a trajetória da extração, sem destacar as companhias de mineração.

A segunda monografia que destacamos sobre o município de São Jerônimo⁵ foi publicada em 1942, tendo sido revisada e ampliada pelo autor na década de 1960. Ela foi escrita pelo Dr Carlos Alfredo Simch, que atuou como médico na região e ingressou na vida pública tendo ocupado o cargo de prefeito entre 1937 a 1946. Segundo o autor, a monografia se baseou em exaustiva pesquisa em documentação pública e referencial bibliográfico técnico, além de depoimentos e histórias contadas pelo povo. O autor destaca o potencial carbonífero da região e se coloca, na maioria das vezes, em consonância com as ações das companhias de mineração, especialmente nos aspectos em que estão envolvidos o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração - CADEM - e o Dr. Roberto Cardoso, seu diretor-presidente. É importante destacar que o período em que o Dr. Simch se ocupou da política local coincidiu com o período de maior expansão do CADEM e de projeção do Dr. Roberto Cardoso.

Outros escritos que destacamos são as impressões e memórias do Cônego Ervino Lothar Sulzbach, que serviu como sacerdote na paróquia de Arroio dos Ratos

4 PINTO FILHO, Antonio D. Município de São Jeronymo. Monografia. Porto Alegre: Officinas graphicas da Livraria do Commercio, 1920.

5 SIMCH, Dr. Alfredo. Município de São Jerônimo. Monografia. Porto Alegre: Livraria Andradas, 1942. Ainda: SIMCH, Dr. Alfredo. Município de São Jerônimo. Monografia. Edição Especial Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961.

a partir da década de 1950.⁶ Entre seus textos, encontram-se “Perfil de um mineiro” e “Arroio dos Ratos: Berço da indústria carbonífera nacional”. Neles, o cônego descreveu a trajetória da atividade extrativista na região, aspectos do cotidiano mineiro, bem como a problemática relacionada ao fechamento das minas de Arroio dos Ratos e à transferência das atividades de extração para a localidade de Charqueadas. As obras são entendidas pelo autor como um relato das experiências que vivenciou, assim, apresenta momentos nos quais ele se coloca ostensivamente a favor das companhias de mineração e outros em que sua posição é oposta a elas.

Em um outro *corpus* documental, encontram-se os documentos que se relacionam com os órgãos públicos municipais, estaduais ou federais. Entre eles, destacamos os pronunciamentos do presidente da província na Assembléia Legislativa, as correspondências e determinações trocadas com o governo imperial e os relatos do próprio James Johnson, conhecido como pioneiro da mineração no Brasil. Através desses escritos, é possível perceber o caminho percorrido desde a encomenda das primeiras sondagens do terreno local, em virtude do interesse da coroa brasileira em adquirir autonomia na extração do mineral, até as dificuldades relacionadas à organização da primeira companhia de mineração de carvão do Brasil, além da posterior trajetória percorrida por outras companhias de mineração. A essas fontes se unem as Atas da Assembléia do Estado do Rio Grande do Sul, que, em diversas ocasiões e por motivos variados, tiveram em sua pauta a mineração; as determinações legais, os decretos e as leis que foram organizando e regulamentando a atividade mineradora ao longo do tempo. Tais fontes contribuem no sentido de estabelecer a trajetória da política para o carvão na região, bem como o jogo de poderes existentes nas licenças de exploração concedidas a diferentes companhias de mineração que se responsabilizaram pela atividade na região.

Destacamos, também, os depoimentos dos mineiros como fonte de estudo privilegiada, por eles terem sido partícipes da história da atividade extrativa de carvão no Rio Grande do Sul, permitindo-nos a percepção dos acontecimentos vivenciados por esses trabalhadores a partir da visão deles próprios.⁷ Trata-se,

⁶ SULZBACH, Cônego Ervino Lothar. Arroio dos Ratos. Berço da indústria carbonífera nacional. Arroio dos Ratos: Gráfica Editora PBS, 1989. SULZBACH, E. L. Perfil de um minerador. 2ª ed. Arroio dos Ratos: Gráfica Editora PBS, 1989.

⁷ Entre os pesquisadores que trabalham com a História Oral, destacamos: ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004; FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org.). Usos & Abusos da História Oral. 2.ed.

portanto, da produção, de forma intencional, de uma fonte histórica balizada pelos objetivos presentes em nosso estudo, segundo os quais as entrevistas são consideradas como um meio para a obtenção do conhecimento visado e não um fim em si mesmas.

Os depoimentos utilizados nesse estudo apresentam diferentes procedências: uma parte deles, principalmente aqueles relacionados às minas de Arroio dos Ratos, tem por origem entrevistas realizadas no Museu do Carvão de Arroio dos Ratos por ocasião da festa denominada de “Saudade Mineira”. Esses depoimentos foram obtidos através de questionários estruturados, nos quais os entrevistadores, designados pelo Museu, questionavam os mineiros acerca de suas práticas profissionais, vidas cotidianas, impressões, etc. Essas entrevistas apresentam temáticas variadas, não tendo sido direcionadas especificamente ao nosso estudo, mas constituem uma fonte importante, dada a diversidade de informações presentes. Da mesma forma, a obra “Mineiros, uma raça”⁸, a qual apresenta a reunião de um conjunto de entrevistas em que o organizador compilou depoimentos de mineiros que atuaram em diferentes minas e sob condições diversas. Trata-se de um trabalho de agrupamento de entrevistas estruturadas em um roteiro fixo sem que, contudo, apresente uma análise ou edição delas.

O outro conjunto de depoimentos é procedente de entrevistas elaboradas de forma semi-estruturada, com vistas a responder a questões específicas, elencadas

Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998. PRINS, Gwyn. História Oral. In: A Escrita da História - Novas Perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1991; THOMPSON, Paul. A Voz do Passado. História Oral. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). Crítica Pós-Estruturalista e Educação. Porto Alegre: Sulina, 1995. Para Alberti (2004:17), a história oral “[...] Dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como ‘método’ de investigação científica, como ‘fonte’ de pesquisa, ou ainda como ‘técnica’ de produção e tratamento de depoimentos gravados” (p. 17). Segundo Veiga Neto (1995-19:21), a História Oral, nos permite: “[...] colocarmos um olhar diferente sobre o que todos já pensavam conhecer”, ela nos ajuda a “escavar verticalmente as camadas descontínuas do passado a fim de trazer à luz fragmentos de idéias, conceitos, discursos já esquecidos e aparentemente desprezíveis para, a partir destes fragmentos, compreender as epistemes antigas ou mesmo, e talvez, principalmente, o nosso presente e entender como os saberes apareciam e se transformavam”. No contexto de nossos estudos, a tradição oral se apresenta como fator importante para a análise dos aspectos constitutivos dessa sociedade, pois se observa a predominância do analfabetismo entre os trabalhadores do subterrâneo, tendo em vista que a realização da atividade é baseada na prática e no aprendizado através da orientação dos mais experientes, e não na necessidade de escolaridade ou cursos profissionalizantes. Nossa opção pela história oral e a utilização desse critério para a análise se fazem porque cremos que ela permite que se recrie a multiplicidade de pontos de vista de um passado complexo e multifacetado. Nesse sentido, baseamos nossa interpretação em Thompson (1988), enfocando a história oral como parte integrante e “reveladora” das experiências e memórias, coletivas e individuais, entendida como metodologia de pesquisa que possibilita o resgate, não só de fatos e acontecimentos, mas também de sonhos, esperanças e silêncios.

8 VEIT, Benedito. Mineiros, uma raça. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

por nós como problemas de pesquisa, ou seja, elas obedeceram a critérios que nos permitiram determinar as temáticas a serem abordadas, sem que fossem bloqueadas as manifestações espontâneas dos entrevistados. A escolha dos indivíduos a serem entrevistados obedeceu a critérios qualitativos, pois o que nos interessava, nesse estudo, era a posição do indivíduo no grupo, bem como o significado de sua experiência. Assim, os depoentes selecionados foram trabalhadores que ainda se encontram na região e que, com sua fala, nos possibilitaram acesso a uma fonte de análise rica em significados e respostas. Nesse contexto, os depoimentos acerca da temática estudada constituíram-se apoio para a investigação e instrumento de análise, na medida em que se articulam com outras fontes arroladas para este estudo. A associação das diversas fontes nos permitiu, também, a análise de aspectos do cotidiano dos trabalhadores das minas e de suas famílias.⁹

9 Muitos estudos têm se concentrado na temática do cotidiano. Dentre eles, destacamos: CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. 2ª ed. Petrópolis, (RJ): Vozes, 1994; HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989; GUIMARÃES, Gleny D. (org.) [et al.]. *Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. MESQUITA, Zilá e BRANDÃO, Carlos R. (orgs.). *Territórios do cotidiano. Uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. da Universidade/UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/ UNISC, 1995. PETERSEN, Sílvia. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: A temática da vida cotidiana. In: *Cadernos de Estudos* n° 03. Curso de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: Ed. da Universidade. UFRGS, Maio/1991; PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da História. Ensaios sobre teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 259:274; TEDESCO, João Carlos. *Paradigmas do Cotidiano. Introdução à constituição de um campo de análise social*. 2ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Passo Fundo: UPF, 2003. p. 25/26. O estudo do cotidiano dos trabalhadores das minas de São Jerônimo configura-se como relevante para nossa análise, uma vez que tal questão perpassa a temática não apenas nas atividades, em seu significado puramente econômico, mas, também, nos indivíduos que se ocuparam em realizá-las; pois, segundo nos diz Agnes Heller (1989:17), “A vida cotidiana é a vida de ‘todo’ homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. [...]”. Além disso, ao definir os aspectos que compõem a vida cotidiana, Heller (1989:18) destaca: “A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Segundo Tedesco (2003-25:26), não se deve esquecer, ainda, a importância do cotidiano como elemento essencial do processo histórico, pois “Defendemos que a vida cotidiana é, antes de tudo, um produto histórico. Ela se vincula e possui uma relação de estreiteza com os movimentos, as rupturas e as continuidades que as várias modalidades organizativas e de existência social assumem. Para compreender a vida cotidiana é necessário restabelecer relações dialéticas recíprocas e de implicações entre fatos. Desse modo, os fatos não ficam mais pura e simplesmente hierarquizados ou sem relação. A cotidianidade tem uma relação estreita (encadeamento) com as formas de organização e de existência da sociedade”. (Grifo do autor). Dessa maneira, é na própria rotina diária que se pode perceber o homem, observando suas resistências e permanências, pois é no cotidiano que elas se apresentam. Através dele, analisamos as respostas que o homem estabeleceu aos desafios diários, percebendo ao que reagia e no que se adaptava. Ainda no cotidiano, manifestam-se as opções dos indivíduos, influenciadas ou não por aspectos como o meio em que vivem, os grupos com que se relacionam, os lazeres a que se dedicam, entre outras. Através da análise desses elementos, surgem aspectos do homem que nos possibilitam analisar a forma como se relacionava na sociedade. Tedesco

A dispersão das fontes arroladas e a inexistência de estudos que tratassem da temática sob abordagem, região e/ou período a que nos ativemos, conduziram-nos, ainda, à consulta de estudos contemporâneos com algum grau de similaridade ao nosso. Em nosso levantamento, encontramos diversas publicações cuja abordagem enfocava o carvão em suas características energéticas e o impacto da exploração do minério no meio ambiente.¹⁰

(2003-26:27) observa que a dimensão do cotidiano como tema de estudo por ter no sujeito o ponto de partida, além dos elementos constitutivos das relações estabelecidas pelo indivíduo, permite em outro nível o descortinamento de macroestruturas, tais como sistemas, classes, organizações, pois o enfoque direciona-se à subjetividade e ao contexto em que o sujeito se inseriu. Assim o autor destaca: “A idéia de um enfoque do mundo da experiência comum (sem ser totalmente empiricista) leva consigo alguns pressupostos epistemológicos e metodológicos fundamentais: o de que a história é social, cultural e economicamente construída e constituída; de que o cotidiano é crivado por tensões e movimentos (permanência-transformação) como um campo de múltiplas possibilidades e interseções que se aproximam, se diluem, se conservam e se elevam”. Nesse sentido, a partir das relações, das permanências, das rupturas; enfim, dos fazeres diários dos mineiros da região, poderemos compreender o conjunto das experiências compositoras dos primórdios da mineração no Brasil.

10 Entre esses estudos, destacamos: ABREU, S. F. Recursos minerais do Brasil. São Paulo: Edgar Blucher, 1973. v. 2; BARCELOS, Ramiro F. A bacia carbonífera do Rio Grande do Sul e os meios de aproveitá-la. Porto Alegre: Typ. A Federação, 1904; BARCELLOS, Paulo F. P. Carvão: Gás Natural. Porto Alegre: Ortiz, 1995; BITTENCOURT, B.C.; MENDES, T.F. (Coord.). Carvões Minerais do Brasil. Características de carvões brutos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CIENTEC, 1980. BRUSCHI, J.R.; MAIA, B.R. e RÜCKER, M. Carvão: Ocorrências brasileiras e o aproveitamento das reservas do carvão gaúcho. São Leopoldo, 1977. 62p. Tese (Pós-graduação em Ecologia Humana). CPGEH/UNISINOS; CABRAL, Frederico. Memória geológica sobre os terrenos do Curral Alto e Serro do Roque na Província de São Pedro do Sul. Porto Alegre: Pomatelli, 1851; CENTRO DE ECOLOGIA/UFRGS. Carvão e meio ambiente. Centro de ecologia. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000; CIENTEC. Carvão, informação e pesquisa. Centro de Informação sobre carvão. V. 5. N. 12. Fundação de Ciência e Tecnologia: Abr./jun. 1982; COPELMI MINERAÇÃO. Estudo ambiental na mina de Charqueadas. Porto Alegre: COPELMI, 1994; DNPM. Informativo anual da indústria carbonífera: ano base 1995. Brasília, 1996. CORRÊA DA SILVA, Z. C. Jazidas de carvão no Rio Grande do Sul, Brasil. In: Simpósio Sul-Brasileiro de geologia. Anais. Curitiba, 1978 v.2; EHRLICH, Paul R.; EHRLICH, Anne H. População, recursos, ambiente. São Paulo: USP, 1974; EVERAERE, M. e ORIEUX, M. Rochas e minerais. Rio de Janeiro: Editora Linceu, 1968; FERREIRA, Euzébio. Regiões carboníferas dos estados do Sul. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928; FERREIRA, Octácilio. O Carvão do Rio Grande do Sul: seu consumo nas locomotivas da Viação Férrea do Estado. Rio de Janeiro: Typ. Fluminense, 1922; FONSECA, Elmir. Carvão. Biblioteca Educação é cultura. Rio de Janeiro: Bloch; Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Ministério das Minas e Energia, 1980; FREITAS, Noé M. Parecer contrário à construção da usina termoelétrica de Charqueadas. Porto Alegre: CEEE, 1951; FREIRE, William. Comentários ao código de mineração. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1996; FURIA, Antônio. Aproveitamento do carvão nacional na produção de energia elétrica, gás e outros produtos. Porto Alegre: SBPC, IV Reunião Anual, 1952; JOBIM, José. Chegou a vez dos minerais. Rio de Janeiro: Oficinas I. Amorim & Cia Ltda., 1939; KOELER, Julio. Estudo técnico industrial sobre o carvão do Arroio dos Ratos. [s.l.]. Tip. Jornal do Comércio, 1889.; LEINZ, Viktor. Geologia geral. 2a.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963; LEVY, Arthur. Energia não se importa... Estudo da melhor estrutura energética para o Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 1962; MACHADO, Eurico R. Reservas Brasileiras de Carvão. México. Trabalho apresentado durante o Congresso internacional “Ilafa – carbon”. Julho de 1976; MARTINS, Emmanoel Azevedo. Síntese geológica do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1952; MOTTA, José do Patrocínio. Economia mineira nacional. Vol I. Porto Alegre: UFRGS/Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1977; PESAVENTO, Sandra J. A indústria carbonífera Rio-Grandense e a Questão energética. In: Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre: v. VIII, n. 2, p. 281:306, dezembro de 1982; PUTZER, Hannfrít. Camadas de carvão mineral e seu comportamento no sul de Santa Catarina. Boletim nº 91 da Divisão de fomento da produção mineral. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1952; SCHNEIDER, Artur W. Contribuições ao estudo dos principais recursos

Em meio aos estudos acadêmicos arrolados, destacamos o trabalho de Tânia Ferrer,¹¹ que aborda a trajetória histórica da termelétrica de Candiota, em Bagé, no período de 1949 a 1975. Esse estudo, apesar de se distanciar do nosso, por se tratar de minas de carvão a céu aberto e apresentar um recorte temático posterior, serviu de apoio nas questões históricas que se referem ao “progresso” experimentado pela região devido à existência do carvão mineral. O estudo de Cornélia Eckert¹² foi contemplado, neste trabalho, por se tratar de uma investigação acerca das condições de vida dos mineiros do Rio Grande do Sul, analisando a representação que eles fazem do seu cotidiano de trabalho, bem como da esfera do doméstico e de sua rede de relações e sistemas de crenças. Entretanto, não foi utilizado como apoio, pois a autora se baseia em um estudo de caso com mineiros de Charqueadas, entre dezembro de 1982 e fevereiro de 1984, numa abordagem teórico-metodológica e espaço-temporal distante da nossa.

Entre o grupo de pesquisadores sobre a história do carvão em Santa Catarina, destacamos obras como “Memória e cultura do carvão em Santa Catarina.” e “A história do carvão de Santa Catarina.”,¹³ ambas concentram suas análises na indústria carbonífera daquele estado, mencionando, de forma fragmentada e sem aprofundamento, a mineração no Rio Grande do Sul. A segunda obra citada, ao buscar estabelecer um histórico sobre a mineração no Brasil, ignora a exploração do minério no Rio Grande do Sul, enfatizando seu princípio no estado de Santa Catarina.

No que se refere a uma análise com a aproximação temática com aquela pela qual optamos, identificamos o enfoque de Carlos Carola¹⁴ ao estudar a indústria

minerais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Governo do Estado/Secretaria de Energia, Minas e Comunicação, 1978; ZEGNA, Glauco. Fontes de Energia. São Paulo: Ática, 1991. WADA, K. Elutriação de carvão mineral em leito fluidizado. Porto Alegre, 1980. II. 97p. Tese (mestrado em Engenharia Metalúrgica e dos Materiais). PPGEMM/UFRGS.

11 FERRER, Tânia Rodrigues. Candiota: de Luzes e cinzas. Porto Alegre: 1998. 240p. Dissertação (Mestrado em História). PUC/RS.

12 ECKERT, Cornélia. Os homens da mina: Um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas/RS. Porto Alegre, 1985. 510p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). PPG Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS.

13 GOULARTI FILHO, Alcides. (org.) [et al.]. Memória e cultura do carvão em Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. BELOLLI, Mário. [et al.]. A História do carvão de Santa Catarina. Vol. I. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

14 CAROLA, Carlos. Modernização, cultura e ideologia do carvão em Santa Catarina. In: GOULARTI FILHO, Alcides. (org.) [et al.]. Memória e cultura do carvão em Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

carbonífera de Santa Catarina. Seu estudo indicou a existência do “*discurso do progresso*” e do “*discurso da crise*”. Segundo o autor, o “*discurso do progresso*”, proferido por mineradores, dirigentes e defensores da indústria carbonífera nacional, associava, na década de 1920, valores patrióticos e ideais de progresso à defesa do carvão nacional; esses discursos “exaltavam a necessidade de conquistar a soberania nacional por meio da exploração do ‘ouro negro’, produto mineral considerado fundamental para a consolidação da indústria de base do País”.¹⁵

Já o “*discurso da crise*”, destaca Carola, configurava-se como uma estratégia dos proprietários de companhias de exploração do carvão que visava a sensibilizar a opinião pública e pressionar o governo federal para a causa da indústria carbonífera. Esse discurso esteve presente, de forma constante, na trajetória da indústria carbonífera da região, sendo enfatizado em alguns momentos, como, por exemplo, no período pós Segunda Guerra Mundial.¹⁶ Neste estudo, em algumas partes específicas, como no primeiro capítulo, utilizamo-nos da classificação estabelecida por Carlos Carola, devido ao fato que esses mesmos elementos se encontram presentes nos discursos das companhias de extração de carvão do Rio Grande do Sul, desde o final do século XIX, a exemplo dos relatórios do engenheiro Eugenie Dahne, datados de 1893.¹⁷

Ampliando essa etapa de pesquisa e buscando integrar e subsidiar os achados empíricos, realizamos um aprofundamento das leituras que se propõem a complementar nosso arcabouço teórico. Desse modo, o processo de construção e “reconstrução” do conhecimento histórico associa o trabalho com fontes ao de fundamentação teórica.¹⁸

15 Idem, p. 27.

16 Ibidem, p. 29.

17 DAHNE, E. S. Eugenio. A mineração de carvão e as concessões da companhia no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Companhia Estradas de ferro e minas de São Jeronymo/Estabelecimento typographico de Gundlanch & C., 1893. Dahne foi engenheiro-gerente e representante da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, no final do século XIX, responsável por elaborar uma compilação de dados sobre a mineração de carvão e as concessões da companhia no Rio Grande do Sul, bem como de inúmeros relatórios destinados aos acionistas da empresa. [MCAR/ACES].

18 Observamos a perspectiva metodológica de Moraes (1999:13) de proposição de cinco etapas para o processo de análise do conteúdo: a) preparação das fontes; b) unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; c) categorização ou classificação das unidades em categorias; d) descrição; e) interpretação. Destacamos o processo de categorização que, de acordo com Moraes (1999-18:23), é “[...] um procedimento de agrupar dados, considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. [...]”.

Partindo do exposto e visando a obter um posicionamento seguro para as respostas à tese que criamos sobre o cenário e os atores da mineração na região de São Jerônimo, estruturamos nosso trabalho da maneira a seguir descrita.

No primeiro capítulo, apresentamos as origens da mineração de carvão no estado do Rio Grande do Sul e as trajetórias percorridas pelas primeiras companhias de mineração que se dedicaram à atividade extrativa em São Jerônimo. Nossa abordagem priorizou o trabalho de Eugênio Dahne, associado e representante das empresas mineradoras, que ocupava a posição de porta-voz delas. Pelo depoimento do engenheiro, salientamos sua visão sobre a condição de lutadoras solitárias das companhias de mineração e sobre aquilo que considerou como “omissão dos órgãos públicos”.

No segundo capítulo, enfocamos as mudanças, nas esferas mundial, nacional e regional, do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, entendendo-as como elementos transformadores das estratégias das companhias de mineração, que passaram a adotar, nos seus discursos e nas suas práticas, uma postura de parceria e emparelhamento de objetivos. Após, nosso enfoque se direcionou para a compreensão do significado da união entre as duas maiores companhias de mineração da região num consórcio administrador de empresas denominado de CADEM. Por fim, analisamos de que maneira episódios como a implantação da Consolidação das Leis do Trabalho e o fim da Segunda Guerra Mundial foram entendidos pelas companhias de mineração como causadores da transformação da situação privilegiada do carvão no mercado consumidor e, por consequência, geradores de uma crise na indústria carbonífera local. Nesse capítulo, associada aos documentos produzidos pelas companhias de mineração, pelos órgãos públicos e por membros da sociedade local, selecionamos uma vasta quantidade de recortes

Seguindo as orientações do autor, buscamos a construção de categorias que, por suas características de amplitude e significância, pudessem abrigar os conteúdos efetivamente significativos, e observamos ainda critérios como a exclusividade, pelo qual cada elemento foi classificado em apenas uma categoria, e de objetividade, para que não surgissem dúvidas a que unidade cada elemento deveria pertencer. Esses cuidados nos levaram à classificação do conteúdo das fontes em categorias como: a) luta solitária pelo bem da sociedade; b) emparelhamento de objetivos com os órgãos públicos; c) ações de concessão de benefícios à sociedade.

de jornais do período.¹⁹

No terceiro capítulo, analisamos a trajetória de formação da sociedade mineradora através do estudo de suas origens e história. Após, destacamos as estratégias adotadas pelas companhias, as quais, na nossa compreensão, passaram a dar os contornos, delimitando e caracterizando a sociedade local. Nesse sentido, almejamos analisar o impacto e as repercussões dessas ações como elementos justificadores da realização da atividade de mineração por parte dos trabalhadores.

Esta investigação sobre a região carbonífera, além de sistematização dos dados esparsos sobre as companhias de mineração, busca entrelaçar as histórias comoventes que embalaram a minha infância com as conjunturas históricas internacionais, brasileira e gaúcha acerca do papel da indústria carbonífera. Assim, esta tese se preocupa também em trazer à tona o cotidiano dos trabalhadores do subsolo e das suas famílias, na tentativa de compreender o imaginário dessa comunidade sobre a labuta de trabalho diário.

19 Nesse sentido, destacamos a importância do Seminário sobre História e Imprensa, ministrado pela Prof^a. Sandra Brancato, na PUC/RS, no segundo semestre de 2004, durante o qual foi possível examinar as potencialidades da imprensa como fonte para a história, bem como avaliar questões metodológicas e exemplos concretos do envolvimento do uso da imprensa como fonte para o historiador. Parte do direcionamento de nossos estudos deu-se em função da participação nesse curso. Entre os autores que têm se ocupado com o uso do jornal como fonte, estão: ELMIR, Cláudio. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. In: Caderno do PPG em História da UFRGS, n. 13, dezembro de 1995, p. 19/29; ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre: PUC/RS. Programa de Pós-Graduação em História. V. XXIV, n. 2, Dez 1998. p. 269-289; KESKE, Humberto Ivan. "Título oculto derruba Ministro da Justiça". Zero Hora versus CORREIO DO POVO na persuasão do leitor nosso de cada dia. Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia, Faculdade de Comunicação Social, n.16, Porto Alegre: EDIPUC, 2001; MAROCCO, Beatriz. Prostitutas, jogadores, pobre e vagabundos no discurso jornalístico. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. 125p; SILVA, Jandira; CLEMENTE, Ir. Elvo; BARBOSA, Eni. Breve história da Imprensa Sul-Rio-Grandense. Porto Alegre: CORAG, 1986. 343p. Nesse sentido, no capítulo, utilizaremos o jornal como fonte de informação, na medida em que os recortes foram coletados e classificados por funcionários das companhias que eram instruídos a selecionarem e arquivarem o material dos jornais de acordo com critérios internos de importância para as companhias. Sob essa ótica, os recortes dos jornais são entendidos como fonte de informação histórica, por ter sido nesses instrumentos que o posicionamento dos dirigentes das companhias foi preservado. Entendemos ainda que o veículo em que a informação se encontrava, o público para o qual a mensagem foi elaborada, os objetivos com que ela foi construída, entre outros aspectos, constituem variáveis de análise que, associadas, contribuem para a apreensão de uma determinada realidade. No entanto, nosso foco de atenção, neste momento, centraliza-se na fala dos integrantes das companhias carboníferas e no "confronto" entre o exposto nos relatórios aos acionistas e nos recortes de jornais. Nossos caminhos metodológicos nos conduziram, num primeiro momento, à construção de categorias temáticas que, estando presentes nos documentos produzidos pelas companhias de mineração, pudessem ser encontradas, da mesma forma, nos periódicos e que, ao mesmo tempo, pudessem indicar a comprovação ou não de nossa hipótese de transformação dos discursos das companhias carboníferas decorrente das conjunturas externa e interna.

O resultado é a apresentação, a seguir, de projetos de cunho administrativo e de uma série de discursos, de vivências e, principalmente, de vestígios sobre sensibilidades registradas em fotografias de grande beleza sobre as comunidades carboníferas gaúchas.²⁰

²⁰ A predominância do conjunto de fotografias utilizadas nesse estudo encontra-se atualmente em acervos particulares, não sendo possível obter informações precisas quanto a autoria das mesmas. Outro problema encontrado foi a datação das imagens registradas, sendo necessário recorrer a outras fontes que indicassem com precisão a data ou ainda indicar apenas a década em que o registro se deu.

1. Guerreiros incansáveis: discursos e práticas das Companhias de mineração de carvão

Neste capítulo, nosso estudo se propõe a analisar as estratégias, através dos discursos e das práticas, das primeiras companhias de mineração no Rio Grande do Sul, no período que vai desde 1883, com a criação da “Companhia de Minas do Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos”, até as primeiras décadas do século XX, quando o contexto desencadeado pela iminência da Primeira Guerra Mundial apresentou transformações na postura e nas ações da companhia.

Como forma de facilitar a compreensão dos caminhos percorridos pela indústria carbonífera, apresentamos uma tabela com a organização linear dos indivíduos e das empresas envolvidas na mineração no Estado. Nessa trajetória, destacaremos, a seguir, as ações que julgamos relevantes para o nosso estudo.

TABELA I: Dados Históricos sobre Iniciativas de exploração de carvão mineral na região de São Jerônimo – 1792/1936

ANO	MINEIRO/EMPRESA	LOCAL/SONDAGEM
1792	Soldado Anônimo Português General Rafael Pinto Bandeira * ^{1/2/3}	Curral Alto
1807	Joaquim José Fonseca Souza e Pinto ¹	Curral Alto
1808/1811	Antônio Xavier de Azambuja ^{1/2}	Curral Alto
1822/1823	? ¹	Capelinha
1825	Naturalista alemão Friedrich Sellow ¹	Cerro do Roque (Rio Pardo) Curral Alto
1818/1828	Nicolau Dreys ^{1/2}	?
1830/1840	Conselheiro Saturnidno de Souza e Oliveira ** ^{1/2/3}	Curral Alto Outros
1846/1847	Engenheiro Feliciano Nepomuceno Prates Conde de Caxias ** ^{1/2/3}	Vários
1849	Engenheiro Frederico A. Vasconcelos Visconde de Monte Alegre. ** ¹	Curral Alto
1853	James Johnson Ignácio José Ferreira de Moura Conselheiro Luiz Vieira Cansação de Sinimbu ** ^{1/2}	Curral Alto
1872	The Imperial Brazilian Collieries Co. Limited ^{1/2/3}	São Jerônimo
1881/1882	Nicácio Teixeira Machado Antônio Patrício de Azambuja Gaspar Menezes. ¹	Butiá
1878	Holtzweissig e Cia ^{1/2/3}	São Jerônimo
1883/1888	Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos. ^{1/2/3}	São Jerônimo
1889	Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo ^{2/3}	São Jerônimo
1908	Companhia Minas Sul-Riograndense. ^{2/3}	Arroio dos Ratos
1911	Companhia Carbonífera Rio Grandense (Associação com a Sul-Riograndense). ^{2/3}	Butiá
1936	CADEM – Consórcio Administrador de empresas de mineração. – Diretor: Roberto Cardoso. (Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Companhia Carbonífera Rio Grandense). ³	Arroio dos Ratos Butiá Charqueadas

Fontes:²¹

- DAHNE, E. S. Eugenio. **A mineração de carvão e as concessões da companhia no ESTADO DO RIO GRANDE do Sul**. Porto Alegre: Companhia Estradas de ferro e minas de São Jerônimo/Estabelecimento typographico de Gundlanch & C., 1893. [MCAR].
- SIMCH. Dr. Alfredo. **Município de São Jerônimo**. Monografia. Edição Especial Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961.
- BUNSE, Heinrich A. W. **A mineração do carvão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de energia, minas e comunicação, 1984.

²¹ Tabela construída, para esse estudo, a partir de dados obtidos de informações esparsas existentes nas fontes citadas.
Legenda: * Responsável pelo envio do minério achado à capital do império. ** Solicitante da sondagem.

1.1 A trajetória da mineração de carvão no Rio Grande do Sul

A existência de carvão²² no Rio Grande do Sul é mencionada pela primeira vez no final do século XVIII, quando, segundo conta a tradição oral, por volta de 1792, um soldado anônimo português, que era ferreiro por profissão, vagava pelos lados da localidade de Curral Alto²³, lá teria encontrado carvão de pedra e levado amostras ao General Rafael Pinto Bandeira, na localidade de Rio Pardo, onde este morava.

Outros atribuem a descoberta ao senhor Joaquim José Fonseca Souza e Pinto, que, por volta de 1807, teria encontrado minério naquela região e levado algumas amostras à capital do império para verificar a qualidade do produto. O minério foi considerado de boa qualidade; porém o preço proposto para a compra inviabilizou sua extração a ponto de não haver interessados nessa investida. Nesse período, a extração de madeira era mais rentável, pois era farta e de fácil comercialização e, além disso, não havia ainda a preocupação com os problemas ecológicos decorrentes do desmatamento.

Entre os anos de 1808 e 1811, foi a vez de Antônio Xavier de Azambuja enviar para o Rio de Janeiro amostras de carvão em pedra que havia encontrado em sua fazenda do Curral Alto, localizada no 5º distrito de São Jerônimo. O

22 Em linhas gerais, podemos definir o carvão como sendo uma rocha sedimentar combustível originada de material vegetal depositada dentro da água, onde, protegida da ação do oxigênio, ao longo do tempo, se transformou em carvão. Para a gênese do carvão, são necessárias condições de diversas ordens, tais como climáticas, que permitem a existência abundante de material vegetal que se forma no local ou, aportado pelos rios, é depositado em bacias de acumulação; condições geotectônicas, ou seja, a existência de áreas convenientes em que é possível depositar e acumular o material vegetal; sedimentares, isto é, cobertura rápida por sedimentos inorgânicos (argilito, siltitos, arenitos); por fim, pressão, temperatura e tempo, para ser realizada a diagênese (que se constitui no processo pelo qual ocorre a transformação da matéria vegetal para turfa, para lignita e, posteriormente, para carvão). Esse processo deve ter durado milhares ou mesmo milhões de anos. Assim, define-se que o carvão mineral é um produto resultante da lenta transformação de uma vegetação primitiva, isto é, o resultado da alteração de um ambiente vegetal transformado pelo tempo, pela pressão, por bactérias e outros agentes. Esse processo de transformação, decorrente de uma infinidade de variáveis, produziu uma infinidade de possibilidades de material final, pois a conjugação das variáveis de tempo, região, materiais, etc., produziu tipos diferentes de resultados, ou seja, de carvão. CENTRO DE ECOLOGIA/UFRGS. Carvão e meio ambiente. Centro de ecologia. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

23 Localidade atualmente conhecida como Mina do Leão.

fazendeiro/mineiro desejava que, além da análise de qualidade do material, fosse feita a sua classificação²⁴, para determinar não só as suas características, como as possibilidades de uso. Da mesma forma, o material foi considerado de boa qualidade e adequado ao uso, contudo o custo que envolvia o transporte até o Rio de Janeiro inviabilizava a sua comercialização, tendo sido descartada novamente a hipótese de extração naquele momento.

Nos cinqüenta anos transcorridos entre as primeiras notícias da existência do minério em solo brasileiro e o início propriamente dito da exploração de carvão na região carbonífera do Estado, vários estudos foram feitos por particulares e a mando do poder público provincial.²⁵ Entre eles, estão as primeiras investigações oficiais, realizadas pelo governo estadual, entre o final da década de 1830 e início da década de 40, quando o conselheiro da presidência, Saturnino de Souza e Oliveira, encarregou profissionais especializados de realizarem inspeção na região do distrito de São Jerônimo, mais especificamente em Curral Alto. A notícia que se tem sobre esse estudo é a de que, com o carvão retirado, foram realizadas experiências de utilização em uma máquina a vapor, mas ele não apresentou o desempenho

24 A partir do século XVIII, os cientistas passaram a encetar as primeiras classificações do material quanto à sua estrutura, forma, ao potencial calórico, potencial comercial, etc., uma vez que havia a necessidade de estudos que subsidiassem a sua crescente utilização em algumas regiões. Não é nosso objetivo, neste estudo, aprofundar as múltiplas classificações e suas transformações conceituais ao longo do tempo; estudos técnicos voltados à área química e energética têm divulgado suas descobertas. Entre eles, destacamos: FONSECA, Elmar. Carvão. Biblioteca Educação é cultura. Rio de Janeiro: Bloch; Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Ministério das Minas e Energia, 1980; CENTRO DE ECOLOGIA/UFRGS. Carvão e meio ambiente. Centro de ecologia. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000; BELOLLI, Mário, et al. A História do carvão de Santa Catarina. Vol. I. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002. 296p; GOULARTI FILHO, Alcides. (org.) [et al.]. Memória e cultura do carvão em Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2004; VEIT, Benedito. Assim nasce uma riqueza. A trajetória do carvão na Região Carbonífera. Porto Alegre: Alcance, 2004. 70p. Entretanto, disponibilizamos uma síntese sobre o tema - ANEXO I – Síntese – Classificação do carvão.

25 Nas primeiras décadas do século XIX, várias jazidas foram localizadas em diferentes partes do Estado, conforme referencia BUNSE. Heinrich A. W. A mineração do carvão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria de energia, minas e comunicação, 1984. “[...] o autor de ‘Memórias Econômico-Políticas sobre a Administração Pública do Brasil’, Antônio José Gonçalves Chaves, 1822-23, fala na existência de carvão em Capelinha, no então município de Cachoeira. Assim também, o cirurgião-mor do presídio de Rio Pardo, Wenceslau Gomes de Carvalho. Em 1825, o naturalista alemão Friedrich Sellow chegou a examinar as jazidas no Cerro do Roque, no então município de Rio Pardo, e julgou o carvão do Curral Alto ‘bom e utilizável’. Nicolau Dreys, porém, que esteve no Rio Grande do Sul de 1818 a 1828, em sua ‘Notícia Descritiva da Província do Rio Grande do Sul’, julgou ‘o carvão chistoso e que talvez não cobrisse as despesas da exploração em grande escala’. Os laudos periciais também não eram nada encorajadores. O engenheiro Mabilde, encarregado, em 1839, pelo presidente da Província, o Conselheiro Saturnino de Souza e Oliveira, de estudar a viabilidade de exploração do carvão de Curral Alto, concluiu seu laudo desaconselhando-a, por ser carvão ‘sem aplicação imediata como combustível’. Igualmente negativa foi a opinião do Chefe da Esquadra, John Pascoe Grenfell, em 1841, após ter sido experimentado o carvão rio-grandense na fomalha de um dos navios da esquadra brasileira. Mas nem por isso cessou o interesse pelo carvão do Estado”. (p. 19).

esperado, sendo considerado inadequado e sem possibilidade de aplicação imediata.²⁶

Nos anos de 1846 e 47, novamente o governo, na figura do então presidente da província, o Conde de Caxias, encarregou grupos de engenheiros, sob orientação do engenheiro Feliciano Nepomuceno Prates, de realizarem estudos nas jazidas carboníferas do Estado. Essas incursões trouxeram resultados positivos, visto que, em 1848, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro publicou um relatório que foi enviado ao Ministro da Guerra, no qual era designado o Capitão de Engenheiros, Innocencio Vellozo Pederneiras, à exploração de ferro e carvão no Vale do Jacuí.²⁷ No ano seguinte, o relatório dirigido ao Governo Provincial referiu-se à boa qualidade e abundância do minério na região, bem como à grande extensão de carvão que se supunha haver no subsolo.²⁸

As notícias da existência de carvão de boa qualidade, em quantidade, fizeram com que, ainda em 1848, o governo provincial destinasse uma verba de 12 contos de réis para a sondagem e o aprofundamento dos estudos referentes às minas de carvão da Região do Curral Alto, no município de São Jerônimo. As amostras retiradas foram utilizadas pelo Arsenal de Guerra e em máquinas a vapor do estado. Nas experiências, o minério apresentou um desempenho favorável, estimulando o investimento governamental de mais oito contos de réis no início de 1849, destinados à continuidade dessa sondagem e aos estudos dos minerais eventualmente extraídos do subsolo.

O responsável pelos novos estudos foi o engenheiro Frederico A. Vasconcelos que, em junho de 1849, enviou uma carta/relatório ao Visconde de Monte Alegre, com os resultados de uma sondagem realizada no Curral Alto. Mas,

26 Durante as décadas de 1810/20, muitos indivíduos representantes de setores variados da sociedade rio-grandense fizeram menção, em seus escritos, sobre a existência de carvão no solo do Rio Grande do Sul, conjecturando sobre o valor do mineral; entre eles, destacam-se as obras: Memórias Econômico-Políticas sobre a administração pública do Brazil, de Antonio José Gonçalves Chaves (1822/23); Textos de Vicente Wenceslau Gosmes de Carvalho (cirurgião-mor do presídio de Rio Pardo); Textos do naturalista Frederico Sellour (1827) e de seu companheiro de viagem em Arroio Candiota, Guilherme Bouliech; Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul, de Nicolau Dreys. A existência desses escritos figura em vários outros textos do período e posteriores, sem que, contudo, nos fosse possível localizá-los, embora eles sejam recorrentemente mencionados por DAHNE, op. cit.

27 JORNAL DO COMMÉRCIO, de 17 de Abril de 1848. Rio de Janeiro. [MCAR].

28 PORTO ALEGRE. Relatório do Presidente da Província de 1849, referente ao exercício de 1848. [AHPOA/AHRS].

diferente das expectativas e dos resultados anteriores, o engenheiro atestou que na profundidade, até onde havia feito as sondagens, o mineral encontrado não era de boa qualidade. Em um trecho de seu relatório o engenheiro afirma:

A inspecção das localidades nos convenceram immediatamente de dois factos importantes: sendo o primeiro que os terrenos carbonaceos daquelles locaes não são a formação cabonifera por excellencia (...).²⁹ O segundo facto de que me convenci, é, que as camadas do carvão em lavras naquelle logar, e as que se tem descoberto anteriormente a estas, não convidam a meu ver a extracção. Não só pela pouca espessura dellas, como pela qualidade inferior do combustível, e difficuldades de transportes. (...) parece possível, que abaixo das camadas conhecidas existam outras de mais proventos e de melhor qualidade, intendê que era útil estudar mais minuciosamente o terreno, mas nada que não ficasse ainda desta vez indecisa a questão. (sic).³⁰

Os resultados dessas sondagens levavam, invariavelmente, à conclusão de que o lucro obtido com a venda do carvão da região não compensaria o custo da extração, do transporte e da comercialização e, assim, era sempre recomendada a suspensão dos investimentos para a pesquisa da extração do carvão em Arroio dos Ratos.

Ainda, as questões ligadas ao minério eram profundamente influenciadas pelo contexto da sociedade que, naquela época, vivenciava a transferência da família real da metrópole portuguesa para a colônia brasileira. Com a instalação portuguesa no Brasil, tem-se a abertura dos portos às nações amigas, em especial a Inglaterra, o que oportunizou um relativo incremento nas atividades econômicas na colônia. O relativismo situa-se por conta do fato de que, mais do que o desenvolvimento industrial do Brasil propriamente dito, o que houve foi um aumento considerável do fluxo de produtos industrializados da Inglaterra. Segundo Singer (1977):

29 Por tratar-se de uma carta relatório manuscrita apresenta lacunas na compreensão da grafia, contudo a parte do texto legível permite-nos perceber que se tratava de uma comparação depreciativa do carvão encontrado na localidade em relação ao existente no Velho Mundo e na América do Norte. [MCAR].

30 PORTO ALEGRE. Carta relatório enviada ao Visconde de Monte Alegre, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócio do Império, por Frederico A. de Vasconcelos, em junho de 1849. Trata de uma sondagem realizada em Curral Alto. Original Manuscrito do Arquivo do Museu imperial. Cópia do Museu do Carvão. Arroio dos Ratos/RS. ANEXO II – Carta/relatório de Frederico Vasconcelos. [MCAR].

Para se ter uma idéia do grau de dependência comercial em que se encontrava o Brasil basta examinar a composição de nossas importações da Grã-Bretanha, nosso principal fornecedor, no período entre 1890 e 1904: quase metade era constituída por artigos têxteis, vindo a seguir com cerca de 10% o ferro, com outro tanto o carvão de pedra e com proporção apenas um pouco menor a maquinaria. [...]³¹

Pode-se observar também que uma dependência econômica da América Latina em relação às importações da Grã-Bretanha, desde o período das guerras napoleônicas, expandiu-se consideravelmente após a emancipação das metrópoles espanhola e portuguesa. Assim, no que se refere ao carvão, todas as iniciativas do período não resultaram na efetiva exploração das minas da região, bem como não estimularam a criação e o estabelecimento de indústrias destinadas a esse fim.

Entretanto, em 6 de outubro de 1853, o presidente da província, Conselheiro Luiz Vieira Cansação de Sinimbu, em seu relatório à Assembléia, defendia a idéia de incentivar a pesquisa mineral, argumentando que, pela indicação que se tinha das amostras, na localidade de Arroio dos Ratos, o carvão era encontrado após a perfuração de uma finíssima camada de solo.³² Com essa disposição, o presidente da província obteve permissão e financiamento do governo imperial para uma nova exploração de carvão nas margens do Rio Jacuí.

Para a realização dessa nova exploração, o presidente da província encarregou o sr. James Johnson de iniciar os trabalhos de sondagem, encontrando carvão já nas primeiras perfurações. Dahne (1893) atribuiu a Johnson o papel do predestinado, quando se referiu ao fato de que coube a ele o título de pioneiro da mineração: “[...]. Estava **reservado** a James Johnson, hábil mineiro inglez, ser o primeiro fundador da indústria de mineração n’este Estado. [...]”. (sic) (Grifo nosso).

³³ A menção do nome do mineiro vem acompanhada da afirmação de sua competência profissional, bem como da sua nacionalidade, elementos esses que parecem conferir credibilidade e seriedade ao mineiro e ao empreendimento a que

31 SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional. 1889/1930. In: FAUSTO, Boris. (org). O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Tomo III. 2a ed. 1o Vol. São Paulo: Difel, 1977. p. 365

32 PORTO ALEGRE. Relatório do Presidente da Província, de 06 de outubro de 1853, Conselheiro Luiz Vieira Cansação de Sinimbu à Assembléia Legislativa Estadual. [AHPOA/AHRS].

33 DAHNE. op. cit., p. 08. [MCAR/ACES].

se propunha. De acordo com Macedo (1975):

Pode-se creditar a James Johnson o título de campeão na luta pela mineração no Rio Grande do Sul. Natural da *Cornwall* e “com alguma experiência neste tipo de trabalho”, foi de uma persistência digna de nota, envolvendo por diversas vezes as autoridades da Província e do Império nas suas pesquisas e experiências.³⁴

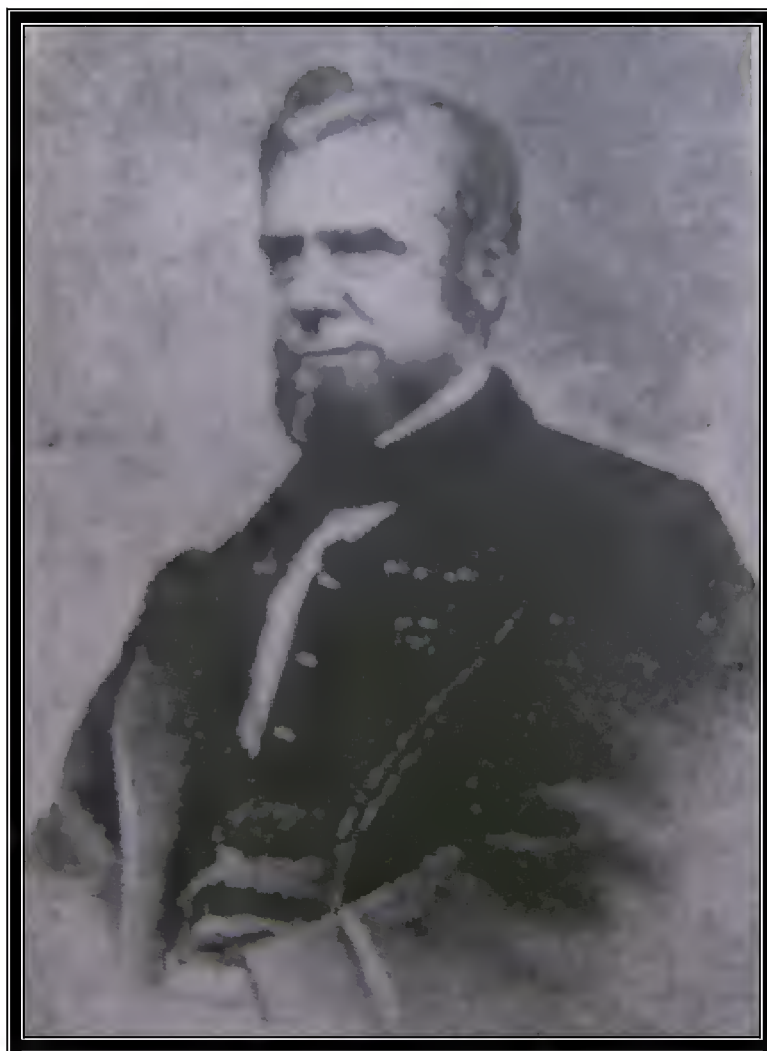


Figura 01: James Johnson.³⁵

34 MACEDO, F. Riopardense de. *Inglese no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação, 1975. p.70.

35 O Engenheiro James Johnson era natural da Cornualha, um condado da Inglaterra na extremidade sudoeste da ilha. A data de seu nascimento é ignorada, mas faleceu em 1874, provavelmente em São Jerônimo. Era filho de Pedro e Margarida Johnson, naturais da Inglaterra, e casado com Maria Ana Corlett (ou Mariana). Apesar de restrita, a fonte documental existente sobre a vida do mineiro no seu país de origem referencia-o como pertencente a uma família em que diversas gerações se ocuparam da mineração do carvão. ANEXO III – Árvore genealógica da família de James Jonhson. Fonte: SIMCH. Dr. Alfredo. Município de São Jerônimo. Monografia. Edição Especial Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961, p. 203.

O material mineral encontrado na Serra do Erval³⁶ foi encaminhado para análise na capital imperial e, ao ser constatado seu valor, o presidente autorizou o início da exploração, datando então de 1853 o princípio da exploração oficial e organizada no Estado.

Johnson procurou então 10 mineiros, de profissão, naturaes do paiz de Gales, que se achavam como colonos na próxima Serra do Herval, e começou a extracção de carvão tirando contos de toneladas, que foram transportadas para a villa de S. Jeronymo, parte em cargueiros, parte em carretas, pagando 10\$ a tonelada por transporte da mina até S. Jeronymo e 2\$000 de S. Jeronymo até Porto Alegre. (sic).³⁷

Observa-se que, nesse momento, ocorreu a transferência de técnica através da utilização de mão-de-obra inglesa. Macedo (1975) indica que os ingleses pioneiros no Rio Grande do Sul vieram numa condição de empresários para atuarem em empreendimentos de sucesso garantido, dos quais já tinham conhecimento através dos cronistas ou viajantes, tanto na iniciativa pública quanto na privada. Entretanto eles não foram os únicos, e o autor aponta:

Muitos outros seguiram na condição de "mão de obra semi-especializada", como são os que se registram no vice-consulado, entre os quais Thomas Jones e John Davis, com suas famílias, compreendendo, ao todo, oito pessoas. No entanto, o mesmo livro registra outra família inglesa que, se percebe, optou definitivamente pelo Brasil, sem qualquer segurança. Basta ver as datas de nascimento do casal e dos filhos. James Sharples, nascido em 20 de junho de 1827 e Naomi Jones, sua mulher, nascida em 1830, tiveram o primeiro filho na Inglaterra em 1849; o segundo já nasceu a bordo do navio, em 26 de outubro de 1851; o quarto em Arroio dos Ratos, a 24 de janeiro de 1856, assim como o quinto e o sexto, respectivamente, a 18/04/1858 e 03/01/1860; o sexto filho nasceu na Azenha, a 20/04/1862; o sétimo ainda em Arroio dos Ratos e o último, a 9 de fevereiro de 1866, na Caixa d'Água.³⁸

36 Localidade também conhecida como Mina do Faxinal. Nos documentos do período, encontramos a grafia de Herval com a letra 'H' e sem ela. Em nossos estudos, optamos por respeitar a grafia do documento analisado, no entanto, refere-se à mesma localidade.

37 DAHNE, op. cit. p. 05. [MCAR/ACES].

38 MACEDO, op. cit. p.43.

O autor analisa, através da data e do local de nascimento dos filhos, o percurso de trabalho dos pais, identificando a trajetória de trabalho dos operários e apontando como hipótese a possibilidade de deslocamento contínuo para a realização de atividades de diferentes naturezas em empresas de patrícios. Para Macedo (1975), “Estas possibilidades de se deslocar sempre encontrando trabalho parece ter sido cômoda aos humildes súditos de Sua Majestade Britânica de menor nível intelectual e menores recursos”.³⁹

Contudo, identifica-se a vinda de ingleses especificamente para o trabalho das minas por meio da notícia publicada no jornal Echos do Sul, de Rio Grande, em que se lê: “Esperam-se brevemente da Inglaterra cem mineiros que devem trabalhar nas jazidas de carvão de pedra do Arroio dos Ratos, sob a direção do engenheiro Johnson”.⁴⁰ No mesmo sentido, Macedo (1975) afirma que “Na verdade estes mineiros ingleses vieram para trabalhar naquelas minas porque o livro II do Consulado Britânico de Porto Alegre registra em 1873/74 a volta de alguns deles para a Inglaterra e os acidentes de trabalho ocorridos com outros”.⁴¹

Em 1866, o Governo Imperial concedeu o direito de exploração das minas do distrito de São Jerônimo⁴² para James Johnson e Ignácio José Ferreira de Moura, o que lhes permitia a exploração para lavrarem o terreno por trinta anos. Sobre essa sociedade, Macedo (1975) diz:

O infatigável incorporador das minas de carvão de pedra do Arroio dos Ratos pretendia suprir toda a necessidade de combustível para a indústria e para a navegação fluvial da Província. [...] associou-se a Ignácio José Ferreira de Moura e obteve a concessão à margem esquerda daquele Arroio, pelo Decreto 3.715 de 6 de outubro. Ignácio José Ferreira de Moura (pai do Padre Landell de Moura) foi,

39 Idem. p. 44.

40 Ibidem, p. 73.

41 Idem.

42 No que se refere à grafia da palavra São Jerônimo, até o ano de 1931, foi utilizado o “y” e sem acento. Em 1932/33, a grafia correta passou a ser com “i” e acento circunflexo no “o”, contudo, nos anos de 1934 a 37, houve um retorno à grafia utilizada antes da década de 1930 – “São Jeronymo”. No ano de 1938, a letra “y” foi substituída pelo “i”, mas não havia acento. A partir de 1939, a escrita do nome da cidade adquiriu a grafia atual: “São Jerônimo”. Em nossos estudos, utilizaremos a grafia atual, mantendo nas citações a escrita como o original encontrado nos documentos.

pois, sócio do patrício de seu sogro, Robert Landell, tendo a ele passado uma procuração datada de 28 de fevereiro de 1867.⁴³

A concessão estipulava, entre suas cláusulas, a liberdade de exploração pelos concessionários por sociedade organizada dentro ou fora do Estado; a obrigatoriedade de apresentação, em um prazo de dois anos, da planta topográfica do terreno e a determinação do terreno máximo de exploração vinculado ao capital investido.

A permissão da formação de sociedade para exploração do carvão, fora do Estado, garantiu a James Johnson e a seu associado a possibilidade de obter financiamento para a implementação da indústria de extração de carvão através do estabelecimento de parcerias na Inglaterra. A instalação de uma companhia de mineração de capital inglês no Brasil estava inserida num contexto de atuação mais amplo, pelo qual, nas palavras de Pesavento (1982),

Na sua posição de nação pioneira e já vinculada ao Brasil por laços de dominação-subordinação já há mais de um século, a Inglaterra passou a exportar capitais e a operar no setor de serviços públicos. Proliferaram os empréstimos e os bancos ingleses, bem como passaram a operar no país as ferrovias, os navios e as companhias de iluminação a gás britânicas.⁴⁴

Para a autora, a expansão da atuação de empresas inglesas no país fez com que a importação de carvão assumisse relevância, pois o produto era necessário para “[...] dinamizar esta rede de serviços que se expandia, bem como abastecer as poucas empresas que utilizavam máquina a vapor”.⁴⁵ Partindo dessa linha de pensamento, a mineração de carvão tornou-se um novo setor no qual empresas inglesas poderiam investir, um local de trabalho para os patrícios e, além disso, uma alternativa para o fornecimento de energia às indústrias britânicas.

43 Segundo Macedo (1975: 70:73), Robert Landell (o velho) era um médico e comerciante escocês. Era homem de confiança do cônsul e ficou de posse dos documentos do consulado quando o vice-cônsul morreu. Morava no Passo d'Areia, teve um filho com a primeira esposa - John Landell - também médico sanitário. Com a segunda esposa, teve Sara Mariana Landell, esposa do Ignácio Moura. MACEDO, op. cit. p. 71.

44 PESAVENTO, Sandra J. A indústria carbonífera Rio-Grandense e a Questão energética. In: Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre: v. VIII, n. 2, p. 281:306, dezembro de 1982. p. 282

45 Idem.

De acordo com Macedo (1975):

A descoberta de minas era o grande interesse dos ingleses que visitavam o Rio Grande do Sul ou nele estavam radicados como comerciantes. A preocupação era encontrar carvão, a princípio para o negócio necessário das Ilhas Britânicas com o continente europeu e, logo depois, para o desenvolvimento de empresas locais, especialmente relacionadas com o gás de iluminação. É verdade que muitos deles já se guiavam pelas informações de cientistas e cronistas seus patrícios que desde o começo do século XIX que se travaram os maiores debates sobre o carvão desta região.⁴⁶

Assim, naquele momento, a mineração de carvão no Brasil tornou-se importante para os ingleses e para os governos locais, que passaram a estabelecer parcerias para o desenvolvimento das atividades. Os governos locais viam na descoberta do minério uma forma de substituir as importações do produto, mas não possuíam as condições tecnológicas e de capital para promoção do desenvolvimento da indústria carbonífera. Apesar de parecer pouco provável, Pesavento (1982) destaca que interessava aos ingleses a extração de carvão, mesmo que isso representasse concorrência, pois

[...] Embora a descoberta das minas, se efetivada, redundasse na diminuição da importação do carvão britânico, a Inglaterra seria também beneficiada com isso, pois as empresas e companhias inglesas que aqui operassem poderiam utilizar-se de combustível local, além de realizar a sua exportação para a própria Grã-Bretanha, caso as jazidas fossem consideráveis.⁴⁷

Nesse contexto, em 1872, foi criada "The Imperial Brazilian Collieries Co. Limited", com um capital de 100,000 libras esterlinas. Para essa empresa de capital essencialmente estrangeiro, o mineiro transferiu o direito de exploração das minas de Arroio dos Ratos. Pelo decreto n°. 4921, de 13 de abril de 1872, o governo imperial autorizou a transferência do privilégio da exploração de carvão para a companhia criada por Johnson e Moura. Dahne (1893) descreve os acontecimentos destacando a parceria estabelecida entre o capital inglês e o governo local: "[...]

46 MACEDO, op. cit. p. 69.

47 PESAVENTO, op. cit. p. 282.

Consta-me que a Presidência da Província tomou 10,000 libras esterlinas em acções da nova Companhia e que os concessionários Johnson e Moura receberam 30,000 libras em compensação do seu privilégio e serviços feitos, quando fizeram a transferência dos mesmos”. (sic).⁴⁸ Essa data representa então o início da indústria de exploração do carvão no Brasil.⁴⁹

Assim, a autorização dada pelo Governo imperial para o estabelecimento e a atuação de uma empresa essencialmente estrangeira no país favoreceu a obtenção de máquinas, material e mão-de-obra familiarizada com a atividade de extração de carvão, bem como a realização de melhorias que pudessem viabilizar a extração do minério. De acordo com Dahne (1893), “[...] Esta companhia começou os trabalhos construindo a estrada de ferro das minas até S. Jeronymo, mandou vir machinas e todo o material necessário da Inglaterra, assim como mineiros e o maior pessoal tecnico e administrativo [...]”. (sic).⁵⁰ Concomitante com a transferência de técnica, associou-se a de maquinário. Nesse sentido, Dean (1977) destaca:

A transferência da maquinaria era menos difícil do que se poderia imaginar, pelo menos enquanto a Primeira Guerra Mundial não arruinou o sistema comercial do mundo. O aparecimento de desafios, lançados por norte-americanos e alemães, à hegemonia industrial

48 DAHNE, op. cit. p. 08. [MCAR/ACES].

49 Na esfera mundial, não só a utilização numa escala ampliada, como também a organização da extração do carvão esteve ligada ao momento histórico principiado pela Grã-Bretanha em meados do século XVIII, denominado de Revolução Industrial, que, segundo Hobsbawm (1977:45/48), foi o mais importante acontecimento histórico do mundo sob qualquer aspecto, sendo entendida como “[...] a criação de um ‘sistema fabril’ mecanizado que por sua vez produz em quantidades tão grandes e a um custo tão rapidamente decrescente a ponto de não depender de demanda existente, mas de criar o seu próprio mercado. [...]”. Deve-se ter presente que a Revolução Industrial não foi um episódio com um princípio e um fim, visto ter sido um processo. Não há, portanto, um momento específico no qual possamos assentar seu final, pois que sua essência foi a de que a mudança revolucionária se tornou norma desde então, estando presente e em progressão até os dias atuais. A Inglaterra apresentava, no século XVIII, as “condições adequadas” (expressão utilizada por HOBBSAWM, (1977, 54/55), ao se referir ao conjunto de elementos que poderiam explicar o pioneirismo inglês na Revolução Industrial) que possibilitaram a proliferação de inovações técnicas, pois havia um direcionamento em diversos aspectos da sociedade que tomava possível o desenvolvimento da indústria em sua passagem da manufatura artesanal para a produção industrial. Um dos componentes das “condições adequadas” para o desenvolvimento industrial e que garantiu o pioneirismo inglês no que se refere ao processo de industrialização foram as grandes reservas de carvão mineral existentes no subsolo, as quais se constituíram não só na principal fonte de energia para a movimentação de máquinas e locomotivas a vapor, como também em matéria-prima importante para a fabricação de diversos componentes industriais. Nesse período, ou seja, século XVIII, o Brasil não apresentava as mesmas condições que a Inglaterra, estando presentes fatores limitadores da industrialização, decorrentes de sua dependência de Portugal, em que os entraves para a instalação de manufaturas constituíam-se problemas para um possível processo de industrialização. HOBBSAWM, Eric J. Era das revoluções. 1789-1848. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

50 DAHNE, op. cit. p. 08. [MCAR/ACES].

dos britânicos tornou possível, por volta de década de 1890, um mercado internacional muito mais aberto e competitivo.⁵¹

Sob essa ótica, o autor entende a existência de uma facilidade de importações devido à abertura do mercado internacional e à conseqüente concorrência entre alguns países, como os Estados Unidos e a Alemanha, para o fornecimento de maquinário. Segundo Singer (1977), a concorrência que os ingleses passaram a sofrer no mercado nacional deu-se, porque “O capital britânico procurou se aproveitar da industrialização brasileira para vender equipamentos, mas aparentemente não confiou em sua continuidade para nela arriscar inversões próprias, a não ser as poucas já mencionadas. Dessa maneira, o capital britânico deixou passar uma oportunidade que os americanos e alemães aproveitaram” através da instalação de fábricas e fornecimento de materiais necessários à indústria.⁵²

Entretanto, nada foi capaz de superar os problemas da empresa, que veio a falir e encerrar suas atividades em 1878. Para Dahne (1893), ao analisar os acontecimentos ocorridos, dois elementos foram os causadores do insucesso da empresa inglesa: em primeiro lugar, a omissão dos órgãos públicos e, em segundo, a má administração da empresa.

Segundo o engenheiro, a omissão dos órgãos públicos apresentava-se desde 1866, quando o Estado deixou de se ocupar com a atividade e transferiu a concessão de exploração para Johnson e Moura, “[...] desde aquelle tempo não me consta ter o Governo Geral ajudado com cousa alguma para o progresso destas minas nas difficuldades com que lutavam para continuar a sua existencia”. (sic).⁵³ Essa foi a primeira vez em que o engenheiro manifestou sua opinião acerca do que considerava uma omissão dos poderes públicos; contudo, ao longo de seus estudos, muitas vezes ele enfatiza esse aspecto como forma de justificativa para os problemas enfrentados pela indústria carbonífera no Brasil. Com esse depoimento, o engenheiro Dahne se utiliza daquilo que Carola (2004) denomina de “discurso da

51 DEAN. WARREN, A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris. (org). O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Tomo III. 2a ed. 1o Vol. São Paulo: Difel, 1977. p. 256

52 SINGER, op. cit. p. 370.

53 DAHNE, op. cit. p. 08. [MCAR/ACES].

crise”, que era uma estratégia dos proprietários de companhias de exploração do carvão e que visava a sensibilizar a opinião pública e pressionar o governo federal para a causa da indústria carbonífera.

Esse discurso esteve presente, de forma constante, na história da indústria carbonífera da região, sendo enfatizado em alguns momentos, como, por exemplo, durante a Segunda Guerra Mundial, quando as empresas necessitavam justificar atitudes como as demissões ocorridas em 1943, devido ao cumprimento das exigências legais. De acordo com Carola, ele esteve presente na fala dos dirigentes das companhias carboníferas de Santa Catarina na década de 1920; no entanto, podemos observar que esse discurso também era utilizado no final do século XIX no Rio Grande do Sul.⁵⁴

Ao destacar que *“não me consta ter o Governo Geral ajudado com coisa alguma”*, estava enfatizando que a indústria da mineração *sempre* sofreu com aquilo que considerava a “omissão” dos órgãos públicos. O engenheiro utilizou-se de acontecimentos dos primórdios da mineração e os analisou sob o prisma e o entendimento daquele momento, os quais queria comprovar.

No tocante à má administração da empresa como causa do encerramento das atividades, Dahne (1893) afirmava: “Falta, porém, de economia na execução d’estas obras, e desastres e prejuízos na construcção d’ellas, concorreram para o naufrágio da Companhia dentro de poucos annos, e obrigar-a a terminar sua existencia, pondo em hasta publica o material empregado na mina”. (sic).⁵⁵

Os gastos excessivos nas obras da estrada de ferro, bem como na exportação de maquinário, geraram um grave problema nas finanças da companhia. Apesar de todo o empenho na mineração em 1873, isto é, um ano após o estabelecimento da empresa, o Presidente da Província destituiu James Johnson de suas funções. Isso ocorreu devido às graves acusações que foram feitas contra ele no relatório do inspetor de minas dirigido ao presidente da Província e à “The

54 CAROLA, Carlos. Modernização, cultura e ideologia do carvão em Santa Catarina. In: GOULARTI FILHO, Alcides. (org.) [et al.]. Memória e cultura do carvão em Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 27

55 DAHNE, op. cit. p.08. [MCAR/ACES].

Imperial Brazilian Collieries Co. Limited".⁵⁶

O inspetor acusava-o de falta de economia na execução das obras, bem como de descuidos que provocaram desastres e prejuízos durante a construção. De acordo com BUNSE (1984), as acusações sofridas pelo mineiro, além de sua demissão e seu afastamento, foram as causadoras de sua morte no mesmo ano.⁵⁷ Segundo Macedo (1975), o mineiro inglês foi injustiçado na interpretação de suas ações e teve seu valor diminuído; conforme as palavras do autor, algo inconcebível em relação ao papel que ele desempenhou na mineração nacional.

Não lhe fez justiça o inspetor nomeado para as minas, senhor Pedro Bernardes y Primavera, que o acusara, poucos meses antes de sua morte, de orgulho e presunção e afirma 'ser pouco lisonjeiro o estado em que se achavam os trabalhadores orientados pelo gerente'. Realmente estas não são palavras que se possa dirigir a um trabalhador que começou a pesquisa e por quase um quarto de século se dedicou às minas de São Jerônimo. Ao menos deveria ser respeitado o seu trabalho de pioneiro que facilitou o primeiro sistema, as primeiras redes de iluminação a gás das principais cidades do Rio Grande do Sul naquela época.⁵⁸

Foi indicado como sucessor de Johnson, o engenheiro, também inglês, W. Tweedie, que buscou dar outro direcionamento à empresa, obtendo, no primeiro semestre de 1875, uma produção expressiva. Contudo, os bens da companhia criada por Johnson e Moura foram disponibilizados para quem se propusesse a liquidar as dívidas, recebendo em troca o material e o direito de exploração de carvão no distrito de São Jerônimo.

Dahne, quando descreve o fim da empresa "The Imperial Brazilian Collieries Co. Limited", apresenta, em seu discurso, um quadro desolador ao afirmar: "As falhadas tentativas haviam desanimado a todos. Já se punha em dúvida a existência de soffrivel carvão, e não faltava quem affirmasse que o estado não possuía senão lenhitos nas suas jazidas". (sic).⁵⁹ Quem seriam esses todos referenciados pelo autor? Os ingleses, quem sabe, por não haverem obtido o retorno do capital

56 PORTO ALEGRE. Relatório do Inspetor de Minas de 19 de setembro de 1873. [AHR/MCAR]

57 BUNSE, op. cit. p. 24.

58 MACEDO, op. cit. p. 74.

59 DAHNE, op. cit. p.08. [MCAR/ACES].

empregado? Os governos locais que viam suas esperanças de autonomia frustradas? Ou, ainda, os trabalhadores que ficariam sem seu ganho? Não há esclarecimento sobre essa questão, mas o engenheiro persegue destacando: “Esteve a ponto de submergir-se no esquecimento a mineração de carvão n'este Estado, mas felizmente não lhe estava destinada uma morte tão triste, porque, como a Phenix, renasceu de novo das suas cinzas”. (sic).⁶⁰

As referências de Dahne sobre os acontecimentos desse período destacavam o empenho da indústria carbonífera, que buscava em si mesma a força para a manutenção das atividades, utilizando-se da figura mitológica da “*Phoenix*”⁶¹ para corroborar a luta solitária, pois a indústria carbonífera representada pelas companhias e pelos seus dirigentes renascia por esforço próprio. Observa-se, novamente, que o autor se amparava, em sua interpretação do passado, nos argumentos utilizados pela companhia que representava.

O engenheiro expõe, nesse momento, pela primeira vez, aquilo que denominamos como o discurso da luta solitária, pelo qual a companhia de mineração é apresentada como uma lutadora solitária em prol do desenvolvimento da mineração. Todos os esforços para o progresso da indústria de mineração são atribuídos à companhia, a qual sozinha suporta todas as adversidades e transpõe todos os obstáculos para promover o desenvolvimento, em última instância, da própria nação. É possível anteciper que esse discurso estará presente em todo o período estudado, sofrendo transformação no que diz respeito à luta “solitária”, quando os dirigentes entendem que foi estabelecida uma parceria com o governo central, conforme veremos no capítulo 2.

Em um outro sentido, o pronunciamento do engenheiro deixa implícito aquilo

60 Idem.

61 A fênix, segundo o que relataram Heródoto ou Plutaco, é um pássaro mítico, de origem etíope, de um esplendor sem igual, dotado de uma extraordinária longevidade, e que tem o poder, depois de se consumir em uma fogueira, renascer de suas cinzas. Quando se aproxima a hora de sua morte, ela constrói um ninho de vergôntes perfumadas onde, no seu próprio calor, se queima. Os aspectos do símbolo aparecem, então, com clareza: ressurreição e imortalidade, reaparecimento cíclico. “O pensamento ocidental latino tinha que herdar alguma coisa do símbolo referente à fênix, pássaro fabuloso, cujo protótipo egípcio, o pássaro Bennou, gozava de um prestígio extraordinário em função de suas características. Entre os cristãos, será, a partir de Orígenes, considerado um pássaro sagrado e símbolo de uma vontade irresistível de sobreviver, bem como de ressurreição e do triunfo da vida sobre a morte.” CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 17ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. p. 421:422.

que ele considerava como descaso dos órgãos públicos, os quais, aparentemente, não se dispuseram a prestar o auxílio necessário para o desenvolvimento da indústria carbonífera do Estado. Entretanto, os “órgãos públicos” não são especificados, sendo mencionados como entidades abstratas que se omitem frente ao problema. Importante ressaltar que a fala do engenheiro, nessa parte de seu relatório, é uma retrospectiva histórica dos primórdios da mineração e que tal documento se destinava aos acionistas da empresa em que Dahne atuava como representante. Por conseguinte, é possível afirmar que, quando caracterizava a companhia de mineração como uma instituição que lutava solitariamente pelo bem maior, assim como quando referenciava o descaso das autoridades com a Companhia de Johnson e Moura, estava enfatizando como histórico o descaso dos órgãos públicos, pois destacava a permanência da postura inadequada desses órgãos ao longo do tempo.

O processo público desencadeado a partir da falência da companhia “The Imperial Brazilian Collieries Co. Limited” resultou na transferência do direito de concessão de exploração da mina de Arroio dos Ratos à firma “Holtzweissig e Cia.”, de Porto Alegre, que, ao assumir as dívidas da antiga companhia, arrematou igualmente o acervo constituído pela empresa inglesa.⁶² Dahne (1893) enfatizava a iniciativa isolada da companhia em reativar as atividades de mineração, quando apresenta o acontecimento, destacando:

Foi a casa de *Holtzweissig e Cia.*, que, convencida de que possuíamos realmente ótimo carvão, operou a ressurreição, adquirindo a propriedade das minas e começando a prepará-las para uma exploração em grande escala, e que, não obstante os primeiros prejuízos, empregou os seus capitães com o nobre intuito de salvar para a Província uma grande fonte de riqueza, que ia ser abandonada. (sic).⁶³

Nesse ponto, o engenheiro destacava que se tratava de uma iniciativa de caráter privado e não uma ação de algum órgão público. A conotação empregada

62 RIO DE JANEIRO. Decreto n° 6364, de 6 de Julho de 1878. Concede a empresa “Holtzweissig & Cia” o privilégio de lavrar a jazidas carboníferas no Município de São Jerônimo e do Triumpho. Governo imperial, 1878. ANEXO IV – Decreto Nº 6364 – Concessão de direitos “Holtzweissig & Cia”. [MCAR/ACES].

63 DAHNE, op. cit. p.08:09. [MCAR/ACES].

para definir as atitudes da companhia enfatizava a realização de um ato de abnegado serviço à comunidade, a “[...] *patriótica tentativa foi coroada de sucesso. [...]*”⁶⁴ destacou o autor, invocando um conceito que esteve presente e foi recorrente nos argumentos utilizados em defesa da indústria carbonífera no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, ou seja, a garantia de atividade de extração de carvão nacional como um ato de patriotismo.

Em tal contexto, indicar, em seu discurso, que a “Holtzweissig e Cia.” era uma empresa que lutava, solitária e abnegadamente, pela causa carbonífera e pelo bem da nação era coerente com seus interesses e os dos demais dirigentes da companhia a qual representava, pois era necessário demonstrar que essa era uma característica das companhias de mineração. Entretanto, nem todos compartilharam dessa mesma forma de analisar a inserção dessa empresa na atividade mineradora. Ao explanar sobre a anulação de concessão dos pioneiros da mineração em Butiá, o Dr. Simch (1961) destaca.⁶⁵

[...]. A firma Holzweissig C^o, que também operava no mesmo gênero de exploração do minério conseguiu desalojar os concessionários [...]. Injustamente e, sem a menor indenização, foram dêste modo derrotados na patriótica lutas pelas industrias de mineração. Também não lhes valeu a madrugada aos Srs. Holzweissig C^o, pois não foram felizes êsses gananciosos perturbadores. Eles também fracassaram e sem interferência de terceiros – não lhes valeu o golpe. (sic).⁶⁶

Na descrição dos acontecimentos narrados, analisados pelo médico e político local, a empresa é apresentada como uma espécie de empreendimento maquiavélico. A culpa pelo infortúnio dos mineradores pioneiros é imputada a ela. Não há traços do discurso que a apresenta como lutadora solitária, pois, para Simch, ela não passa de uma empresa oportunista que destrói iniciativas valorosas em busca de lucro.

64 Idem. p. 09.

65 Os pioneiros da mineração em Butiá, mencionados por Simch, eram: Nicácio Teixeira Machado; Antônio Patrício de Azambuja e Gaspar Menezes, que receberam a concessão em 1881 e atuaram até 1882, quando perderam a concessão pelo Decreto Imperial n°. 893, de 17 de junho de 1882.

66 SIMCH, op. cit. p. 206.

Observamos, ainda, que a companhia que assumiu a atividade de extração de carvão foi apresentada como uma instituição concreta, isto é, o engenheiro especificou qual empresa de cunho privado se responsabilizou pela recuperação da atividade. Ao mesmo tempo, manteve apenas como uma abstração os órgãos públicos, que caracterizava como omissos, pois, em nenhum momento, referenciou quais eram esses órgãos e em que instância se inseriam. Essas considerações nos reportam ao trabalho de Orlandi (1993), que estuda os silêncios no discurso e destaca as qualidades presentes no que chama de silêncio fundador ou fundante, “que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar”⁶⁷

Nesse sentido, a não-indicação, no discurso do engenheiro, de quem precisamente eram os órgãos omissos, pode estar inserida no contexto do silêncio repleto de significados; pois ainda de acordo com Orlandi (1993),

[...] o silêncio é a própria condição da produção de sentido. Assim ele aparece como o espaço ‘diferencial’ da significação ‘lugar’ que permite significar.

O silêncio não é vazio, o sem sentido, ao contrário ele é o indício de uma totalidade significativa.

[...].

Evidentemente, não é o silêncio em sua qualidade física de que falamos aqui, mas do silêncio como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significante.⁶⁸

Que elementos foram os responsáveis pelo silêncio do engenheiro na designação dos órgãos públicos omissos? Medo de represálias futuras? Cuidado para não ferir um eventual parceiro de negócios? Difícil indicar uma resposta convincente, visto não haver forma de comprovação; entretanto, o silêncio se fez e as hipóteses para entendê-lo também.

A concessão do privilégio de exploração manteve, para a nova empresa, as mesmas cláusulas estabelecidas para Johnson e Moura, bem como o direito de exploração por 30 anos. Contudo, determinava que, se os trabalhos de extração de

67 ORLANDI, Eni Puccinelli. As formas de silêncio. No movimento dos sentidos. 2ª ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993. p.70.

68 Idem.

minério não fossem iniciados no período de dois anos, a concessão estaria automaticamente anulada. Dessa maneira, o governo imperial estabeleceu um prazo de execução dos planos de exploração, tendo a possibilidade de pressionar a companhia, caso o cumprimento da cláusula não ocorresse no período acordado.

Entretanto, a "Holtzweissig e Cia." não obteve o resultado esperado, porque, além da necessidade de superar as dificuldades relacionadas à comercialização do carvão no mercado estadual e nacional, bem como a constante ameaça de concorrência representada pelo carvão inglês, havia a pressão dos grupos envolvidos com a distribuição do produto inglês no país. Conforme Dahne (1893), esse foi um dos aspectos preponderantes para o fracasso da firma: "[...] interesses feridos dos que negociavam em carvão inglês oppunham-se á sua introducção, e reconhecimento da boa qualidade do carvão nacional, empregando todos os meios para o desacreditar e fazer o povo desconfiar deste producto". (sic).⁶⁹

Sobre essa questão, destacam-se os estudos de Ferrer (1998) acerca da trajetória da termelétrica Candiota I, em que a autora aponta dois fatores - a qualidade e os transportes - como sendo os principais limitadores da produção e do consumo de carvão mineral no Brasil. Quanto aos transportes, Ferrer indica:

[...] a estrutura de transportes deficientes dificultou a utilização do carvão mineral brasileiro quando a indústria nacional começou a desenvolver, pois o carvão importado chegava dos principais centros industriais mundiais por um preço muito mais baixo que o nacional. Normalmente utilizado em grandes quantidades, o carvão, quando precisa ser transportado por grandes distâncias, onera em demasia a indústria que dele necessita.⁷⁰

Nesse contexto, o custo da operação representava um inibidor poderoso de comercialização do produto nacional e um dos elementos capazes de gerar problemas sérios para a empresa de mineração. Porém, e apesar de se constituir aspecto importante, não pode ser apresentado como único fator, havendo da mesma forma fatores internos decorrentes do modo de administração assumido pela

69 DAHNE, op. cit. p. 09. [MCAR/ACES].

70 FERRER, Tânia Rodrigues. Candiota: de Luzes e cinzas. Porto Alegre: 1998. 240p. Dissertação (Mestrado em História). PUC/RS. p. 101.

"Holtzweissig e Cia.", os quais contribuíram para a situação instável da empresa.

Em 1883, numa tentativa de manter as atividades, a "Holtzweissig e Cia." solicitou não só uma prorrogação dos prazos estipulados nas cláusulas de concessão de privilégio de exploração mineral, como ainda requereu uma ampliação na permissão dos terrenos nos quais estava autorizada a extrair minério.⁷¹ No entanto, apesar de ter sido atendida em suas solicitações, a firma decidiu declinar a concessão e encerrar as atividades mineradoras na região.

Ao abordar a problemática que envolve a retirada do capital estrangeiro dos "negócios" do carvão, Pesavento (1982) destaca os direcionamentos que a indústria carbonífera iria tomar em relação aos grupos que assumiriam a atividade.

Nota-se, portanto que, ante as dificuldades que se apresentaram para a extração do carvão, o capital estrangeiro desistiu do empreendimento, demandando áreas mais lucrativas de investimento. Por outro lado, face a escassez dos recursos da província, foram os capitais vinculados ao núcleo central da economia – o centro cafeeiro formado pelo eixo São Paulo-Rio – os que se dispuseram a investir no sul.⁷²

Essa transformação do pólo investidor, destacada por Pesavento, ou seja, a retirada do capital inglês e os investimentos de capitais provenientes do Rio de Janeiro e de São Paulo, representa um marco na mineração no Estado, pois, nesse momento, ocorreu a primeira investida de uma empresa com capital predominantemente nacional na área da mineração. Então, entra em cena a "Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos - CMCPAR".

71 A intenção de ampliação de exploração direcionava-se para o Distrito de Pedras Brancas, pertencente ao município de Porto Alegre. RIO DE JANEIRO. Decreto n° 8915, de 31 de Março de 1883. Concede à empresa Holtzweissig & Cia a prorrogação dos prazos estipulados nos decretos n° 3715 de 6/10/1866 e n° 6364 de 6/07/1878, bem como a ampliação do terreno de exploração de carvão em direção ao distrito de Pedras Brancas, município de Porto Alegre. Palácio do Rio de Janeiro, 1883. [MCAR].

72 PESAVENTO, op. cit. p. 285.

1.2. Quem te conhece não esquece. Meu Brasil é com S: o capital nacional na composição da “Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos

Com a desistência da empresa "Holtzweissig e Cia." sobre a concessão de exploração de carvão, novamente a indústria carbonífera no Estado foi ameaçada de paralisação. Em 1883, uma empresa solicitou o direito da concessão da atividade mineradora na região, tendo sido seu pedido aprovado no ano seguinte. Tratava-se da "Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos - CMCPAR",⁷³ dirigida por Guilherme Ahrons, que trouxe como novidade o fato de ser formada exclusivamente por capital nacional.⁷⁴

A companhia possuía um capital de investimento que permitiu a realização de várias melhorias. Entre elas, a compra de terrenos circunvizinhos aos poços existentes e a abertura de um grande poço vertical ao qual foi dado, em janeiro de 1885, o nome de *D. Izabel*, em homenagem à princesa brasileira que, em companhia de seu esposo, o Conde D'Eu, e de seus filhos, esteve em São Jerônimo e em Arroio dos Ratos para a cerimônia de inauguração dessa mina.

73 RIO DE JANEIRO. Decreto n°. 9171, de 22 de março de 1884. Aprova a transferência da concessão da empresa 'Holtzweissig & Cia.', para a 'Companhia das Minas de Carvão de Pedra do Arroio dos Ratos', mantendo as cláusulas estabelecidas nos decretos anteriores que versavam sobre a questão da concessão da exploração de carvão de Pedra. Palácio do Rio de Janeiro, 1884. [MCAR].

74 Nesse período, o nome do engenheiro Eugenio Dahne começa a figurar nos documentos da empresa. Ao longo do tempo em que trabalhou para as companhias, desempenhou as atividades de engenheiro diretor e engenheiro responsável pela Estrada de Ferro da Companhia. Na documentação do período, aparece como sendo acionista da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo.

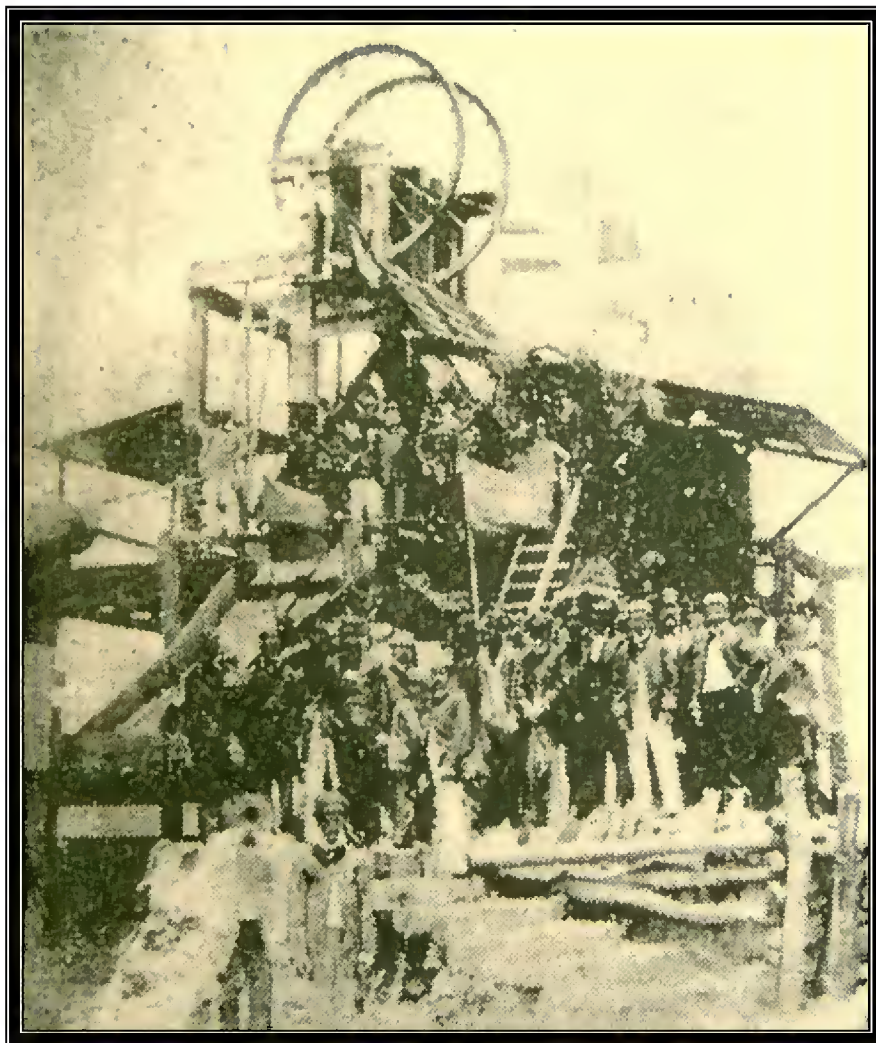


Figura 02: Poço Isabel. 1885.⁷⁵

Devido à presença de membros da família real, a inauguração da abertura do poço ocorreu com festividades, conforme podemos observar na foto, na qual operários vestidos de ternos e autoridades se dispuseram para o registro do momento.

⁷⁵ Fonte: Acervo do Museu do Carvão de Arroio dos Ratos. [MCAR].



Figura 03: Princesa Isabel. 1885 ⁷⁶

Após a visita, em 13 de janeiro de 1885, a princesa escreveu aos seus pais, o Imperador D. Pedro II e a Imperatriz Tereza Cristina, contando-lhes sobre a experiência vivenciada:

Às 7 horas da manhã, partíamos no vapor 'Monarca' para Arroio dos Ratos para ver a mina de carvão. Passeio de rio muito bonito. Ao meio dia, pouco mais ou menos, chegávamos a São Jerônimo e Triunfo, e desembarcávamos mais longe, onde começam os trilhos de ferro para a mina, vagões puxados primeiros por animais e depois locomotiva. Perdemos aí muito tempo. Chegamos à mina, teve lugar a benção do novo poço, que foi meu afillhado e a quem deram meu

⁷⁶ Fonte: Idem.

nome. Vimos descer os mineiros e depois fomos nós. Pedro e Luís foram conosco, Antônio ficou no vapor.

Ao descer no elevador, não sei que emoção se apoderou do Pedro, que se pôs a chorar. O Luís já antes chorara, não querendo descer porque, depois disse ele, pensava que lá embaixo não havia luz.

A primeira impressão ao percorrer as galerias estreitas e baixas, que indo sentada num carrinho baixo ainda assim precisava baixar a cabeça, é impressão de opressão e perguntei-me se poderia suportar isso muito tempo, acabei porém por acostumar-me lamentando entretanto a sorte penosíssima dos mineiros obrigados a 8 horas de trabalho, por dia, nessas profundezas apertadas. Na mina há muitas galerias, dois poços e a visita a ela é muitíssimo curiosa. O carvão é muito abundante e de muito boa qualidade. Não há *grisou* ao menos por ora. *Champagne* na mina e *lunch* depois de sairmos.

Na volta, em lugar de irmos nos vagões puxados por animais, voltamos esse pedaço a pé, apanhamos águas.

(...) Atravessamos bonito país. (sic)⁷⁷

A visita de membros da família real à região carbonífera foi motivada, segundo Sulzbach (1989), pelo profundo interesse que o desenvolvimento da indústria carbonífera tinha para os governantes do país: “Já então, foi tão grande o interesse do Governo Imperial pelo ouro negro – o carvão – que na inauguração de um novo Poço, a Princesa Isabel se fez presente com seu consorte, o Conde D’Eu. E por isso, aquele Poço foi batizado com o nome de ‘Poço D^a Isabel’”.⁷⁸

Outra medida de impacto tomada pela "Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos - CMCPAR" foi a construção de uma nova porção da estrada de ferro, mudando o traçado que ia até o Porto Pereira Cabral, na sede do município, para o porto de Charqueadas, local esse que, naquela época, constituía-se a melhor opção de porto de escoamento da produção.

Na imagem a seguir, podemos perceber o processo de descarregamento de carvão nas embarcações. O carvão extraído nas minas era transportado por vagões puxados por locomotivas até as instalações do porto, sendo que lá cada vagão, separadamente, era manobrado de forma a ser conduzido, um de cada vez, até o final do trapiche, para que a carga fosse depositada diretamente nas embarcações que se posicionavam estrategicamente para a operação.

⁷⁷ Fragmento da carta escrita pela princesa Isabel aos seus pais após a inauguração do poço em Arroio dos Ratos. Cópia xérox - [MCAR/ACES].

⁷⁸ SULZBACH, Cónego Ervino Lothar. Arroio dos Ratos. Berço da indústria carbonífera nacional. Arroio dos Ratos: Gráfica Editora PBS, 1989, p. 53.



Figura 04: Porto de embarque de carvão – Charqueadas. 1886⁷⁹

Esse sistema de embarque oportunizava uma dinamização nessa parte do processo e barateava o custo do carvão, se este fosse entregue pela companhia em seu próprio porto, evitando o frete. O engenheiro Dahne apresentou os resultados dos melhoramentos realizados pela “Companhia Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos”, destacando que eles haviam sido sentidos em curto prazo, como pode ser constatado coma citação seguinte.

A exportação de carvão que até 1884 não passava de 300 toneladas mensaes, chega hoje a ser maior de 1.000 toneladas por mez e as minas podem fornecer, sendo preciso 3 a 4.000 toneladas mensaes, com facilidade, isto é, mais do que o consumo da província. O carvão antigamente desprezado, hoje graças, á boa escolha e ás explorações mais para o centro da camada, tem melhorado talvez 50 por cento, e do mesmo modo que os briquettes, tem-se elle mostrado nas diversas experiências, ultimamente feitas, na altura de poder

⁷⁹ Fonte: Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS]

substituir o carvão inglês em todos os ramos de sua aplicação. (sic).⁸⁰

O engenheiro destacava as ações positivas da *CMCPAR*, as quais ele definia como “*boa escolha*”, indicando quão acertadas eram essas ações, pois delas advieram resultados positivos através da ampliação da exploração. Além disso, enfatizava que, a partir desses direcionamentos, o produto nacional se tornou mais qualificado, estando, portanto, “na altura de poder substituir o carvão inglês em todos os ramos de sua aplicação”. (sic). Em seus estudos, Ferrer (1998) aponta a qualidade do produto mineral brasileiro como um dos agentes limitadores da produção e do consumo de carvão mineral no Brasil. A autora indica que “[...] a presença de algumas impurezas faz com que seja considerado um carvão de qualidade inferior. Dentre essas impurezas, as que ocasionam maiores dificuldades para seu uso industrial são aquelas relacionadas com o elevado teor de cinzas (50 a 65%) e o elevado teor de enxofre”.⁸¹

Todavia, Dahne, diferentemente das constatações de Ferrer, destacava o potencial da qualidade e competitividade do produto nacional, deixando implícito, em seu discurso, que não havia razão para que o consumo não ocorresse, pois se o minério extraído apresentava quantidade e qualidade comparáveis ao seu maior concorrente, não havia justificativas plausíveis para sua não-utilização. Convém ainda destacar que Dahne estava falando da empresa da qual fazia parte. Não estava se referindo mais ao passado e, sim, ao momento que vivenciava e à empresa da qual era representante e porta-voz, a qual tinha interesse de ver progredir. Assim, seu discurso trazia sua subjetividade e, associados a ela, os interesses da companhia da qual era integrante.

No tocante à quantidade de minério, no entanto, Ferrer (1998) indica que, “Mesmo estando concentrado em áreas específicas, o carvão, em potencial de reservas de sua concentração geográfica, é um combustível relativamente abundante no Brasil [...]”.⁸² Porém, a autora destaca que, se as reservas de carvão coque do Rio Grande do Sul são insuficientes para atender à demanda nacional, o

80 DAHNE, op. cit. p. 09. [MCAR/ACES].

81 FERRER, op. cit. p. 101.

82 Idem.

Estado possui as maiores reservas de “carvão-vapor” utilizado para caldeiras de indústrias e produção de energia. Por essa razão, e diferentemente do que era apregoado pelo engenheiro, “A produção na Região Sul, que concentra as reservas carboníferas do país, é insuficiente para atender à demanda nacional do carvão coque”.⁸³

Por conseguinte, de acordo com o contexto apresentado pelo engenheiro Dahne, poderíamos considerar que, sob a direção da empresa em questão, a atividade mineradora teve um considerável aumento em sua produção. Entretanto, apesar das melhorias realizadas, a Companhia não obteve o retorno necessário para a sua manutenção e permanência da atividade. Conforme destacou Dahne (1893),⁸⁴

[...] as minas de carvão do Arroio dos Ratos não podiam deixar de prosperar, e de recompensar a Empreza que com tanto zelo se animou a arriscar seus capitães para vencer os obstaculos e levar esta industria á altura que alcançou, senão tivesse sobrevivendo, infelizmente, ainda um obstáculo, cuja remoção não está ao alcance da Companhia: é o preço do carvão inglez que não permite ao carvão nacional concorrer com vantagem, além da encarniçada opposição que ainda se encontra, principalmente no sul do Estado, á sua introducção, opposição esta instigada e estimulada pelos negociantes de carvão inglez, cujos interesses acham-se em perigo com a introducção do carvão nacional. (sic).⁸⁵

O engenheiro promovia o discurso da luta solitária, quando enfatizava as qualidades de luta e as ações comprometidas da companhia, ao dizer que ela foi “a *Empreza que com tanto zelo se animou a arriscar seus capitães para vencer os obstaculos e levar esta industria á altura que alcançou*”, destacando igualmente os risco ao qual ela se submeteu ao ingressar na atividade. Por outro lado, voltava a indicar fatores externos - dessa vez a concorrência inglesa e o interesse de comerciantes que atuavam com o produto - como culpados por não haver o retorno

83 Ibidem. p. 102.

84 Em 1888, o engenheiro inglês Eugenio Dahne substituiu Guilherme Ahrons na direção da Companhia. Ele esteve presente durante a liquidação da “Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos” e continuou a atuar como engenheiro-gerente e fiscal da estrada de ferro na “Companhia de Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo”, até 1908, quando foi substituído por Otto Spalding. É dele a maioria dos relatórios utilizados como fonte nessa parte de nossos estudos. [MCAR/ACES].

85 DAHNE, op. cit. p. 10. [MCAR/ACES].

esperado. Concorrência esta que ele, anteriormente, destacou como inapropriada, uma vez que o carvão nacional, em sua concepção, obteve a mesma qualidade do carvão importado a partir dos esforços da companhia de mineração.

De acordo com essa argumentação, as esperanças de salvamento da mineração no Estado teriam de partir de medidas governamentais, uma vez que a Companhia não se encontrava em condições de competitividade no mercado, devido a fatores externos, fora de seu alcance. Apesar de já ter mencionado a “omissão” do governo em sua retrospectiva da história do carvão nacional, nesse momento, Dahne passou a focar essa questão com especial destaque. A ênfase ocorreu através da utilização do chamado “*discurso do progresso*”⁸⁶, elaborado pelos dirigentes da empresa, entre eles Dahne, os quais destacavam a questão da indústria carbonífera não apenas como um problema de valorização do produto nacional, mas também como um dos construtores do progresso do país.

Crêmos porém que o Governo a cujo alcance está poder remover este obstáculo, sem sacrifícios próprios, reconhecerá a necessidade de cortar estas dificuldades, sendo certo que, dando este passo, abre o futuro á mineração não só do estado como do paiz, porque os sucessos de uns convidam sempre outros a empregar também os seus capitães na especulação da mineração e ao mesmo tempo o Governo recolhe os proveitos dos dinheiros dispendidos nas primeiras explorações. (sic).⁸⁷

O argumento não se restringiu a solicitar auxílio para a companhia carbonífera propriamente dita, entendendo os benefícios como uma possibilidade unilateral, mas ampliou a questão na medida em que apontou a contrapartida, isto é, o amparo à companhia de mineração de carvão, através da retirada dos “obstáculos” que se interpunham ao seu sucesso pleno e que representaria, por conseguinte, o sucesso do país. Para o engenheiro, essa atitude seria uma forma de estímulo aos

86 Conforme expusemos anteriormente, Carlos Carola indica o “discurso do progresso” como sendo aquele proferido por mineradores, dirigentes e defensores da indústria carbonífera nacional. Segundo o autor, esse discurso associava, na década de 1920, valores patrióticos e ideais de progresso à defesa do carvão nacional, que “exaltavam a necessidade de conquistar a soberania nacional por meio da exploração do ‘ouro negro’, produto mineral considerado fundamental para a consolidação da indústria de base do País” (p.27). Conforme já foi mencionado, o autor atribui a utilização desse discurso à década de 1920 em Santa Catarina, contudo, podemos observar que foi utilizado pelo engenheiro Dahne, em 1893, para acontecimentos do período e anteriores a ele. CAROLA, op. cit. p. 27.

87 DAHNE, op. cit. p. 10. [MCAR/ACES].

novos empreendimentos na área e um conseqüente benefício, com o retorno do investimento governamental.

O engenheiro entendia a importância da ação governamental para a saúde financeira da empresa e a conseqüente continuidade da exploração do carvão no Estado. Isso motivou a direção da “Companhia das Minas de Carvão do Arroio dos Ratos” a implementar ações no sentido de tentar forçar o consumo do produto extraído, utilizando-se de expedientes legais, como, por exemplo, o fornecimento de minério para a Companhia de Gás da província. A Lei 1688⁸⁸ previa a obrigatoriedade de utilização do carvão nacional em empresas sob a tutela governamental, nos casos em que o produto tivesse parecer favorável. O parecer seria realizado por um técnico indicado pelo poder público e encaminhado ao presidente da província para que este fizesse valer a determinação legal.

A companhia de mineração entendia que a lei não estava sendo cumprida e promoveu o encaminhamento de uma petição que solicitava providências quanto ao não cumprimento da legislação à Assembléia Legislativa do Estado, argumentando que o inciso 3º do artigo 15 determinava “[...] que uma vez verificado prestar-se o carvão nacional ao fabrico do gaz, será a empresa encarregada da iluminação publica, nas três principais cidades da província, compellida a utilizar-se desse combustível”.⁸⁹

A petição referia-se ao abastecimento de gás nas principais cidades da província⁹⁰, e foi designado o Engº. Azevedo Sodré como responsável, representante do Estado, sendo sua atribuição realizar as medições junto à companhia de gás, a fim de verificar a qualidade e utilidade do carvão para produção de energia necessária a fabricação do gás. No relatório expedido pelo engenheiro Sodré, havia o parecer de que o carvão produzido pela companhia tinha plenas condições de atender às exigências requeridas. A companhia de gás, entendendo

88 RIO DE JANEIRO. Lei 1688, de 13 de janeiro de 1888. Determina a obrigatoriedade do uso do carvão mineral nacional, nos casos onde sua utilização seja possível. [MCAR].

89 PORTO ALEGRE. Petição encaminhada à Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo diretor da Companhia das Minas de Carvão de Pedra do Arroio dos Ratos, Emanuel Paulo Frank. Consta de uma solicitação para que a assembléia legislativa tome providência para o não cumprimento da lei 1688, de 13 de janeiro de 1888. Porto Alegre, 1º de dezembro de 1888. [AHR/MCAR]

90 As três cidades consideradas como sendo as principais da província eram: Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

que teria de aceitar a decisão, mandou elaborar e enviou outro relatório ao presidente da província, no qual um de seus técnicos qualificava o produto para a fabricação de gás, mas indicava que ele tinha pouca utilidade em outras áreas da empresa e que, por isso, não deveria ser utilizado por ela.

A partir do conflito apresentado entre os dois relatórios, o governo da província decidiu não fazer nada e deixou de cumprir a determinação legal, desencadeando um impasse com a companhia de mineração. Nos argumentos de Dahne, podemos observar o “*discurso da crise*”⁹¹, ao se referir sobre o que considerava omissão governamental inserida num contexto de perseguição à indústria nacional, estando envolvidos não só o próprio presidente da província, como também membros da diretoria da companhia de gás de Porto Alegre. O posicionamento da companhia mineradora visava não apenas a pressionar o governo a praticar ações a favor da companhia, como também sensibilizar a opinião pública para com a causa do carvão.

[...]. Semelhante solução do Presidente da província veio contrariar abertamente o disposto na lei. Sobre o ponto essencial e do qual a lei cogita, não houve divergência, pois o engenheiro da Companhia do Gaz não negou que o carvão nacional se prestasse para o fabrico de gaz; e ainda mesmo que a divergência houvesse, só podia ser aceito o relatório do Sr. Dr. Sodré, unico representante do Governo provincial. (sic).⁹²

O engenheiro enfatizou a interpretação literal da lei referenciando que, no “*ponto essencial e do qual a lei cogita*”, ou seja, a obrigatoriedade da utilização do carvão por empresas sob tutela do Estado, quando o minério recebesse um parecer de qualidade favorável, não havia divergência entre os relatórios e, portanto, a discussão e o não cumprimento da lei não tinham sentido de ser. Da mesma forma, reafirmou a validade de seu argumento na medida em que destacou que a lei exigia o parecer de um técnico indicado pelo poder público, no caso específico o parecer do engenheiro Sodré; assim sendo, segundo Dahne, apenas essa questão deveria ser observada. Em continuidade, o autor apontou:

91 O “discurso da crise” era uma estratégia dos proprietários de companhias de exploração do carvão, que tinha por objetivo sensibilizar a opinião pública e pressionar o governo federal para a causa da indústria carbonífera. Nesse sentido, ver p. 48/49

92 DAHNE, op. cit. p. 73. [MCAR/ACES].

Á vista da má vontade e da perseguição de que era alvo, e querendo desmentir os boatos adrede espalhados no sentido de prejudicial-a, a Companhia das Minas oficiou ao Presidente pedindo para illuminar esta cidade por cinco dias com o carvão nacional, afim do publico conhecer a verdade. Desde então o procedimento que tem tido o representante da Companhia do Gaz, suggerindo toda a sorte de embargos para as experiências projectadas, demonstrou evidentemente a sua firme intenção de não utilizar-se do carvão nacional. (sic).⁹³

Nesse trecho do discurso, o engenheiro apresentou a companhia como sendo vítima injustiçada de perseguição e ainda destacou a existência de oposição ao produto nacional. O objetivo do discurso era sensibilizar a opinião pública indicando que existiam fatos que estavam sendo escondidos. Quando Dahne disse: “querendo desmentir os boatos adrede espalhados no sentido de prejudicial-a” e “afim do publico conhecer a verdade”, ele estava, conforme indicou Orlandi (1993:70), significando o silêncio. Naquilo que não foi dito perpassa a idéia de perseguição, estando presente a noção da existência de um complô não apenas contra a companhia de mineração, mas, mais grave ainda, contra o produto nacional.

A tese apresentada é embasada através desse exemplo, evidenciamos a utilização do discurso amplamente explorado por Dahne (1893) no sentido de reafirmar o discurso da omissão governamental. A petição da companhia carbonífera foi analisada pela Assembléia tanto através dos relatórios apresentados quanto da documentação da “Companhia de Gás”, e, ao fim do processo, parecer favorável foi emitido ao produto nacional.

[...] Considerando que a Companhia de Gaz, por força do seu contracto, é obrigada a empregar o carvão nacional, desde que este se preste ao fabrico de gaz;

Considerando que pelas experiências feitas pelo Dr. Azevedo Sodré ficou evidentemente provada a prestabilidade do carvão nacional para aquelle fim;

Considerando que cumpre animar a importante industria extractiva da mineração do carvão, porque da cooperação que se lhe provirão grandes beneficios á provincia;

Considerando que a provincia tem despendido nos tres ultimos exercicios com a illuminação das três cidades, Porto-Alegre, Rio-Grande e Pelotas a importancia de 583:104\$655;

93 Idem.

Considerando que nos exercícios em que o cambio esteve desfavorável a província despendeu 204:295\$191 e que no ultimo exercício, estando o cambio favorável, a sua despeza foi de 175:878\$966;

Considerando que sendo empregado o carvão nacional, a despeza da província diminuirá extraordinariamente, á vista da redução das despezas da Companhia e principalmente por não serem os pagamentos feitos em ouro;

Considerando que com o carvão nacional a despeza da província será de 146:296\$562, menos perto de 50:000\$000 do que foi despendido nos exercícios já referidos;

É a Commissão de parecer que se mande que o Governo faça cumprir a disposição legislativa. [...]. (sic).⁹⁴

Entretanto, o relatório apresentado à Assembléia Geral dos acionistas,⁹⁵ em março de 1890, permite considerar que as ações empreendidas pela companhia não alcançaram os objetivos pretendidos, como também o Governo não foi capaz de acudir as suas necessidades. Afirma-se isso porque, ainda no ano de 1888, uma decisão da diretoria da "Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos" promoveu a liquidação dessa empresa.

No excerto do relatório de 1889, apresentado aos acionistas pelo diretor-presidente Emanuel Frank, podemos identificar os últimos acontecimentos antes do encerramento das atividades da companhia. Primeiramente, o diretor mencionou a situação da empresa, lembrando: "No dia 4 de abril de 1888, em assembléia geral dos accionistas d'essa Companhia, a directoria da mesma expoz o seu estado embaraçoso e deu conta de diversas providencias que havia tomado para salvar-a de difficuldades iminentes". As providências mencionadas no texto se restringem a uma: a solicitação de um empréstimo ao governo do Estado, que, por sua vez, propôs um acordo de hipoteca dos bens da companhia com garantias dos dirigentes. O diretor continuou o discurso indicando que "[...] depois de muito trabalhar chegou á conclusção de que o accôrdo era irrealisavel, pelo que, abrindo mão do

94 PORTO ALEGRE. Parecer da comissão de justiça da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Sala de Sessão em 17 de dezembro de 1888. [AHR/MCAR].

95 RIO DE JANEIRO. Relatório da Assembléia Geral da Companhia das Minas de Carvão do Arroio dos Ratos. Apresentado aos acionistas da empresa pelo diretor-gerente Emanuel P. Frank e pelo diretor-secretário Hermann Kalkuhl, em 31 de março de 1890. [MCAR/ACES].

emprestimo provincial, requereu á liquidação judicial da Companhia [...].” (sic) ⁹⁶

A partir da análise desse relatório e da trajetória que ele descreve, sobressai uma questão importante: o que ocorreu com os operários? Essa questão se torna mais relevante ainda quando identificamos que, em nenhum momento, os diretores mencionaram seus trabalhadores. O relatório é vasto e denso em questões jurídicas e contábeis, em decisões e ações, mas desconsidera o lado humano. A documentação não nos permite identificar as motivações geradoras dessa omissão, ou mesmo apontar seu propósito; entretanto, lembramo-nos de Orlandi (1993), quando diz “[...] um dos aspectos da polissemia: mais se diz, mais o silêncio se instala, mais os sentidos se tornam possíveis e mais se tem ainda a dizer”. ⁹⁷

No final de 1888, deu-se a saída de Guilherme Ahrons da diretoria da companhia e coube ao engenheiro Eugenio Dahne assumir o cargo e encaminhar o processo de encerramento das atividades da "Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos - CMCPAR", garantindo a distribuição dos bens entre credores e acionistas.

1.3. De casulo a borboleta: A criação da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo – Transformação necessária

Em maio de 1889, o mesmo grupo que compunha a diretoria da antiga companhia, ou seja, seu grupo credor decidiu-se pela organização de uma nova empresa, a qual foi denominada de "Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo - CEFMSJ", conforme consta no relatório apresentado aos acionistas em 1890.

Aos 23 de Maio de 1889, reunidos em assembléa geral os credores da Companhia das Minas de Carvão de Pedra do Arroio dos Ratos, proprietarios então dos 98% de seu activo, e a maior parte dos

96 RIO DE JANEIRO. Relatório da Assembléa Geral da Companhia das Minas de Carvão do Arroio dos Ratos. Apresentado aos acionistas da empresa pelo diretor-gerente Emanuel P. Frank, em 02 de maio de 1889. [MCAR/ACES].

97 ORLANDI, op. cit. p.71.

accionistas antigos, representando os 2% restantes, deliberaram reconstituir-se em sociedade anônima, dando assim cumprimento às cláusulas da escritura de convenção, o que foi unanimemente aprovado, assim como os estatutos da Companhia.

Foram eleitos Diretores: gerente Sr. Emanuel Paulo Frank e secretário Sr. Hermann Kalkuhl; e membros do Conselho Fiscal os Srs: Commendador José Joaquim Teixeira de Valença, Pedro Perestrello da câmara e João Alves de Carvalho. (sic).⁹⁸

O corpo dirigente e acionista da empresa manteve-se basicamente o mesmo, mas seu *status* jurídico sofreu modificação, transformando-se, por determinação legal, em sociedade anônima,⁹⁹ permitindo, assim, a elevação do capital sempre que a diretoria e os acionistas aprovassem. A responsabilidade dos sócios passou a ser proporcional à quantidade de ações que cada um possuísse.¹⁰⁰

Foi estabelecido um estatuto adaptado à nova realidade.¹⁰¹ Nele, estavam presentes as diretrizes que iriam nortear as atividades da companhia daquele momento em diante, havendo, entre outras determinações, a previsão de nomeação de comissões, uniformização dos tipos de ações, permanência da sede no Rio de Janeiro, além do prazo de duração da concessão de 30 anos, prorrogáveis indeterminadamente.¹⁰²

Nesse contexto, ao assumir as atividades mineradoras em 1889, a "Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo - CEFMSJ" obteve um desenvolvimento relativamente significativo, se for analisada a conjuntura do período e a própria história da empresa, uma vez que realizou a abertura de novos poços e novas sondagens, obtendo aumento de produção.

98 RIO DE JANEIRO. Relatório da Assembléia Geral da Companhia das Minas de Carvão do Arroio dos Ratos. Apresentado aos acionistas da empresa pelo diretor-gerente Emanuel P. Frank e pelo diretor-secretário Hermann Kalkuhl, em 31 de março de 1890. [MCAR/ACES].

99 Uma empresa com o status de companhia ou Sociedade Anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

100 O nome do engenheiro Dahne figurava entre os dirigentes da "nova" companhia, estando responsável pelas atividades realizadas na região carbonífera do Rio Grande do Sul, com escritório em Porto Alegre e Charqueadas. O escritório central da empresa manteve a sede no Rio de Janeiro.

101 RIO DE JANEIRO. Ata da Assembléia Extraordinária dos acionistas da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, em 02 de dezembro de 1890. Estabelece o estatuto da companhia. Sessão aberta por Hermann Kalkuhl; presidida pelo Barão da Lagoa e secretariada por A. Guimarães e J. Wandenkolk. [MCAR].

102 ANEXO V – Estatutos da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. [MCAR].

Entretanto, a relação entre a *CEFMSJ* e o governo do Estado não pareceu ter apresentado avanços significativos, pois, ainda no ano de fundação, a diretoria da empresa se ressentia da demora na autorização para melhorias e ampliação da estrada de ferro da qual era proprietária. Nesse caso, não havia empréstimos ou solicitações de auxílios envolvidos, o que estava em jogo era a possibilidade de ampliação das atividades e do campo de ação da empresa, bem como a valorização das terras já pertencentes à companhia.

Tendo reconhecido a necessidade de valorizar as terras pertencentes á companhia e de prolongar a nossa via-ferrea até o centro e além da Serra do Herval, passando pelo Valle do rio Camaquam em direcção a Lavras, requereu a Directoria ao governo transacto em 15 de Julho de 1889 o prolongamento da nossa Estrada de ferro, melhoramento esse que liga-se estreitamente ao contracto de localisação de immigrants [...].
Infelizmente, não obstante todos os esforços empregados pela Directoria, e devido principalmente aos ultimos acontecimentos políticos, até agora o governo nada resolveu de definitivo sobre a referida concessão. (sic).¹⁰³

O “contrato de localização de imigrantes”, firmado entre o governo imperial e a companhia, previa a fundação e a instalação de um ou mais núcleos de povoamento, composto por imigrantes envolvidos em atividades agrícolas ou operários, à margem da estrada de ferro que ligava o porto de Charqueadas às minas de carvão. O cumprimento desse acordo constituía-se pré-requisito para a obtenção de uma série de benefícios para a companhia, tais como a concessão de terras devolutas e a redução de impostos.

A permissão para a ampliação da estrada de ferro efetivou-se em meados de 1890.¹⁰⁴ O prazo estabelecido pela concessão de privilégio foi de 70 anos, com a

103 RIO DE JANEIRO. Relatório da Assembléia Geral da Companhia das Minas de Carvão do Arroio dos Ratos. Apresentado aos acionistas da empresa pelo diretor-gerente Emanuel P. Frank e pelo diretor-secretário Hermann Kalkuhl, em 31 de março de 1890. [MCAR/ACES].

104 RIO DE JANEIRO. Decreto 600, de 24 de julho de 1890. Concede o privilégio para construção, uso e gozo do prolongamento da linha principal da Estrada de Ferro de propriedade da Companhia das Minas de Carvão de Pedra do Arroio dos Ratos. Governo Provisório da República. Capital Federal, 1890. [MCAR].

determinação que o início dos trabalhos deveria ocorrer em até três meses, a contar da data de aprovação do plano de estudo e trabalho a ser realizado pela companhia. A conclusão tinha como prazo máximo doze meses e não poderia haver nenhum tipo de interrupção depois de iniciadas as obras planejadas. Além disso, a companhia se comprometia a seguir diversas orientações referentes à qualidade do material empregado na construção da estrada, bem como às edificações necessárias a seu funcionamento e sua manutenção, como oficinas e estações, normas de segurança, regras de fiscalização, etc.

Os valores das tarifas eram estipulados pelo governo, estabelecida de antemão a obrigatoriedade da redução em 50% do valor tarifário para transporte de pessoas ou cargas indicadas pelo governo como interesse da nação, ou seja: autoridades; escoltas policiais; munição de guerra; soldados do exército, da guarda nacional ou da polícia, quando em serviço; colonos e imigrantes; sementes e plantas enviadas pelo governo aos estados; gêneros destinados ao atendimento do socorro público; e outros casos em que o governo julgasse apropriado requerer transporte. Essas e outras exigências foram aceitas pela "Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo - CEFMSJ" devido à percepção de que, sem um sistema de transporte eficiente, não haveria condições de obter sucesso na exploração de carvão.

No Relatório aos acionistas da companhia, apresentado pelo diretor-gerente Emanuel Frank, em 1890, o péssimo estado de conservação das minas é destacado.

Quando depois da adjudicação tomámos conta definitivamente das minas de carvão, achavam-se estas em péssimo estado de conservação e quase perdidas, por estar o centro da extracção rodeado de um lado por escombros produzidos pelo máo systema de extracção seguindo até então, [...].(sic).¹⁰⁵

A argumentação, presente no relatório, quanto ao estado de conservação das

105 RIO DE JANEIRO. Relatório da Assembléia Geral da Companhia das Minas de Carvão do Arroio dos Ratos. Apresentado aos acionistas da empresa pelo diretor-gerente Emanuel P. Frank e pelo diretor-secretário Hermann Kalkuhl, em 31 de março de 1890. [MCAR/ACES].

minas ressaltava o empenho necessário e valoroso para resolver os problemas oriundos do descuido da companhia anterior, identificando a situação decorrente do que ele considerou como “*mão systema de extracção*”. O valor da companhia para a sociedade é destacado na medida em que esta se dispõe a resolver os problemas que se apresentavam, enfocando sua luta solitária e abnegada em prol da atividade carbonífera. No entanto, há uma omissão referente ao fato de que os dirigentes da companhia anterior eram as mesmas pessoas que compunham a nova companhia; assim, se houve descuido e utilização de técnicas equivocadas na extração, isso ocorreu sob a responsabilidade deles mesmos.

Na seqüência, o relatório enfatizava: “A Directoria, porém, baseando-se nos estudos geologicos existentes da bacia carbonífera, não desanimou e as sondagens empreendidas por ordem della e debaixo da habil direcção do Engenheiro Eugenio Dahne forão coroadas do mais pleno successo, [...]. (sic).¹⁰⁶ Assim, a diretoria da “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo”, justificava, junto aos acionistas, o gasto de quinze contos de réis investidos em sondagens e prospecção do terreno e na abertura de novas galerias, o que resultou na efetiva descoberta de carvão de qualidade superior aos que até então eram extraídos da região. Os dirigentes da companhia eram apresentados no relatório de Emanuel Frank como ‘*guerreiros incansáveis*’ na luta para a manutenção e o desenvolvimento da indústria carbonífera.¹⁰⁷

Ainda no relatório distribuído pela companhia aos acionistas em 1890, observa-se o encaminhamento de medidas que visavam ao aumento de preços do minério. Nele, apresentava-se, num primeiro momento, o destaque à qualidade do carvão nacional através da notificação: “O nosso carvão recebeu na ultima exposição internacional de Pariz a grande medalha de prata, e entretanto, o que hoje se extrahe é muito superior ás amostras que foram enviadas para lá, ha mais de um anno.” (sic).¹⁰⁸ A notícia, associada às possibilidades comerciais que se apresentavam, produziu perspectivas de especulação, pois, se a qualidade do produto era compatível com as exigências do mercado e a concorrência não apresentava vantagens superiores ao comércio, o caminho possível de ser trilhado

106 Idem.

107 Ibidem. p. 11.

108 Idem.

era o aumento dos preços ofertados ao mercado. No mesmo sentido, o relatório prossegue chamando a atenção para as defasagens do valor venal do carvão bem como propunha ações efetivas de aumento progressivo dos valores cobrados.

Devemos cuidar para elevar gradualmente o preço do nosso carvão, seguindo *pari-passu* o encarecimento constante do combustível estrangeiro e isto com tanto mais razão quando o carvão das novas camadas é incontestavelmente superior e que os preços actuaes não deixaram ainda retribuição aos nossos capitaes empregados.(sic)¹⁰⁹

Nesse relatório, não foi referenciado que a manutenção de preços baixos, praticada até então, constituiu-se numa estratégia da empresa para a conquista de mercado consumidor, uma vez que o carvão nacional, devido ao baixo valor calórico, à excessiva produção de resíduos e à inadequação do maquinário ao seu uso, apresentava-se como um produto desvantajoso no caso de o preço não ser compensatório.

Por essas razões de incontestável procedência, foram mandados elevar os preços em razoável proporção, desde que estiverem abertas á exploração regular as galerias novas [...]. Essa resolução era tanto mais necessaria, quanto vigoravão ainda os preços baixos que os consumidores impuzeram á antiga Companhia, que balda de capital fluctuante e de credito, precisava vender a todo o custo, simplesmente para poder viver, sujeitando-se a preços quase irrisorios. (sic).¹¹⁰

Apesar das exigências impostas no que se referia ao tarifário, essa questão foi a geradora de um dos maiores problemas vivenciado pela Companhia durante sua existência. Desde o início da extração de carvão mineral no Estado, a imagem do produto sofria com constantes ataques quanto à sua qualidade, o que dificultava sua comercialização e diminuía, consideravelmente, seu potencial de concorrência com o carvão inglês. Contudo, o baixo custo com que era comercializado, em alguns momentos de sua trajetória, tornava-o extremamente atraente para as empresas,

109 RIO DE JANEIRO. Relatório da Assembléia Geral da Companhia das Minas de Carvão do Arroio dos Ratos. Apresentado aos acionistas da empresa pelo diretor-gerente Emanuel P. Frank e pelo diretor-secretário Hermann Kalkuhl, em 31 de março de 1890. [MCAR/ACES].

110 Idem.

pois promovia uma sensível economia. Dessa maneira, nas duas últimas décadas do século XIX, o produto chegou a adquirir uma imagem valorizada, se observado sob o prisma do custo-benefício.

No início da década de 1890, devido aos novos direcionamentos da "Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo", deflagrou-se um processo de queixas vinculadas, num primeiro momento, aos aumentos percentuais abusivos do produto. O impasse foi desencadeado pelo diretor da Estrada de Ferro Porto Alegre e Uruguaiana,¹¹¹ o engenheiro Antonio Candido de Azevedo Sodré.¹¹²

111 Entre os autores que abordam aspectos sobre a ferrovia no Rio Grande do Sul, destacamos: DAL MOLIN, Naiara. *Candiota. Origem e história*. Porto Alegre: Tchê, 1994; FERRER, Tânia Rodrigues. *Candiota: de Luzes e cinzas*. Porto Alegre: 1998. 240p. Dissertação (Mestrado em História). PUC/RS; FRANCO, Sergio C. *A Campanha Rio-Grandense*. In: COSTA, R. M. B.; FRANCO, S. C.; MEDEIROS, L., et alii. *Rio Grande do Sul. Terra e Povo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1964; KLIEMANN, Luiza Helena S. *A ferrovia gaúcha e as diretrizes de "ordem e progresso" – 1905-1920*. In: *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre: v. III, n. 2, p. 159:250, dezembro 1977; LOVE, Joseph. *O Rio Grande do Sul, como fator de instabilidade na República Velha*. In: FAUSTO, Boris. (org.). *O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Tomo III. 2a ed. 1o Vol. São Paulo: Difel, 1977. De acordo com Kliemann (1977:210), "A primeira estrada de ferro a cortar o solo rio-grandense foi a que ligou Porto Alegre a São Leopoldo e Novo Hamburgo. Sua construção foi iniciada em 1869, tendo sido franqueada ao público em 1874. Essa estrada visava permitir o escoamento dos produtos da colônia alemã para a capital da Província. As demais linhas ferroviárias que passaram a ser construídas a partir de então de forma a deter o contrabando". A autora indica que as companhias ferroviárias eram precárias, independentemente de pertencerem ao Estado ou serem arrendadas. Essa situação impossibilitava que elas suprissem as demandas de transporte e carga, bem como construção e reparação de ramais. De acordo com Love (1977:102), "A primeira estrada de ferro da Província iniciou as suas operações em 1874, cobrindo a pequena distância entre Porto Alegre e a maioria das colônias alemãs, São Leopoldo. Uma extensão dos trilhos ligou o rio Taquari ao rio Pardo e Cachoeira em 1883, e dois anos depois a linha se prolongou na direção do oeste, rumo a Santa Maria, no coração da Província. Em 1884, abriu-se uma estrada de ferro entre o Rio Grande e Bagé, centro comercial da Campanha. Inauguraram-se também linhas no oeste, ligando as cidades fronteiriças de Uruguaiana e Itaqui, ao longo do rio Uruguai. Por volta de 1889, o derradeiro ano do Império, trens diários ligavam Rio Grande a Bagé e Barra do Quaraí a Itaqui". Já Sérgio da Costa Franco (1964:51) indica que a construção das estradas de ferro transformou o cotidiano das populações, pois ferrovias como, por exemplo, a Rio Grande-Pelotas-Bagé, inaugurada em dezembro de 1884, encurtaram distâncias, "permitindo realizar em 11 ou 12 horas a viagem que se fazia antes em 3 ou 4 dias de diligência". Tânia Ferrer (1998:59) destaca, igualmente, a importância da estrada de ferro, dizendo: "[...] a estrada de ferro foi de fundamental significância para o desenvolvimento cultural e econômico, da área. Por exemplo, no caso específico de Seival, praticamente, a passagem do trem representava o fato mais significativo da vida local. O trem trazia todos os produtos necessários ao cotidiano de Seival, depois, iam sendo distribuídos para outras localidades carregados em carretas por 'caminhos', pois não podemos chamá-los de estradas por serem muito difíceis e perigosos. Também o trem levava de Seival o que fosse produzido no local para o comércio da região". A autora enfatiza ainda mais a importância da estrada de ferro para região ao citar Dal Molin (1994:59), que destaca a função social que essa tinha, apontando que o trem: "[...] Se transformou em objeto de recreação para a população de Seival. As pessoas se arrumavam 'para ver o trem passar', tomavam mate e conversavam antes e durante os quinze minutos que o trem parava". Nesse contexto, é possível inferir a importância que um impasse entre a companhia de mineração e a Estrada de Ferro Porto Alegre e Uruguaiana representava.

112 Observa-se que se trata da mesma pessoa que, em outro momento, havia prestado um importante serviço à mineração, quando a "Companhia de Minas do Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos" estava em litígio com a Companhia de Gás devido ao não cumprimento de uma lei que garantia ao carvão nacional a preferência no abastecimento das três principais cidades da

A questão teve seu princípio quando o diretor da estrada de ferro enviou ao Ministro da Agricultura um ofício no qual não só solicitava providências acerca dos aumentos do preço do carvão praticados pela "Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo", como também atribuía uma baixa qualidade ao produto. O documento foi publicado pelo jornal "A Federação" ¹¹³ em 1º de outubro de 1892.

[...]Esta estrada de ferro desde o começo de seu trafego tem consumido o carvão nacional das Minas de S. Jeronymo, n'este Estado, como seu principal combustível, fornecido a principio por 16\$000 e depois por 13\$800 a tonelada até o anno de 1886, no qual procedi quando chefe da locomoção a vinte experiências comparativas de combustível directamente em trens de mercadorias, e cujos resultados deram indicações das equivalências dos combustíveis comparados - carvão Cardiff, carvão nacional em briquetes, coke e lenha – [...].
 [...] Mostraram mais essas experiências que o serviço de tracção podia ser realizado perfeitamente, sem maiores inconvenientes e com enorme economia para as despesas de custeio do trafego [...].
 (sic).¹¹⁴

Nesse excerto do jornal, observa-se que o teor do documento continha, em seu primeiro conjunto argumentativo, uma exposição sobre a utilização do material e a experiência realizada pelo engenheiro, em 1886, defendendo, a princípio, a utilização do produto como fonte de economia para o Estado, bem como meio de diminuição do desmatamento florestal proveniente da utilização da lenha para a feitura do fogo das locomotivas. Entretanto, a exposição dos fatos mudou de teor, quando Sodré passou a referir o impasse que se havia criado.

provincia, caso o carvão demonstrasse ter qualidade. Nessa ocasião, o engº. Sodré foi designado pelo Estado como representante responsável em fornecer o laudo de qualidade do carvão mineral da região de Arroio dos Ratos, conforme já mencionado anteriormente.

113 Na obra "Breve história da Imprensa Sul-Rio-Grandense", os autores referem que o jornal A FEDERAÇÃO foi iniciado em 1º de janeiro de 1884, circulando até 1937. Foi fundado e dirigido por Venâncio Aires, posteriormente Julio de Castilhos assumiu a direção. Circulava de segunda a sábado. Segundo os autores, o jornal "Esteve sempre voltado para os ideais republicanos, por isto é considerado um continuador das aspirações dos revolucionários de 1835. [...] Seus objetivos estão expressos no cabeçalho: federação... unidade; centralização... desmembramento". (sic). SILVA, Jandira.; CLEMENTE, Ir. Elvo; BARBOSA, Eni. Breve história da Imprensa Sul-Rio-Grandense. Porto Alegre: CORAG, 1986. p. 271:272. Naquele momento, o jornal seria utilizado pelas duas partes (Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana) como palco de debate do impasse surgido devido ao aumento dos preços. Interessa-nos, em relação a isso, o debate em si, bem como a resposta apresentada pela companhia de mineração, em que fica exposto o discurso. Os jornais em questão foram anexados por Dahne ao relatório que elaborava: DAHNE, op. cit. [MCAR/ACES].

114 A FEDERAÇÃO de 01 de outubro de 1892 -Ofício de Azevedo Sodré ao Ministro da Agricultura referente ao preço e à qualidade do carvão da CEFMSJ, In: DAHNE, op. cit. p. 78. [MCAR].

[...] Voltando á exposição que vou fazendo-vos obtive a directoria d'esta estrada em principio de 1887, como consequência das experiências effectuadas, uma redução de preço do carvão nacional 10\$800 por tonelada, obrigando-se a companhia das Minas a não eleva-lo, e reduzindo a estrada o seu consumo de lenha. (sic).¹¹⁵

As observações de Azevedo Sodré permitem entender que a Companhia mineradora se comprometeu a manter valores do minério reduzidos, redução essa que parece ter sido o resultado de uma barganha de interesses, relacionada ao episódio de crise com a companhia de gás mencionado anteriormente, no qual as partes obtiveram, na ocasião, aquilo que desejavam. Contudo, nessa situação, a companhia de mineração rompia com o acordo feito.

Em sua carta, o engenheiro Sodré afirmava que a Companhia não desejava cumprir com os compromissos firmados por não estar presa a um contrato formal, como podemos contatar a seguir.

[...]. A companhia não ficou obrigada por contracto escripto e no anno passado começou a elevar o preço de seu carvão, não obstante repetidas reclamações e protestos que fiz declarando ella, finalmente, que o novo preço seria de 25\$000 a tonelada.

Em minha ausencia do cargo de director, esse preço foi elevado a 42\$000.

[...] O preço de custo do seu producto a 42\$000 a tonelada não se justifica, ficando mais caro o carvão nacional por tal preço do que o carvão Cardiff pelos preços por que tem sido adquirido, quando a inferioridade d' aquelle é notória. (sic).¹¹⁶

O aspecto omitido na declaração do engenheiro Sodré foi o fato de que havia ocorrido uma mudança na empresa de extração de carvão na lacuna temporal existente entre o conflito com a companhia de gás e o período em questão, pois a "Companhia de Minas do Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos" teve suas atividades encerradas e, em seu lugar, instalou-se a "Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo". A permanência quase absoluta dos dirigentes e acionistas na Companhia pressupunha um conhecimento e consentimento dos compromissos

115 Idem. p. 79

116 Ibidem.

formais, ou não, assumidos pela empresa liquidada; contudo, para fins legais, não havia a obrigatoriedade de cumprimento de acordos que não tivessem sido firmados formalmente.

Até então, a argumentação utilizada por Azevedo Sodré restringia-se a questões relacionadas aos aumentos e ao custo que isso representaria para a empresa. Entretanto, observa-se um redirecionamento na ênfase da exposição, ao mencionar o concorrente e principiar um ataque direto à qualidade do produto distribuído.

[...] Com efeito, 1873, K5 de carvão nacional a 42\$000 a tonelada custam 78\$687 e fazem o mesmo serviço que uma tonelada de carvão inglês custando 67\$000. E ainda quando o carvão inglês fosse comprado a 78\$687 a tonelada, seria mais vantajoso o seu consumo do que o do nacional, não obstante a igualdade do custo, porque o combustível das Minas de S. Jeronymo damnifica as locomotivas pela presença dos compostos sulfurosos, causando prejuízos nas fornalhas, caldeiras, caixas de fumo, e sobretudo nas chaminés de ferro batido; porque esse combustível, pela mesma razão, ataca as folhas de ferro zincado da cobertura dos depósitos de locomotivas, cobertura que carece ser renovada de quando em vez, e porque finalmente a quantidade de combustível a transportar nos tenders é quase duplo, aumentando o peso morto, quando o custo é o mesmo e igual a equivalência do trabalho produzido. (sic).

117

Surgem aqui as primeiras manifestações das conseqüências funestas atribuídas ao uso contínuo do carvão em relação ao maquinário e, em um outro direcionamento, encontramos em Ferrer uma referência sobre a questão, quando a autora destaca:

No Rio Grande do Sul, o carvão encontrado apresenta em geral teores altos de matéria volátil, tornando-o um combustível de fácil ignição. Mas evidencia, por outro lado, além de teores geralmente altos de umidade elevadíssimo teor de cinzas (de 35% a 55%) o que o torna o combustível de baixo poder calorífero, ser o causador das alterações ambientais [...]. Ocasiona danos bastante importantes

117 A FEDERAÇÃO de 01 de Outubro de 1892 - Ofício de Azevedo Sodré ao Ministro da Agricultura referente ao preço e à qualidade do carvão da CEFMSJ, In: DAHNE, op. cit. p. 80. [MCAR].

para a paisagem, para o ar atmosférico e principalmente para os trabalhadores das minas e a população em geral das cidades.¹¹⁸

A composição sulfurosa existente no carvão local mencionada pelo engenheiro Sodré era de conhecimento público desde as primeiras análises realizadas, assim como as ações dessa substância nos diversos materiais com os quais ela eventualmente entraria em contato. Portanto, os problemas constantes da utilização contínua do produto não eram uma surpresa e deveriam ser conhecidos já no momento em que os pareceres favoráveis à sua utilização haviam sido emitidos. Essa hipótese se comprova quando, na seqüência da argumentação, o engenheiro justificou a utilização do carvão nacional por longo período.

[...] Só uma consideração explicava o consumo de carvão nacional n'esta estrada: a grande diferença do seu preço; esta desapareceu, passando esse combustível a custar mais caro o que é um despropósito que não é justificado nem pelo estado do cambio, porque em nada influe na exploração das minas, nem pela alta dos salários n'este Estado, porque não há justa correspondência. Por outro lado a estrada não póde dispor de um fornecimento de lenha que só elle baste para attender ao serviço, sendo inteiramente impossível deixar de consumir carvão. E porque carece esta estrada ter um fornecimento certo e regular de combustível, venho solicitar-vos providencias n'esse sentido, determinando que pela estrada de ferro Central do Brasil tenha esta estrada um fornecimento de cerca de 400 toneladas mensaes de carvão Cardiff, posto no porto da Margem de Taquary. Entretanto, julgareis do exposto e ordenareis o que julgardes melhor. (sic).¹¹⁹

Apesar da qualidade do produto parecer o ponto central da questão, não era, pois depoimentos anteriores diziam que era possível utilizá-lo a partir de adequações e com um pouco de "boa vontade". Além disso, era recorrente a propaganda do produto através dos informes de prêmios recebidos no exterior. A questão que se sobressaía era o aumento do valor do produto e a quebra dos acordos estabelecidos entre as partes.

118 FERRER, op. cit. p. 112.

119 A FEDERAÇÃO de 01 de Outubro de 1892 - Ofício de Azevedo Sodré ao Ministro da Agricultura referente ao preço e à qualidade do carvão da CEFMSJ. In: DAHNE, op. cit. p. 80. [MCAR].

A resposta da "Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo" efetivou-se por intermédio do engenheiro-gerente e fiscal da estrada de ferro, Eugenio Dahne, que se utilizou igualmente do jornal para responder às acusações sofridas. Em extensa carta, que é destacada em fragmentos, o engenheiro procurou responder às acusações e apresentar justificativas para os aumentos do produto. Sua resposta, ao que ele considerou ataques do diretor da "Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana", principiava com um tom ameno e conciliador, ao dizer:

Longe de querer censurar o Sr. Dr. Sodré pelo seu procedimento, pois S.S.^a cumpro o seu dever estudando os meios de realizar economias para a estrada, cuja direcção se acha a seu cargo; creio que, no intuito de defender os interesses da companhia, de que sou representante n'este Estado, me será licito também contestar alguns pontos das allegações feitas pelo Sr. Dr. Sodré, esclarecendo o publico e apontando quaes as razões que nos forçaram a elevar gradual e sucessivamente o preço de nosso carvão. (sic).¹²⁰

Observa-se que Dahne destacou que defenderia os interesses da companhia e que esse era seu papel. Como primeiro aspecto, destacou que não pretendia discutir, de forma alguma, a qualidade do carvão, porque: "[...] uns acham ruim e outros bom e que nem por isso impedio que substituísse por muitos annos e satisfatoriamente o carvão inglez na Estrada de Ferro de Porto-Alegre a Uruguayana".(sic).¹²¹ Ao descartar a possibilidade de debate sobre a qualidade do produto, o engenheiro direcionou a discussão no sentido de apresentar apenas os fatores econômicos como responsáveis pelas queixas. Desvinculando o aspecto qualidade do conjunto argumentativo, ele desvalorizava a questão custo-benefício que estava implícita nas reclamações de Sodré.

Dessa forma, mudando o foco do debate, Dahne obteve o esvaziamento da argumentação de Sodré e induziu o leitor a ver seu opositor como alguém que estava contra o desenvolvimento nacional e a favor do produto estrangeiro, guiando-se apenas por interesses particulares em detrimento do bem maior da nação. Ao referir-se às "*razões que nos forçaram*", deixava claro que o aumento dos valores do

120 A réplica apresentada pela "Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo" iniciou com um artigo no jornal A FEDERAÇÃO, de 9 de outubro de 1892, e continuou por várias edições, contudo o conteúdo, na íntegra, encontra-se compilado em DAHNE, op. cit. 78 e seguintes. [MCAR].

121 DAHNE, op. cit. p. 86. [MCAR/ACES].

carvão não era uma opção da companhia, mas algo sobre o qual eles não possuíam controle. Dahne colocou-se na posição de quem sabia a “verdade” e a possuía, podendo então “esclarecer” o público; assim, em contrapartida, colocou Azevedo Sodré na posição daquele que não sabia e, por isso, reclamava. Ele não ofendeu o reclamante, mas reduziu suas reclamações para o campo limitado dos interesses pessoais em detrimento dos interesses da sociedade, como já afirmamos.

O texto apresentado no jornal fazia um breve histórico dos problemas enfrentados pelas diferentes companhias que haviam assumido a mineração de carvão na região, descrevendo a precariedade dos serviços e os sérios problemas econômicos vivenciados, decorrentes das baixas receitas praticadas por cada uma delas. A retrospectiva buscava sensibilizar os leitores do jornal quanto às questões problemáticas inerentes à atividade e ressaltava o esforço das pessoas envolvidas na mineração, que lutavam solitárias e tenazmente para a manutenção da atividade de extração de carvão em prol do bem nacional.

Referenciava, ainda, que a manutenção dos preços baixos, por parte dessas companhias, foi a causadora de suas liquidações, deixando implícito que os descuidos nas práticas de atualização de valores cobrados poderiam resultar em problemas financeiros, os quais forçariam o encerramento das atividades da companhia. Defendia a idéia de aumento de preços como uma estratégia de manutenção do serviço e enfatizava a ação dos diretores que desencadearam o processo de aumento gradativo como um ato de preocupação com a continuidade da indústria extrativa. Nesse discurso, novamente, os diretores são apresentados como os “guerreiros incansáveis”, em luta solitária pelo bem da nação; logo, ao aumentarem os preços, estavam preocupados em garantir a atividade e não em ter lucros. Convém destacar que o aumento dos preços foi apresentado aos acionistas, em relatório, de forma similar, mas associado ao reconhecimento da qualidade do carvão brasileiro em feiras internacionais.

A actual companhia 'Estrada de Ferro e Minas de S. Jeronymo' ia marchando pelo mesmo despenhadeiro e talvez estivesse hoje igualmente nos últimos paroxismos si não fosse a resolução e energia do actual director-gerente, Sr. Pedro Perestrello da Câmara, que, eleito em Julho do anno passado, tratou de immediatamente averiguar a causa da decadência da dita companhia, resolvido a

abandonar de uma vez para sempre a mina e a preferir salvar o que fosse, do que continuar a comprometter maior somma de capital para ser, mais tarde compellido a liquidal-a desastradamente como o haviam sido suas antecessoras. (sic).¹²²

A análise realizada pelo diretor da companhia apresentava as diversas hipóteses responsáveis pela situação de alerta financeiro em que a empresa se encontrava, entre elas a possibilidade de falta de carvão e a largamente anunciada má qualidade do produto. Entretanto, segundo Dahne: "Verificou finalmente que a verdadeira causa do mau êxito d' estas minas era ter sido vendido o carvão sempre por preço inferior aos custos de extracção e ao seu justo valor [...]". (sic).¹²³ Novamente, o discurso deixa implícito que a real preocupação dos diretores era a manutenção da atividade a qualquer custo.

No mesmo sentido, a companhia dizia ter realizado testagens do consumo e concluído que os dados referenciados por Sodré estavam desatualizados, pois os gastos excessivos de consumo do carvão para operação das locomotivas referiam-se a uma época em que o carvão utilizado era de menor qualidade. Ademais, o carvão então extraído, ou seja, o dos primeiros anos da década de 1890, apresentava uma qualidade infinitamente superior ao seu antecessor, visto que era extraído de camadas mais profundas do solo graças ao maquinário e às técnicas avançadas utilizadas pela empresa. Nesse sentido, era lógico, na opinião de Dahne, que a equiparação de qualidade do produto nacional com o inglês gerasse uma alteração no preço.

Subindo então o preço do carvão inglez era mais que razoável que o preço do carvão nacional fosse elevado na mesma proporção. Mas, em vez disso, a Estrada de Ferro Porto Alegre Uruguayana obrigou as minas a baixar o preço a 10\$800, dizendo que por maior preço não lho comprava! E a pobre companhia submettia-se com resignação, embora o carvão lhe custasse na mina 14\$ a 15\$000 a tonelada, porque o seu intuito era acreditar-o para mais tarde resarcir os prejuizos que desse baixo preço lhe proviessem, vendendo-o em grande quantidade e melhor preço. (sic).¹²⁴

122 DAHNE, op. cit. p. 87. [MCAR/ACES].

123 Idem.

124 Ibidem.

Dahne utilizou o discurso da crise e o discurso do progresso, que explicitamos, até de forma exaustiva, anteriormente, associados, pois: a) visava a sensibilizar a opinião pública que estava acompanhando o desenrolar do conflito através do jornal, indicando que, se o produto inglês e o nacional possuíam seus custos equiparados, seria uma questão de defesa nacional a utilização do produto extraído na região; b) indicava que a hipótese contrária não só feria a soberania nacional como importaria ao país um caráter de economia dependente dos países mais desenvolvidos; c) a companhia era uma vítima indefesa nas mãos de algozes que a submetiam a uma situação extremamente desfavorável, a qual ela suportava objetivando mostrar o valor do produto nacional.

Conforme já amplamente mencionamos, o engenheiro destacava, então, a companhia como uma instituição preocupada com os interesses da nação. Ele apoiou seu discurso no exemplo norte-americano de sacrifício individual para o bem nacional.

Em outros países há considerações d'outra ordem que explicam o consumo de carvão nacional, por exemplo: de ordem patriótica e de ordem de economia política.

Nesses, dá-se preferência aos seus próprios productos, auxiliando a industria nacional e dificultando, por meio de pesados impostos, a entrada de productos similares do estrangeiro.

Olhemos para os Estados Unidos da América do Norte que, há 30 anos, importava da Inglaterra todo o ferro e o carvão que consumia. Era um tributo de muitos milhões que pagavam áquelle país, do qual os norte-americanos procuravam, a todo custo, emanciparem-se, utilizando os próprios recursos e explorando as suas minas de carvão e ferro.

Graças a esses esforços, hoje os Estados Unidos não só não importam mais uma única tonelada de carvão ou ferro, proibindo até a sua entrada; como exportam esses productos, e, a sua industria é tal que nem mesmo a Inglaterra pôde com elles competir.

O carvão dos Estados Unidos não é melhor do que o nosso, e é incontestavelmente inferior ao Cardiff.

Não deve o nosso país imitar este bello exemplo, não deve o governo fazer tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar-nos neste empenho, creando impostos sobre a importação do carvão inglez e tornando obrigatório a adopção do carvão nacional, especialmente nas Estradas de Ferro, na Marinha, e em todos os mais serviços sob sua immediata direcção ou fiscalisação? (sic).¹²⁵

125 DAHNE, op. cit. p. 87/88. [MCAR/ACES].

Utilizando-se do exemplo de sucesso norte-americano, o engenheiro desqualificava as reivindicações de Sodré, na medida em que se subentendia que a companhia se sacrificava por todos e assim desejava, mas que Sodré se preocupava apenas com a empresa da qual era diretor. Ao mesmo tempo, Dahne aproveitava-se do espaço e da oportunidade para destacar, mais uma vez, a necessidade de ações governamentais que protegessem a indústria carbonífera nacional. Ao referenciar que o modelo norte-americano deveria ser imitado, reafirmava a sempre presente alegação de que os órgãos públicos brasileiros não auxiliavam o desenvolvimento da indústria carbonífera.

Nesse enfoque, destaca-se também uma importante variável da questão referente à cobrança de pesados impostos ao produto nacional, em dissonância com as vantagens oferecidas ao produto inglês. A proteção à indústria nacional era apontada como problema patriótico e causa do aumento dos preços do mineral nacional, visto que o discurso republicano do período apregoava a preocupação em não onerar excessivamente, com impostos, a economia, em suas diferentes instâncias.¹²⁶ Contudo, no caso da indústria de extração mineral, a taxação representava uma parcela significativa dos custos de extração e comercialização do carvão. Então, mais uma vez, confirmamos a constatação de que o engenheiro utilizava o problema e o seu “direito” de defesa para, por sua vez, desviar o foco da atenção e angariar simpatias para a indústria na qual exercia suas atividades profissionais.

A questão elencada por Dahne, quando se referia aos excessivos impostos cobrados sobre o produto nacional como sendo um ato de não-patriotismo, baseava-

¹²⁶ No que se refere aos impostos, em janeiro de 1888, uma lei provincial (PORTO ALEGRE. Lei provincial no 1688, de 13 de Janeiro de 1888. Determina o valor de impostos sobre produtos diversos. Cria um imposto para o carvão), no art. 15 n. 1, estabeleceu um imposto de 100 rs. sobre o carvão comercializado em estado bruto ou em forma de briquetes. Em torno de dezoito meses após outra lei provincial (PORTO ALEGRE. Lei provincial no 1900, de 23 de agosto de 1889. Concede isenção de imposto estabelecido pela Lei provincial no 1688, de 13 de Janeiro de 1888.) no art. 5, concedeu a isenção aos mesmos produtos que se referia a lei anterior. Contudo, em agosto de 1891, quando da aprovação da Lei de Orçamento Provisório do Estado (PORTO ALEGRE. Lei do orçamento provisório do Estado, de 8 de agosto de 1891. Art. 1. Aboli a isenção de imposto sobre o carvão bruto e briquettes) outra ordenação se faz, pois no art. 1, no 1, consta a abolição da concessão de isenção determinada em 1889. Desta maneira a Companhia de mineração retomava a estar sujeita ao imposto criado em 1888. [AHR/MCAR]

se na argumentação de que sobre o produto inglês não era cobrado, efetivamente, nenhum tributo. Destacava-se novamente o apelo dos dirigentes da companhia pelo emprego do “*discurso do progresso*”, ao enfatizarem o “descaso” do governo em proteger a indústria nacional. Em um trecho de sua carta-resposta, o engenheiro apresentava sua indignação pelo fato, como podemos constatar a seguir.

É incrível! O carvão inglez não paga impostos de importação ou ônus algum (é verdade que por uma das ultimas Assembléas Provinciaes, no tempo da monarchia, foi creado um imposto de 5\$000 por tonelada sobre esse producto importado mas que nunca foi cobrado); e mandando assim o Brazil annualmente milhares de contos para a Inglaterra pelo carvão importado isento de todo o imposto e concorrendo para a baixa do cambio, com o que soffrem o commercio e as industrias, e em vez de libertar-se desse pesado tributo e inconvenientes, não só nega merecimento ao pobre carvão nacional que, com um pouco de boa vontade por parte dos consumidores, pôde perfeitamente substituir o inglez e insurge-se contra elle porque houve a audacia de pedir pelo mesmo um preço proporcional, que permittia a empresa subsistir, como também sobrecarregam-n’o com – imposto municipia, com – imposto estadoal e não nos surprehenderá si amanhã for também sobrecarregado com um imposto federal! (sic).¹²⁷

O autor enfatizou a sobrecarga que representava a quantidade de impostos que incidiam sobre o carvão nacional e, ao mesmo tempo, reafirmava que o minério nacional deveria ser protegido e estimulado. O minério era apresentado como a grande vítima da ganância e da má-vontade de diversos setores. A idéia central era a da existência de uma espécie de “complô” geral contra a nação, personificada através da perseguição ao carvão nacional.

No contexto de apresentação dos elementos que justificavam a elevação dos preços do carvão nacional, Dahne destacou que, em função do descaso dos poderes públicos, a *CEFMSJ* se via obrigada a trabalhar com prejuízo, restando como única solução a paralisação das atividades. Porém, em um curto espaço de tempo, a própria empresa reclamante solicitou o retorno do fornecimento, aceitando os preços do carvão nacional, mesmo que equiparados aos do produto inglês.

127 DAHNE, op. cit. p. 88:89. [MCAR/ACES].

A ação de paralisação das atividades ficou diluída, não tendo sido dado destaque especial para o fato; contudo, a ameaça de corte do fornecimento passou a ser uma estratégia adotada pela companhia. A argumentação avançou no sentido de enfatizar o descaso dos órgãos públicos que, além de não incentivarem a indústria nacional através de benefícios, apresentavam um consumo restrito do produto.

Tenho mais uma razão a expor. O consumo do carvão nacional, devido á falta de protecção pelo governo, que devia ser o primeiro a dar um salutar exemplo aos particulares, é presentemente muito diminuto, não passa de 500 toneladas por mez, quando a despesa total com a extracção de 500 é quase á despesa com a extracção de 2,000 toneladas. Assim é que, para não dar prejuízo, a companhia tem de pedir pelas 500 toneladas de carvão que vende, preço muito mais alto do que si o consumo fosse de 2,000. (sic) ¹²⁸

O argumento enfatizava a falta de proteção do carvão nacional, apontando que os próprios órgãos governamentais poderiam ampliar o consumo nas empresas sob sua tutela e garantir, assim, a sobrevivência da indústria carbonífera. Por ter sido apresentado num veículo de informação de massa, o discurso visava a sensibilizar a opinião pública para a problemática do carvão nacional, destacando, novamente, a empresa de mineração e a própria nação como vítimas de uma situação insustentável, constatações essas também já evidenciadas em trechos anteriores de nosso texto.

Por fim, o engenheiro apresentou a solução para o problema, deslocando da companhia a responsabilidade da crise gerada pelo aumento do preço do carvão e, estrategicamente, tentando impor ao poder público a utilização do carvão nacional, uma vez que enfatizava que, se o consumo do minério fosse maior, a Companhia poderia reduzir os custos e, conseqüentemente, diminuir os preços.

Si o governo nos habilitar a contar com um consumo mensal regular de 2,000 toneladas para cima, tornando obrigatório o consumo do carvão nacional nas suas estradas de ferro, marinha e outros estabelecimentos sob sua direcção e fiscalisação, as despesas de extracção serão reduzidas a uma quarta parte das actuaes e

128 Idem. p. 89.

consequentemente poderemos reduzir também o preço de venda a uma proporção relativa.

Então será removido o obstáculo contra o qual o Sr. Dr. Sodré clama e a Estrada poderá contar com o fornecimento regular do carvão que precisa em todo tempo por preço barato e ficando-lhe talvez ainda por preço inferior ao da lenha; mas para chegarmos a esse resultado é necessária a coadjuvação do governo, pela fôrma acima citada. (sic).¹²⁹

Nesse ponto, o engenheiro apelou para o “*discurso da crise*”, ao enfatizar a necessidade de apoio governamental, visando a pressionar os órgãos públicos a tomarem medidas que garantiriam o consumo de carvão. Da mesma forma, a veiculação desse discurso em órgãos da imprensa de largo alcance possibilitava que a problemática se tornasse pública e atraísse a simpatia da população para a causa da indústria carbonífera; pois, além de informar o problema, oferecia soluções, que, *a priori*, só necessitariam da boa vontade dos governantes. Ao destacar “[...] será removido o obstáculo contra o qual o Sr. Dr. Sodré clama [...]”, transferia o apelo para o outro. Era a população que *clamava* por soluções, e não apenas a companhia de mineração que buscava atender seus interesses próprios.

O relatório apresentado aos acionistas da “Companhia Estradas de Ferro e Minas de São Jerônimo”, no ano de 1892¹³⁰, referente às atividades empreendidas em 1891, mostrava o desenvolvimento do processo desencadeado a partir da decisão de elevação dos preços do carvão, destacando que o cumprimento de antigos contratos desvantajosos, originados pela companhia antiga, eram os causadores diretos da diminuição da receita e de retaliações de novos consumidores, devido à existência de diferenças de valores na comercialização do produto. Entretanto, acenava com perspectivas de transformação do quadro existente no período, baseando-se na opinião manifestada através de depoimentos, de maquinistas de vapores ingleses, sobre o minério.

129 Ibidem.

130 Esse relatório tinha por objetivo não apenas apresentar as atividades realizadas pela administração da companhia no ano de 1891; ele trazia também duas propostas, sendo uma delas a solicitação de ampliação da estrada de ferro, que foi negada pelos acionistas, e a outra era o pedido de permissão para o investimento do capital da empresa em aplicações de maior rentabilidade, que foi aceita. RIO DE JANEIRO. Relatório da Assembléia Geral da Companhia das Minas de Carvão de Arroio dos Ratos. Apresentado aos acionistas da empresa em assembléia ordinária pelo diretor-secretário Hermann Kalkuhl, em 15 de junho de 1892. [MCAR/ACES].

A prova de que o nosso carvão vale mais do que os antigos preços é que os machinistas de vapores inglezes, pessoas insuspeitas que transportam trilhos de Montevidéo até a margem para a Estrada de ferro de Santa Maria as Bocca do Monte e que se têm fornecido de nosso combustível, affirmão por cartas, que nosso carvão faz bom vapor e que se consome na razão de 12 para 7,5 do Cardiff, isto é, um terço a mais e dizem que lês convém paga-lo a 20\$ tomando no nosso trapiche por lhe sahir mais barato do que o Cardiff. (sic)¹³¹

A menção a um maquinista inglês, como usuário idôneo que utilizava o carvão nacional aprovando-o em comparação ao produto inglês, remetia mais uma vez à idéia de uma perseguição despropositada ao minério e à indústria brasileira. Isso porque, se alguém que, em tese, deveria defender o produto originário de sua pátria afiançava e recomendava o uso do carvão nacional, só poderia fazer pressupor que este era qualificado e que, se outros não queriam utilizá-lo, deveria haver para isso motivos obscuros.

Nesse sentido, Dahne destacou, ainda, a preponderância dos produtos ingleses em relação aos nacionais, atribuindo esse fato ao descaso do governo brasileiro.

O consumo hoje de carvão na provincia é talvez de 6,000 toneladas mensaes contra 600 toneladas em 1850 consumo este que continuamente está subindo.

E deste carvão consumido ^{3/6} é importado da Inglaterra, não porque as minas da provincia não possam fornecer a quantidade consumida, ou porque a qualidade não se preste a substituir o carvão inglez.

A mina de carvão do Arroio dos Ratos hoje já póde fornecer mais do que todo o consumo o Estado, e sendo necessário, a extracção póde ser em pouco tempo augmentada até cobrir todo o consumo do Brazil: e, em relação á qualidade as experiências feitas, provam que o carvão e os briquettes das Minas de Carvão do Arroio dos Ratos, se não são em qualidade iguaes ao carvão inglez, servem para substituil-o nos vapores fluviaes, nas locomotivas e outras machinas a vapor, ou como que em quase todos os outros ramos de serviço, podendo não só rivalisar no preço com o carvão inglez, como levar-lhe vantagem em ponto de economia. (sic).¹³²

131 RIO DE JANEIRO. Relatório da Assembléia Geral da Companhia das Minas de Carvão do Arroio dos Ratos. Apresentado aos acionistas da empresa em assembléia ordinária pelo diretor-secretário Hermann Kalkuht em 15 de Junho de 1892. [MCAR/ACES].

132 DAHNE, op. cit. p. 93. [MCAR/ACES].

Falta porem o impulso do Governo não só para animar os consumidores a dar preferência ao carvão nacional como para a Companhia desenvolver sua indústria. (sic).¹³³

A argumentação de Dahne pretendia destacar a importância de promover o desenvolvimento do país e da região através do incentivo à indústria de mineração nacional. Logo, enfatizava as vantagens advindas da exploração em larga escala, como forma de promover o desenvolvimento e garantir o auto-abastecimento, resultando na quebra da dependência existente de países como a Inglaterra.

Assim seria em pouco tempo substituído o carvão inglês pelo carvão nacional e uma vez encaminhada a revolução d'esta rica indústria, não faltaria quem empregasse em todo o país os seus capitães de preferência em empresas semelhantes, levando esta indústria até alcançarmos a prosperidade que caracteriza os Estados Unidos e os países do velho mundo, cuja riqueza em grande parte é devida ao aproveitamento das suas jazidas de carvão e ferro. (sic).¹³⁴

Nesse contexto, vale lembrar que observamos que, desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, as estratégias das companhias de mineração de carvão da região de São Jerônimo se direcionavam em dois sentidos: de um lado, o discurso enfatizava as companhias como lutadoras solitárias pela causa da indústria do carvão em prol do bem nacional e, de outro, apresentavam os órgãos públicos como omissos. A partir do final da década de 1910, observamos alterações significativas nos discursos e nas práticas dessas empresas, associados a fatores tanto da conjuntura externa quanto da interna, conforme veremos no capítulo seguinte.

133 Idem. p.105.

134 Ibidem.

2. “Burocracia, espetacular corrupção e muito desperdício”: à transformação do discurso das companhias de mineração

Como vimos no capítulo anterior, todas as boas intenções das companhias de mineração apregoadas através de suas estratégias não ocorreram conforme as expectativas de seus dirigentes. Os discursos trouxeram à tona o descontentamento quanto às ações dos órgãos públicos indicando-os como omissos nas questões que se relacionavam à indústria carbonífera nacional, e geraram, para elas, a perspectiva da prática de luta solitária em prol do bem maior da sociedade. Entretanto, nas primeiras décadas do século XX,¹³⁵ a alteração das conjunturas interna e externa acarretou aspectos promotores da mudança das estratégias das companhias de mineração tanto no que diz respeito aos discursos quanto às práticas.

Assim, neste capítulo, nosso estudo visa a analisar as alterações ocorridas no discurso e nas práticas das companhias de carvão na região mineradora de São

135 Esse período é compreendido por Hobsbawm (1995:30) como um único conflito com duração de 31 anos, sendo essencial para a compreensão dos caminhos percorridos pela humanidade, pois “[...] 31 anos de conflito mundial, entre a declaração de guerra austríaca à Sérvia, a 28 de julho de 1914 e a rendição incondicional do Japão, a 14 de agosto de 1945 – quatro dias após a explosão da primeira bomba nuclear -, em que o fim de considerável proporção da raça humana não pareceu muito distante. Sem dúvida houve momentos em que talvez fosse de esperar-se que o deus ou os deuses que os humanos, pois, acreditavam ter criado o mundo e tudo o que nele existe estivessem arrependidos de havê-los feito. A humanidade sobreviveu. Contudo, o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o Breve Século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos”. HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Jerônimo,¹³⁶ decorrentes de fatores externos, ou seja, a partir dos anos da Primeira Guerra Mundial, que gerou a escassez de combustível devido à paralisação das exportações, bem como de fatores internos, como a instalação do regime republicano de orientação positivista no final do século XIX.

Nosso marco cronológico final se situa em meados da década de 1940, quando as transformações na esfera mundial, geradas pela cessação dos conflitos da Segunda Guerra, possibilitaram a retomada das exportações de carvão e a conseqüente concorrência do produto nacional. Além disso, em nível nacional, ocorreu a redução da proteção à indústria carbonífera do país, representada pela implementação da Consolidação das Leis do Trabalho e o incentivo à pesquisa e à utilização de combustíveis de outras naturezas.

Segundo Hobsbawm (1995), o modelo de desenvolvimento industrial adotado pelo Brasil produziu a burocracia, a corrupção e o desperdício ao mesmo tempo em que promoveu taxas de crescimento que lhe possibilitou a transição para uma economia industrial moderna. As ações de proteção adotadas pelo Estado atuaram sobre a indústria carbonífera possibilitando a transformação do discurso das companhias.

Para este estudo, utilizaremos como uma das fontes de análise a documentação produzida pelas companhias de mineração, prioritariamente os relatórios de atividades dirigidos aos acionistas das empresas, que, além de dados informacionais, apresentam explicações, justificativas, reclamações e as estratégias adotadas pelos dirigentes no desempenho de suas atividades. Essas fontes se constituem material privilegiado para a análise das transformações dos discursos e das práticas das companhias na medida em que apresentam as percepções e posições adotadas pelos dirigentes frente a uma ampla gama de aspectos sociais, econômicos, políticos, etc. A praticamente inexistência de outras fontes produzidas pelas empresas de mineração nos conduziu a uma busca temática em recortes de

136 Como instrumento auxiliar para a compreensão da trajetória das companhias carboníferas da região, elaboramos e apresentamos, no primeiro capítulo, uma tabela com a organização linear dos indivíduos e das empresas envolvidas na mineração no Estado. Ver tabela I - Dados Históricos sobre Iniciativas de exploração de carvão mineral na região de São Jerônimo – 1792/1936. p. 36

jornais do período.¹³⁷

Assim, o capítulo foi estruturado de forma que, numa primeira etapa, destacamos aspectos relacionados às transformações no âmbito mundial e nacional que afetaram a trajetória das companhias de mineração. Com isso, objetivamos compreender como essas mudanças influenciaram o discurso e as práticas das companhias de mineração.

Estabelecido o cenário de transformações, buscamos compreender algumas das ações governamentais consideradas como medidas de proteção à indústria carbonífera, analisando de que maneira as companhias entenderam essas ações. Após, visamos a identificar práticas assumidas pelas companhias, tais como a ampliação e diversificação das atividades como forma de constituição de uma rede de companhias consumidoras de carvão mineral.

A seguir, nosso enfoque direciona-se para a compreensão do significado da união entre as companhias de mineração sulinas como forma de garantir a manutenção da atividade mineradora. Para isso, destacaremos, ainda, as práticas de Roberto Cardoso, diretor-presidente do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração.¹³⁸

Por fim, buscaremos compreender de que maneira aspectos como a implantação da Consolidação das Leis do Trabalho e o fim da Segunda Guerra Mundial foram analisados pelas companhias de mineração do Rio Grande do Sul como causadores da transformação da situação privilegiada do carvão no mercado consumidor e, por consequência, causadores de uma crise na indústria carbonífera

137 Entre os autores que têm se ocupado com o uso do jornal como fonte de pesquisa, estão: ELMIR, Cláudio. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. In: Caderno do PPG em História da UFRGS, n. 13, dezembro de 1995, p 19/29; ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. Estudos Ibero americanos, Porto Alegre: PUC/RS. Programa de Pós Graduação em História. v. XXIV, n. 2, Dez 1998. p. 269-289; KESKE, Humberto Ivan. "Título oculto derruba Ministro da Justiça". Zero Hora versus CORREIO DO POVO na persuasão do leitor nosso de cada dia. Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia, Faculdade de Comunicação Social, n.16, Porto Alegre:EDIPUC, 2001; MAROCCO, Beatriz. Prostitutas, jogadores, pobre e vagabundos no discurso jornalístico. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. 125p; SILVA, Jandira; CLEMENTE, Ir. Elvo; BARBOSA, Eni, Breve história da Imprensa Sul-Rio-Grandense. Porto Alegre: CORAG, 1986. 343p.

138 O engenheiro Roberto Cardoso era natural do Rio de Janeiro onde residia. Atuava como diretor do Grupo Martinelli, na concessão da Companhia Carbonífera Rio Grandense em Butiá. Em 1936 assumiu a direção do Consórcio Administrador de Companhias de Mineração – CADEM, implantando em sua administração o Plano de assistência social. Em 1951 renunciou ao cargo que ocupava e encerrou suas atividades na indústria carbonífera.

sulina.

2.1 Contexto geral de transformações

No final do século XIX, com a Proclamação da República,¹³⁹ o Partido Republicano Riograndense (PRR)¹⁴⁰ assumiu o poder político-administrativo do Estado do Rio Grande do Sul, baseando sua organização no positivismo.¹⁴¹ Esse período foi considerado como sendo de adaptação da sociedade brasileira ao capitalismo.¹⁴² Segundo Sodré:

139 Ao analisar os eventos antecedentes à Proclamação da República, Céli Pinto (1986) aponta: “A Crise do Segundo Império e, conseqüentemente, a crise do próprio regime monárquico foram resultados das contradições criadas pelo próprio desenvolvimento econômico e social do país no período. Em um certo momento, o regime monárquico, conservador e centralista, começou a deixar de atender os novos interesses das elites agrárias do país. [...]” PINTO, Céli. Positivismo um projeto político alternativo. Porto Alegre: LPM, 1986. p. 06.

140 Segundo Céli Pinto (1986): “O movimento republicano rio-grandense foi marcado por três características: 1) foi um movimento tardio. A primeira manifestação, de forma organizada, de republicanos na província aconteceu em 1882, quando foi fundado o partido, portanto doze anos após a publicação do manifesto; 2) os fundadores do partido tinham características comuns muito distintas das elites políticas da época – eram jovens, com instrução superior e sem experiência partidária anterior; 3) não dividiam com os demais partidos republicanos e monárquicos a doutrina liberal como base de sua luta, mas se declaravam positivistas e organizaram um programa muito próximo das propostas de Augusto Comte em sua obra Política Positivista. Seria errôneo afirmar que os jovens fundadores do PRR não eram membros da elite econômica rio-grandense. Entretanto, deve-se ter presente que não pertenciam à tradicional elite pecuária da campanha gaúcha, que quase em sua totalidade formava o Partido Liberal. Eram na sua maioria provenientes da região norte do estado, de ocupação recente e mais pobre do que a campanha, quer pela ausência da indústria do charque, quer pela distância dos centros consumidores. Portanto, se eram estancieiros, não eram membros da oligarquia política rio-grandense”. p.09:10

141 Muitos pesquisadores têm se dedicado ao estudo do positivismo no Rio Grande do Sul; entre eles, destacamos: AXT, Gunter; (org.); [et al]. Julio de Castilhos e o paradoxo republicano. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. 279p; BAKOS, Margaret M. Porto Alegre e seus eternos intendentess. Porto Alegre: Edi PUCRS, 1996. 218p; BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (org.). RS: Cultura e Ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 34/59; DIDONET, Zilah. O positivismo e a Constituição Rio-grandense de 14.7.1891. Santa Maria: UFSM, 1977; PESAVENTO, Sandra. O cotidiano da República. Porto Alegre: Ed. Da Universidade UFRGS, 1990. 87p; PINTO, Céli. Positivismo: um projeto político alternativo. Porto Alegre: LPM, 1986; e TRINDADE, Héglio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano Riograndense (1882-1937). In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (org.). RS: Economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

142 Alguns pesquisadores têm dedicado seus estudos à temática da constituição da sociedade capitalista, buscando explicar os mais diversos aspectos que envolvem a questão. Dentre eles, destacamos: HOBBSAWM, Eric. J. A Era do Capital. 1848-1875. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977; SAES, Décio. A formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Estudos Brasileiros, 86); e COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República. Momentos decisivos. 4ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

[...] Toda a nossa história, e as alterações que ela assinala, marca as etapas por um esforço de adaptação: da produção colonial ao capitalismo comercial; da produção colonial ao capitalismo; da produção semicolonial ao imperialismo. A República, nas alterações que introduz, marca nitidamente o extraordinário esforço de adaptação das condições internas às condições externas, de uma capitalização em início a um processo capitalista que atinge a sua etapa imperialista. [...].¹⁴³

No contexto brasileiro, o Rio Grande do Sul apresentou peculiaridades, pois, segundo destaca Love (1977),

Tanto na política quanto na economia da República Velha, o Rio Grande do Sul constituía uma anomalia: economicamente, não se orientou essencialmente nem para a exportação nem para a subsistência; politicamente, não foi nem um Estado dominante (no sentido em que o foram Minas Gerais e São Paulo), nem um Estado satélite. As suas peculiaridades deram aos seus estadistas a oportunidade de participar das decisões políticas importantes da segunda metade da República Velha e, finalmente, de presidir a liquidação do regime.¹⁴⁴

Dessa forma, os anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, bem como o período de sua ocorrência, na conjuntura mundial, entre os mais diversos aspectos, produziu uma escassez de carvão mineral no país devido ao envolvimento de nações como a Inglaterra e a Alemanha, que se constituíam fornecedores do minério aos mercados brasileiros. Conseqüentemente, o carvão nacional passou a ter um outro *status*, uma vez que a situação caótica do cenário internacional incentivou o aumento da extração do minério como mecanismo de supressão das necessidades nacionais. Aspectos comprobatórios do processo vivenciado no período, no tocante à industrialização brasileira,¹⁴⁵ integram a base da chamada “Teoria dos Choques Adversos”, que, conforme observa Suzigan,¹⁴⁶ determina:¹⁴⁷

143 SODRÉ, Nelson Werneck. A República. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989. p. 76:77

144 LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul, como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris. (org.). O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Tomo III. 2a ed. 1o Vol. São Paulo: Difel, 1977. p. 99.

145 Entre os diversos autores que estudam a questão da industrialização no Brasil, estão: DEAN, W. A industrialização de São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1976; FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963; HIRSCHMAN, A. O. Estratégia do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961; LIMA, H. F.

[...] A ocorrência de um choque adverso (crise no setor exportador, guerras, crises econômicas internacionais) afetando o setor externo da economia aumenta os preços relativos das importações e/ou impõe dificuldades à importação. Em consequência, a procura interna, sustentada por políticas econômicas expansionistas, desloca-se para as atividades internas substituidoras de importação. [...].¹⁴⁸

A “versão extrema” dessa teoria baseia-se na observação dos primeiros escritores contemporâneos da economia brasileira, que postulavam uma reação positiva da indústria interna frente ao período da Primeira Guerra Mundial e que, posteriormente, foi assumida por outros pesquisadores que ampliaram o estudo para períodos de crise similares. Essa versão baseia sua análise na interpretação do desenvolvimento latino-americano elaborada pela “Comissão Econômica para a América Latina” (CEPAL).¹⁴⁹ O principal ponto de crítica à “versão extrema” refere-se ao fato de que ela se apresenta como uma teoria de aplicação geral.

Em contrapartida, Suzigan, para quem a indústria substitutiva de importações se caracterizava como uma resposta a um choque adverso específico dos períodos

História político-econômica e industrial no Brasil. São Paulo: Nacional, 1976; NEUHAUS, P. (ed.). Economia brasileira: uma visão histórica. Rio de Janeiro: Campus, 1980; TAVARES, M. da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972; VERSIANI, M. T. & BARROS, J. R. M. de. Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva, 1977.

146 Em sua obra: SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira, origem desenvolvimento. São Paulo: Hucitec/Ed. Unicamp, 2000. O autor faz uma análise historiográfica de estudos de diversos autores que discutem como questão central a origem da industrialização brasileira. Apresenta os aspectos principais das teses e analisa ponto a ponto a argumentação, enfocando semelhanças e divergências entre elas.

147 Destacamos a relevância dos estudos por nós realizados no Seminário História e Sociedade no Brasil Contemporâneo: políticas públicas e industrialização, ministrado pela Prof^a. Claudia Musa Fay, no segundo semestre de 2005, na PUC/RS, em que se analisaram as transformações e permanências nas estruturas sociais, políticas e econômicas na História do Brasil no período de 1930 a 1985, visando a problematização das dinâmicas que envolvem o Estado e a industrialização, entre outros aspectos. O direcionamento didático-metodológico da disciplina permitiu a abordagem da problemática enfocada no objeto de estudo acadêmico, configurando-se em útil instrumento de exercício para a escrita da tese.

148 SUZIGAN, op. cit. p. 25.

149 Em linhas gerais, o autor apresenta a base da doutrina econômica da Cepal, determinando que ela se situa no padrão de relação de comércio exterior entre os países do centro (industrializados) e os países da periferia, criando-se uma divisão internacional do trabalho, em que os países de periferia se especializam na produção de produtos primários para exportação e são supridos de produtos manufaturados pelos países do centro. Nesse caso, o centro de decisão da economia situa-se nos países do centro, tomando a economia dos países da periferia reflexiva. Uma reversão desse padrão seria possível através do ajuste das economias dos países periféricos ao promoverem a industrialização nos períodos derivados dos choques adversos. SUZIGAN, op. cit., p. 26:27.

de crise, refere-se à teoria defendida por outros autores¹⁵⁰ que distinguem o desenvolvimento industrial ocorrido antes e depois da “Crise do Café” e da “Grande Depressão dos anos 30”. Para eles, segundo Suzigan, o enfoque,

[...] é essencialmente igual ao enfoque cepalino do crescimento voltado para fora, porém com a diferença básica de que [...] a relação entre o setor exportador e as atividades internas é de interdependência e não de antagonismo, de modo que pôde ocorrer um crescimento industrial dentro da economia primário-exportadora. [...].¹⁵¹

No tocante à análise sobre os anos da Primeira Guerra Mundial, as diferenças entre as escolas aprofundam-se. A controvérsia ocorreu a partir da revisão da interpretação tradicional, ou seja, do argumento dos choques adversos na versão extrema, elaborada por Dean,¹⁵² o qual postulou que a guerra limitou uma industrialização que já vinha acontecendo devido às dificuldades de obtenção de matéria-prima e maquinário. Assim, as indústrias que aumentaram sua produção já exportavam antes desse período, e Suzigan resume a questão enfatizando:

[...] o impacto da Primeira Guerra Mundial sobre a indústria de transformação no Brasil provocou drástica redução nos investimentos. Quanto aos efeitos sobre a produção, duas fases distintas podem ser identificadas: inicialmente, a produção industrial recuperou-se da crise de 1913-14, ocorrendo o aumento da produção em 1915-16 para suprir a demanda interna por bens de consumo que nos anos de pré-guerra ainda era marginalmente satisfeita por importações, bem como a demanda externa por produtos alimentícios e outros produtos industrializados; e, em seguida, a taxa de crescimento da produção industrial declinou (1917) e, subsequente, tornou-se negativa (1918) em consequência da escassez de matérias-prima, insumo, máquinas e equipamentos importados. [...].¹⁵³

Entretanto, para o autor, o efeito mais importante da Primeira Guerra Mundial no Brasil foi “[...] tornar tanto o governo quanto os industriais mais cômicos da

150 Destacam-se, nesse aspecto: FURTADO, op. cit. TAVARES, op. cit.

151 SUZIGAN, op. cit. p. 28:29.

152 DEAN, op. cit. 1976.

153 SUZIGAN, op. cit. p. 60:61.

necessidade de promover a diversificação e completar o desenvolvimento do setor industrial. [...]”¹⁵⁴

De acordo com Dean (1977), é errônea a impressão de que a Primeira Guerra Mundial trouxe desenvolvimento baseado no argumento de que a carência de produtos estrangeiros produzia desenvolvimento da indústria local. Isso não se deu na maior parte das indústrias, as quais, por não serem capazes de atender as demandas do mercado, ainda foram constrangidas por taxas e impostos devido ao esforço ampliado do governo em aumentar a arrecadação.¹⁵⁵

No entanto, no caso específico da indústria carbonífera, o envolvimento, no conflito mundial, dos países fornecedores de minérios para o mercado brasileiro gerou um sério problema de abastecimento para o mercado interno, em razão da paralisação do tráfego marítimo internacional e da comercialização de produtos. O combustível, por exemplo, comprado em larga escala de países como a Inglaterra e a Alemanha, passou a ser racionado. De acordo com Fonseca:

Tanto na 1ª Guerra Mundial (1914-1918) como na 2ª (1939-1945) ocorreu a paralisação do tráfego marítimo internacional, forçando o aparecimento da indústria de carvão brasileira. O governo decretou vários tipos de isenções fiscais e promulgou leis especiais, fazendo com que as indústrias passassem a consumir o carvão nacional. Em 1916, as primeiras medidas de proteção de nosso carvão tiveram o efeito esperado, de vez que a produção atingiu a 350 mil toneladas por ano, assim permanecendo por quase quinze anos.¹⁵⁶

Coube, nesse contexto, ao carvão nacional, a função de suprir as necessidades do mercado interno, em empresas como a “Viação Férrea do Estado”, “Empresa Carris Porto Alegre”, “Companhia Fôrça e Luz”, entre outras, bem como fornecer minério aos mercados da região do Prata. Assim, nas primeiras décadas do século XX, a extrema necessidade do minério nacional, associada a outros aspectos, foi a responsável pela promoção de ações dos poderes públicos,

154 Idem.

155 DEAN, Warren, A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris. (org.). O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Tomo III. 2a ed. 1o Vol. São Paulo: Difel, 1977, p. 280:281.

156 FONSECA, Elmar. Carvão. Biblioteca Educação é cultura. Rio de Janeiro: Bloch; Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Ministério das Minas e Energia, 1980. p. 17/18.

como a implementação de leis protecionistas específicas para a indústria carbonífera, a construção de infra-estrutura de transportes e a concessão de empréstimos e de benefícios fiscais, como, por exemplo, a isenção do pagamento sobre o selo ¹⁵⁷ e demais impostos federais.¹⁵⁸

2.2 A indústria carbonífera do Rio Grande do Sul e as ações governamentais de proteção

A partir da compreensão governamental acerca da necessidade de promoção do desenvolvimento da indústria de carvão mineral, devido, entre outros fatores, à carência do combustível no mercado consumidor, observou-se a intensificação de medidas governamentais de proteção ao carvão, o que possibilitou o crescimento e expansão da indústria carbonífera. O Estado, que até então restringia suas ações a situações particulares, como, por exemplo, isenção de determinados impostos ou concessão de exploração de uma mina para um concessionário específico, passou a ter uma função fundamental no sentido de oferecer a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento da indústria do carvão; assim, uma política de investimentos (melhorias de transportes, etc.) passou a ser implantada, de modo geral, no país. A política de defesa do carvão nacional abrangeu diversos aspectos, como empréstimos e isenções, conforme veremos a seguir.

157 O imposto do Sello ou Selo é um dos impostos mais antigos do sistema fiscal português (criado por alvará de 24 de dezembro de 1660), reformulado em 2000, incide sobre todos os atos, contratos, documentos, títulos, livros, papéis, etc. Relaciona-se, também, a negociações de bens imóveis.

158 RIO DE JANEIRO. Diário Oficial. 07 de julho de 1923. Publica a isenção de selo e demais impostos federais concedidos a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, em cumprimento ao Art. 80, inciso 7 da lei 4.632 e Decreto 16.010, de 11 de abril de 1923.

2.2.1. Empréstimos

Uma das ações de proteção à indústria carbonífera, que se intensificou nos primeiros anos do século XX, foi a concessão de empréstimos por parte do governo estadual e federal. Esses empréstimos eram destinados a promover o desenvolvimento da mineração e o aumento de produção, que, nos primeiros anos da década de 20, girava em torno de 100 mil toneladas, direcionadas, quase em sua totalidade, para consumo no próprio estado.¹⁵⁹

Os capitais obtidos através dos empréstimos eram canalizados para melhorias e ampliação das instalações das minas. Para o pagamento da dívida e dos juros, havia a possibilidade de negociação, a fim de que ocorressem através do fornecimento de minério, como no exemplo do relatório de atividade do ano de 1920, no qual o diretor da companhia Mario de Andrade Ramos destacou aos acionistas que:

A Companhia, no próximo ano, para cumprir as obrigações do contrato com o Governo, officiará ao Ministro da Agricultura para designar o ponto em que deseja receber 1.500 toneladas de carvão, mensalmente, para o pagamento de suas dívidas e os respectivos juros. (sic).¹⁶⁰

Nesse caso, tratava-se apenas de obter a indicação governamental de qual seria o destino da produção, uma vez que, aparentemente, a permissão de pagamento, com minério, já havia sido acertada. Esse tipo de negociação se manteve durante vários anos, em maior ou menor escala, sendo do conhecimento da sociedade como um todo, já que, eventualmente, as negociações eram

¹⁵⁹ As condições em que as minas operavam até os primeiros anos do século XX, ou seja, a reduzida infra-estrutura que a sustentava, a baixa produtividade, concorrência em larga escala dos produtos estrangeiros e ações governamentais isoladas, entre outras, não permitiram que as minas desenvolvessem, até então, um potencial de extração que assegurasse o fornecimento pleno do produto no mercado consumidor interno.

¹⁶⁰ RIO DE JANEIRO. Relatório da Assembléia Geral da Companhia das Minas de Carvão do Arroio dos Ratos. Apresentado aos acionistas da empresa em assembléia ordinária em março de 1921. Slide 1922 e 1923. [MCAR/ACES].

noticiadas nos jornais, como, por exemplo, em 1924, numa reportagem do jornal “Última Hora”¹⁶¹ que informou:

O engenheiro Mario Ramos conferenciou, demoradamente, com o dr. Miguel Calmon, ministro da Agricultura, propondo a prompta liquidação do debito, de mil e quinhentos contos de réis, da Companhia Minas de S. Jeronymo, d’esse Estado, para com a União, mediante o fornecimento mensal de duas mil e quinhentas toneladas de carvão, ao preço de 55\$000 cada uma, postas no porto de Rio Grande. Nas rodas da administração publica há sympathias a favor da compra do carvão nacional. (sic).¹⁶²

A observação de que “O engenheiro Mario Ramos conferenciou, demoradamente, com o dr. Miguel Calmon, ministro da Agricultura” e que “Nas rodas da administração publica há sympathias a favor da compra do carvão nacional.”, indica a possibilidade favorável de aceitação do requerimento que a companhia fazia.

Na década de 1940, mais especialmente no ano de 1944, esta ação governamental – de incentivo econômico - direcionou-se também para a abertura de linhas de crédito, cujos recursos, para fomentar o desenvolvimento da indústria carbonífera, eram destinados especificamente à exploração das jazidas, como, por exemplo, o decreto nº 6.328, de 9 de março.

Decreto-Lei Nº 6.328 – de 9 de Março de 1944.

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para lavra de jazida de carvão mineral no Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), para atender, como auxílio ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, às despesas

161 Os responsáveis pelo jornal eram Hugo Barreto, Lourival Cunha, Juvenal Barbosa e Fernando Barreto. De acordo com Silva (1986), “O jornal era contrário à linha da FEDERAÇÃO, tendo recebido o apoio de Assis Brasil, em 1923, quando volta a circular, por ter sofrido interrupção”. SILVA, Jandira; CLEMENTE, Ir. Elvo; BARBOSA, Eni, Breve história da Imprensa Sul-Rio-Grandense. Porto Alegre: CORAG, 1986, p. 264.

162 JORNAL ÚLTIMA HORA de 29 de outubro de 1924. Nota sobre a conversa de Mario Ramos com o ministro da Agricultura para propor o pagamento da dívida da empresa com o Estado através do fornecimento de carvão. Slide 1924 (5). [MCAR/ACES].

(Serviços e Encargos) decorrentes da exploração da jazida de carvão mineral na bacia do Rio Negro, naquele Estado.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1944, 123º da Independência e 56º da República.

Getúlio Vargas

Apolônio Sales

A. de Souza Costa. (sic).¹⁶³

Nesse caso, a concessão direcionava-se ao governo do Estado como forma de auxílio para o desenvolvimento da exploração das jazidas e não especificamente para melhorias das instalações, como era realizado até então pelas companhias.

No início do século XX, essas ações públicas eram entendidas pela diretoria da “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” - (CEFMSJ) como um benefício importante, entretanto os relatórios eram enfáticos ao afirmar que a proteção ao carvão desejada pela companhia se direcionava para outro aspecto, ou seja:

[...]

No momento, entretanto, a melhor protecção, a protecção que não prejudicará a ninguém e não levantará protestos de ninguém, é a que legitimamente reclama a Companhia para levar avante a sua obra nacional de exploração definitiva, permanente e util das nossas jazidas de carvão: é o Estado assegurar o consumo e o seu alargamento progressivo e garantir, facilitar e baratear o transporte.

O que é preciso assegurar é o consumo mais largo, porque só assim a indústria de póde garantir e prosperar. [...]. (sic).¹⁶⁴

O discurso enfocava que os empréstimos e isenções eram aspectos importantes, mas que, se não houvesse uma ampliação no consumo de carvão, essas medidas não conseguiriam verdadeiramente amparar a indústria carbonífera e nem contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Pode-se observar que a companhia manteve, em seu discurso, a compreensão de si mesma como agente de

163 DIÁRIO OFICIAL. 11 de março de 1944. Decreto-lei de abertura de crédito para exploração de carvão no Rio Grande do Sul. Slide 1944 (66). [AHR/MCAR/ACES].

164 RIO DE JANEIRO. Relatório da Assembléia Geral da Companhia das Minas de Carvão do Arroio dos Ratos. Março de 1920. Também publicado no CORREIO DO POVO. 29 de março de 1921. (Slide 1922 e 1923). [MCAR/ACES].

construção e efetivação da “*obra nacional*”, ou seja, manteve o discurso da luta solitária. Assim, entendia-se com o direito de exigir ações efetivas que lhe garantissem ou facilitassem a continuidade da realização das atividades.¹⁶⁵

2.2.2 Obrigatoriedade de consumo

Nesse contexto, em 1931, foi apresentado para apreciação da sociedade o anteprojeto de lei que visava à proteção e ao desenvolvimento da indústria nacional na área extrativista de carvão. O instrumento utilizado para tornar públicas as intenções governamentais e suscitar estudos e discussões foram os jornais do país, e, segundo o informe do Correio do Povo¹⁶⁶ de 11 de março de 1931, ficavam claras essas intenções. Eis parte do informe:

[...]. O que se tem em vista com esta publicação é oferecer ensejo aos estudiosos do assumpto para, com seus conhecimento e experiencia, collaborem no referido projecto, emittindo juízos em commentarios pela imprensa ou enviando directamente ao Governo informes e memoriaes. [...]. (sic).¹⁶⁷

Em seu teor, o anteprojeto propunha a obrigatoriedade percentual da compra de carvão nacional para todas as empresas que, utilizando esse combustível, desejassem comprar minério estrangeiro, e o artigo 1º estabelecia o percentual de mistura dos minérios numa proporção mínima de 30% do carvão nacional em

165 BOSCHI analisa a participação da burguesia para o desenvolvimento industrial e lhe atribui a percepção de que: “[...] O atraso econômico só poderia ser superado e a emancipação só poderia ser conseguida através da industrialização e do controle dos recursos estratégicos. [...]”. Nesse sentido, destaca ainda que: “[...] os empresários rapidamente associam os interesses da indústria aos da nação [...]”. BOSCHI, Renato R. Elites industriais e democracia. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 70.

166 De acordo com Silva (1986), a fundação do CORREIO DO POVO, em 1895, deu-se no período, denominado pelos autores, de fase moderna, sendo editado até 1984, quando foi suspenso. O jornal contava com Francisco Caldas Júnior, João Obino, Emílio Kemp, entre outros. SILVA, Jandira, op. cit. p. 203.

167 O anteprojeto foi publicado, em sua íntegra e com o mesmo teor, em diferentes jornais: CORREIO DO POVO de 11 de Março de 1931. Slide 1931 (28); JORNAL DO COMMERCIO, 14/03/1931. Slide 1931 (38); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22/03/1931. Slide 1931 (40); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 03/06/1931. Slide 1931 (54); JORNAL DA MANHÃ, 26/06/1931. Slide 1931 (76). [MCS/AEMS/ACES].

relação ao estrangeiro. Constava, ainda, a possibilidade de alteração do percentual, por parte do governo, caso a produção do país não conseguisse suprir as necessidades. Por outro lado, alguns artigos previam penalidades e sanções para as empresas que não seguissem a determinação, sendo que o artigo 3º deliberava que:

A isenção ou redução de direitos de importação para consumo, concedida nos termos da legislação ou contractos em vigor, para a importação de carvão de pedra em bruto ou em briquettes, só poderá ser dada com a prova de haver sido adquirido, para os serviços respectivos, o similar nacional, na percentagem estabelecida no artigo 1º. (sic).¹⁶⁸

Além disso, o artigo 4º indicava que:

Os direitos de importação para o consumo do carvão em bruto ou em briquettes serão cobrados com o accrescimo de 30%, si o importador não fizer prova da aquisição do carvão nacional na percentagem estabelecida neste decreto. (sic).¹⁶⁹

Em qualquer dos casos, o ônus da prova cabia à empresa consumidora de carvão, mas a partir das instruções do Ministro da Fazenda, cabia aos fiscais do governo garantir a execução da providência governamental, estando eles mesmos sujeitos a serem responsabilizados, caso não fossem cumpridas as exigências impostas na proposta.

O texto indicava que, a partir de trezes meses após a data fixada, não poderiam ser registradas, junto ao Tribunal de Contas, quaisquer despesas de compra de carvão estrangeiro, por parte do governo federal, ou mesmo pagamento de subvenções e garantias de juros a empresas consumidoras do combustível, sem que houvesse a devida comprovação da aquisição de minério nacional estabelecido no projeto, ou seja, numa proporção de 30%. Em contrapartida, apoiava, no artigo 7º, através de isenções de direitos e taxas às importações, efetuadas no ano de 1931, a compra de aparelhagem e instalação que se destinassem ao consumo exclusivo do carvão nacional.

168 CORREIO DO POVO de 11 de Março de 1931. Informa a exposição pública de um projeto de proteção ao carvão nacional. Slide 1931 (28) [MCS/AEMS/ACES].

169 Idem.

As ações de proteção ao carvão nacional pretendiam atingir empresas públicas e privadas, garantindo a ampliação do mercado consumidor do produto. Convém lembrar que a ênfase do discurso da diretoria da CEFMSJ, presente nos relatórios, nas primeiras décadas do século XX, direcionava-se precisamente nesse sentido, ou seja, indicava que apenas a interferência governamental visando à ampliação dos mercados consumidores poderia alavancar o desenvolvimento da indústria carbonífera. A materialização das ações governamentais nesse sentido permite-nos entender que, pelo menos nesse período, estabeleceu-se uma consonância entre os anseios da companhia de mineração e a estratégia governamental de proteção ao carvão.

O Decreto 20.889, de 09 de junho de 1931,¹⁷⁰ estabelecido pelo governo provisório, indicava que o percentual mínimo de consumo do carvão nacional não poderia ser inferior a 10% em relação ao produto estrangeiro. Em 1936, o Decreto nº 1828, de 21 de julho, veio como um significativo reforço para os empreendimentos ligados à mineração, pois, em seu conteúdo, alterava a obrigatoriedade da compra de carvão nacional na proporção de 10% para 20%.¹⁷¹ De acordo com Corsi, as medidas governamentais, estabelecidas através da política econômica na década de 1930, foram influenciadas pelo desenvolvimento industrial, visto que:

[...]. a partir de 1933, a indústria passou a apresentar vigoroso crescimento. Este crescimento tornou-se visível em 1934, e mais ainda nos anos seguintes, o que deve ter, muito provavelmente, influenciado as medidas governamentais voltadas para o setor industrial, mesmo porque a continuidade do crescimento implicava na necessidade de infra-estrutura e da oferta de bens intermediários e de capital. [...].¹⁷²

170 RIO DE JANEIRO. Decreto 20.089, de 09 de junho de 1931. Estabelece um percentual de 10% de obrigatoriedade da compra de carvão nacional para empresas importadoras de carvão estrangeiro. [MCAR].

171 RIO DE JANEIRO. Decreto No. 1828, de 21 de julho de 1936. Altera o percentual de obrigatoriedade do consumo de carvão nacional em relação ao exportado numa proporção de 10% para 20%. Em 08 de outubro de 1940, o decreto-lei No. 2667, relativo ao tema, foi editado, porém sem que apresentasse alterações significativas em sua estrutura, pois mantinha o percentual em 20% e reafirmava as responsabilidades. [MCAR].

172 CORSI, Francisco L. Política econômica e Nacionalismo no Estado Novo. In: SZMRECSÁNYI, T. & SUZIGAN, W. (org.). História econômica do Brasil contemporâneo. 2 a ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 3:4.

Em 1944, porém, a questão da obrigatoriedade do consumo de carvão foi revista. Aspectos como a escassez de produtos importados decorrentes da conjuntura mundial e a impossibilidade da indústria carbonífera nacional de atender satisfatoriamente toda a demanda geraram a falta do minério no mercado brasileiro e, conseqüentemente, a suspensão da obrigatoriedade da compra de quota de 20% em relação ao carvão estrangeiro, bem como sanções e responsabilidades decorrentes dos decretos anteriores.

O aumento percentual da obrigatoriedade de compra do carvão nacional nas décadas de 1930/40 associou-se a outras medidas de caráter externo, as quais trouxeram vantagens à indústria carbonífera brasileira, tais como o fim de subvenções dadas pela Inglaterra e Alemanha às suas respectivas marinhas mercantes no transporte do carvão. Com o fim dos auxílios, os carvões ingleses e alemães passaram a ter um preço relativamente alto nos portos brasileiros, se comparados ao carvão nacional. Esses incentivos garantiram o custo baixo para os fretes do minério nacional e lhe conferiram competitividade nos mercados consumidores.

Além das questões relacionadas à obrigatoriedade da utilização do carvão nacional propriamente dita, na década de 1920, outra ação governamental que veio a contribuir com o desenvolvimento da indústria carbonífera foi a transferência da Viação Férrea do Rio Grande do Sul que, nesse período, pertencia à companhia Belga "*Auxiliaire*", para o Governo do Estado. Segundo Kliemann (1977), desde 1905, devido aos problemas de transporte, praticamente toda a rede ferroviária pertencente ao Estado ou a companhias particulares foi arrendada através de um contrato estabelecido pelo governo federal à "Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil". Sobre a atuação dessa companhia, a autora diz:

A Compagnie Auxiliaire, de origem belga, teve por fundador Afonso Spée que, usando da autorização que lhe outorgava o seu primeiro contrato de arrendamento de 15 de março de 1898, fundou a respectiva Compagnie e passou a atuar no Estado na linha Porto Alegre-Uruguaiana. O contrato da mesma foi aprovado pelo Decreto nº 2884, de 25 de abril de 1898, fixando-se o capital em 4.500.000 francos.

A princípio, a autonomia da Compagnie Auxiliaire dizia respeito somente à linha Porto Alegre-Uruguaiana, aos ramais de Cacequi a São Gabriel e de Bagé a São Sebastião. Com o contrato de

arrendamento de 19 de junho de 1905, sua zona de interferência passou a abranger a quase totalidade do Estado. O privilégio foi concedido por 53 anos e o capital fixado correspondia a 37.000.000\$.¹⁷³

A concessão de direitos à companhia belga tinha, segundo a autora, a concordância de diversos setores da sociedade gaúcha, como, por exemplo, o agrário-fundiário e o industrial-comercial. Entretanto, sérios problemas de transporte no início do século XX, que produziam falta de escoamento da produção, fizeram com que grupos econômicos passassem a pressionar o governo central. Nesse sentido, Kliemann (1977) indica a transformação da situação na década de 1910 destacando que:

Deste momento em diante, aceleraram-se as conversações que vão culminar no ato de encampação de 18 de junho de 1920, no qual a Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil entregou ao governo federal a rede ferroviária gaúcha e no termo de acordo de transferência ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, datado de 12 de julho de 1920, da mesma rede.¹⁷⁴

Para a autora, a importância que a rede ferroviária passou a ter para o desenvolvimento do estado foi um dos componentes relevantes para o processo de encampação da rede ferroviária do Rio Grande do Sul. Kliemann (1977) destaca que a revisão e análise das fontes arroladas em seus estudos permitem constatar que:

[...] a encampação da rede ferroviária do Rio Grande do Sul e o seu posterior arrendamento ao Estado, não estavam ligados somente a má administração e péssimas condições de atendimento prestados pela Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil. Este fato foi resultante de um processo ideológico-político e econômico-administrativo que se havia iniciado com a propaganda republicana no Estado e fora prevista pela Constituição positivista de 14 de julho de 1891.¹⁷⁵

173 KLIEMANN, Luiza Helena S. A ferrovia gaúcha e as diretrizes de "ordem e progresso" – 1905-1920. In: Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre: v. III, n. 2, p. 159:250, dezembro 1977, p. 167.

174 KLIEMANN, op. cit. p. 227.

175 Idem. p. 229.

Durante o período em que foi responsável pela rede ferroviária no estado, a “Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil” utilizava como combustível, predominantemente, o carvão estrangeiro. A partir da transferência da empresa para o poder estatal, procedeu-se à adaptação do maquinário, transformando as locomotivas de forma a poderem utilizar o carvão nacional como combustível, obtendo um rendimento maior do produto.

Porém, a utilização do carvão nacional, com a amplitude desejada pelas companhias de mineração, só seria possível através de um redirecionamento da estrutura das estradas de ferro e da indústria em geral. Assim, nesse período, surgiram iniciativas do legislativo no sentido de promover a obrigatoriedade da compra de maquinários que obedecessem aos padrões necessários ao consumo do minério nacional, como, por exemplo, o projeto de lei elaborado pelo deputado Americano do Brasil e enviado à Câmara em setembro de 1923, que pretendia:

Artigo 1º - A partir da data de presente lei, nenhuma locomotiva a vapor será adquirida para as estradas de ferro da União sem que seja com eficiência para queimar carvão nacional.

Paragrapho único – A mesma condição vigorará para os seus estabelecimentos industriaes.

Artigo 2º - Fica o poder executivo autorizado a despende annualmente as quantias necessárias aos trabalhos de adaptação, que serão gradualmente executados nas locomotivas actualmente existentes nas estradas da União para a queima de combustível nacional.

Artigo 6º - O governo federal abrirá um credito annual de quinhentos contos de réis, à disposição do Ministério da Viação e Obras Publicas, por intermedio da Estação Experimental de Combustíveis para motores a vapor, aos industriaes que requererem adaptação das suas fornalhas aos combustíveis nacionaes.

Paragrapho unico – Como remuneração á despesa será cobrada a taxa de 1\$000 por tonelada de carvão queimado em fornalha assim adaptada, até ao total despendido por essa adaptação.

Artigo 7º - Fica isenta do pagamento de direitos alfandegários a importação de motores a vapor já adaptados a queima de combustível nacional, a juízo da Estação Experimental, pertencente a particulares.

Artigo 8º - O governo abrirá créditos necessários.

Artigo 9º - Revogam-se as disposições em contrario. (sic).¹⁷⁶

176 CORREIO DO POVO de 11 de setembro de 1923. Projeto de lei que determina que nenhuma locomotiva poderá ser comprada pela união sem que seja adequada para a queima do carvão nacional. Slide 1923. [MCS/MCAR/ACES].

No mesmo sentido, o decreto-lei 20.089, de 09 de junho de 1931, estabelecia, no artigo 6º, o que podemos constatar a seguir.

Artigo 6º - As locomotivas que foram importadas por quem quer que seja, inclusive pelos governos federal, estadoaes e municipaes, deverão ter aparelhamento adequado á utilização do carvão nacional. Para esse fim os Ministerios da Marinha, Viação e Agricultura fixarão os typos e características especiaes que deverão conter essas locomotivas, determinando posteriormente o Governo da União, por decreto, a data em que começará a exgibilidade dessa obrigação. (sic).¹⁷⁷

Partindo desses direcionamentos, o governo estadual promoveu, em 1931, a compra de uma série de dez novas locomotivas, que tinham por finalidade a melhoria no transporte ferroviário no Rio Grande do Sul. Considerando as determinações legais e o direcionamento para o aproveitamento do carvão nacional, uma das preocupações dos dirigentes da companhia de transporte foi exatamente a questão relacionada ao consumo apropriado do carvão nacional. Numa entrevista dada ao jornal pelo diretor da Viação Férrea, isso se comprova, como podemos verificar com a transcrição seguinte.

Empenhado como sempre esteve o governo do Estado na utilização do carvão rio-grandense, foi adaptado ás novas locomotivas “Garratt”, o aparelho “Stoker”, alimentador automático de carvão do tender á fornalha, com o fim de tornar mais racional e econômica a queima da nossa hulha negra.

As principaes vantagens do emprego do “Stoker”, são as seguintes:

- 1) – Utilização do carvão nacional em qualquer trecho da linha, nível ou rampa, sem que haja irregularidade na marcha do trem devido á falta de pressão, seja elle de carga ou de passageiro;
 - 2) – Economia no consumo do carvão nacional, comparado com o consumo obtido pela alimentação da fornalha á mão, devido ás camadas serem mais uniformes e fixas;
 - 3) – Utilização do carvão nacional com qualquer percentual de moinha (pó);
 - 4) – Preço de aquisição do carvão, mais baixo, pela faculdade de conter qualquer quantidade de moinha;
 - 5) Economia de um ajudante de foguista em cada locomotiva
- [...]

Com esta nova aquisição de locomotivas, o governo do Estado demonstra mais uma vez, o carinho com que trata de uma das

177 RIO DE JANEIRO. Decreto 20.089, de 09 de junho de 1931. Decreto protecionista que, entre outras providências, determinava as regras para compra de locomotivas estrangeiras. [MCAR].

questões mais importantes e vitais para o Rio Grande do Sul, a facilidade de transporte para a sua produção. (sic).¹⁷⁸

A entrevista enfatizava o papel do Estado como o de protetor do combustível mineral, na medida em que manifestava a preocupação e encetava ações que viessem a contribuir de forma efetiva para a ampla utilização da produção em seu potencial máximo. Naquele momento, era o Estado que, na fala do diretor da Viação Férrea, apresentava-se como defensor da causa carbonífera e, por conseguinte, da causa nacional. Na imagem, podemos ver uma das locomotivas compradas de acordo com as especificações.

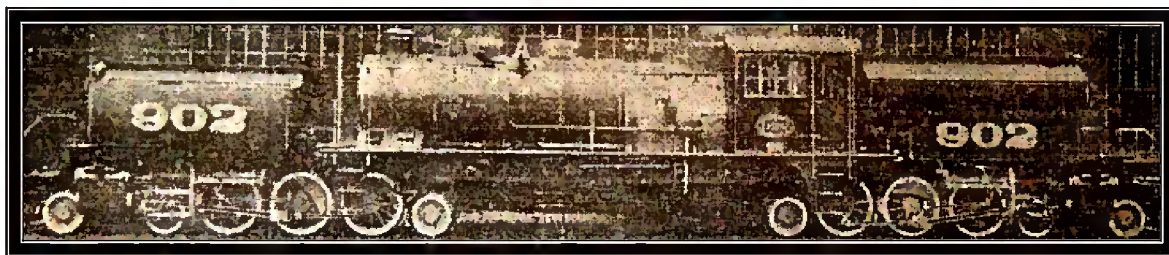


Figura 05: Locomotiva Garratt importada pela Viação Férrea da Alemanha¹⁷⁹
Década de 1930

Essa mesma imagem foi divulgada várias vezes no jornal durante o segundo semestre de 1931, ilustrando diferentes reportagens com enfoques variados sobre a temática. Tal observação nos remeteu aos escritos de Espig (1998), quando diz: “[...] As mensagens enunciadas por um jornal se inserem – ou lutam para se inserir – no imaginário social presente em determinada época. As representações precisavam fazer sentido, criar significado para as pessoas que liam o periódico. [...]”¹⁸⁰ Sob essa ótica, podemos indicar a hipótese de que interessava ao governo do Estado que a população se conscientizasse da importância das ações da companhia. Relembrando Kliemann, a unificação e a encampação da ferrovia por parte do

178 CORREIO DO POVO de 12 de julho de 1931. Reportagem com o diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul acerca da compra de locomotivas para renovação da frota da empresa. Slide 1931 (90). [MCS/MCAR/ACES].

179 CORREIO DO POVO de 12 de Julho de 1931. A fotografia do modelo das locomotivas adaptada ao carvão nacional e compradas pelo Estado foi amplamente divulgada nos periódicos locais. [MCS/MCAR/ACES].

180 ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. Estudos Ibero americanos, Porto Alegre: PUC/RS. Programa de Pós- Graduação em História. v. XXIV, n. 2, Dez 1998, p. 276.

Estado fez “parte de um processo evolutivo, que buscou satisfazer os objetivos doutrinários da política rio-grandense”¹⁸¹ e deu-se como “resultante de um processo ideológico-político e econômico-administrativo que se havia iniciado com a propaganda republicana no estado e fora previsto pela Constituição positivista de 14 de julho de 1891”.¹⁸²

Dessa forma, a ação governamental oportunizou não apenas o incremento na atividade de extração mineral do Estado, no que se refere ao volume de minério produzido, como ampliou sua comercialização, pois a “Viação Férrea do Rio Grande do Sul” tornou-se uma fonte constante do consumo de carvão do Estado e, conseqüentemente, da “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” (Arroio dos Ratos) e da “Companhia Carbonífera Rio Grandense” (Butiá).

Entretanto, para a manutenção da utilização constante do carvão mineral na “Viação Férrea do Rio Grande do Sul”, as companhias carboníferas eram coagidas a assumirem uma série de compromissos constituídos em contrapartida à compra do minério. Por exemplo, quando a “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” solicitou a revisão do contrato, obteve como resposta a determinação legal nº 188, de 12 de agosto de 1928, que, em seu teor, indicava: “O dr. Getulio Vargas, presidente do Estado, estabeleceu, como condição para ser renovado esse contrato, que a referida Companhia se compromettesse a fazer a ligação da estrada de ferro das minas á rêde geral da Viação Férrea”.¹⁸³ Contudo, não bastava a construção do prolongamento da estrada, pois, para que isso se desse, havia a necessidade da construção de uma ponte sobre o Rio Jacuí.

Nesse caso específico, a “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” aceitou a condição estabelecida comprometendo-se a fornecer 10.000 toneladas de carvão por mês para a Viação Férrea. Além disso, havia sido solicitado que a empresa de transporte construísse um ramal específico no ponto de descarga de carvão e, em contrapartida, a companhia de mineração construiria os silos para

181 KLIEMANN, op. cit. p. 209.

182 Idem. p. 229.

183 DIÁRIO OFICIAL de 12 de agosto de 1928. Dá instruções sobre a construção de um prolongamento da estrada de ferro da Viação Férrea em parceria do governo Federal com a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Slide 1928 (1). Também publicado: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/11/1928. Slide 1928 (22) e 10/11/1928. Slide (23); CORREIO DO POVO, 01/11/1928. Slide 1928 (24). [AHR/MCS/MCAR/ACES].

desembarque. Assim, as locomotivas teriam condições de se abastecerem do minério diretamente de seu lugar de armazenamento.



Figura 06: Construção dos silos (São Jerônimo) – fase 1
Final da década de 1920¹⁸⁴

A observação das imagens 06 e 07, referentes à construção dos silos de descarga de carvão, permitem-nos observar a preocupação das companhias de mineração em otimizar o trabalho de abastecimento das locomotivas. De acordo com o modelo construído, seria possível a descarga do minério diretamente por

184 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS]. Acervo indisponível ao público.

sobre os vagões que seriam colocados na abertura inferior dos silos.



Figura 07: Construção dos silos (São Jerônimo) – fase 2
Final da década de 1920 ¹⁸⁵

Na imagem abaixo, vemos a lateral de um silo, no qual podemos observar as “bocas” de descarga de carvão. Esse tipo de obra geral ficava ao encargo dos operários de superfície de diferentes seções, que tinham, entre suas funções, a construção dos prédios da companhia e a manutenção do maquinário.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Entrevista com Edilon Maximiano da Silva, outubro de 2006. Charqueadas. [ACES].



Figura 08: Silos de desembarque de carvão São Jerônimo – Década de 1920 ¹⁸⁷

Nesse episódio, observa-se uma estratégia da companhia de mineração para minimizar o custo do frete que ficava sob sua responsabilidade e que, em geral, onerava muito o preço final do minério. No que se refere aos fretes, Pesavento (1982) destaca que, na década de 1930, os produtores de carvão alegavam que “[...] o frete do Rio Grande ao Rio de Janeiro ou Santos era maior do que o de Hamburgo ou Liverpool ao Rio de Janeiro, devido às altas subvenções que recebiam os navios estrangeiros que transportavam carvão. Tal subvenção anulava a tarifa alfandegária que protegia as minas do país”.¹⁸⁸ Num outro ângulo de observação, vemos que a existência de estradas de ferro e ramais específicos para o desembarque oportunizava que as locomotivas da própria companhia tivessem a mesma facilidade para transportar o carvão para os portos de embarque fluviais.

A partir de 1932, a “Companhia Carbonífera Rio Grandense” iniciou um projeto de construção de um cabo aéreo que, ultrapassando de uma margem a outra o Rio Jacuí, seria capaz de transportar cargas de carvão para abastecer os vagões e “tenders” da Viação Férrea.

¹⁸⁷ Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS]

¹⁸⁸ PESAVENTO, Sandra J. A indústria carbonífera Rio-Grandense e a Questão energética. In: Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre: v. VIII, n. 2, p. 281:306, dezembro de 1982, p. 301:302.



**Figura 09: Cabo aéreo - transporte/descarga de carvão.
"Companhia Carbonífera Rio Grandense" - Década de 1930** ¹⁸⁹

Podemos observar, na imagem, que o cabo propiciava o descarregamento do carvão diretamente nas embarcações, ou mesmo possibilitava transportar o carvão de uma margem a outra conforme a necessidade. Assim como no caso ferroviário, o cabo aéreo permitiu a dinamização da atividade e a diminuição de custos para a companhia de mineração.

Em 1944, o relatório aos acionistas da empresa, assinado pelo Dr. Roberto Cardoso, referenciou:

[...].

Continuamos, outrossim, em nosso cabo aéreo de moderna aparelhagem, a transportar mensalmente cerca de 25.000 toneladas de carvão destinado à Viação Férrea do Rio Grande do Sul. O cabo aéreo está em perfeito estado de conservação e é a maior e melhor instalação desse gênero existente em nosso País. A sua extensão é de 3.500 metros e o carvão, escoado sem o emprêgo de chatas e rebocadores, é entregue, devidamente pesado em modernas balanças elétricas de que a aparelhagem dispõe, diretamente nos tenders e vagões da Viação Férrea, na outra margem do Rio Jacuí. (sic).¹⁹⁰

189 JORNAL DA MANHÃ de 19 de Junho de 1932. O referido jornal de Porto Alegre atuou até o ano de 1937 e esteve em sua trajetória sob responsabilidade de Fernando Caldas, Martin Guilayn, Edgar Schneider, Fábio de Barros. De Souza Júnior, Ely Silva, André Carrazoni, Darcy Azambuja e Luiz Severino Guerra. Este jornal circulava de terça a domingo. Caracterizava-se: "[...] era a favor do exército libertador da República, na revolução de 30, e tudo indica era órgão do partido republicano liberal. Segundo Nestor Ericksen, no entanto, passou a ser de propriedade de Ângelo Flores da Cunha e não continuou sua atividade porque se tornou porta-voz desse governo, posicionamento que já é possível perceber, aliás, nas edições de setembro de 1935. [...]". SILVA, Jandira, op. cit. p. 279.

190 RIO DE JANEIRO. Relatório de atividades da Companhia Carbonífera Riograndense de Minas Butiá de abril 1943. Apresentado por Roberto Cardoso. Também publicado no JORNAL DO COMÉRCIO, 20/04/1944. Slide 1944 (148). [MCS/MCAR/ACES].

Percebe-se a preocupação do diretor da companhia em garantir o fornecimento do minério de forma a manter o mercado consumidor conquistado, sendo que os processos de embarque do carvão contavam com aparelhagens que não só permitiam a realização da atividade de maneira eficiente, mas também promoviam o barateamento do custo do produto.

Observando a Tabela II, vemos que a venda de carvão para a Viação Férrea do Rio Grande do Sul foi, nas primeiras décadas do século XX, um importante mercado consumidor do minério explorado no estado.

TABELA II: Consumo de carvão nacional da Viação Férrea do Rio Grande do Sul

ANO	TONELADAS
1928	151.354
1929	177.261
1930	168.805
1931	177.239
1932	187.340

Fonte: Baseado nas informações presentes nos Relatórios aos acionistas da “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” e “Companhia Carbonífera Rio Grandense” - 1929 a 1932.

Podemos observar que o consumo de carvão por parte da Viação Férrea obedecia a uma curva de crescimento constante a cada ano, tendo como exceção o ano de 1930, quando se deu uma diminuição de consumo proveniente da igual diminuição de extração do minério no estado, sendo que, segundo a companhia de mineração, “O anno de 1930, attingiu como é do conhecimento publico, pela sua crise, todos os varios ramos de actividades. Era tambem natural que isso se desse, também, quanto á industria carbonífera”. (sic)¹⁹¹ que, nesse caso, havia tido uma queda na produtividade em torno de 8.000 toneladas.

191 RIO DE JANEIRO. Relatório de atividades da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo de 1931, referente ao exercício de 1930. Slide 1931 (3). [MCAR/ACES].

A crise referenciada pelo diretor da companhia no relatório aos acionistas e à qual ele atribuía a responsabilidade dos problemas na extração do carvão, relacionava-se à quebra da Bolsa de Nova York em outubro de 1929 que, segundo Hobsbawm (1995),

[...]. Equivaleu a algo muito próximo do colapso da economia mundial, que agora parecia apanhada num círculo vicioso, onde cada queda dos indicadores econômicos (fora o desemprego, que subia a alturas sempre mais astronômicas) reforçava o declínio em todos os outros.¹⁹²

No âmbito nacional, Hobsbawm (1995) enfatiza que: “[...]. O Brasil tornou-se um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços, queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor.[...]”.¹⁹³ No mesmo sentido e analisando a repercussão da crise para os países da América Latina, o autor pondera que:

Não é fácil caracterizar o impacto político da Depressão sobre o resto da América Latina, pois embora seus governos ou partidos governantes caíssem como paus de boliche à medida que o colapso nos preços mundiais de seus produtos básicos de exportação quebrava suas finanças, não caíram na mesma direção. [...]. No Brasil, a Depressão acabou com a oligarquia “República Velha” de 1889-1930 e levou ao poder Getúlio Vargas, mais bem descrito como populista-nacionalista. [...].¹⁹⁴

Nesse aspecto, destacando o direcionamento governamental, Bakos (1996) aponta:

Entretanto, a crise de 1929, atingindo duramente o País, leva o Governo Federal a intervir cada vez mais na economia brasileira. O mesmo se verifica nas condutas dos governos nos estados e municípios. A orientação comum a todos é demonstrar à massa operária que a atitude do Estado objetiva atender suas necessidades

192 HOBBSAWM, 1995, p. 95:96.

193 Idem. p. 97.

194 Ibidem. p. 109:110.

prioritárias.¹⁹⁵

O relatório de atividades referente ao ano 1931, da “Viação Férrea do Rio Grande do Sul”, referencia a importância percentual assumida pelo carvão riograndense para a realização das atividades da empresa, conforme podemos depreender do excerto seguinte.

Como é do conhecimento muito tem feito a Viação Férrea, no sentido de utilizar com eficiência, o carvão nacional. Vários anos de esforços e continuadas experiências, deram como resultado uma grande redução no consumo do carvão estrangeiro, representado hoje por uma percentagem muito pequena em relação ao total de combustíveis consumidos anualmente pela Viação Férrea. (sic).¹⁹⁶

O confronto entre os dados relativos ao consumo geral e os dados acerca do carvão obtido por intermédio das companhias carboníferas do Rio Grande do Sul permite-nos inferir que, nos anos finais da década de 1920, o percentual de utilização de carvão nacional oscilava entre 70% a 80% do consumo global. De acordo com Pesavento (1982), esse quadro se deu porque:

O retraimento do comércio internacional e a perturbação das economias capitalistas afetadas pela crise de 29, bem como os efeitos da mesma sobre a economia brasileira, estavam tornando cada vez mais difícil e onerosa a importação do carvão estrangeiro. Neste ponto, o carvão do sul do país apresentava-se como o substitutivo do ideal do Cardiff. Impulsionada a sua extração e comercialização para o restante do país, propiciava-se tanto a diversificação da economia nacional quanto a interação do mercado interno, além de se economizarem divisas com a diminuição das importações. (sic).¹⁹⁷

195 BAKOS, Margaret M. Porto Alegre e seus eternos intendentess. Porto Alegre: Edi PUCRS, 1996. Quando trata das questões municipais relacionadas ao período, a autora destaca a repercussão do período em Porto Alegre, indicando que “A crise mundial de 1929, o remanejamento político no Rio Grande do Sul, em 30, com a projeção de Getúlio Vargas para o mais alto posto do país, designado o General Flores da Cunha como interventor no Estado, não altera fundamentalmente as diretrizes do governo de Porto Alegre”. p. 110/111.

196 CORREIO DO POVO de 23 de julho de 1931. Reportagem com o diretor da Viação Férrea, Dr. Fernando Pereira, sobre o uso do carvão do Rio Grande do Sul. [MCS/AEMS].

197 PESAVENTO, op. cit. 1982, p. 298.

Em outro nível, a autora destaca o direcionamento do governo de Flores da Cunha¹⁹⁸ ao indicar que este, conforme é possível constatar,

[...] tinha interesse no emprego do carvão gaúcho não apenas na Viação Férrea, mas também na projetada Frota Rio-grandense. Embora Vargas pretendesse reerguer a marinha mercante nacional com o Lloyd Brasileiro, Flores pretendia criar uma companhia estadual de navegação com o objetivo de diminuir os fretes, favorecendo o escoamento da produção gaúcha. (sic).¹⁹⁹

Entretanto, o aproveitamento do minério nacional na Viação Férrea, na amplitude obtida, só foi possível devido aos investimentos, às pesquisas e adaptações realizados ao longo do tempo; pois, conforme o diretor da Viação Férrea, Dr. Fernando Pereira: “Reconhecemos, no entanto, que outras estradas de ferro, companhias de navegação e industrial, que não adaptaram ainda as fornalhas de suas machinas, não poderão alcançar de prompto os mesmo resultados que actualmente se observem na Viação Férrea.(sic).²⁰⁰

Associado a esses fatores, outro elemento que se configurou como indicativo das iniciativas de proteção ao combustível nacional foi materializado através do mesmo decreto 20.089, de 09 de junho de 1931,²⁰¹ o qual estabelecia que a “Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro” e a “Estrada de Ferro Central do Brasil” deveriam contratar, em nome do governo, por prazo e preço a serem combinados, toda a produção de carvão nacional disponível no mercado. As vantagens para as companhias de mineração eram, aparentemente, muitas, visto que, além de terem suas produções colocadas no mercado, elas contariam com isenções de selo e de caução, sendo que a responsabilidade da distribuição recairia sobre a “Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro”, que teria a preferência de seu transporte.

198 Quando se refere à nomeação dos interventores para as administrações estaduais, sobre Flores da Cunha, Gertz diz: “[...] José Antônio Flores da Cunha, antigo deputado federal de destaque, senador desde 1928, um dos ‘próceres’ da revolução, discípulo de Borges de Medeiros, a favor de quem – segundo o folclore – havia lutado heroicamente durante a revolução de 1923. (Grifo do autor). GERTZ, René E. O Estado Novo no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora UPF, 2005, p. 10:11.

199 PESAVENTO, op. cit. 1982, p. 300:30.

200 CORREIO DO POVO de 23 de julho de 1931. Reportagem com o diretor da Viação Férrea, Dr. Fernando Pereira, sobre o uso do carvão do Rio Grande do Sul. [MCA/AEMS].

201 RIO DE JANEIRO. Decreto 20.089 de 09 de junho de 1931. Estabelece um percentual de 10% de obrigatoriedade da compra de carvão nacional para empresas importadoras de carvão estrangeiro. [MCAR].

As questões de comprovação da compra em percentuais, da fiscalização, das responsabilidades na execução, da determinação dos impostos destinados aos governos Federal, Estadual e Municipal, das isenções para compra de materiais destinados “*á combustão, distillação e gazeificação efficientes dos combustíveis nacionaes*”,²⁰² bem como a obrigatoriedade da utilização de carvão brasileiro na indicação de um mínimo de compra de 10% de carvão nacional em relação ao estrangeiro mantiveram-se conforme o decreto de obrigatoriedade de consumo. Contudo, o segundo parágrafo do artigo 2º apresenta uma brecha para o não cumprimento dessa determinação:

§ 2º O governo poderá permittir o desembaraço do carvão estrangeiro, independentemente da aquisição de carvão nacionnal, se o importador fizer prova, para cada carregamento, de que nem a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, nem a estrada de ferro Central do Brasil, nem directamente as empresas de mineração, puderam fornecer-lhe, em todo ou em parte, a quantidade estipulada neste decreto. Esta prova far-se-á mediante certificado assignado conjuntamente pelo representante da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, da Estrada de Ferro Central do Brasil, e de cada uma das empresas carboníferas devidamente inscriptas no ministerio da Viação e Obras Públicas. (sic).²⁰³

A possibilidade de dispensa na compra do produto nacional, aparentemente, constituía-se num processo bastante complicado, uma vez que havia necessidade da obtenção de múltiplas assinaturas e concordância acerca da impossibilidade de fornecimento. Outro aspecto que se destaca nas ações de proteção ao combustível nacional refere-se aos preços de venda do minério, e o parágrafo 1º do 2º artigo indicava:

§ 1º - O preço a ser cobrado pelo carvão nacional aos particulares será fixado semestralmente pela Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e pela Estrada de Ferro Central do Brasil, com a aprovação do governo, de accordo com os contratos a que se refere o artigo 1º. As características do carvão serão definidas pela Estação

202 DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 20 de junho de 1931. - Decreto protecionista do governo provisório sobre a compra de carvão para uso do Lloyd e Central do Brasil. Slide 1931 (53). Publicado também em: JORNAL DA MANHÃ, 21/06/1931. Slide 1931 (65); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21/06/1931. (Slide 1931 (67); FOLHA DA MANHÃ, 19/08/1932. Slide 1932 (72). [MCS/AEMS/ACES].

203 Idem.

Experimental de Combustíveis e Minerios dos ministérios da Agricultura. (sic).²⁰⁴

Nesse caso, as companhias tiveram, através da interferência governamental, a ampliação do mercado consumidor; porém não possuíam ingerência completa sobre o preço de venda do minério, pois a indicação do valor para venda e da qualidade do produto estava vinculada à aceitação e ao controle por parte do governo.

De acordo com Boschi (1979), a concordância dos empresários industriais com esse tipo de ação do Estado se constituía tendência de fortalecimento deste, pois, quando

[...]. a sociedade se torna polarizada e se coloca a ameaça de uma ruptura representada por conflitos crescentes que o sistema não consegue mais absorver, os empresários industriais privilegiam uma solução autoritária visando assegurar a estabilidade e a continuidade do processo de acumulação [...].²⁰⁵

Para além das questões de obrigatoriedade de consumo, a companhia ainda destacava, na década de 1920, que não adiantaria apenas determinar que empresas fossem obrigadas a consumir o carvão nacional como combustível, pois, a partir disso, a problemática relacionada às dificuldades de transportes e ao preço do frete far-se-ia presente, uma vez que “A Central, a Marinha, outras repartições só aceitam propostas com a obrigação de collocação do carvão no Rio”. (sic).²⁰⁶ Nesse sentido, observa-se que a companhia carbonífera, quando havia sido atendida em sua reivindicação de ampliação de mercado consumidor, adicionava outra variável para o desenvolvimento da indústria mineradora: o problema de infra-estrutura de transportes - “A companhia compromete-se a enviar o carvão até ao seu porto, mas

204 Ibidem.

205 BOSCHI, op. cit. p. 95.

206 CORREIO DO POVO de 29 de Março de 1921. Reportagens sobre empréstimo do governo e compra de carvão por parte do mesmo. A Cia reconhece a proteção à indústria, mas referencia que a proteção que deseja é a ampliação do consumo. Slide 1922 e 1923. [MCS/AEMS/ACES].

não tem podido regularizar fornecimento por falta de praça e por alta de frete”. [...].
(sic).²⁰⁷

2.2.3. Transportes

A questão dos transportes constituiu-se um problema desde a origem da mineração no Estado, sendo objeto de repetidas solicitações de ações governamentais por parte das companhias carboníferas e estando presente, igualmente, nas décadas de 1930 e 1940, como, por exemplo, nos relatórios das companhias consorciadas:²⁰⁸ “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” e “Companhia Carbonífera Rio-Grandense”, no ano de 1943. Ao apresentar a problemática e indicar os direcionamentos da companhia, Guilherme Guinle, diretor da CEFMSJ, expressou:

O problema dos transportes nos tem preocupado e procuramos resolve-lo da forma mais econômica e eficiente. O carvão que mineramos é transportado pela nossa estrada de ferro até o porto de Xarqueadas, no Rio Jacuí. E a falta de empresas especializadas nos obriga a manter considerável número de embarcações que, por via fluvial e lacustre, conduzem o carvão a Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. (sic).²⁰⁹

Já Roberto Cardoso, diretor da “Companhia Carbonífera Rio-Grandense”, destacou a problemática enfatizando:

[...] temos atendido com a regularidade possível os pedidos dos nossos consumidores dos mercados nacionais, como também dos

207 Idem.

208 Sobre a formação do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração – CADEM – trataremos na sequência do capítulo

209 RIO DE JANEIRO. Relatório de atividades da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Abril de 1943. Apresentado por Guilherme Guinle. Também publicado no JORNAL DO COMÉRCIO, 19/04/1944. Slide 1944 (135). [MCAR/ACES].

argentinos e orientais. Infelizmente, lutamos ainda com a insuficiência dos transportes marítimos para o escoamento da nossa produção exportável. Estamos, porém, satisfeitos em cooperar para a movimentação dos navios que consomem o nosso combustível e que o têm transportado para as diferentes indústrias do País, supridas por nós nas melhores condições que o momento atual permite.²¹⁰

A ação conjunta dessas companhias direcionou-se no sentido de adquirir os meios para a garantia do transporte do minério para os portos em que esse fosse solicitado, através de um plano de expansão que, nesse aspecto, objetivava dotar as companhias de mineração da região de São Jerônimo de meios próprios para o armazenamento e o transporte do minério. No relatório aos acionistas da “Companhia Estrada de Ferro de Minas de São Jerônimo”, a questão foi apresentada pelo diretor Guilherme Guinle, quando manifestou:

A necessidade de reparos e boa conservação dos rebocadores e chatas levou-nos a adquirir, conjuntamente com a Companhia Carbonífera Minas de Butiá, os estaleiros Mabilde, na ilha da Pintada, próximos a Porto Alegre, por um milhão de cruzeiros. Constitue nosso programa a montagem nesse local de instalações próprias para o depósito de cerca de 10 mil toneladas de carvão em silos de cimento armado, com aparelhagem mecânica necessária ao rápido carregamento de vapores. Com isso, poderemos evitar a imobilização de grande número de embarcações que, no local, aguardam a chegada dos navios transportadores cuja carga se faz morosamente por processos menos modernos. (sic).²¹¹

Na imagem abaixo, podemos observar uma das embarcações de propriedade da “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” em atividade na região de Porto Alegre. Na parte central da embarcação, fechada por uma espécie de lona, encontrava-se o compartimento onde o carvão era depositado.

210 RIO DE JANEIRO. Relatório de atividades da Companhia Carbonífera Riograndense das Minas de Butiá. Abril de 1943. Apresentado por Roberto Cardoso. Também publicado no JORNAL DO COMÉRCIO, 20/04/1944. Slide 1944 (148). [MCAR/ACES]

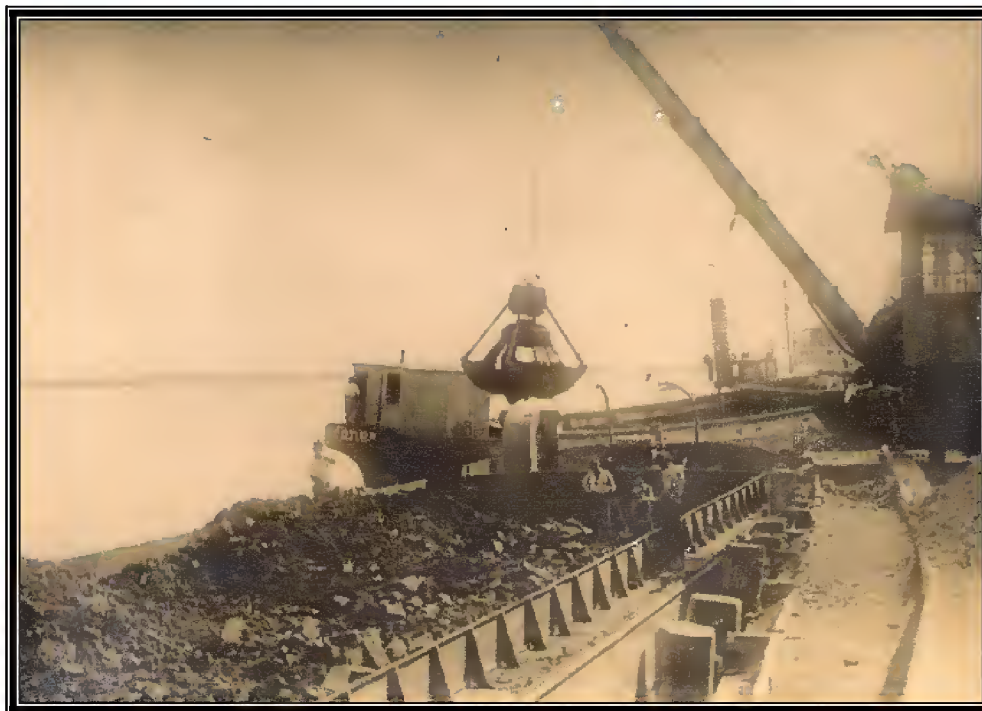
211 RIO DE JANEIRO. Relatório de atividades da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Abril de 1943. Apresentado por Guilherme Guinle. Também publicado no JORNAL DO COMÉRCIO, 19/04/1944. Slide 1944 (135). [MCAR/ACES].



**Figura 10: Embarcações de transporte de carvão
Década de 1930/40²¹²**

Nas imagens seguintes, podemos observar a seqüência de um carregamento de carvão em embarcações fluviais. O carvão era colocado nos compartimentos de carga através de guindastes com cabos de aço que sustentavam espécies de grandes baldes. Após a descarga do minério, os operários, utilizando-se de pás, espalhavam o carvão de maneira que ocupasse todos os espaços disponíveis. Podemos ter uma noção bastante precisa do tamanho da embarcação a partir da observação da imagem dos operários que estão na embarcação.

212 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS]



**Figura 11: Carregamento de embarcação de transporte de carvão
Década de 1930/40** ²¹³



**Figura 12: Carregamento de embarcação de transporte de carvão
Década de 1930/40** ²¹⁴

213 Idem.

214 Ibidem.



Figura 13: Carregamento de embarcação de transporte de carvão
Década de 1930/40 ²¹⁵

A imagem abaixo é outro exemplo de tipos de embarcações utilizadas pelas companhias de mineração para o transporte de carvão mineral. Apesar de pequenas diferenças físicas, a embarcação possui a mesma função anteriormente descrita.



Figura 14: Embarcação de transporte de carvão
Década de 1930/40 ²¹⁶

²¹⁵ Idem.

Sobre a compra do estaleiro Mabilde em parceria com a “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo”, Roberto Cardoso, diretor da “Companhia Carbonífera Rio Grandense”, referenciou no seu relatório:

Continuamos a dedicar a maior atenção à conservação das nossas embarcações e, juntamente com a Cia. Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, nossa consorciada, adquirimos por um milhão de cruzeiros os estaleiros Mabilde, na Ilha da Pintada, em Porto Alegre. Com êsse estaleiro e com os de Xarqueadas, estando agora atendendo com toda a eficiência à conservação e reparo de mais de 100 embarcações, entre rebocadores e chatas, usadas no serviço de transporte fluvial do carvão das minas consorciadas até os portos de Pôrto Alegre, Pelotas e Rio Grande. (sic).²¹⁷

De acordo com o diretor-presidente, visando à obtenção das melhorias no transporte do carvão, a “Companhia Carbonífera Rio Grandense” adquiriu, com recursos próprios, diversas embarcações que se responsabilizariam pelo transporte da cabotagem, objetivando a diminuição do custo dos fretes e a dinamização na entrega do minério. Entre as embarcações compradas, estavam: *Butiá*, *Chuí*, *Herval* e *Itaqui*, destinadas ao transporte de curta distância; e os navios: “*Porto Alegre*” e “*Rio Grande*”, destinados ao transporte para mercados consumidores mais distantes.²¹⁸

Entretanto, apesar dessas ações, as companhias mantiveram a ênfase na argumentação de que era uma responsabilidade do governo promover a infraestrutura básica de transporte, porque entendiam que as providências tomadas por elas resolviam parcialmente a questão, uma vez que a infra-estrutura necessária ao escoamento da produção era uma questão mais ampla do que a obtenção de embarcações.²¹⁹ Conforme Guilherme Guinle, “Infelizmente, a exportação do nosso

216 Ibidem.

217 RIO DE JANEIRO. Relatório de atividades da Companhia Carbonífera Riograndense das Minas de Butiá. Abril de 1943. Apresentado por Roberto Cardoso. Também publicado no JORNAL DO COMÉRCIO, 20/04/1944. Slide 1944 (148). [MCAR/ACES].

218 RIO DE JANEIRO. Relatório de atividades da Companhia Carbonífera Rio Grandense das Minas de Butiá. Abril de 1933, referente ao exercício de 1932.

219 Em meados da década de 1950, através da intervenção do Governo Federal, ocorreu a desapropriação dos estaleiros de propriedade do consórcio na Ilha da Pintada, bem como de outras embarcações de propriedade da empresa. Esses

produto para fora do estado sofreu um declínio acentuado, em virtude das dificuldades de transporte marítimo”. (sic).²²⁰

Ainda na década de 1930, observamos, na pauta legislativa, uma preocupação na formação, mesmo que indiretamente, de uma infra-estrutura de transporte, na medida em que as empresas diversas recebiam benefícios consignados ao consumo e transporte de carvão, como demonstra o exemplo relacionado às companhias de navegação.

O deputado Flory de Azevedo e mais quatro colegas, apresentaram em a sessão de 12 do corrente á Assembléia dos Representantes, uma emenda ao projeto que autorisa o emprestimo á companhias Riograndenses de Navegação. Pela emenda, a companhia que gozar de tal favor estadual, ficará obrigada a queimar nas caldeiras de seus navios o carvão riograndense pulverizado.
[...]. (sic).²²¹

No relatório aos acionistas da “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” referente ao exercício de 1922, é possível observar a empresa se ressentir dos resultados ruins obtidos no primeiro semestre, atribuídos, entre outros fatores, ao preço baixo de venda, como demonstra o excerto seguinte.

Esse resultado foi devido a três factores principaes: á baixa da producção nos três primeiros mezes no anno vigente; á alta exorbitante dos salários e dos preços dos materiais e de outras utilidades, que elevou extraordinariamente, dada a pequena producção, o seu custo, e á entrega de grandes quantidades do

acontecimentos geraram a destituição dos meios próprios de transporte do carvão do CADEM, sendo que a atividade passou a ser realizada pelo Serviço de Transporte de Carvão, entidade criada pelo governo estadual, que recebeu os bens desapropriados da empresa através do governo federal. A observação superficial do ocorrido permite supor que o consórcio sofreu uma grande perda com a desapropriação de parte dos seus bens, contudo, numa análise de outros aspectos, podemos inferir que, no desenrolar dos fatos, a empresa obteve vantagens, pois, além de conseguir pagar as indenizações dos seus funcionários, desonerou-se dos encargos relativos ao transporte do produto que, por sua vez, continuou a ser realizado da mesma forma e com a mesma qualidade, só que por meios garantidos pelo estado.

220 RIO DE JANEIRO. Relatório de atividades da Companhia Carbonífera Riograndense das Minas de Butiá. Abril de 1943. Apresentado por Roberto Cardoso. Também publicado no JORNAL DO COMÉRCIO, 20/04/1944. Slide 1944 (148). [MCAR/ACES].

221 CORREIO DO POVO de agosto de 1931. Reportagem que apresenta um projeto o qual oferece empréstimos para companhias de navegação, mas que, em contrapartida, faz com que estas tenham que utilizar o carvão nacional. Slide 1931 (1). [MCS/AEMS/ACES].

carvão por preços baixos, em consequencia de contratos antigos, que via de execução. (sic).²²²

Na seqüência, o diretor destacou a reversão da situação de desvantagem, dizendo:

Felizmente durante o segundo semestre, a produção augmentou e, tendo terminado o praso de alguns contratos a preço inferior, a directoria pôde elevar o preço de venda e fazer novos contratos em condições vantajosas, conseguindo, ao mesmo tempo, com medidas administrativas e novos aparelhamentos diminuir o custo da produção. Nestas condições, graças aos resultados do segundo semestre puderam ser compensados os prejuízos do primeiro semestre, e conseguir-se resultado animador. [...]. (sic).²²³

Nesse caso, o destaque quanto à responsabilidade pelos resultados desfavoráveis foi dado ao baixo preço do minério, decorrente do cumprimento de contratos antigos. Observa-se a menção de que a conclusão desses compromissos resultaria na elevação de valores de venda e busca de novos acordos, que, na ótica da companhia, seriam mais vantajosos e, conseqüentemente, produziriam resultados de acordo com as necessidades da empresa. Dos três fatores mencionados anteriormente, o que mereceu maior destaque posterior foi a questão do preço, permitindo-nos inferir que o foco central da exposição eram os preços do minério para a venda.

A partir da década de 1930, o controle de preços dos combustíveis passou a sofrer a ingerência dos órgãos governamentais²²⁴ e, na década de 1940, devido ao

222 CORREIO DO POVO de 29 de março de 1921. Reportagens sobre empréstimo do governo e compra de carvão da parte dele. A companhia reconhece a proteção à indústria, mas referencia que a proteção que deseja é a ampliação do consumo. Slide 1922 e 1923. [MCS/AEMS/ACES].

223 Idem.

224 Nesse sentido, a ação governamental de controle de preços do carvão intensificou-se a partir do decreto de obrigatoriedade do consumo percentual de carvão, pois nele havia a determinação legal acerca do papel que o estado desempenharia na indicação dos valores de venda do combustível. RIO DE JANEIRO. Decreto 20.089, de 09 de junho de 1931. Estabelece um percentual de 10% de obrigatoriedade da compra de carvão nacional para empresas importadoras de carvão estrangeiro. A intervenção governamental no controle de preços e distribuição de mercadorias não era restrita aos minérios, ocorrendo numa ampla diversidade de produtos.

esforço de guerra²²⁵ e à mobilização nacional, as medidas quanto à distribuição e aos preços foram modificadas, pois, a partir de 1943, todo o carvão mineral produzido no país passou a ser distribuído pela Comissão da Marinha Mercante subordinada ao governo federal. Entre as incumbências da CMM, estava: a) – organizar a estatística trimestral da produção de carvão mineral nacional – visando à divulgação dos números registrados por todas as companhias; b) – estudar as necessidades dos consumidores do carvão nacional e fixar-lhes a quota de consumo, alterá-la ou suprimi-la, quando necessário; c) – fixar a ordem de preferência e emergência, para a distribuição do carvão produzido. Portanto, cabia a ela, de posse dos dados de extração e das solicitações de consumo, definir quem seriam as empresas a receber o produto e em que quantidade.

Em abril de 1943, as exportações provenientes dos Estados Unidos foram interrompidas, conforme podemos perceber pela declaração do inspetor geral do serviço de iluminação, dr. Francisco de Sá Lessa, subordinado ao Ministério da Viação: “[...] não se pode mais contar com carvão estrangeiro, não só pelas dificuldades de transporte, como porque os Estado Unidos necessitam de combustível para os seus gastos”.²²⁶ Assim, coube ao produto nacional garantir o abastecimento interno.

[...]. na fase atual o Brasil está utilizando todo o seu carvão das Minas do Sul. É preciso, porém, esclarecer que se estabeleça um racionamento em tais bases que se possa contar com carvão nacional, o que seria impossível se não restringíssemos os nossos gastos. Para isso, o ministro da Viação tem em objetivo criado uma norma de consumo, assim como uma disciplina no gasto para evitar que nos vejamos a braços com a falta de gaz para as necessidades mais prementes. [...]. (sic).²²⁷

225 O “esforço de guerra” foi um conjunto de ações que visavam a minimizar os problemas decorrentes da ocorrência dos conflitos. Essas ações abrangiam diversos setores da sociedade, entre eles a mineração de carvão, como, por exemplo, em 1931, o governo brasileiro decretou, pela primeira vez, o “horário de verão”, justificando sua execução pela necessidade de diminuição do consumo de energia elétrica e, por conseqüência, de carvão.

226 CORREIO DO POVO de 10 de abril de 1943. Reportagem sobre a diminuição das exportações e o racionamento de combustível. Slide 1943 (148). [MCS/AEMS/ACES].

227 Idem.

A tônica do discurso governamental e dos jornais, no período, enfocava a *urgência e a emergência* que os diferentes âmbitos da sociedade possuíam do produto, porque havia a consciência da importância da manutenção da distribuição para algumas esferas sociais, a fim de evitar prejuízos à economia nacional. Portanto, é possível inferir que a proteção não se encontrava focada exclusivamente na indústria carbonífera, mas, sim, ampliada para diferentes setores da sociedade.

Em vista da situação conjuntural, em 07 de agosto de 1944, o governo federal instaurou, como medida emergencial, o decreto-lei 6.711,²²⁸ que determinava a distribuição e a fixação de um preço único para o carvão, além de indicar que ele estava sob o controle do Estado, através do Coordenador da Mobilização Nacional.²²⁹

O decreto foi amplamente divulgado nos jornais do país e da região, sendo entendido como uma ação de proteção à indústria carbonífera. Observamos que as notícias, de um modo geral, partiam de editoriais de jornais do Rio de Janeiro e eram reproduzidas nos diferentes jornais locais, não sendo encontrado, nesse período, nenhum editorial que tenha sido escrito por jornalistas da região sul. Nesse caso, deparamo-nos com os mesmos elementos percebidos por Espig (1998), quando diz: “Um aspecto curioso dos jornais com os quais trabalhamos é o costume de transcrever-se literalmente ou simplesmente citar as matérias de outros periódicos. [...]”.²³⁰ Para a autora, essa prática poderia ser proveniente da qualidade do escrito, por sua possibilidade informativa ou ainda para oportunizar a crítica e/ou discussão da temática. O jornal *A Vanguarda*, do Rio de Janeiro, por exemplo, publicou, em 08 de agosto, um editorial acerca da questão.

Tal é a importância que o carvão começa a assumir na economia brasileira, que o presidente Getulio Vargas acaba de baixar um

228 RIO DE JANEIRO. Decreto-lei 6.711, de 07 de agosto de 1944. Atribui ao Governo Federal, através da Coordenação da Mobilização Nacional, a responsabilidade de distribuição e fixação de preços do carvão nacional. Getulio Vargas. [MCAR].

229 O mês de agosto de 1944 concentrou a predominância das notícias acerca da temática, conforme podemos observar nas referências: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, de 06 de agosto de 1944. Slide 1944 (375); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16/08/1944. Slide 1944 (391); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17/08/1944. Slide 1944 (394); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18/08/1944. Slide 1944 (396); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19/08/1944. Slide 1944 (407); CORREIO DO POVO, 15/08/1944. Slide 1944 (384); CORREIO DO POVO, 17/08/1944. Slide 1944 (395); O JORNAL, 17/08/1944. Slide 1944 (410). JORNAL DO BRASIL, 08/10/1944. Slide 1994 (400); O JORNAL, 17/08/1944. Slide 1944 (410). [MCS/AEMS/ACES].

230 ESPIG, op. cit. p. 285.

decreto-lei, determinando que todo o carvão nacional será distribuído pelo governo federal, por intermédio do Coordenador da Mobilização Econômica, fixando o preço como medida de emergência e autorizando esse órgão da administração do país a organizar o racionamento para que a distribuição se faça de acordo com os interesses superiores da nação, sem sacrifício dos legítimos interesses.²³¹

No mesmo dia, o *Jornal do Brasil* publicou um editorial corroborando a compreensão do outro veículo quanto à centralização governamental das decisões sobre o carvão como ato de suma importância para o desenvolvimento da nação. Um excerto do editorial referencia:

A iniciativa do Presidente Vargas de atribuir á Coordenação da Mobilização Econômica a distribuição de todo o carvão mineral produzido no País, é da maior relevância para o nosso desenvolvimento industrial. [...] procura estimular, nas diversas regiões carboníferas do País, a produção desse combustível de forma a atender as crescentes exigências das nossas industrias e dos nossos sistemas de transportes. [...]. O decreto-lei atribuindo á coordenação a distribuição do carvão nacional constitui, pois, outra acertada medida da política siderúrgica eficientemente seguida pelo Governo na defesa da economia brasileira.²³²

Da mesma forma, o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publicou, no dia 10 do referido mês, as suas impressões acerca do debate. Eis o teor:

Pode dizer-se que as medidas consignadas no referido decreto completam as que de há muito vêm sendo adotadas em favor da hulha brasileira. Nos dois últimos anos a sua produção quase decuplicou. A indústria, pelo estímulo governamental e também por força da situação, ganhou alento, afastando os interesses que a desalentavam, desenvolveu-se e colocou-se me posição de fazer face às necessidades do consumo interno em proporções que crescem de ano a ano.

231 A VANGUARDA, de 08 de agosto de 1944. Editorial sobre a proteção ao carvão por parte do Governo Federal. Slide 1944 (403). Outros jornais que publicaram o mesmo editorial: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/08/1944. Slide 1944 (377); CORREIO DO POVO, 13/08/1944; Slide 1944 (382). [MCS/AEMS/ACES].

232 JORNAL DO BRASIL de 08 de outubro de 1944. Editorial que referencia o decreto-lei que atribui ao governo a distribuição e determinação do preço do carvão. Slide 1994 (400). Publicado também em: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11/08/1944. Slide 1944 (379); CORREIO DO POVO, 12/08/1944. Slide 1944 (381). [MCS/AEMS/ACES].

A experiência demonstrou que afim de retirar o máximo de benefícios para a economia brasileira, era preciso controlar a distribuição do carvão nacional e indispensável, sobretudo, fixar-lhe os preços [...]. Para tornar tudo isto efetivo, o decreto aludido determina que todo o carvão extraído no país será distribuído pelo governo federal, por intermédio do coordenador da Mobilização Econômica, cabendo o conveniente cuidado para que não entrem no assunto os exploradores de tudo quanto diz com a economia nacional. (sic).²³³

Observa-se que, independente do órgão de imprensa em que a notícia sobre o decreto lei foi veiculada, o teor era sempre de informação e aprovação das medidas tomadas, e a ênfase era a da proteção da indústria em geral, na medida em que as reportagens referiam que, a partir dessas ações, os beneficiados seriam aquelas indústrias que necessitassem realmente do produto, sendo destacado o bem da nação como princípio básico para a eleição dos privilegiados nesse processo. O discurso expresso nesses jornais, sobre essa questão, está fundamentalmente em consonância com o discurso das companhias de mineração e do governo. Parece ter-se estabelecido uma parceria pela qual as companhias mineradoras, os órgãos governamentais e a imprensa passaram a falar a mesma linguagem, ou seja, a proteção à indústria carbonífera é salutar para o desenvolvimento da nação e todos os esforços nesse sentido são avaliados como positivos.

No tocante ao aspecto relacionado à distribuição, a Coordenação da Mobilização Nacional, utilizando medidas complementares, indicava, a cada mês, a quantidade de combustível a ser entregue a cada um dos consumidores, conforme o exemplo do mês de fevereiro de 1945, quando foi indicado como deveria ser distribuído o combustível extraído no Rio Grande do Sul:

233 DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 15 de agosto de 1944. Editorial sobre as medidas governamentais de distribuição e fixação de preços do carvão. Slide 1944 (387). Publicado também em: CORREIO DO POVO, 16/08/1944. Slide 1944 (392). [MCS/AEMS/ACES].

TABELA III: Distribuição do carvão gaúcho para Fevereiro de 1945. Porto Alegre

PORTO ALEGRE	
Destinação	Toneladas
Viação Férrea do Rio Grande do Sul	40.000
Cia Energia Elét. Riograndense. (luz, bondes, gás)	9.400
Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiros Ltda	1.500
Companhia de Vidros Sul Brasileiro	200
Companhia de Navegação das Lagôas	150
Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem	80
Cervejaria Continental	200
Herbert Muller e Cia	100
Secretaria de Obras Publicas do Estado do RS	150
Otto Brutschke	100
Wallig e Cia	50
Companhia Construtora Nacional S. A.	100
Diversos	200

FONTE: RIO DE JANEIRO. Resolução nº 8 de 31 de Janeiro de 1944. De acordo com o Decreto-lei 6.711 de 07 de agosto de 1944. [MCAR]

Observamos, na tabela III, sobre a distribuição de carvão para a cidade de Porto Alegre, que a Viação Férrea do Rio Grande do Sul era a empresa que, por sua importância para o desenvolvimento da economia nacional, recebia aproximadamente 76% da produção de carvão. A “Companhia Energia Elétrica” recebia cerca de 17% e os Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiros ficavam com o percentual de 2,8%. O restante das empresas listadas recebia em torno de 0,1% a 0,3% da produção de carvão destinada a Porto Alegre. Observamos, também, que as três empresas que recebiam maiores quantidades de carvão eram responsáveis pelo consumo de aproximadamente 97% da produção. A discrepância parece se justificar pela natureza essencial de atividade realizada por essas empresas.

No que se refere à distribuição do carvão para o interior do estado, observamos, na Tabela IV, a seleção de empresas que segue.

**TABELA IV: Distribuição do carvão gaúcho para Fevereiro de 1945.
Rio Grande/Pelotas**

RIO GRANDE	Toneladas
Administração do Porto do Rio Grande	600
Cia Swift do Brasil S. A.	2.300
Pref. Mun.de Rio Grande (força, luz, bonde)	2.000
Fab. de Conservas Alimentícias Francisco Galo.	18
Dir. de Obras do Porto e Barra do Rio Grande.	600
Cia União Fabril.	1.000
Ipiranga S. A.	150
Cia Fiação e tecelagem Riograndense.	260
Cia de Navegação das Lagoas.	150
Corporação de práticos do Rio Grande do Sul.	50
Luiz Loreia e cia.	35
Departamento nacional de Portos, Rios e Canais.	75
Frigoríficos Anselmi Ltda	20
Indústrias Reunidas Leal Santos S. A.	150
Diversos.	400
PELOTAS	
The Rio Grandense Light e Power Synd. (força, luz)	1.700
Comissão de Dragagem dos Canais Interiores.	750
Frigoríficos Anglo S A.	1.500
Prefeitura Municipal de Pelotas.	200
Cia Industria Linheiras S A.	200
Cia Nacional de Óleo de Linhaça.	100
Cia Fiação e Tecidos Pelotense.	100
Cervejaria Sul Brasil Ltda.	300
Cooperativa Bageense de Carnes.	300
Diversos.	150

FONTE: RIO DE JANEIRO. Resolução nº 8 de 31 de Janeiro de 1944. De acordo com o Decreto-lei 6.711 de 07 de agosto de 1944. [MCAR]

De acordo com os dados da Tabela IV, o maior percentual de recebimento de carvão era destinado a empresas envolvidas com distribuição de energia, e elas recebiam, juntas, um total aproximado de 45% de toda a produção destinada às duas cidades. As empresas que mantinham alguma relação com as atividades desempenhadas pelos poderes públicos recebiam em torno de 26% do minério, enquanto aproximadamente 29% restantes do produto eram distribuídos entre empresas diversas da região. Nas localidades indicadas na tabela, a natureza das empresas favorecidas com a maior quantidade de minério relaciona-se diretamente à prestação de serviços à comunidade. Salta aos olhos, na observação das tabelas IV e V, a disparidade entre os valores distribuídos para a capital, se comparados com os do interior; além disso, a quantidade de produção destinada à Viação Férrea,

em comparação com outras empresas, corrobora a importância que ela tinha para o governo estadual, conforme mencionamos anteriormente.

Na tabela V, estão listadas as empresas de diferentes localidades do estado que receberam parte da produção de carvão do Estado.

TABELA V: Distribuição do carvão gaúcho para Fevereiro de 1945 – Diversos

LOCALIDADES DIVERSAS	Toneladas
Vitelio Gazzapina.	100
Lourenço, Horacio, Mônaco em Bento Gonçalves.	100
Cia Comercio e Navegação.	2.000
Lloyd Brasileiro.	1000
Sociedade Paulistra de Naveg. Matarazzo.	1000
Cia Nac. de Navegação Costeira e Loide Nac.	300
Consumo de navios estrangeiros.	1000
Estrada de Ferro Central do Brasil.	4.200
Estrada de Ferro Leopoldina.	1.450
Bárbara e Cia Ltda.	1.400
Cia Materiais de Construção.	400

FONTE: RIO DE JANEIRO. Resolução nº 8 de 31 de Janeiro de 1944. De acordo com o Decreto-lei 6.711 de 07 de agosto de 1944. [MCAR]

Nessa tabela, os dados informam que aproximadamente 83% da produção de carvão foram destinados às empresas que tinham por função o transporte de passageiros e cargas por meio fluvial e ferroviário. As companhias de navegação e as estradas de ferro constituíram-se como prioridade, em função de que não haveria condições de manter as diversas atividades nacionais, caso os transportes não se efetivassem. Conforme já mencionado, tais empresas possuíam, além da função econômica, função social, política e cultural; eram, portanto, entendidas como essenciais para o esforço de guerra.

2.2.4 Isenções

Outro aspecto fundamental na defesa da indústria carbonífera referia-se às isenções de taxas, as quais se relacionavam, especificamente, a materiais de consumo, sendo concedidas quando havia a prova de que o produto em questão não possuía um similar na indústria nacional. Essas medidas atendiam ao artigo 5º da lei n. 4625, de 31 de dezembro 1921, como neste exemplo de solicitação do ano de 1922:

[...] O major, Pedro de Abreu Maya, delegado fiscal interino, communicou ao inspetor da Alfândega desta capital, dr. Adriano Ferreira que o ministro da Fazenda attendendo a um requerimento da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo , pedindo que seja declarada á Alfândega do Rio Grande e a essa repartição que o estopim não tem similar nacional e que seja despachado com isenção aduaneira e mais taxas o 'estopim' estrangeiro, importado, quando fôr caso, como o é, para aquella Companhia; [...]. Proferiu, em 25 de julho findo, o seguinte despacho: 'A vista do laudo do Laboratório Nacional e dos documentos apresentados, que comprovam a não existencia na industria nacional do material em questão – estopim – e attendendo ao requerimento declare-se á Delegacia Fiscal do Rio Grande do Sul que d'ora em diante pode ser concedida a isenção de direitos para aquella mercadoria'.(sic).²³⁴

A título de exemplificação, material como estopim, devido à existência de taxas e impostos, onerava o preço final do carvão. Assim, inúmeras vezes as companhias de mineração solicitaram a isenção de taxas sobre esse produto. A cada solicitação, era instituído um processo de investigação na busca pelo produto nos mercados nacionais, e a simples possibilidade da existência no país gerava a negação da isenção, pois era entendimento do governo que os produtos nacionais deveriam ser protegidos da concorrência externa. No ano de 1923, por exemplo, o delegado fiscal negou à “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” a isenção de 156 quilos de estopim vindos de Hamburgo, conforme consta na parte inicial do relato a seguir.

234 CORREIO DO POVO de 13 de agosto de 1923. Isenção do imposto sobre o estopim por não ter similar nacional. Slide 1922/23 (1). [MCS/AEMS/ACES].

O profissional designado para passar o respectivo certificado declara que há fabricação nacional de estopim. Do processo, entretanto, não consta o nome da respectiva fabrica, onde estabelecida [...] está registrada na Directoria da Receita, e bem assim se a mesma está aparelhada a supprir as necessidades do mercado.

Em vista do exposto e do despacho do exmo. Sr. Ministro da Fazenda constante da ordem do Directoria da Receita Pública n. 354, de 10 de agosto ultimo, declarando a esta Delegacia que á visto do laudo do Laboratório Nacional de Annalyses dos documenytos apresentados á mesma autoridade, que comprovam a não existência na indústria nacional do material em questão – estopim -, pôde ser concedida isenção de direitos para essa mercadoria, dou provimento ao recurso para o fim de ser concedido requente á isenção pretendida.

Desta decisão recorro ex-officio para a autoridade superior por intermédio da Directoria da Receita. (sic).²³⁵

Cabia, nesse caso, à companhia mineradora provar a inexistência do produto no mercado nacional; entretanto, observamos que, apesar de o funcionário indicar que havia o produto nacional, ele não indicava o nome do fabricante. A apresentação de um laudo idôneo garantiu a isenção do produto à companhia requerente. A partir da década de 1930, outras variáveis passaram a compor o universo de concessão de isenções, não bastando a inexistência do produto no mercado interno como pré-requisito para a concessão, pois a ela se somava a análise da trajetória da companhia requerente e as ações adotadas por esta em relação às suas práticas econômicas.

Em 1933, o redirecionamento nas concessões foi exemplificado através dos pareceres da comissão instalada pela Delegacia Fiscal, representada pelos conselheiros Dr. Leonardo Macedônia, Major Francisco Xavier da Costa e Sr. Oswaldo Barcellos da Silva, responsáveis por analisar as solicitações da “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo”. A companhia requeria a renovação de vantagens fiscais – isenção de taxas, impostos e sellos - obtidas através do decreto n.º 4.699, de janeiro de 1931. O requerimento foi negado e teve como justificativa os aumentos dos valores do carvão, que provocaram o déficit apresentado pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul. A comissão de avaliação concluiu os trabalhos referindo:

235 CORREIO DO POVO de 31 de novembro de 1923. Negação de Isenção do imposto sobre o estopim. Slide 1923 (6). [MCS/AEMS/ACES].

Será razoável conceder-se favores a empresas que auferem vantagens assim volumosas, como essas da venda de carvão à Viação Ferrea, estipulando preços de acordo com as oscilações da baixa cambial?.

Parece á comissão que impõe-se a resposta negativa. (sic).²³⁶

De acordo com esse contexto, ficava visível o estabelecimento da relação entre as solicitações de isenção e as práticas da CEFMSJ que envolviam o fornecimento de matéria-prima para empresas sob responsabilidade do Estado. O requerimento de isenção foi negado com base nas ações (da companhia mineradora) que prejudicavam empresas estatais. A atitude e a justificativa da comissão de avaliação indicam que, naquele momento, os benefícios só seriam concedidos no caso da haver contrapartida vantajosa.

Existiam, assim, a intenção e as ações de proteção à indústria carbonífera, contudo elas estavam inseridas num processo de maior amplitude, no qual as indústrias, de um modo geral, eram o foco de atenção governamental. Entretanto, convém destacar que a política de proteção industrial não pressupunha, principalmente em meados da década de 1940, a exclusão do capital estrangeiro, pois, segundo Corsi,

[...] para o projeto de desenvolvimento do governo Vargas, parece que não existia contradição entre a postura nacionalista e a aceitação de ampla participação do capital estrangeiro na economia brasileira, desde que este viesse para desenvolver o País, e que as decisões de política econômica fossem tomadas, sobretudo, a partir de interesses internos. Isto não deixava de ser uma proposta de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro.²³⁷

Segundo Hobsbawm (1995:343), os Estados, de um modo geral, buscavam a superação dos atrasos produzidos pelo modelo agrário através da industrialização

236 CORREIO DO POVO de 22 de fevereiro de 1933. Reportagem sobre a negação de um pedido de isenção de impostos por parte da Companhia. Slide 1933 (11). [MCS/AEMS/ACES].

237 CORSI, op. cit. p. 15:16. No que se refere ao projeto de governo de Getúlio Vargas, o autor conclui dizendo: "Industrialização, nacionalismo e populismo: eis os pilares do projeto nacional apenas esboçado nesse período. O fracasso deste projeto naquele momento, contudo, não significou seu abandono. Ele seria retomado, só que em outro contexto nacional e mundial, no início da década de 1950". (p.16).

sistemática, baseada no modelo soviético de planejamento centralizado, ou na substituição da importação. Em qualquer dos casos, encontrava-se a ação e o controle direto do Estado. Dessa forma, o referido autor aponta o modelo industrial adotado no Brasil, destacando:

[...]. Como atestará qualquer um com o mínimo conhecimento de Brasil ou México, elas produziram burocracia, espetacular corrupção e muito desperdício – mas também uma taxa de crescimento anual de 7% nos dois países durante décadas: em suma, os dois conseguiram a desejada transição para economias industriais modernas. Na verdade, o Brasil se tornou por algum tempo o oitavo maior país industrial do mundo não comunista. Os dois países tinham uma população suficientemente vasta para proporcionar um substancial mercado interno, pelo menos por um tempo bastante longo. Os gastos e atividades públicos mantinham uma alta demanda interna. A certa altura o setor público brasileiro era responsável por cerca de metade do Produto Interno Bruto e representava dezenove das vinte maiores empresas [...].²³⁸

Assim, a proteção à indústria carbonífera inseria-se num conjunto de ações que pretendiam conduzir o país a uma situação industrial privilegiada.

2.3 As características estruturais da indústria brasileira na promoção da formação de uma rede de cooperação

A proliferação de medidas que visavam à proteção do minério brasileiro, no início do século XX, oportunizaram um redirecionamento das atividades e promoveram a revitalização do setor extrativo de carvão mineral. Os dirigentes das empresas de mineração passaram a adquirir ações de outras companhias, as quais realizavam atividades afins à indústria carbonífera, ou seja, companhias que, por sua natureza de atividade, eram potencialmente consumidoras de carvão mineral como combustível ou produtora de matéria-prima para a mineração. De acordo com Dean (1977), esse procedimento não era restrito à indústria carbonífera, pois

238 HOBSBAWM, op. cit. 1995, p. 344.

Vigorosas características estruturais da indústria brasileira eram a integração vertical e a cartelização. Por serem poucos os fornecedores de matérias-primas e os fregueses para artigos acabados e porque os primeiros podiam deixar de fornecer os materiais necessários ou pedir preços arbitrários, os industriais viam-se constringidos a tentar controlar pessoalmente essas fases intermediárias, para não se verem obrigados a perder o que tinham. [...].²³⁹

No final de 1923, a “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo”,²⁴⁰ numa estratégia de investimentos, adquiriu ações da empresa “Fiat Lux de Porto Alegre”, companhia que era uma das responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica a diversas regiões do Rio Grande do Sul. A compra das ações da companhia foi articulada por Luiz Betim Paes Leme e Mário Ramos e, de acordo com o depoimento desses diretores, a compra das ações tinha por objetivo a manutenção da atividade de fornecimento de energia, atendendo a necessidade da população, conforme declaração no jornal Correio do Povo.

Essa transacção por parte da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo visa, segundo nos informaram, uma maior desenvolvimento à produção de energia e luz, na qual agora figura aquella como maior accionista. (sic).²⁴¹

A estratégia de investimentos da “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” tornou-se pública através de sucessivos anúncios informativos nos jornais de circulação estadual, como no caso das notícias veiculadas no Correio do Povo, que descreviam a compra, por parte da CEFMSJ, de 6000 ações da “Fiat Lux de Porto Alegre”, o que representava metade das ações da companhia. Em um determinado momento, a notícia referenciava:

[...]
Com a venda das 6.000 ações da Fiat Lux não soffrerá a sua

²³⁹ DEAN, op. cit. p. 274.

²⁴⁰ Aproveitando-se do surto de crescimento do período, no início da década de 1920, a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (Arroio dos Ratos) fundiu-se à sua arrendatária Companhia Minas Sul-Riograndense (Butiá).

²⁴¹ CORREIO DO POVO de 09 de outubro de 1923. Notícias sobre a compra de ações da Fiat Lux por dirigentes da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Slide 1923 (4). [MCS/AEMS/ACES].

administração, por enquanto, nenhuma alteração, continuando ella até finalizar o respectivo mandato, sendo provável que, na renovação da directoria verificar-se-á alguma alteração. (sic).²⁴²

Entretanto, no mês seguinte, o mesmo jornal informava a realização de uma assembléia de acionistas da “Companhia Fiat Lux”, na qual os novos sócios, Paes Leme e Mário Ramos, diretores da CEFMSJ, propunham a fundação de uma nova companhia e o aumento do capital, declarando que “[...] nada fariam a respeito se não tivessem o assentimento unanime dos outros accionistas”. (sic).²⁴³ Não obtendo unanimidade, propuseram a fundação de uma nova companhia; tendo sido aceita a proposta em janeiro de 1924, anunciaram a fundação da “Companhia Energia Elétrica Riograndense”,²⁴⁴ e, conforme dizeres da época, “A nova companhia tem por fim a producção e venda de energia electrica e dos sub productos do carvão nacional na cidade de Porto Alegre e outras do Estado do Rio Grande do Sul e empreendimentos industriaes e commeciaes de toda e qualquer espécie”. (sic)²⁴⁵.

Durante o ano de 1924, em inúmeras edições dos jornais locais, foram apresentadas notícias relacionadas aos problemas de energia elétrica enfrentados pela cidade e a necessidade que Porto Alegre tinha em melhorar seu sistema de iluminação, pois os problemas ligados ao abastecimento eram constantes. Assim, em 1925, o Diário de Notícias publicou a seguinte notícia:

A municipalidade, por intermédio da comissão de melhoramentos da cidade, chegou a conclusão de que, para o serviço de iluminação publica, se tornava necessária a instalação de uma usina de grande potencial e com systema outros que não os da usina municipal e das demais usinas desta capital. (sic).²⁴⁶

242 Idem.

243 PORTO ALEGRE. Ata da assembléia extraordinária da Companhia Fiat Lux. 08 de novembro de 1923. Também publicada no CORREIO DO POVO de 11 de novembro de 1923. Slide 1923 (5). [AHRS/MCS/ACES].

244 A grafia do nome da Companhia Energia Elétrica Riograndense apresenta-se de diferentes formas nos documentos. Neste estudo, optamos por utilizar, nas citações, a grafia utilizada no documento em análise, entretanto, no corpo do texto, quando nos referimos a essa empresa, nossa opção foi pela padronização: Companhia Energia Elétrica Riograndense.

245 CORREIO DO POVO de 13 de janeiro de 1924. Notícia sobre a Fundação da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense. Slide 1924. [MCS/AEMS/ACES].

246 O DIÁRIO DE NOTÍCIAS foi editado em Porto Alegre nos anos de 1877; 1879 e 1925. De acordo com Silva, “A assembléia geral da empresa editora se constituiu em 23 de outubro de 1924, da qual saíram eleitos os responsáveis pela publicação que começou a circular no ano seguinte”. Os responsáveis pelo jornal eram: Adroaldo Mesquita da Costa, Francisco De Leonardo Truda, José Pedro Moura, Assis Chateaubriand, entre outros. SILVA, Jandira, op. cit. p. 262. Entre as esparsas informações

Nesse sentido, a municipalidade, em concordância com a comissão de melhoramentos da cidade, entendeu que duas alterações radicais deveriam ocorrer quanto ao serviço até então prestado, a fim de que se obtivessem resultados efetivos para o problema de iluminação: buscava-se não só a melhoria do serviço como também o barateamento das tarifas.

Referia-se a primeira ao systema de corrente adoptado actualmente em Porto Alegre: a corrente continua não se adapta, em absoluto, à extensão de uma cidade como a nossa.

Assim, no caso, o único systema apropriado é o de corrente alternada triphasica.

A segunda modificação era centralizar todos os serviços em uma única usina, de grande potencial, e aparelhada para fornecer luz e força de modo mais eficiente e econômico. (sic).²⁴⁷

Os dirigentes da CEFMSJ, como detentores do acervo da “Fiat Lux de Porto Alegre” e um dos principais acionistas da “Companhia Energia Elétrica Riograndense”,²⁴⁸ que fornecia parte da energia utilizada na cidade, entenderam o momento e a solicitação da municipalidade como uma oportunidade de promover a união de sua empresa de energia com a “Companhia Força e Luz”.²⁴⁹ A união visava

que obtivemos acerca desse periódico, encontramos uma referência do texto de Brancato (2005): “[...] Chateaubriand, proprietário do DN, mantinha boas relações com o governo de Getúlio Vargas e, portanto, secundava as diretrizes da política externa brasileira. [...]”. p. 3. Disponível em: Anais do II Congresso Sul-Americano de História. Out. 2005. Passo Fundo. Brasil. <http://www.2csh.clio.pro.br/sandrabrancato>. DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 12 de julho de 1925. Notícia sobre a construção da usina do gasômetro para o fornecimento de energia elétrica através fusão da Companhia Energia Elétrica Riograndense e da Força e Luz. Slide 1925 (7). [MCS/AEMS/ACES].

247 DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 12 de julho de 1925. Notícia sobre a construção da usina do gasômetro para o fornecimento de energia elétrica através fusão da Companhia Energia Elétrica Riograndense e da Força e Luz. Slide 1925 (7). [MCS/AEMS/ACES].

248 A Companhia Energia Elétrica Riograndense já havia recebido autorização do Intendente municipal, sr. Dr. Octávio Rocha, para a introdução, na empresa, de um novo sistema de corrente que evitaria a perda então existente de 30 a 40 % da energia elétrica produzida.

249 Segundo Bakos (1996), no início do século XX, o município de Porto Alegre sofria com problemas relacionados à energia, tanto no que se refere à iluminação quanto aos transportes. Assim, a intendência contratou os serviços da Companhia Força e Luz, do Rio de Janeiro, que, com o passar do tempo, adquiriu o monopólio do fornecimento de energia, ao absorver as companhias gaúchas. A autora destacou: “A Companhia Força e Luz prospera rapidamente e, em apenas três anos, possui 47 carros, servindo diversas zonas da cidade, o que não significa, face à demanda da população, que os serviços estejam se processando a contento. Em 1906, seus operários participam da primeira greve geral de Porto Alegre, reivindicando menor

à participação na concorrência para a construção de uma usina de geração de energia que se utilizaria exclusivamente de carvão nacional.

Assim, iniciaram-se, no Rio de Janeiro, as tratativas para a união das duas empresas, tendo como dirigentes representantes da “Companhia Fôrça e Luz” o coronel Antonio Mostardeiro Filho e o dr. Possidonio da Cunha, e como representantes da “Companhia Energia Elétrica Riograndense”, Eugenio Honold, dr. Paes Leme, dr. Mario Ramos e Octavio Reis. Em meio às negociações, antes mesmo das resoluções finais, a comissão de representantes das companhias concentrou suas ações em dois sentidos: no encaminhamento da execução do projeto de construção de uma usina geradora de energia elétrica no Rio Grande do Sul e no envio de telegramas, nos quais informavam as providências tomadas, assinados pelos dirigentes de ambas as empresas, direcionados ao presidente do Estado, Borges de Medeiros, e ao intendente municipal, Octavio Rocha,²⁵⁰ que se encontravam no Rio de Janeiro.

RIO – Temos a honra de comunicar a V. Ex., que a Companhia Energia Electrica Rio Grandense contractou com as importantes fabricas suissas Oerliken e Sulzer, o material para a sua nova usina electrica de vinte mil Kw. para o fornecimento de força e luz para o serviço de tranways da cidade de Porto Alegre.

[...]

A usina foi projectada para consumo exclusivo de carvão rio-grandense, sob fôrma pulverisada e distillação com producção de gaz e sub-produtos.

O novo edificio, em construcção, de cimento armado, sob os planos e especificações as mais modernas, será situado nos terrenos da Companhia Fôrça e Luz, à rua Triumpho, pertencente á usina actual. Como a nova usina, a inaugurar-se no mais breve praso esperamos poder muito melhorar as condições de distribuição da iluminação publica e de força dessa capital. Attenciosas saudações. (sic).²⁵¹

○ telegrama informava a procedência do material como indicativo da

jornada de trabalho. Em 1911, os motoristas e condutores da companhia paralisam novamente, pleiteando melhoria salarial, pagamentos atrasados e equiparação dos funcionários a uma só categoria. [...]”.(p.87:88).

250 Sobre os intendentes que estiveram à frente do governo de Porto Alegre, ver: BAKOS, op. cit.

251 DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 12 de julho de 1925. Telegrama enviado ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros, e ao Intendente municipal, dr. Octávio Rocha, sobre providências para a construção de uma usina em Porto Alegre. Assinado por: Antonio Mostardeiros Filho (Companhia Fôrça e Luz), Eugenio Honold (CEFMSJ), Mario Ramos (CEFMSJ), Luiz Betim Paes Leme (CEFMSJ), Octavio Monteiro Reis (CEFMSJ). [MCAR/AEMS].

qualidade deste, pois as “*importante fabricas suíças*” teriam, “naturalmente”, um material de qualidade inquestionável. Da mesma forma, observamos destaque ao caráter prioritário que as companhias de energia dotavam o empreendimento, uma vez que indicavam como objetivo a melhoria do atendimento à população, o curto prazo de execução da obra e a efetiva realização dos serviços.

Outro aspecto a ser destacado se refere ao fato de que o projeto da usina foi elaborado visando ao “*consumo exclusivo de carvão rio-grandense*”. Não se tratava aqui de indicar apenas o tipo de combustível com que a usina iria operar, no caso carvão mineral, mas, sim, de enfatizar o local de onde esse carvão seria extraído e, conseqüentemente, a companhia de mineração que se encarregaria de abastecer o consumo da futura usina.²⁵²

A argumentação que embasava a estratégia de investimento na compra de empresas diversificadas apresentava a companhia de mineração, conforme ocorreu em períodos anteriores, como uma empresa empenhada em promover o progresso e o bem-estar da sociedade.

Assim, parece-nos que o interesse na utilização da estratégia de investimento não se limitava ao aumento de capital através da diversificação das atividades, mas, sim, possibilitava a formação de uma rede de empresas que se auto-abastecessem, ou, então, de empresas que se constituíssem em mercado consumidor de carvão. Exemplo disso podemos verificar no relatório enviado, em 1928, aos acionistas da “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” referente ao exercício de 1927, no tocante à problemática que envolvia a “Companhia Energia Elétrica Riograndense”. Num primeiro momento, o relatório dá conta da situação em que as empresas, das quais os acionistas são portadores de ações, se encontravam.

[...]

A grande participação que tomámos na subscrição dos capitães das companhias Energia Electrica e Carris Porto Alegrense, fez-nos acompanhar sempre com a maior atenção o desenvolvimento dos negocios dessas companhias.

A Companhia Energia Electrica Rio Grandense vem realizando o seu programa de dotar a cidade de Porto Alegre de uma nova usina e de

252 Com efeito, foi promovida a construção da Usina Termoelétrica de Porto Alegre – A Energia Elétrica, situada na “ponta da cadeia” (Usina do Gasômetro).

um novo systema de distribuição de corrente. No seu ultimo balanço esta companhia além de dar cumprimento a todas as reservas e fundos constantes dos Estatutos, fez uma reserva para dividendos de 800:000\$000.

A Companhia Carris Porto Alegre vai fazendo as modificações necessarias na sua via permanente e em outros serviços, afim de melhorar as suas precárias condições. Devido ás grandes obras que tem feito e á concorrência inesperada dos auto-omnibus, fechou o seu balanço com um prejuízo de Rs. 1.122:132\$391, conforme se verifica na conta de Lucros e Perdas. (sic).²⁵³

Observa-se, assim, que a compra de ações de empresas diversificadas obedecia à lógica pela qual uma empresa representava o elo de uma corrente do consumo, já que a companhia dedicada à produção de energia elétrica necessitava do carvão como combustível; em contrapartida, constituir-se-ia na fornecedora de energia para a companhia de transporte.

Com isso, destacava-se a situação diferenciada de cada uma das empresas: a “Companhia de Energia Elétrica Riograndense” encontrava-se em posição de cumpridora das suas obrigações e, além disso, obtinha meios de garantir uma reserva de capital; e, numa posição inversa, estava a “Carris Porto Alegre”, que, devido a uma série de problemas, representava um ônus para a companhia de mineração.

A situação privilegiada da companhia de energia justificava, num primeiro olhar, a manutenção da propriedade das ações da companhia de transporte. Porém, a seqüência do relatório apresentou uma variável comprometedora da ação estratégica de expansão da companhia de mineração, como podemos constatar.

Em fins de maio de 1927 tivemos informação fidedignas de que a Intendencia Municipal buscava interessar no desenvolvimento da Usina Municipal da cidade de Porto Alegre uma grande firma norte-americana, e a directoria da Companhia Energia Electrica e seus grandes accionistas tambem estavam ao corrente dessa informação. Procurámos nos pôr em contacto com esse grupo norte-americano, que já tinha organizado e controlado a Companhia Brasileira de

253 RIO DE JANEIRO. Relatório da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. 23 de junho de 1928, referente ao exercício de 1927. Slide 1928 (8). Também publicado no JORNAL DO COMMÉRCIO, 24/06/1928. Slide 1928 (8); GAZETA DE NOTÍCIAS, agosto/1928. Slide 1928 (14). [MCAR/ACES].

Força Electrica, e tivemos a certeza de que esse grupo desejava de facto tomar uma posição na cidade de Porto Alegre. (sic)²⁵⁴

De acordo com Bakos,²⁵⁵ desde 1925 a municipalidade refletia acerca da possibilidade de municipalização do serviço de iluminação; entretanto, as questões financeiras constituíam obstáculos para a realização desse tipo de plano. Em 1927, a intendência principiou negociação com a empresa norte-americana “Eletric Bond and Share”, mas as inúmeras exigências impostas por essa empresa ocasionaram a suspensão das negociações por parte dos órgãos governamentais.

Na narrativa do diretor da companhia, observamos que a negociação entre a municipalidade e a empresa estrangeira era, de alguma forma, sigilosa, porém, ao mesmo tempo, devido provavelmente aos contatos pessoais dos dirigentes das empresas, a informação havia sido repassada. A perspectiva que se apresentava foi considerada, pelos diretores da companhia de mineração, como perigosa. Primeiramente, havia a concorrência e o desgaste que isso poderia trazer; por segundo, e mais importante, havia a consciência de que, se uma empresa, que não a de mineração, assumisse as atividades relacionadas à geração de energia, a companhia carbonífera seria dependente desta. Logo, a posse de ações da “Carris Porto Alegrense”, que estava dando prejuízo, implicaria um ônus de maiores proporções.

Nesse caso, não só havia o risco de perder o consumidor de carvão, como também haveria a dependência de uma empresa estrangeira para a compra de energia elétrica necessária ao funcionamento da companhia de transporte. Convém lembrar que, no fragmento do relatório anteriormente citado, observou-se que só era conveniente para a companhia carbonífera manter suas ações da “Carris Porto Alegrense” em função da “Companhia Energia Elétrica Riograndense”, que apresentava uma condição financeira vantajosa.

O relatório da companhia de mineração continha ainda outras ponderações:

254 Idem.

255 BAKOS, op. cit. p. 106:107.

Examinando o assumpto em detalhe e sob diversos aspectos, tendo em consideração a possibilidade que havia desse grupo ir a Porto Alegre estabelecer uma concorrência e tornar ainda mais difficil o problema da energia electrica, que, para o nosso caso estava particularmente aggravado pelo interesse que tomamos na Companhia Carris Porto Alegre, cujos prejuizos no ultimo anno já era de considerar. (sic).²⁵⁶

Foi entendimento da diretoria da companhia de mineração que a solução para a questão era a venda das ações da companhia de electricidade – lucrativa –, numa proposta “casada” que envolvesse as ações da companhia de transporte - deficitária. As vantagens da transação foram expostas, pelos dirigentes, no relatório, da seguinte forma:

Essa opção, caso venha a ser levantada pela Companhia Brasileira de Força Electrica, além de proporcionar um importante lucro para a São Jeronymo nas acções que possui, salvará em definitivo os capitães empregados e obrigados na Companhia Carris Porto Alegre e dará mesmo opportunidade de um lucro sobre as acções compradas. O objetivo principal que tínhamos em vista, em nos interessar nos negócios de electricidade, podemos consideral-o realisado, pois que a nova usina thermo-electrica de 20.000 Kws em conclusão, é destinada a queimar o carvão nacional sob fôrma pulverisada, garantindo, por consequência, um mercado para esse carvão, com a circumstancia particular que na occasião em que demos a opção das ações, foi assignada uma promessa de preferênciã para a nossa Companhia ser a fornecedora, em igualdade de condições do combustível que por accaso os novos proprietários das acções viessem a consumir. [...]. (sic).²⁵⁷

Nesse contexto, a argumentação dos dirigentes apresentava, com clareza, os objetivos motivadores do processo de expansão através da compra de ações de companhias de atividades diversas. Se até então a documentação não manifestava a busca por mercado consumidor como objetivo primeiro do processo de expansão, agora este se tornara manifesto, quando mencionado: “o objetivo principal que tínhamos em vista, em nos interessar nos negócios de electricidade podemos consideral-o realisado [...]”. (sic). É possível constatar, então, que o envolvimento

256 RIO DE JANEIRO. Relatório da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Junho de 1928, relativo ao exercício de 1927. Também publicado no JORNAL DO COMMÉRCIO 24/06/1928. Slide 1928 (8); GAZETA DE NOTÍCIAS, agosto/1928. Slide 1928 (14). [MCAR/ACES].

257 Idem.

com as questões de eletricidade focava na construção do mercado consumidor de carvão, considerando: a) a compra das ações da “Fiat Lux”; b) a fundação da “Companhia Energia Elétrica Riograndense”; c) a união desta com a “Companhia Fôrça e Luz”; d) os projetos e a compra do material para a construção, em Porto Alegre, da usina única que utilizasse como combustível o carvão rio-grandense.

Essas foram ações que tiveram como agente motriz a formação de um mercado interno de consumo de carvão que garantisse a continuidade da atividade de mineração da “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo”.²⁵⁸ O cuidado em obter *“uma promessa de preferência para a nossa Companhia ser a fornecedora”* corrobora a hipótese de que essas tratativas tinham por intuito garantir um mercado consumidor de carvão nacional. O relatório continuava a exposição das vantagens da transação enfocando os direcionamentos que seriam tomados, bem como as possibilidades que surgiriam com a efetivação da negociação. Na finalização do discurso, os dirigentes destacaram:

258 Esse direcionamento se manteve em períodos posteriores ao foco do nosso estudo, como, por exemplo, na década de 1950, quando o consórcio retomou o plano de expansão visando à diversificação do mercado e, aproveitando a carência de energia elétrica no mercado consumidor, investiu na criação de uma termelétrica. A partir das sondagens, foi descoberto que a localidade de Charqueadas apresentava-se como local privilegiado, possuindo uma extensa camada de carvão, com possibilidade de escoamento rápido e barato através do Rio Jacuí, capaz de atender os mercados de Porto Alegre e Rio Grande. Em 19 de junho de 1953, o presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto n.º 33.098, que concedia a Luís Honold Reis a autorização para instalação e exploração de uma usina termelétrica com potência de 45.000 Kw. Os privilégios e as responsabilidades constantes no decreto foram transferidos para a recém criada Termelétrica de Charqueadas S. A. – UTCH. Através de financiamentos obtidos junto ao “Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDE” foi obtido o capital para o início das obras. Nesse contexto, era compreensão do Consórcio que o carvão de melhor qualidade seria destinado ao mercado consumidor que dele necessitava, e o carvão que antes era considerado inapropriado seria utilizado na termelétrica, assim, não haveria desperdícios de material, aumentando, conseqüentemente, a margem de lucro sem necessidade expressiva de aumento de produção. Dentro do contexto que objetivava a busca por diversificação das atividades realizadas pelo consórcio, e como conseqüência das perspectivas abertas a partir da criação da usina termelétrica, a direção desencadeou um processo que visava à instalação de indústrias de ramos diversos, as quais fossem consumidoras em potencial de carvão ou energia elétrica, como foi o caso do projeto que pretendia a instalação de uma indústria, em Charqueadas, destinada à fabricação de ferro, utilizando tecnologia e baseada em experiências na Suécia. Para tanto, Adhemar de Faria, o então diretor geral do CADEM, associou-se à “Companhia Siderúrgica Nacional”, constituindo a “Aços Finos do Brasil S. A – AFIBRA”, que se destinou à realização de estudos preliminares, bem como à elaboração do projeto de viabilização da instalação da empresa produtora de aço esponja. A Lei N.º. 4072, de 29 de dezembro de 1960, autorizou a constituição de Aços Finos Piratini S/A.. Em 12 de outubro de 1964, a Companhia de Pesquisa e Lavras Minerais – COPELMI, empresa privada de capital nacional, incorporou o patrimônio do CADEM e, em 27 de junho de 1973, com a presença do presidente, do governador do estado e de diversos ministros, foi inaugurada a “Siderúrgica Aços Finos Piratini S/A.”, de capital misto. Sobre essas questões, ver anexos: VI - Planta dos departamentos e produção da empresa Aços Finos Piratini S/A; VII - Planta demonstrativa da situação das minas termelétrica e de Aços Finos e das vias de comunicação para o município de São Jerônimo; VIII - Lei de autorização de constituição de Aços Finos Piratini S/A. (cópia mimeograf.).

Terminado o nosso mandato despedimo-nos dos Srs. Accionistas, lhes assegurando que em todas as circunstancias empenhámos os nosos melhores esforços technicos e administrativos e o pouco de prestigio pessoal de que dispomos em beneficio da industria e dos intereses da Companhia. (sic).²⁵⁹

Cumpre observar que são os próprios dirigentes, Mario de Andrade Ramos, Eugenio Honold, Paes Leme e Octávio Reis, que proclamaram os esforços que fizeram pela empresa, em todos os aspectos, inclusive no tocante ao “*pouco de prestigio pessoal de que dispomos*”, em prol do benefício da companhia. A finalização dos acontecimentos demonstrou que a preocupação e os cuidados por parte da companhia de mineração procediam, pois a intendência de Porto Alegre promoveu, de fato, a abertura de concorrência para o fornecimento do serviço, sendo que apenas a “Companhia Brasileira de Força Elétrica”²⁶⁰ apresentou-se. Assim sendo, segundo Bakos (1996:108), “A 5 de maio de 1928, é assinado um contrato entre a cidade de Porto Alegre e a Companhia Brasileira de Força Elétrica, que recebe o privilégio de exploração da iluminação elétrica, bondes e auto-ônibus”.²⁶¹

2.4 A união fez a força: O CADEM e as ações estratégicas de Roberto Cardoso

A década de 1930 trouxe consigo uma série de transformações nas diferentes esferas, destacando-se, em nível mundial, a Quebra da Bolsa de Valores de Nova York e a posterior recessão. Em âmbito nacional, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder federal e o estabelecimento do Governo Provisório.

De acordo com Love (2005, 82:83), a incapacidade dos estadistas da

259 RIO DE JANEIRO. Relatório da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Junho de 1928, relativo ao exercício de 1927. Também publicado no JORNAL DO COMMÉRCIO, 24/06/1928. Slide 1928 (8); GAZETA DE NOTÍCIAS, Agosto/1928. Slide 1928 (14). [MCAR/ACES].

260 Convém destacar que a Companhia Brasileira de Força Elétrica era filiada da Bond & Share do Brasil, que era a mesma empresa norte-americana com a qual a intendência procurava estabelecer um contrato de fornecimento que havia sido interrompido devido às inúmeras exigências da empresa. BAKOS, 1996, 106:107.

261 Sobre os desdobramentos decorrentes da assinatura desse contrato, ver BAKOS, op. cit. p. 108 e seguintes.

República de antes de 1930 de evitar potenciais crises de sucessão presidencial, decorrentes da ausência de uma ampla participação e mobilização política, minaram a possibilidade de legitimidade do sistema entre alguns grupos sociais. As tensões sociais resultantes desse processo, aliadas à Grande Depressão foram, segundo o autor, agravantes do descontentamento político, pois

Economicamente, a República nunca foi a tão duramente atingida quanto em 1930, e a crise poderia ter perfeitamente derrubado qualquer presidente num país tão dependente do mercado do Atlântico Norte. Mas a revolução de 1930 representou mais do que a queda de um presidente, foi o fim de um sistema político. A sucessão presidencial sempre fora uma fonte de instabilidade, e o Rio Grande assumira, com freqüência, uma posição independente na política de sucessão. [...] Em 1930, os gaúchos estavam em magníficas condições para chefiar uma revolução contra o governo de Washington Luis; dos grupos políticos mais importantes, os rio-grandenses, que se orientavam tradicionalmente para mercados nacionais, eram os menos dependentes do sistema econômico internacional e, portanto, os menos desacreditados pelo seu colapso. A revolução de 1930 foi uma sentença sobre a viabilidade do federalismo brasileiro da época e da aliança *café-com-leite* em que este se firmava. (Grifo do autor).²⁶²

Como sintetiza Bakos (1996:65), em outubro de 1930, Getúlio Vargas assumiu a presidência do Governo Provisório e, em 11 de novembro, através do decreto nº 19.298, dissolveu o poder legislativo em várias instâncias, assumindo poderes ditatoriais e suspendendo direitos constitucionais. Em nível estadual, a referida autora analisa as repercussões das medidas de Getúlio Vargas junto aos governos municipais do Rio Grande do Sul, destaca as atitudes de apoio a Vargas, por parte de Alberto Bins, então prefeito de Porto Alegre, num primeiro momento por intermédio da solicitação aos intendentos do interior para que aguardassem instruções federais; e, posteriormente, através da manifestação por mensagem na qual Bins dizia que: “[...] aceita as medidas, por reconhecer nelas a possibilidade de uma liberdade de ação do Governo Provisório. Manifesta, [...] absoluta, incondicional solidariedade e apoio a grande obra salvação república. [...]”²⁶³

Em prosseguimento à política ditatorial, Getúlio Vargas nomeou interventores

262 LOVE, Joseph L. O sistema de Castilhos 100 anos depois: a perspectiva de um comparativista. In: AXT, Gunter; (org.); [et al]. Julio de Castilhos e o paradoxo republicano. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p 83.

263 BAKOS, op. cit. p. 65:66.

para os estados, sendo que, para o Rio Grande do Sul, foi conduzido ao cargo Flores da Cunha.

Podemos analisar a manifestação de Corsi a seguir.

[...]. A política econômica a partir de 1930 pautou-se de imediato por combater a crise, e depois de 1933 procurou também assegurar um crescimento acelerado.

Neste contexto, entre 1930 e 1937, começou a amadurecer no âmbito do governo um projeto de desenvolvimento nacional centrado na industrialização, mas que, até o final do Estado Novo, tinha sido apenas esboçado em suas linhas mestras. [...].²⁶⁴

O autor situa no ano de 1938 o estabelecimento das linhas gerais do programa econômico do Estado Novo, sendo que os pontos básicos dessa política indicavam:

[...] criação da indústria de base, em particular da grande siderúrgica; nacionalização das jazidas, das quedas d'água e de outras fontes de energia; nacionalização dos bancos estrangeiros e das companhias de seguros; elaboração de um plano geral para o setor de transportes, visando a integração e expansão do mesmo; implantação do salário mínimo; *aumento da produção de carvão nacional*; diversificação das exportações [...]. (Grifo nosso).²⁶⁵

Podemos considerar que, na esfera regional, não foi diferente, pois, nos primeiros anos da década de 1930, a região extrativista de carvão mineral do Rio Grande do Sul vivenciou acontecimentos que, sendo aparentemente pequenos, produziram transformações de grandes proporções. Entre eles, encontra-se a formação de um consórcio para administrar as empresas de mineração e o destaque ao engenheiro Roberto Cardoso no cenário da mineração de carvão.

Em 1932, o Grupo Martineli adquiriu o direito de extração do carvão mineral de todas as minas existentes na região de Butiá. Para administrar a “Companhia Carbonífera Rio Grandense”²⁶⁶, foi nomeado o engenheiro Roberto Cardoso, que, de

264 CORSI, op. cit. p. 03.

265 Idem, p. 04.

266 Em 1908, a “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” decidiu que não era de seu interesse continuar a exploração de carvão em Arroio dos Ratos e arrendou o complexo carbonífero da região, por um período estipulado em trinta anos, à “Companhia Minas Sul-Riograndense”, pertencente ao Sr. Manoel Buarque de Macedo & Cia., ficando ela sob a

acordo com Simch (1961), caracterizava-se por ser um “hábil homem de negócio, grande industrial”.²⁶⁷



Figura 15: Roberto Cardoso
Diretor presidente do CADEM. 1938²⁶⁸

direção do engenheiro Frederico Horta Barbosa. (Sobre a questão do arrendamento das minas de Arroio dos Ratos, Pinto Filho apresenta, em sua obra, dados divergentes, sendo que, em alguns momentos, denomina a arrendatária como “Companhia Carbonífera Rio Grandense” (p. 50:53) e, em outros momentos, refere-se a ela como “Companhia Minas Sul-Riograndense” (p. 104). Nossa compreensão sobre a questão é a de que se refere a companhias de mineração que, apesar de terem suas origens separadas, em determinado momento uniram-se, passando a ter o mesmo corpo associativo. PINTO FILHO, A. D. R. (org.). Monographia. Município de S. Jeronymo. Porto Alegre: Oficinas graphicas da ‘Livraria do Commercio’, 1920.) A nova companhia intensificou os trabalhos de sondagem, abrindo o Poço 1, também conhecido como Poço Fraternidade, sendo recebida uma leva de mineiros de nacionalidade espanhola. Em 1911, por motivo de saúde, Macedo afastou-se das atividades carboníferas, que ficaram sob os cuidados do Dr. Miran Latif, Dr. Ernesto Otero e Luiz Betim Paes Leme. Com o decorrer das atividades, essa companhia se associou à “Companhia Carbonífera Rio-grandense”, que atuava especificamente no distrito de Butiá, sendo então assumida, em 1932, pelo grupo Martineli. Parece-nos importante destacar que, nas primeiras décadas do século XX, encontramos registros da atuação de três companhias de mineração na região que diferiam em suas razões sociais e terreno de extração, contudo, ao analisarmos o corpo acionista de cada uma delas, observamos a presença das mesmas pessoas, as quais se alternavam temporalmente entre os cargos das empresas.

267 SIMCH, Dr. Alfredo. Município de São Jerônimo. Monografia. Edição Especial Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961, p. 210.

268 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS]

As conjunturas mundial e nacional, associadas aos acontecimentos na esfera regional, produziram um redirecionamento na postura assumida pelas companhias de mineração, que abandonaram os discursos do progresso e da crise até então amplamente utilizados.

A partir da nomeação de Roberto Cardoso como diretor da “Companhia Carbonífera Riograndense”, deu-se a incorporação de um modelo de administração que manteve o direcionamento de suas atividades na busca pela ampliação e diversificação de investimentos, bem como de uma postura de parceria com os órgãos governamentais e os principais dirigentes do país. Como exemplo disso, tem-se o relatório aos acionistas referente ao exercício de 1932, elaborado pelo próprio diretor, que traz uma menção ao apoio recebido pela indústria carbonífera por parte do governo. Eis parte do texto:

Devemos acrescentar que o illustre Chefe do Governo Provisorio sempre empenhado em desenvolver a produção nacional, tem dado toda a sua benevolente atenção aos projectos que lhe temos submetido, no sentido de ampliar o consumo do nosso combustível, sem, aliás, ferir interesses de terceiros, como sempre temos procurado fazer. (sic).²⁶⁹

No discurso do diretor, a menção aos benefícios recebidos do governo destacava que não se tratava de uma proteção especial à indústria carbonífera, mas, sim, de uma postura geral adotada por Getúlio Vargas. A ênfase situava-se na figura do líder e nos seus encaminhamentos voltados ao bem nacional e, nesse caso específico, ao bem da própria indústria. O relatório colocava o líder da nação no mesmo patamar de interesse em que as companhias de mineração foram colocadas ao logo de toda a sua trajetória, ou seja, como construtor do bem nacional. Dessa forma, as palavras dos dirigentes caracterizavam as companhias de mineração e o líder da nação como parceiros na causa do bem comum. Nesse sentido, Boschi (1979) enfoca o papel fundamental do Estado no desenvolvimento industrial, ao dizer:

269 RIO DE JANEIRO. Relatório da Companhia Carbonífera Riograndense das Minas de Butiá. Apresentado Abril de 1933, referente ao exercício 1932. Também publicado no JORNAL DO COMÉRCIO 18041933 Slide 1933 (60). [MCAR/ACES]

Na década de 1930 o país experimenta uma redefinição decisiva em direção ao capitalismo industrial e são lançadas, nesse período, as bases políticas para a expansão capitalista. O Estado desempenhou papel importante nesse processo, no sentido de que restringiu os conflitos decorrentes do crescimento da sociedade urbana. A atividade estatal foi particularmente importante em termos de regular os conflitos entre capital/trabalho evitando assim rupturas que, em seus estágios iniciais de organização política, os empresários industriais não estavam organizacionalmente preparados para enfrentar. O Estado desempenhou também papel importante em termos de assegurar as fontes de acumulação de capital que ajudariam a financiar a atividade industrial, no sentido, por exemplo, de que as medidas protecionistas para o café contribuíram para a manutenção da base agro-exportadora.²⁷⁰

Além dos relatórios aos acionistas, as companhias de mineração passaram a manifestar essa postura de apreço diretamente aos governantes, publicando-a nos jornais, conforme o exemplo de uma matéria intitulada “Gesto de reconhecimento aos serviços que lhe têm prestado os gov. do Estado”, constante no Jornal da Manhã de 04 de junho de 1932.²⁷¹ A reportagem baseou-se num ofício enviado ao general Flores da Cunha, interventor federal do estado, pelo diretor-presidente da “Companhia Carbonífera Rio Grandense”. Nele constava o reconhecimento e o testemunho de Roberto Cardoso pelos feitos dos representantes do governo na área da educação nos diferentes níveis de atuação. Tratava-se, portanto, de enaltecer os feitos de pessoas específicas, associando-as às ações de benefício à indústria, principalmente aquela dedicada à extração de carvão do Estado.

Em seu discurso, Roberto Cardoso explicitou que, estando ciente das ações governamentais, propunha-se, de forma engajada, a participar dos esforços para a construção da nação. Sua participação se expressava pelo reconhecimento dos benefícios prestados à sociedade pelos dirigentes do governo e se materializava através da concessão de uma bolsa de estudos para o ensino superior. Além disso, pediu permissão para dar ao prêmio o nome de Flores da Cunha.²⁷² O

270 BOSCHI, op. cit. p. 96.

271 JORNAL DA MANHÃ de 04 de junho de 1932. Nota de apreço de Roberto Cardoso a Flores da Cunha e instituição de bolsa de estudo para estudantes. Slide 1932 (45). [AEMS/ACES].

272 As questões que se referem à educação formal serão trabalhadas em profundidade no capítulo 3, no item sobre a Educação formal: a instalação de escolas em todos os níveis. Assim, retomaremos, em uma análise detalhada, aos aspectos que se relacionam à concessão de bolsas de estudos pelo CADEM. Nesse momento, interessa-nos apenas exemplificar as

reconhecimento público das ações governamentais demonstrava a formação de uma rede de parcerias no entorno da indústria carbonífera do Estado.

Em 1933, Roberto Cardoso, em entrevista ao jornal Correio do Povo, no dia 13 de julho, expôs seu pensamento sobre o desenvolvimento da indústria carbonífera do Rio Grande do Sul; em diferentes momentos de seu depoimento, manifestou a apreciação às ações governamentais e, especificamente, aos dirigentes do Estado.

Desde que o Governo Federal se dizpoz patrioticamente a proteger a industria carbonífera no Brasil, um intenso movimento se tem operado nesse importante ramo da nossa producção. [...] [...] O illustre interventor gaúcho, general Flores da Cunha, tem dispensado á Industria Carbonífera do Estado os seus melhores esforços, continuando a sabia politica de protecção á hulha Rio Grandense, cooperando patrioticamente para o seu incremento e progresso. (sic).²⁷³

As ações governamentais eram apresentadas como medidas patrióticas destinadas ao bem supremo de desenvolvimento nacional, enquanto os governantes eram apontados como promotores do desenvolvimento, pois era por seu intermédio que o restante da sociedade conseguiria perceber os inúmeros benefícios que a utilização do produto nacional poderia trazer. Na seqüência da entrevista, o diretor conferiu ao líder da nação o papel de lutador solitário e perseverante em prol da indústria carbonífera.

Eramos pessimistas demais repudiando o nosso producto que é de igual qualidade e algumas vezes superior ao de outros paizes que empregam os seus na quase totalidade, só recorrendo ao estrangeiro em ultimo caso e o menos possivel. Foi, pois, com o concurso inestimavel do benemérito e eminente chefe do Governo Provisorio, que, com energia e patriotismo, encarou o problema, conseguindo impôr o consumo obrigatorio de uma pequena percentagem de carvão nacional, o que permitirrá que, dentro em breve tempo, e sem se prevalecer dessa obrigatoriedade, seja consumida a totalidade da nossa producção. (sic).²⁷⁴

ações do CADEM no tocante às relações que estabelecia com os governantes.

273 CORREIO DO POVO de 13 de julho de 1933. Entrevista com Roberto Cardoso sobre a indústria nacional de carvão. Slide 1933 (60). [MCS/AEMS/ACES].

274 Idem.

Dessa forma, o discurso colocava os outros (Quem seriam esses? Os dirigentes da companhia? A sociedade? O mercado consumidor?)- numa posição de descrença e desvalorização do minério, sendo que somente Getúlio Vargas manteve a postura e a ação patriótica. Observemos que, quando falou do repúdio dado ao carvão nacional, dotou-o de qualidade e apresentou a postura correta de países que valorizavam sua produção, ou seja, na mesma frase, as mensagens sobrepostas eram: a falsa atribuição de pessimismo, quando disse “éramos”, não incluiu os indivíduos envolvidos na mineração; o nosso produto possuía alguma qualidade; e o exemplo que deveríamos seguir era o daqueles países que utilizavam o produto interno independente do valor que ele tinha.

De acordo com Boschi (1979), a postura adotada pelos dirigentes inseria-se num contexto de dependência mútua, pois:

As elites industriais passaram de um modelo relativamente descentralizador no início da década de 30 para um modelo altamente centralizador à época do Estado Novo, que eles finalmente apoiaram, tendo em vista a necessidade de manutenção do capitalismo industrial. Nesse sentido, enfatizariam claramente a noção de que as alianças não poderiam ser quebradas em detrimento da estabilidade e continuidade do sistema.²⁷⁵

A postura de resistência da sociedade quanto ao carvão nacional destacava-se quando o diretor mencionava: “Eramos pessimistas demais repudiando o nosso producto que é de igual qualidade e algumas vezes superior ao de outros países que empregam os seus na quase totalidade, só recorrendo ao estrangeiro em ultimo caso e o menos possível”. (sic).²⁷⁶ A comparação com outros países que usufruíam suas reservas “na quase totalidade”, mesmo que seus produtos não apresentassem a qualidade desejada, indicava a postura desejada pela companhia para a sociedade.

275 BOSCHI, op. cit. p. 72.

276 CORREIO DO POVO de 13 de julho de 1933. Entrevista com Roberto Cardoso sobre a indústria nacional de carvão. Slide 1933 (60). [MCS/AEMS/ACES].

No mesmo sentido, a iniciativa do líder do Governo Provisório, de “*energia e patriotismo*” em promover a obrigatoriedade do consumo de carvão, era entendida pelo dirigente da companhia como uma ação que oportunizaria a conscientização da sociedade, na medida em que ela “permitirá que, dentro em breve tempo, e sem se prevalecer dessa obrigatoriedade, seja consumida a totalidade da nossa produção”. (sic).²⁷⁷ Assim, seguindo essa linha argumentativa, a sociedade seria capaz de perceber os inúmeros benefícios que o uso do carvão nacional traria à nação.

A associação entre órgãos governamentais e dirigentes das companhias de mineração não era restrita apenas a trocas de gentilezas através dos órgãos de imprensa, visto que outras atividades realizadas demonstravam as relações e disposições dos envolvidos, como, por exemplo, uma festa íntima oferecida por Roberto Cardoso a empresários proeminentes da sociedade porto-alegrense e autoridades locais.

Na próxima segunda-feira, a nossa companhia terá ocasião de receber a visita de altas autoridades e de representantes do commercio, a quem offereceremos uma festa intima. Por uma gentil annuencia do eminente sr. Inteventor federal general Flores da Cunha, serão entregues por s. excia. nessa ocasião, as duas medalhas humanitárias de ouro, concedidas pelo governo federal a dois operários das Companhia Carbonífera Rio Grandense que, há cerca de anno e meio, tentaram salvar, com risco da própria vida, o mallogrado e inesquecível engenheiro dr. Américo Baldino. [...]. (sic).²⁷⁸

É possível constatar a dupla deferência ao interventor federal, tendo sido solicitada a ele a permissão para a concessão das medalhas, bem como ter sido a pessoa encarregada de conferir as honrarias aos funcionários da empresa que se arriscaram para salvar a vida de um engenheiro.

No início de 1936, a diretoria da “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” promoveu a sua reestruturação, buscando a fusão com outra empresa do ramo, a “Companhia Carbonífera Rio-Grandense”, com a qual firmou

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ CORREIO DO POVO de 08 de dezembro de 1933. Reportagem com Roberto Cardoso sobre o jantar em homenagem a trabalhadores. Slide 1933 (99). [MCS/AEMS/ACES].

um acordo de formação de um consórcio de empresas em 23 de junho de 1936, sob o nome "Consórcio Administrador de Empresas de Mineração - CADEM".²⁷⁹ O consórcio era composto por quatro sócios: Paes Leme e Otávio Reis, por intermédio da "Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo", e Roberto Cardoso e o Grupo Martineli, por intermédio da "Companhia Carbonífera Rio-Grandense". Nesse consórcio, a direção coube ao Dr. Roberto Cardoso, e a participação das responsabilidades legais, bem como os dividendos obtidos estariam em conformidade com o capital de cada empresa, ou seja, 20 milhões e 10 milhões, respectivamente. A partir de então, o diretor-presidente passou a imprimir ao consórcio a sua forma de administração.

O primeiro grande desafio enfrentado pelo CADEM deu-se em outubro de 1936, meses após a efetivação do consórcio, quando, na região de Arroio dos Ratos, ocorreu uma catástrofe natural, uma grande enchente que, entre outros estragos, inundou completamente as galerias das minas. Esse acontecimento provocou a paralisação das atividades de mineração, permitindo antever um futuro problemático para a região, conforme é possível perceber através das imagens do alagamento e da situação das minas.

As três imagens em seqüência permitem observar a dimensão que a enchente assumiu. As três localidades fotografadas são geralmente áreas secas. As fotografias constituíam-se registros que as companhias mandaram fazer, observando um intervalo, em média, de cinco horas, de forma a verificar o movimento realizado pelas águas. Apesar de se constituir uma catástrofe natural de proporções gigantescas, não foram registradas mortes decorrentes da enchente.²⁸⁰

279 Mesmo estando associadas em um consórcio administrador, as companhias preservaram o hábito de elaboração de relatórios de atividades em separado, em que cada uma apresentava suas atividades, seus problemas, suas conquistas, etc. aos acionistas. Contudo, observamos a existência de relatórios prioritariamente estatísticos, produzidos em nome do CADEM, nos quais eram computados dados das duas empresas consorciadas.

280 Entrevista com José Valmir da Silva em 17 de junho de 2005. Charqueadas. [ACES].



Figura 16: Ruptura do aterro do poço 4. 1936 ²⁸¹



Figura 17: Vista dos Poços 1 e 4. 1936 ²⁸²

281 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS]

282 Idem.



Figura 18: Vista do trapiche do poço 4. 1936²⁸³

A imagem abaixo registra o momento em que as águas estavam em processo de recuo. Podemos observar que o terreno que circunda a abertura do poço de extração se encontra completamente seco, permitindo inferir o final das chuvas e o escoamento das águas das regiões elevadas. Entretanto, observamos a existência de um volume de água ainda abundante no local, não sendo possível enxergar a abertura que levava à galeria central. Num olhar atento, podemos ainda identificar a atitude contemplativa dos operários, os quais observavam os trabalhos de drenagem. Ao relembrar sua infância, o mineiro José destacava: “Meu pai contava pra gente da tristeza da enchente. Ele dizia que até homem valente ficou quieto vendo a água tomar conta de tudo. Todo mundo ficou com medo do que ia dá”.²⁸⁴

283 Idem.

284 Entrevista com José Valmir da Silva em 17 de junho de 2005. Charqueadas. [ACES].



Figura 19: Entrada do poço 4. – 1936²⁸⁵

Como opção estratégica para superar a tragédia, a companhia de mineração optou pela transferência de parte do material e do pessoal para as minas de Butiá, até que a situação em Arroio dos Ratos fosse resolvida e a mineração pudesse recomeçar na região. Essa medida oportunizou a transferência, pelo menos provisoriamente, do pólo central da mineração e, com ele, a de diversas famílias ligadas à indústria carbonífera.

Devido à formação do consórcio, foi possível evitar o colapso no fornecimento de carvão decorrente da inundação das minas de Arroio dos Ratos. Além disso, as minas de Butiá não atingidas pela catástrofe foram capazes de absorver a mão-de-obra que se tornou ociosa e excedente em Arroio dos Ratos. Ao mesmo tempo, elas puderam garantir o fornecimento do minério para empresas como a “Carris Porto Alegre”, a “Viação Férrea do Rio Grande do Sul” e a “Companhia Luz e Força”,

285 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS]

evitando, assim, a perspectiva de quebra de contratos por não cumprimento de cláusulas. O deslocamento da produção permitiu a lenta reorganização das atividades em Arroio dos Ratos e, concomitantemente, oportunizou o aumento na exploração do carvão em Butiá, que passou a extrair sozinho o minério que antes provinha de duas minas.

Sob a administração do CADEM, a produção de carvão da região teve um impulso significativo e, em vários momentos, foi necessário o aumento do capital da empresa para garantir o desenvolvimento da atividade. No final de 1936, as minas consorciadas extraíram 69.594 toneladas de minério, ao passo que, em períodos anteriores à grande enchente, a quantidade máxima obtida de carvão foi de 59.881 toneladas.²⁸⁶

Paralelo ao fortalecimento do CADEM, devido à forma de administração assumida, eclodiu, nesse período, a Segunda Guerra Mundial que, da mesma forma que a primeira, impulsionou a produção de carvão da região,²⁸⁷ pois coube à indústria carbonífera suprir as necessidades nacionais, garantindo o transporte ferroviário e naval, bem como o funcionamento de diversas usinas elétricas e indústrias locais. A produção de carvão, que em 1939 chegou ao patamar de 834.621.645 toneladas, sofreu, no ano seguinte, um aumento significativo, ao alcançar a marca de 1.058.403.130 toneladas, valor expressivo, se comparado com a produção nacional do mineral no mesmo período.

286 No âmbito nacional, segundo Fonseca, as medidas de proteção à indústria carbonífera, no início da década de 1930, promoveram um impulso de desenvolvimento significativo para a indústria nacional de carvão: "O resultado não se fez esperar. Em 1937, a produção brasileira chegava a 762.789 toneladas e em 1939 atingia 1 milhão de toneladas. Em 1943, ano de fundação da CSN, Cia. Siderúrgica Nacional, a produção batia o recorde de 2.078.250 toneladas". FONSECA, op cit. p. 19.

287 Muitos autores desenvolvem estudos sobre a temática; entre eles, podemos destacar: DEAN, W, op. cit. 1976; HOBBSAWM, op. cit. 1995; SUZIGAN, 2000, op. cit.; FONSECA, Pedro C. Vargas: O capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989.

TABELA VI: Produção nacional de carvão mineral. (toneladas) 1938/1943

1938	997.224
1939	1046.975
1940	1336.301
1941	1408.079
1942	1757.021
1943	2.034.311

Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15/08/1944. Slide 1944 (387); CORREIO DO POVO, 16/08/1944. Slide 1944 (407); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19/08/1944. Slide 1944 (392). [MCS/AEMS/ACES].²⁸⁸

No ano de 1943, o consórcio apresentou uma produção recorde, tendo chegado à marca de 1.340.650.220 toneladas; entretanto, esse foi realmente seu ápice, pois, nos anos seguintes, apresentou uma quantidade extrativa gradativamente inferior e, em 1946, um ano após o fim da Segunda Guerra Mundial, retornou para as 891.481 toneladas extraídas.

No princípio de 1943, em entrevista ao jornal Diário Carioca, o diretor do CADEM, Roberto Cardoso, manifestava sua satisfação com a produção alcançada pelas companhias de mineração que administrava.

Foi com profunda satisfação, declarou o sr. Roberto Cardoso, ao redator deste jornal, que comuniquei ao presidente Getulio Vargas, no dia dois do corrente, terem as minas da Cia S. Jerônimo e Butiá, atingido no ano passado a produção de 1.310.133.260 toneladas, cerca de 250.000 mais do que no ano anterior.

Foi com profunda satisfação, repito, que fiz aquela comunicação, pois, sei quanto representou para a economia nacional o resultado dos nossos esforços e sei também o interesse constante com que o chefe da nação acompanha a evolução de nossa indústria, indústria que se prosperou o deve principalmente à sua ação pessoal, ao carinho com que amparou em todas as emergências. (sic).²⁸⁹

²⁸⁸ Os dados referentes a produção nacional de carvão foram publicados nos jornais locais conjuntamente com os informes da Comissão de Mobilização Nacional.

²⁸⁹ DIÁRIO CARIOCA de 20 de janeiro de 1943. Entrevista com Roberto Cardoso sobre a indústria carbonífera. Slide 1943 (12). Também publicado no CORREIO DO POVO, 24/01/1943. Slide 1943 (20). [AEMS/ACES].

Em sua declaração, o diretor da companhia enfocou o aumento de produção de carvão, bem como a profunda satisfação que isso, conforme sua análise, causou no presidente do governo, destacando a importância que o minério tinha para o país, como construtor da economia e promotor do desenvolvimento. E prosseguiu:

Tenho aqui e guardo com especial cuidado em meu arquivo, o telegrama que recebi em resposta àquela comunicação. As felicitações do presidente Vargas, pelo crescimento da produção das nossas minas, são um novo estímulo para que continuemos a trabalhar sem descanso, sem medir sacrifícios para a grandeza de uma indústria que é, na verdade, de fundamental importância para o Brasil.

Também me foram muito gratas as congratulações do general Cordeiro de Farias, interventor federal no Estado do Rio Grande do Sul e que se tem mostrado um constante animador de nossos esforços. [...]. (sic).²⁹⁰

A comprovação da satisfação do governante baseava-se na existência de uma correspondência de felicitações. O diretor do consórcio referenciava que o apoio recebido nos níveis federal e estadual eram agentes motivadores para a continuidade das atividades. Em contrapartida, ficou patente o apoio que o dirigente da companhia dava ao governante. Exemplificamos com a análise de Corsi (2002), ao dizer:

[...] O Estado Novo só pôde levar à frente um programa de desenvolvimento industrializante por que contava com o firme apoio de importantes setores das classes dominantes.

A política de desenvolvimento do Estado Novo tinha na burguesia industrial um de seus principais pontos de apoio. [...] a política industrializante deste implicava a subordinação desses setores a interesses vinculados ao mercado interno. [...].²⁹¹

Ainda em dezembro de 1943, durante um banquete realizado no Rio de Janeiro em comemoração à semana do engenheiro, em seu discurso de abertura das festividades da noite, o dr. Roberto Cardoso, como diretor e representante do CADEM, ao homenagear os engenheiros presentes, exemplificando a contribuição

290 Idem.

291 CORSI, op. cit. p. 5.

destes ao desenvolvimento da indústria carbonífera do Rio Grande do Sul, ressaltou:

[...]

Tudo quanto temos feito tornou-se possível graças ao benemérito e patriótico apoio sempre dispensado á industria carbonífera nacional pelo chefe da Nação.

As medidas que tornaram obrigatória a aquisição de dez por cento de carvão nacional sobre o carvão importado, quota essa mais tarde elevada a vinte por cento, foram os alicerces do progresso da nossa industria, e devemos aquela medida á larga visão do nosso presidente Vargas.

Os frutos dessa sabia política aí estão, pois hoje, graças ao carvão nacional, tem sido possível a navegação de cabotagem, o tráfego cada vez mais intenso das nossas principaes estradas de ferro, as atividades do nosso parque industria e de inúmeras empresas de serviços públicos. [...]. (sic).²⁹²

Nesse discurso, as ações governamentais foram novamente enaltecidas e destacadas como medidas fundamentais. A parceria entre as companhias extrativistas e os órgãos governamentais foi enfocada e a figura do governante enaltecida publicamente, como também foram destacados os benefícios que o desenvolvimento da mineração, impulsionada pelas ações governamentais, trouxe à sociedade. A política de proteção ao carvão nacional era apresentada como *sábia* e as ações, como *alicerce do progresso*.

No ano de 1944, a Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro publicou, em 21 de novembro, uma ampla reportagem com o diretor-presidente do CADEM, dr. Roberto Cardoso, sobre sua posição frente à política de defesa do carvão nacional.²⁹³ O diretor narrou retrospectivamente a trajetória da empresa, bem como as diretrizes adotadas pelo governo federal a partir de 1930. Essa reportagem representava a síntese do posicionamento mantido pela empresa, desde que abandonou o discurso pelo qual se colocava como construtora solitária da soberania nacional, em contraposição ao que considerava a “omissão dos órgãos governamentais”.

O diretor do Consórcio manifestou, claramente, o apoio às diferentes medidas

292 O JORNAL de 18 de dezembro de 1943. Reportagem sobre um jantar oferecido pelo CADEM aos engenheiros gaúchos. Slide 1943 (806). [MCS/AEMS/ACES].

293 GAZETA DE NOTÍCIAS de 21 de novembro de 1944. Rio de Janeiro. Slide 1944 (723). A mesma reportagem foi reproduzida no DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 10/12/1944. Slide 1944b (372); e no CORREIO DO POVO, 11/12/1944. Slide 1944b (399). [MCS/AEMS/ACES].

adotadas pelos órgãos governamentais, indicando que a ação do Estado era a responsável pelo desenvolvimento das empresas que administrava. Segundo o diretor:

[...]. Foi em 1930 que teve início a verdadeira fase do desenvolvimento do carvão nacional.[...].
A linha ascensional do aumento da produção é fortemente acentuada. O fator principal d'êste surto de progresso, nas minas do Rio Grande do Sul e nas de Santa Catarina, foi a lei que impôs a obrigatoriedade de aquisição de 10% de carvão nacional a todas as importações do similar estrangeiro. Esta lei data do ano de 1931. Em 1932 já a produção havia crescido o que significa que houve consumo para o aumento verificado, o mesmo acontecendo nos anos subseqüentes. (sic).²⁹⁴

Para Roberto Cardoso, nos primeiros anos de aplicação da lei, as empresas responsáveis pela extração de carvão não estavam dotadas das possibilidades reais de atender as demandas. Porém, com o tempo, a situação de despreparo foi sendo vencida e, para o diretor, novas medidas deveriam ser tomadas. Conforme se verifica em sua afirmação:

[...] fiz sentir a necessidade dessa providência ao presidente Vargas, dando ele boa acolhida ao meu requerimento, ficando assim elevada a taxa de 10% para 20%. Os números evidenciam o reflexo que teve sôbre a producao este segundo ato patriótico do Presidente da República em defesa do carvão nacional. [...]. (sic).²⁹⁵

Os números mencionados pelo dirigente referem-se à capacidade produtiva máxima obtida por ano nas minas do CADEM, isto é, nas minas da “Companhia Carbonífera Rio Grandense” e nas minas da “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo”. Na Tabela VII, referente à produção dos anos de 1930 a 1943, podemos observar a linha ascendente mencionada pelo dirigente, a qual corresponde aos anos subseqüentes a 1931 e 1939, quando os decretos de obrigatoriedade da aquisição do carvão nacional determinaram, em percentuais,

294 Idem.

295 GAZETA DE NOTÍCIAS de 21 de novembro de 1944. Reportagem com Roberto Cardoso sobre a defesa da produção nacional de carvão. Slide 1944 (723). [AEMS/ACES].

10% e, posteriormente, 20%, gerando o consumo do minério em níveis não alcançados anteriormente.²⁹⁶

TABELA VII: Produção de carvão do Rio Grande do Sul. 1930/1943

1930	338.103.365
1931	409.918.295
1932	447.492.455
1933	524.668.115
1934	577.228.970
1935	67.416.535
1936	525.028.955
1937	656.712.835
1938	728.715.940
1939	834.621.645
1940	1.058.403.130
1941	1.060.711.960
1942	1.310.133.260
1943	1.340.650.220

Fonte: **Relatório Estatístico do CADEM**: “Companhia Carbonífera Rio Grandense” e “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo”. 1944. [MCAR/ACES]

De acordo com os relatórios das companhias, o aumento da produção foi acompanhado de aumento do consumo de carvão. Assim, nos períodos mencionados, podemos perceber o efeito positivo das medidas governamentais adotadas a partir da política de proteção à indústria extrativa mineral do país, devido à conjuntura mundial e nacional.

Entretanto, um aspecto significativo destacou-se como novidade na fala do diretor quando mencionou: “[...]. Mais tarde, verificando-se poder ser aumentada aquela taxa de aquisição obrigatória, **fiz sentir** a necessidade dessa providência ao presidente Vargas, dando ele boa acolhida ao meu requerimento [...]”. [Grifo nosso]. Observa-se, através dessa declaração, a perspectiva do dirigente do CADEM, pela

²⁹⁶ Observamos igualmente que, no ano de 1935, os dados apresentaram um valor de extração, em toneladas, extremamente baixo, em comparação com os anos anteriores e posteriores. Acreditamos que tal fato tenha se dado por um erro de escrita, entretanto, não nos foi possível obter a confirmação devido à inexistência de outras fontes que confirmem a hipótese. Da mesma forma, não encontramos nenhum acontecimento significativo nas minas que justificasse a baixa extração, bem como a crença de que os números estivessem corretos.

qual atribuiu a si mesmo uma posição privilegiada o suficiente para influenciar na política do governo federal, ou seja, nessa declaração, o diretor Roberto Cardoso deixou explícita uma relação de parceria entre ele e o líder do governo.

A partir dessa perspectiva, é possível inferir que a rede de relações dos dirigentes das companhias de mineração do Rio Grande do Sul, em especial a do diretor-presidente do CADEM, constituiu-se fator de contribuição para a situação de proteção à indústria carbonífera. Contudo, é importante salientar que essa não foi a motivação exclusiva para a política do governo federal, pois a necessidade do combustível, devido à sua escassez no mercado, decorrente da conjuntura mundial de guerra, era uma realidade.

Em continuidade às suas declarações, o diretor do CADEM enfatizava os feitos do presidente, descrevendo-o como figura de fibra frente às adversidades e possuidor de uma determinação inabalável na defesa do carvão nacional. A imagem do presidente, no discurso de Roberto Cardoso, era a do líder de ações patrióticas, que não media esforços para o desenvolvimento do país, tal qual a descrição da posição assumida pelas companhias de mineração.

No início da campanha de proteção ao carvão nacional, que o Presidente Getúlio Vargas em boa hora deflagrou e levou avante, figura em primeiro plano a obrigatoriedade da aquisição de 10% de carvão brasileiro por parte dos importadores de hulha, fato que deu origem a fortíssima campanha pela imprensa, que qualquer govêrno, menos o dele, não teria coragem de enfrentar. O Presidente Vargas, contudo, prosseguiu impávido e, anos depois, elevou aquela taxa a 20%, como acima fiou dito. Já, então, os detratores do nosso produto não tiveram ânimo de insistir na luta, por verem que o Presidente não recuava do propósito traçado. Esse fato foi, a meu ver, o marco culminante da patriótica política por ele instituída. E a situação presente está mostrando quão acertado foi o seu ponto de vista. [sic].²⁹⁷

No mesmo sentido, o diretor atribuiu à pessoa de Getúlio Vargas a responsabilidade sobre o desenvolvimento do país, de forma a não proclamar as

297 GAZETA DE NOTÍCIAS de 21 de novembro de 1944. Reportagem com Roberto Cardoso sobre a defesa da produção nacional de carvão. Slide 1944 (723). [AEMS/ACES].

ações dos órgãos governamentais de um modo geral, mas, sim, de focalizar o presidente como personagem exclusiva do progresso.

Não exagero enaltecendo o carinho com que êste preclaro estadista se tem consagrado ao desenvolvimento da nossa indústria carvoeira. Desde 1930, em todos os seus discursos ao povo brasileiro, tem êle colocado em primeiro lugar o carvão nacional, fato que a todos os industriais dêste setor econômico tem servido dos mais valiosos incentivo, possibilitando cometimentos de agigantado vulto, como são, por exemplo, as minas sob minha direção. O progresso que os nossas dias grandes cidades mineiras hoje revelam aos que as visitam, é qualquer coisa de notável, que me enche de orgulho, pelo que elas vêm fazendo pelo Brasil, e de reconhecimento sincero, pelo que por elas tem feito o Presidente Vargas. (sic).²⁹⁸

O diretor mencionou a existência de um *carinho* especial, por parte do presidente, com a indústria carvoeira, numa referência aos discursos presidenciais em que a causa do carvão nacional foi sempre destaque. Essa mesma associação não era feita pelo diretor geral, quando se tratava, por exemplo, das ações do governo de Wenceslau Braz, um período percebido como de medidas pouco eficazes.

Não se deve esquecer, porém, que já no Governo do Presidente Wenceslau Braz o carvão nacional foi também objeto de auxílio posto que com resultados pouco animadores. Semelhante ajuda se verificou sob fôrma de pequenos empréstimos a diversos mineradores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Algumas minas conseguiram com isso montar aparelhagens modestas, que não preencheram devidamente os seus fins, porque as companhias beneficiadas não puderam resgatar as dívidas, o que só no Governo do presidente Vargas, nestes últimos três anos, tem sido possível fazer, sob a forma de prestações anuais por ele autorizadas, o que não deixa de ser mais um valioso amparo prestado à indústria carvoeira. (sic).²⁹⁹

A comparação de um e outro governo enfatizava, novamente, a eficácia da política adotada por Vargas, segundo a concepção do diretor do CADEM, pois, mesmo uma única ação por ele adotada, trouxe resultados mais destacados que as

298 Idem.

299 Ibidem.

do outro governante. Não podemos nos esquecer; porém, que mesmo em se tratando de uma retrospectiva, a afirmação do diretor ocorreu em 1944, ou seja, período em que Getúlio Vargas era o líder da nação.

Nesse sentido, a reportagem, em seu prosseguimento, abordava outros aspectos da política de proteção à indústria carbonífera, tais como as isenções e a obrigatoriedade de importação de materiais adequados ao consumo do carvão nacional, mantendo o mesmo teor laudatório conferido a Getúlio Vargas.

A obrigatoriedade, também, de importar e instalar aparelhagens destinadas ao uso exclusivo do carvão nacional, decretada pelo Presidente Vargas, foi outro fator de grande relevância no evoluir da produção do carvão brasileiro, cujo montante, em 1943, foi da ordem de dois milhões de toneladas, entrando, nesse total, as duas minas que dirijo com cerca de um milhão e quatrocentos mil toneladas. Fator de alto descortínio, e preponderante, no amparo das nossas minas de hulha foi igualmente, a completa isenção de impostos estaduais e municipais, com a criação do imposto federal único de Cr\$ 2,00 por tonelada, destinado a possibilitar as aparelhagens portuárias e de ferrovias, bem como a dragagem de canais, providências essas destinadas a facilitar o rápido escoamento do carvão. (sic).³⁰⁰

Todavia, o discurso do diretor-presidente do CADEM não apresentava enfoque exclusivo no enaltecimento do presidente Getúlio Vargas e de suas ações, tanto que, em determinado ponto, o foco da entrevista se direcionou no sentido de apresentar a importância da indústria carbonífera para o desenvolvimento do parque industrial brasileiro. Assim, observamos o destaque para o caráter essencial de mantenedora das atividades do país, frente à situação catastrófica da conjuntura mundial.

Que seria do Brasil, neste grave momento de guerra, si as suas minas de carvão não produzissem os dois milhões de toneladas anuais, que estão possibilitando a movimentação de nossa frota mercante, o tráfego já intenso das nossas ferrovias e ritmo acelerado do nosso parque industrial?³⁰¹

300 GAZETA DE NOTÍCIAS de 21 de novembro de 1944. Reportagem com Roberto Cardoso sobre a defesa da produção nacional de carvão. Slide 1944 (723). [AEMS/ACES].

301 Idem.

O diretor prosseguiu indicando a escassez do minério estrangeiro no período de guerra. E concluiu destacando o papel do governo no processo de recuperação econômica, como podemos verificar a seguir.

[...] graças à sábia política de nosso govêrno, com a prata de casa está o Brasil enfrentando galhardamente a situação, levantando sempre e cada vez mais a sua produção hulheira, e assim concorrendo para a movimentação das suas indústrias e das suas riquezas. (sic).³⁰²

Nessa passagem da entrevista, vemos a associação de diversos elementos que fizeram parte da trajetória e do discurso das companhias mineradoras ao longo do tempo. No início, o diretor perguntava: “*Que seria do Brasil [...]?*”, num claro desafio ao pensamento de imaginação das agruras que o país sofreria com a carência do combustível mineral, caso as companhias não houvessem perseverado na atividade de extração do carvão. Logo após, ele lembrou que o produto estrangeiro, forte concorrente do minério nacional, preferido por suas qualidades superiores e sempre em vantagem de concorrência, não abastecia mais o mercado interno com a mesma intensidade que anteriormente. E, por fim, mais uma vez, enalteceu a *sábia* política de proteção ao carvão, que soube garantir o desenvolvimento da nação, fortalecendo a indústria mineradora mesmo contra o desagrado de alguns segmentos sociais.

Após a exposição da importância da indústria carbonífera, o presidente do CADEM direcionou sua manifestação no sentido de indicar os caminhos que os governos estaduais deveriam tomar para se tornarem, igualmente, credores das inúmeras benesses que a mineração poderia oportunizar. Aparentemente, o discurso buscava chamar a atenção dos órgãos governamentais para a indústria carbonífera como sendo uma possibilidade efetiva de geração de desenvolvimento e progresso.

302 Ibidem.

Se os governos estaduais, principalmente aqueles que a Providência dotou com carvão mineral, permitirem a montagem de usinas termoelétricas nas bocas das minas, irradiando pelas suas periferias econômicas, terão grande desenvolvimento as cidades que estiverem dentro desse âmbito, e que hoje vegetam, sem desenvolvimento algum, à mingua deste fator máximo: a energia. A criação de indústrias dentro dessa esfera de influência seria mais do que certa; e creio, firmemente, que tal programa posto em equação, produzirá fecundos resultados, gerando novos parques industriais e fortalecendo outros já existentes, do mesmo passo que representará para o carvão nacional, mais um fortíssimo esteio, mais uma ajuda que certamente se incluirá no fecundo programa do Presidente Vargas. (sic).³⁰³

A utilização do condicional “Se os governos estaduais”, bem como da expressão “mais uma ajuda que certamente se incluirá no fecundo programa do Presidente Vargas”, indica que essas medidas não estavam sendo efetivadas pelos governos estaduais, mas representavam um objetivo a ser alcançado pelas companhias de mineração pertencentes ao CADEM.³⁰⁴ Se considerarmos que essa exortação fazia parte da mesma entrevista em que o diretor expôs, literalmente, as boas relações que mantinha com o presidente do país, podemos inferir que o discurso visava a convencer os governos estaduais a permitirem a implantação de usinas termoelétricas pelas companhias de mineração administradas pelo CADEM³⁰⁵ e contribuírem para isso.

303 GAZETA DE NOTÍCIAS de 21 de novembro de 1944. Reportagem com Roberto Cardoso sobre a defesa da produção nacional de carvão. Slide 1944 (723). [AEMS/ACES].

304 Em setembro de 1943, Ernesto Dornelles foi nomeado por Getúlio Vargas como interventor do Estado, ocupando o cargo que até então era de Cordeiro de Farias. Segundo Gertz (2005), “[...] sua indicação esteve acompanhada de claras indicações de que o período mais autoritário do Estado Novo acabara, cabendo encaminhar o processo para um mínimo de liberalização e um futuro retorno ao sistema partidário, além de ter sido ensaiada uma certa distensão no campo cultural e intelectual e uma tentativa de desanuviar o clima criado com a ‘nacionalização’ e o controle aos ‘quistos étnicos’. [...] [Grifo do autor]. p. 35.

305 Essa hipótese se comprovou como verdadeira na medida em que se tratava de uma estratégia de ampliação de atividades já prevista, mas não divulgada, pelo CADEM, pois, em meados da década de 1940, foram elaborados os planos de criação de uma Usina Termelétrica em Charqueadas. Esses projetos encontraram um obstáculo na Comissão Estadual de Energia Elétrica, que se opôs formalmente à sua criação e instalação, pois defendia a perspectiva de que a produção de energia elétrica deveria ficar sob responsabilidade exclusiva do estado. Contudo, os obstáculos à criação da Usina Termelétrica foram vencidos através da criação e assinatura, por Getúlio Vargas, do Decreto n°. 33.098, de 19 de junho de 1953, que concedia a Luís Honold Reis a autorização para instalação e exploração de uma usina termelétrica com potência de 45.000 KW junto ao recém prospectado poço Octavio Reis em Charqueadas. Os privilégios e as responsabilidades constantes no decreto foram transferidos para a recém criada Termelétrica de Charqueadas S. A. - UTCH, que contava com um capital de Cr\$ 100.000.000,00, sendo que a quase totalidade dele advinha das empresas consorciadas do CADEM. A diretoria empossada constituía-se por Luís Honold Reis, Elias do Amaral Souza, Roberto Gabizo de Farias e Jorge Oscar de Mello Flores (acionistas

Assim, podemos perceber que a posição, o lugar assumido pelas companhias de mineração manteve alguns elementos presentes em períodos anteriores, como, por exemplo, a percepção das empresas como construtoras abnegadas da soberania nacional. Contudo, houve um redirecionamento, a partir de década de 1930, quando se estabeleceu uma parceria entre as companhias e os órgãos governamentais, bem como com dirigentes de destaque nos cenários municipal, estadual e nacional.

2.5 A realidade transformada: Descaminhos da indústria carbonífera

A partir de meados da década de 1940, a situação vivenciada pelas companhias de mineração passou, novamente, por transformações significativas. Diversos fatores associados produziram a situação desfavorável para a indústria extrativista de carvão. Dentre eles, podemos destacar a implantação das leis trabalhistas através da Consolidação das Leis do Trabalho, o fim da Segunda Guerra Mundial e o aumento da concorrência com a utilização de outros materiais, como combustível.

A partir de 1930, o Governo Provisório passou a ocupar-se com a elaboração de leis trabalhistas. Segundo Boschi (1979):

De fato, uma série de leis trabalhistas foram aprovadas entre 1930 e 1937 com total participação dos empresários privados em todos os estágios de sua elaboração. [...] Por volta de 1934, o governo de fato

das empresas consorciadas do CADEM). Porém, mesmo a recém criada termelétrica possuindo um capital inicial significativo, este não era capaz de suprir as necessidades de construção e instalação de um empreendimento de tal porte. Em função disso, o CADEM, passou a buscar, junto a órgãos financeiros, especialmente o “Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDE”, o capital para o financiamento da obra. O maquinário a ser utilizado na termelétrica compreendia três unidades geradoras de força, com 24.000 kw de potência cada uma e quatro caldeiras que foram especialmente dimensionadas para poderem utilizar o carvão de baixo poder calórico, ou seja, carvão do tipo secundário. Dessa forma, era compreensão do Consórcio que o carvão de melhor qualidade seria destinado ao mercado consumidor que dele necessitava, e o carvão que antes era considerado inapropriado seria utilizado na termelétrica, assim, não haveria desperdícios de material, aumentando, conseqüentemente, a margem de lucro, sem necessidade expressiva de aumento de produção. Com a concessão do empréstimo pelo “BNDE”, em abril de 1955, as obras de perfuração do Poço Octávio Reis foram intensificadas e sua inauguração foi realizada em janeiro de 1956. (Cópia mimeo).

convidou empresários a participarem de comitês especiais, alguns dos quais no próprio Centro Industrial, ao invés de nas agências do governo. A legislação trabalhista foi finalmente consolidada em 1937 como resultado de um conjunto de medidas tomadas no período pós-1930 que envolveram: (a) a lei de 1931 exigindo que 2/3 dos trabalhadores em qualquer empresa fossem cidadãos brasileiros; (b) a lei sindical (exigindo a organização das classes operárias e industrial numa estrutura sindical) que se começou a tramitar em 1931 e foi aprovada em 1943; (c) a exigência de identidade profissional (em que o desempenho profissional do indivíduo deveria ser registrado num documento formal) em 1932; (d) a lei das horas de trabalho industrial (estabelecendo uma jornada de 8 horas) em 1936; (e) a regulamentação do trabalho feminino em 1932 e (f) o estabelecimento de um salário mínimo em 1937.³⁰⁶

As leis trabalhistas implantadas no Governo Vargas trouxeram uma série de restrições e ônus para a indústria carbonífera, como no caso do dissídio coletivo para o aumento de salários, ou mesmo as restrições da jornada de trabalho e da faixa etária considerada apropriada para a realização das atividades de subsolo. Entretanto, segundo Boschi (1979:68), a sociedade foi chamada a contribuir com sugestões para a construção do anteprojeto da consolidação das leis de proteção ao trabalho e da consolidação das leis de previdência social.³⁰⁷ O autor destaca ainda:

A legislação do trabalho envolveu efetivamente a interação de três atores exibindo diferentes recursos de poder à época: os empresários industriais, a classe operária e o Estado. Este último é chamado a promover um tipo de mudança levando a um novo estágio na economia brasileira – com a transformação das relações de produção em relação mais avançada – através da regulamentação desse importante fator de produção. Assim, o Estado cria as bases para reprodução da acumulação capitalista industrial ao nível da empresa.³⁰⁸

Em 1º de maio de 1943, o então presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei n.º 5.453, referente à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, apresentando como texto introdutório o que segue.

306 BOSCHI, op. cit. p. 68.

307 CORREIO DO POVO de 05 de fevereiro de 1943. Notícia sobre a solicitação governamental de sugestões para o projeto da Consolidação das Leis de Trabalho e Previdência Social. Slide 1943 (30). [MCS/ACES].

308 BOSCHI, op. cit. p. 66.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º - Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este Decreto-Lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2º - O mesmo presente Decreto-Lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1º de maio de 1943; 122º da Independência e 55º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho.³⁰⁹

No tocante à indústria carbonífera, além das questões de caráter geral, que atingiram as indústrias como um todo, houve elementos específicos que enfocaram diretamente as atividades de mineração de carvão. Esses elementos, associados à conjuntura mundial - final da Segunda Guerra Mundial - e à conjuntura nacional - desenvolvimento de indústrias combustíveis concorrentes do carvão – contribuíram para a geração de uma crise da indústria carbonífera do Rio Grande do Sul.

Entre diferentes indicações específicas da CLT para o universo da mineração de carvão, a jornada de trabalho no subsolo constituiu-se fator problematizador das atividades. O art. 293 indicava: “A duração normal do trabalho efetivo para os empregados em minas no subsolo não excederá de 6 (seis) horas diárias ou de 36 (trinta e seis) semanais”. E o art. 294 complementava: “O tempo despendido pelo empregado da boca da mina até o local do trabalho e vice-versa será computado para o efeito de pagamento do salário”.³¹⁰

Até esse período, a prática das atividades mineradoras abrangia uma jornada de trabalho não inferior a oito horas, organizada em três turnos diários, e a contagem dessa carga horária se dava a partir do momento em que o mineiro estivesse em sua frente de trabalho, bem como quando efetivamente parasse de trabalhar, ou seja, o deslocamento não era contabilizado como ganho real de salário.

As transformações decorrentes da necessidade de adequação às leis

309 RIO DE JANEIRO. Decreto Lei n°. 5.453, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. [MCAR/ACES].

310 Idem.

trabalhistas foram sentidas pelas direções das companhias de mineração. Guilherme Guinle, no início do relatório aos acionistas da “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo”, após a apresentação dos resultados da extração, destacou:

[...]

Não foi possível manter a mesma progressão no desenvolvimento dos nossos serviços de mineração. Fomos surpreendidos com a brusca diminuição das horas de trabalho no sub-solo estabelecida pela Consolidação das Leis de Trabalhistas, que entrou em vigor em 10 de Novembro de 1943. Infelizmente, do ante-projeto submetido à apreciação dos interessados para sugestões, não constava essa redução, de modo que nada pudemos sugerir a respeito para evitar o grave prejuízo que sofremos com a perturbação inesperada dos nossos serviços. [...]. (sic).³¹¹

A ênfase do texto foi centrada na aparente impossibilidade de participar e opinar sobre as determinações governamentais, deixando implícito que a construção do texto da Consolidação das Leis do Trabalho foi obra de pessoas que não vivenciavam a realidade das minas e que, portanto, não estariam em condições de deliberar sobre tal temática. Além disso, o diretor estruturou sua afirmação no sentido de ter sido ‘enganado’ pela omissão do texto, quando disse: “Infelizmente, do ante-projeto submetido à apreciação dos interessados para sugestões, não constava essa redução”. (sic). Nesse sentido, Boschi menciona a existência de conflitos no tocante às discussões das leis trabalhistas, como podemos verificar no excerto seguinte.

Apesar de um estilo bilateral de negociações entre a burocracia estatal e os empresários no processo decisório referente à legislação do trabalho e de outras questões, as discussões revelam grande número de conflitos. Esses conflitos entre as esferas privada e pública indicam, em nossa opinião, uma preocupação com a definição de espaços nas interações entre os setores público/privado e, particularmente, da situação dos empresários industriais no novo contexto de relações de poder. [...].³¹²

311 RIO DE JANEIRO. Relatório de atividades da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Abril de 1943. Apresentado por Guilherme Guinle. Também publicado no JORNAL DO COMÉRCIO, 19/04/1944. Slide 1944 (135). [MCAR/ACES].

312 BOSCHI, 1979, p. 68.

Na continuidade do relatório, o diretor novamente manifestou os efeitos funestos da medida governamental. Eis suas palavras:

As empresas de horário contínuo de trabalho, ou melhor, as verdadeiras empresas de trabalho contínuo, têm regime horário especial que é mantido em todos os países industriais. Em verdade, a limitação do horário pouca dificuldade traz a qualquer indústria cuja atividade se exerça durante tempo limitado nas 24 horas diárias. O mesmo não acontece, entretanto, naquelas que têm, como a nossa, trabalho contínuo e por equipes ou turmas que se revezam. A diminuição do horário de 8 para 6 horas acarreta, de um modo geral, uma diminuição mensal média de 50 horas, mas numa indústria contínua como a nossa, a redução é de 180 horas, ou seja, quase 8 dias de trabalho. [...].³¹³

Ou, como uma segunda hipótese, a instituição de mais uma turma de trabalho, de maneira que as equipes estariam estruturadas em quatro grupos, com jornadas de seis horas, em substituição à prática até então utilizada de três grupos em jornadas de oito horas. O diretor buscou referências de estudiosos para a comprovação de sua tese, como fica a seguir evidenciado.

O professor Daugerty, no seu interessante 'Labor Problems in American Industry' (New York, 5ª edição, 1941), disserta com proficiência sobre os prejuízos decorrentes de uma mutação brusca nos métodos de trabalho, como a que sofremos por força da Consolidação. Não precisamos demonstrar o evidente aumento de despesas que acarretou a adaptação dos nossos serviços aos novos horários de trabalho. (sic).³¹⁴

A declaração do diretor da "Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo" direcionava-se no sentido de comparar a repercussão da medida entre indústrias que, por seu caráter de atividade, não atuavam em turnos de trabalho e as indústrias carboníferas, enfatizando que a peculiaridade da atividade no subsolo deveria contar com uma legislação que observasse suas especificidades. Conforme

313RIO DE JANEIRO. Relatório de atividades da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Abril de 1943. Apresentado por Guilherme Guinle. Também publicado no JORNAL DO COMÉRCIO, 19/04/1944. Slide 1944 (135). [MCS/MCAR/ACES].

314Idem.

esse argumento, a legislação para a indústria de mineração não poderia ser enquadrada nas mesmas condições que outras de caráter ocupacional diverso.

Segundo o diretor, “**as verdadeiras empresas** de trabalho contínuo, têm regime horário especial que é mantido em todos os países industriais”. (Grifo nosso). Notamos que o destaque enfatizava a especificidade da atividade, entendendo-se as “*verdadeiras empresas*” como aquelas que necessitavam atuar em horário contínuo. Da mesma forma, observamos a indicação de que “*todos*” os países industriais possuíam ações diferenciadas no tocante às jornadas de trabalho, destacando, implicitamente, em sua crítica, a opinião de que esse seria o procedimento correto a ser adotado pelos governantes do país.

Num mesmo sentido, mas num tom mais ameno, o diretor da “Companhia Carbonífera Riograndense”, Roberto Cardoso, apresentou o problema aos acionistas, destacando as providências tomadas, sem, no entanto, deixar de focar o abalo ocasionado pela alteração da jornada de trabalho no subsolo, conforme podemos verificar com a transcrição que segue.

A produção de nossas minas em Butiá atingiu, no ano passado, 664.195.550 quilos, ou seja, apenas 19.745.550 quilos mais que em 1942. Isso se explica com o decréscimo considerável da produção dos meses de Novembro e Dezembro, em consequência da Consolidação das Leis de Trabalho, que reduziu de 8 para 6 horas o trabalho dos operários no sub-solo, incluindo nessas mesmas 6 horas o tempo despendido com o percurso da boca da mina às frentes de trabalho e vice-versa. [...] Entretanto, embora com a curial elevação nos preços de custo e não sem grandes dificuldades, já conseguimos adaptar o nosso serviço ao novo regime de trabalho, e folgamos em registrar que já conseguimos dos nossos operários o mesmo rendimento horário ‘per capita’ anteriormente obtido. (sic).³¹⁵

O posicionamento do diretor da “Companhia Carbonífera Riograndense” pode estar em consonância com a análise de Boschi (1979), quanto às percepções das elites industriais no tocante à sua dependência do Estado, quando diz:

315 RIO DE JANEIRO. Relatório de atividades da Companhia Carbonífera Riograndense de Minas Butiá de abril 1943. Apresentado do Roberto Cardoso. Também publicado no JORNAL DO COMÉRCIO, 20/04/1944. Slide 1944 (148). [MCAR/ACES].

Assim, ao mesmo tempo em que havia áreas de conflitos na relação entre os empresários e o Estado em fins da década de 30, havia uma percepção clara entre eles da necessidade de apoiar um Estado intervencionista, particularmente em vista da incapacidade dos empresários de lidarem com as esferas-chaves de sua atividade, tais como o controle da classe operária e a integração do mercado. Os limites contraditórios da ação burguesa neste contexto inauguraram um padrão de dependência do Estado que prevaleceria no futuro como uma das principais características do papel desse grupo no sistema de alianças.³¹⁶

O diretor não explicitou, no relatório, de que maneira, ou por que meios, foi possível obter o mesmo rendimento/produção de períodos anteriores à assinatura da CLT;³¹⁷ entretanto, enfatizou o aumento do preço de custo como um fator resultante das medidas governamentais. Por outro lado, a Consolidação das Leis Trabalhistas, no art. 295, permitia a possibilidade de minimização do problema referente à jornada de trabalho, tanto no que se dizia respeito ao seu aumento quanto à sua redução, na medida em que estabelecia:

A duração normal do trabalho efetivo no subsolo poderá ser elevada até 8 (oito) horas diárias ou 48 (quarenta e oito) semanais, mediante acordo escrito entre empregado e empregador ou contrato coletivo de trabalho, sujeita essa prorrogação à prévia licença da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho.³¹⁸

Com base nesse dispositivo legal, competia às companhias a negociação com os empregados acerca do tempo de permanência trabalhando no subsolo, havendo, todavia, a necessidade de obtenção de autorização, além do pagamento das horas adicionais de, no mínimo, 50% a mais sobre a hora normal, segundo o art. 296 da CLT.³¹⁹ Em contrapartida, o parágrafo único do mesmo artigo determinava que a redução da jornada de trabalho se daria pela indicação das autoridades

316 BOSCHI, op cit. p. 72.

317 A declaração de Roberto Cardoso suscita inúmeras hipóteses, como, por exemplo, a possibilidade de as relações pessoais do diretor com o presidente terem contribuído para a superação das dificuldades, contudo, por inexistência ou desconhecimento de fontes, não nos foi possível confirmar ou sequer justificar, com acontecimentos, a afirmação prestada pelo diretor.

318 RIO DE JANEIRO. Decreto Lei no 5.453, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho.

319 Idem.

sanitárias e de higiene, caso se entendesse que o local apresentava um alto grau de periculosidade e insalubridade aos mineiros. Ainda no tocante à jornada de trabalho, o artigo 298 da CLT estabelecia a obrigatoriedade de uma pausa, a título de repouso, a cada três horas contínuas de trabalho, a qual seria computada na duração normal do trabalho efetivo.

O conjunto de medidas relacionadas à jornada de trabalho constituiu-se, de acordo com os dirigentes, fatores problematizadores na realização das atividades das companhias de mineração de carvão. No entanto, aquela que maior repercussão trouxe para a sociedade, em se tratando da indústria carbonífera, foi, sem dúvida, a presente no artigo 301 da referida lei, que determinava: “O trabalho no subsolo somente será permitido a homens, com idade compreendida entre 21 (vinte e um) e 50 (cinquenta) anos”.

Essa determinação atingia diretamente as atividades do CADEM, na medida em que muitos dos trabalhadores ocupados na extração de carvão do subsolo possuíam idade inferior a 21 anos e superior a 50. Esses eram mantidos na atividade em decorrência da relativa dificuldade em obter mão-de-obra que se adaptasse às condições exigidas e também da necessidade dos trabalhadores mais jovens de aprender a prática com os mineiros que possuíam experiência na mineração.³²⁰

Frente a essa realidade, em setembro de 1943, o diretor do CADEM buscou reverter a situação com uma solicitação de revisão da CLT, especificamente no aspecto relacionado à limitação da faixa etária dos trabalhadores, diretamente ao presidente da República. Assim, o diretor requereu uma permissão governamental para manter em suas ocupações os mineiros que já realizavam a atividade, respeitando as limitações etárias da CLT para as novas contratações, conforme noticiou o jornal Diário de Notícias em 20 de setembro de 1943.

320 A aprendizagem do trabalho de extração de carvão no subsolo se dava através da observação de um mineiro de reconhecida prática. Não havia cursos preparatórios, sendo assim, os novatos eram colocados nas frentes de trabalho como aprendizes dos mineiros mais experientes, exercendo as atividades determinadas por estes. Retomaremos as questões ligadas à educação no capítulo sobre a sociedade.

RIO, 19 (Meridional) – O presidente Vargas recebeu, hoje, o sr. Roberto Cardoso, diretor do CADEM, que lhe foi apresentar o sr. Guilherme Guinle, novo diretor do CADEM, substituto do sr. Betim Paes Leme recém-falecido. Durante a audiência, o sr. Roberto Cardoso fez ampla exposição das atividades do CADEM, a maior empresa de extração de hulha negra do país, apelando ao mesmo tempo para o chefe da Nação, no sentido de serem reexaminadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes ao trabalho nas minas de carvão, as quais, executadas, irão prejudicar, grandemente, o esforço das empresas, impedindo-as de corresponder ao apêlo do presidente Vargas, em prol de uma maior produção de carvão. O sr. Roberto Cardoso mostrou ao presidente a grande obra do CADEM, no campo da assistência social aos seus trabalhadores. (sic).³²¹

A proposta apresentada pelo CADEM e que, de acordo com sua concepção, resolveria o problema mais emergente, tornou-se pública meses depois, quando o jornal *Correio do Povo*, em sua edição de 26 de março de 1944, fez uma retrospectiva da situação, referindo:

Ante a situação angustiosa em que ficaram aqueles trabalhadores, como em face da redução sensível da produção das minas, conseqüente à falta absoluta de pessoal competente para substituí-los, dirigiu-se o CADEM ao Governo da República, solicitando fosse permitida a continuidade do trabalho dos menores, ficando, entanto, vedada a admissão de outro. (sic).³²²

Entretanto, a solicitação do diretor não encontrou eco nos poderes públicos e, em novembro de 1943, quando a CLT entrou em vigor, foi do entendimento das companhias que, para se adequarem à legislação, deveriam providenciar a retirada de todos os trabalhadores que não se enquadravam nas exigências impostas. Assim, o resultado foi a demissão de mais de 300 mineiros menores de 21 e maiores de 50 anos que atuavam no subsolo das minas e que não puderam ser aproveitados nas atividades de superfície, visto já haverem operários atuando nas funções necessárias. As demissões foram divulgadas nos órgãos de imprensa locais, que as

321 DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 20 de setembro de 1943. Disposições da Consolidação das Leis do Trabalho que afetarão a mineração do Brasil. Slide 1943 (279). [MCS/AEMS/ACES].

322 CORREIO DO POVO de 26 de março de 1944. Slide 1944 (77). [MCS/ACES].

consideravam arbitrárias e ilegais, porque o pagamento de indenizações não foi realizado.³²³

A notícia, por sua vez, repercutiu em jornais fora do Rio Grande do Sul e, no dia seguinte, o jornal Correio do Povo informava à população sobre o andamento da questão, conforme comprova a citação seguinte.

RIO, 13 (C.P.) – O vespertino “A Notícias”, que foi, por sinal, o jornal que dei o grito de alarme, no Rio de Janeiro, sobre a situação dos mineiros sul-riograndense, campanha essa que determinou a ida a esse Estado de um enviado do Ministério do Trabalho, transcreve hoje, em grande destaque em negrito, na sua primeira página, a reportagem aí publicada pelo “Correio do Povo”. O popular vespertino carioca deu para o fato os seguintes títulos, em manchetes: “Inominável! Trezentos mineiros despedidos, em São Jerônimo. O CADEM os pôz na rua, sem pagar sequer a indenização devida. Os desgraçados trabalhadores dirigem-se ao sr. Presidente da República, ao ministro do Trabalho e ao secretário do Interior do Rio Grande do Sul”. (sic).³²⁴

A argumentação de justificativa do consórcio para as demissões destacava unicamente a necessidade que as empresas tinham em se adequar às exigências da legislação em vigor, não lhes sendo possível manter os mineiros em suas atividades, além de que não possuíam outras atividades nas quais pudessem ocupar a massa de trabalhadores. No final do ano de 1943, o relatório de atividades elaborado pelo diretor da “Companhia Carbonífera Rio Grandense” apresentava a seguinte informação sobre o caso.

Srs. Acionistas:

No correr do exercício que se encerrou a 31 de Dezembro último, não pude, infelizmente, a nossa Companhia manter o mesmo nível de extração de carvão do ano anterior. A produção que fôra em 1943 de 664.195.550 Ks., baixou cerca de 17.362.440 Ks. No ano próximo findo. O fator desse decréscimo foi a redução do horário de trabalho no sub-solo, determinado pela Consolidação das Leis Trabalhistas, que passou a vigorar em 10 de Novembro de 1943.

Não obstante, sem qualquer incidência em lucros extraordinários, envidamos os nossos esforços no sentido de manter o razoável

323 CORREIO DO POVO de 12 de novembro de 1943. Slide 1943 (599) e DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/11/1943. Slide 1943 (600). [MCS/AEMS/ACES].

324 CORREIO DO POVO de 14 de novembro de 1943. Slide 1943 (632). [MCS/AEMS/ACES].

dividendo que de hábito temos distribuído aos nossos acionistas e para prosseguirmos nos empreendimentos que temos programado, para assistência aos nossos operários e respectivas famílias. (sic). Além disso, proíbe aquela Consolidação o serviço no sub-solo a operários menores de 18 a 21 e maiores de 50. Nessas condições, com a volta ao serviço, que justamente esperanças pedimos ao Governo, dos menores de 18 a 21 anos e maiores de 50, que já trabalhavam no sub-solo ao tempo da promulgação da nova Consolidação, a nossa produção poderá voltar ao ritmo normal, evitando-se, dessa forma, o seu descrédito. (sic).³²⁵

O relatório apresentava a questão das demissões por intermédio da informação referente à diminuição da produção em relação ao ano anterior, atribuindo esse fato, primeiramente, à redução da jornada de trabalho. No que se refere às demissões, o diretor se referiu a elas apenas indicando suas esperanças de que os operários pudessem retornar às suas atividades, o que possibilitaria retornar ao ritmo normal. Destacamos, ainda, que, no relatório, é possível perceber a preocupação de Roberto Cardoso em tranquilizar os acionistas no tocante aos rendimentos que lhes eram devidos, bem como de anunciar que, apesar da redução da produção, a companhia manteve as ações de assistência aos operários e às suas famílias.

Frente à situação caótica que se instalou entre os trabalhadores em decorrência das 300 demissões decorrentes da limitação do trabalho em consequência da faixa etária e diante da perspectiva de redução drástica da produção, em março de 1944, foram encaminhados, pela administração do CADEM, petições à diretoria da Produção Mineral da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, ao Coordenador da Mobilização no estado e ao interventor estadual, Ernesto Dornelles. Nelas, eram solicitados apoio e solução para a resolução da crise. Essas medidas geraram o envio de um ofício ao poder público federal por parte do interventor estadual.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossencia as ponderações que me foram transmitidas pelo engenheiro Pedro Barroso, diretor da Produção Mineral da Secretaria da Agricultura

325 RIO DE JANEIRO. Relatório de atividades da Companhia Carbonífera Riograndense de Minas Butiá de abril 1943. Apresentado por Roberto Cardoso. Também publicado no JORNAL DO COMÉRCIO, 20/04/1944. Slide 1944 (148). [MCAR/ACES].

deste Estado. O CADEM deseja que seja examinada a possibilidade de ser permitido o retorno aos serviços de sub-solo de cerca de trezentos operários que foram despedidos por serem menores de 21 anos, levando-se em conta a proibição das leis trabalhistas apenas para os que forem admitidos no futuro. O afastamento dos referidos operários, cujo aproveitamento no serviço de superfície não é possível, está causando considerável redução na produção das minas daquele Consorcio. Além disso o CADEM declara impossível a substituição áqueles operários em virtude da falta absoluta de pessoal competente. A produção das minas em questão alcançou, em Outubro, a cifra de 114.580.680 quilos, enquanto que em Novembro sofreu sensível redução de 33.192.510 quilos, atingindo o total de 81.388.170 toneladas. A redução, que tende a agravar-se, trará para as empresas de transporte ferroviário, rodoviário e ao parque industrial do país graves prejuízos. Solicito o seu interesse na solução do caso. Cordiais saudações. Ernesto Dornelles – Interventor. (sic).³²⁶

A partir do processo desencadeado com as determinações da CLT (limitação etária do trabalho no subsolo, demissões de 300 trabalhadores, petições de reversão das limitações), uma decisão do poder público federal, expressa no Decreto-Lei N° 6.353, visando a solucionar o impasse, promoveu a adição de mais um artigo à Consolidação das Leis do Trabalho.

Decreto-Lei N° 6.353, de 20 de março de 1944.

Art.º 6 – A Consolidação das Leis do Trabalho passará a vigorar com mais um artigo que terá a seguinte redação:

Art. 922 – O disposto no artigo 301 regerá somente as relações de emprego iniciadas depois da vigência desta Consolidação. (sic).³²⁷

Fica evidenciado que, na conclusão do problema, a forma encontrada como solução foi exatamente aquela sugerida pelo diretor da companhia anteriormente. Como desfecho da situação, os jornais locais publicaram, a pedido do CADEM, o aviso de chamamento dos mineiros demitidos, conforme segue.³²⁸

326 PORTO ALEGRE. CARTA/OFÍCIO do interventor Ernesto Dornelles para Getúlio Vargas em março de 1944. Slide 1944 (77). [AHRS/MCAR/ACES].

327 RIO DE JANEIRO. Decreto Lei N°. 6.353, de 20 de março de 1944. Slide 1944 (77). [MCAR/ACES].

328 Fonte: CORREIO DO POVO de 26 de março de 1944. Slide 1944 (86). Também publicado em: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26/03/1944; Slide 1944 (86); CORREIO DO POVO, 02/04/1944. Slide 1944 (102/104). [MCS/AEMS/ACES].

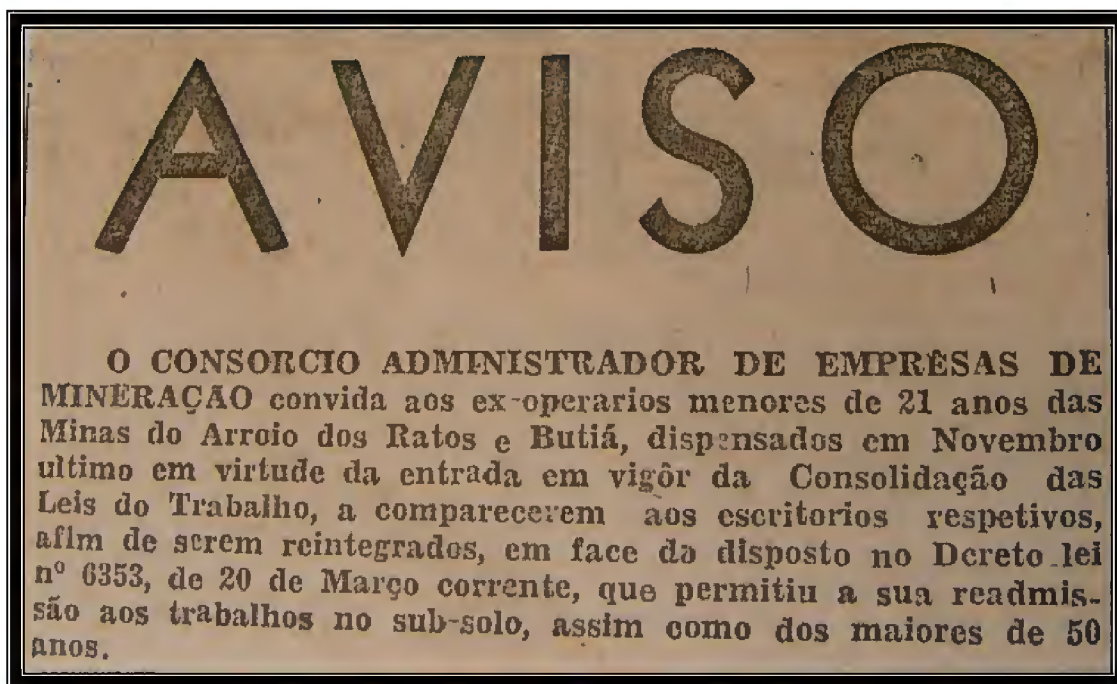


Figura 20: Aviso de retorno ao trabalho. 1944³²⁹

A presença dos avisos de chamamento, nos jornais estaduais, aos trabalhadores demitidos, em cumprimento aos artigos da CLT que limitavam a faixa etária para o trabalho no subsolo, associada ao conhecimento de que a maioria dos trabalhadores da região das minas era analfabeta, trouxe à tona questionamentos sobre os motivos que levaram os dirigentes do CADEM a mandarem publicar a notícia. Nessa sociedade em que predominava a tradição oral, os trabalhadores atualizavam-se das notícias através de suas interações sociais, assim, parece-nos que bastaria fazer o chamamento na própria cidade para que a informação fosse transmitida rapidamente de “boca em boca”. Aparentemente, a publicação dos avisos em jornais de circulação exógena à área da mineração objetivava demonstrar à sociedade a força da indústria carbonífera e sua vitória no conflito gerado a partir do cumprimento de artigos da CLT.

A seqüência de acontecimentos, no período entre novembro de 1943 a março de 1944, autoriza-nos a inferir que, nesse caso, o CADEM utilizou-se da situação de legalidade conferida pela CLT para promover a demissão em massa dos mineiros, entendendo-a como uma forma de pressão ao governo federal para que este

329 CORREIO DO POVO de 26 de Março de 1944. Slide 1944 (86). [MCS/AEMS/ACES]

flexibilizasse as determinações acerca do trabalho no subsolo no que dizia respeito à faixa etária. Era fundamental para o CADEM a permanência dos mineiros experientes na atividade de extração, assim como era para a sociedade a manutenção da produção de combustível, dada a carência do produto estrangeiro em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

Torna-se importante ressaltar que a nosso ver, mesmo tendo sido essa a questão que maior repercussão trouxe para a sociedade, outras medidas presentes na CLT, como a implantação do salário adicional, o aumento salarial para o trabalho noturno, a remuneração por acidente de trabalho, entre outras, também se constituíram elementos debatidos e geradores de requerimentos de flexibilização por parte do Consórcio. No entanto, solicitações a respeito da não-obrigatoriedade do cumprimento dessas medidas não produziram eco junto aos órgãos públicos federais.

Outro aspecto gerador de problemas para a indústria de mineração do Rio Grande do Sul se estabeleceu com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945. Os diversos países, principalmente aqueles que tiveram seus territórios envolvidos em combates, passaram a investir no (re) erguimento de suas sociedades. Paulatinamente, voltaram às suas atividades de produção, nas mais diversas áreas e, num relativo curto espaço de tempo, foram capazes de retomar atividades suspensas ao longo do desenvolvimento do conflito. No caso do carvão, houve a retomada da comercialização com países como o Brasil, gerando, assim, o retorno da concorrência com o produto nacional.

Essa realidade foi foco de preocupação dos dirigentes das companhias de mineração mesmo antes do fim do conflito, conforme o que expressou, ainda em 1944, o diretor do CADEM, Roberto Cardoso. Em uma entrevista concedida ao Jornal Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, sobre a proteção à indústria nacional, ele focalizou sua declaração nas perspectivas futuras, abordando a percepção do final, para um futuro breve, do conflito mundial. O destaque relacionava-se ao futuro da indústria carbonífera nacional no que se referia ao retorno da concorrência do produto estrangeiro.

Em breve teremos a vitória das nações aliadas, que também é nossa. Então será necessário que a indústria do carvão nacional esteja aparelhada, para enfrentar a concorrência estrangeira. Estou absolutamente seguro de que o nosso Presidente continuará a guiá-la e a ampará-la. Não a deixando estacionar e promovendo, com nosso esforço, o seu desenvolvimento cada vez maior. (sic).³³⁰

A preocupação com a concorrência que possivelmente seria estabelecida a partir do retorno ao mercado consumidor nacional do carvão estrangeiro, com o fim do conflito mundial, apareceu explicitamente na fala do diretor do CADEM, deixando implícita a percepção da inferioridade do produto nacional, bem como da necessidade da existência de mecanismos que evitassem que este fosse preterido. A preocupação do diretor era notória, havendo, segundo ele, a necessidade de que a indústria carbonífera “*esteja aparelhada para enfrentar a concorrência estrangeira*”; contudo, não manifestava o que isso significava, sendo que logo a seguir reafirmou sua certeza do amparo governamental como garantia da continuidade da atividade mineradora.

Inegavelmente, o período configurava-se pela ampliação da concorrência, não apenas com o carvão estrangeiro, mas também com outros materiais combustíveis que apresentavam uma crescente utilização. A concorrência extra estabelecia-se, por exemplo, através da utilização de óleo combustível nos transportes rodoviários, ferroviários e fluviais. As novas alternativas de combustível possibilitavam as negociações, inclusive de preços. As empresas que, até então, eram dependentes do carvão mineral tiveram seu universo de possibilidades ampliado, como, exemplificativamente, a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, que representava a maior compradora do carvão local e que, naquele período, principiou um processo de adaptação do maquinário, em especial das locomotivas, para a utilização de óleo diesel como combustível.³³¹

330 GAZETA DE NOTÍCIAS de 21 de novembro de 1944. Reportagem com Roberto Cardoso sobre a defesa da produção nacional de carvão. Slide 1944 (723). [AEMS/ACES].

331 O caso específico da Viação Férrea do Rio Grande do Sul preocupava sobremaneira as companhias de mineração, pois ela constituía-se no maior mercado consumidor do minério produzido no Estado. Ao longo da década de 50, a redução da utilização do carvão repercutiu grandemente na produção da indústria, visto que outras indústrias consumidoras do produto não garantiam, por si sós, o consumo da produção, sendo possível afirmar que, se outros mercados consumidores não fossem abertos, a mineração no estado estaria sujeita à paralisação. Ver Anexo IX – Comercialização de carvão – Décadas de

Assim, o carvão e as indústrias carboníferas do Estado, que até meados da década de 1940, vivenciaram uma situação de expansão de mercados, passaram a ter sua importância diminuída frente às múltiplas possibilidades de materiais combustíveis que lhes substituiriam o uso. Nesse sentido, parecia ter chegado o fim ou, no mínimo, ter-se reduzido consideravelmente as ações significativas de proteção ao carvão nacional, bem como a parceria entre as companhias de mineração do Rio Grande do Sul e os órgãos públicos, que passaram a voltar seus olhares para outros combustíveis.

A situação privilegiada do carvão nacional perdurou no período da Segunda Guerra Mundial, uma vez que o produto abasteceu não só o mercado interno, como também países vizinhos. Posteriormente, o mineral, que havia consolidado uma importante posição na economia nacional em períodos de crise, passou a sofrer um processo de desvalorização, na medida em que novas formas de energia foram difundidas e, com isso, ocorreu uma diminuição sensível no mercado consumidor de carvão das indústrias de mineração do Rio Grande do Sul. Em decorrência disso, observamos a alteração da situação de forma sensível em meados da década de 1940, tanto que o relatório da diretoria referente ao exercício de 1946 trouxe, em sua introdução, o alerta: “Continua a nossa industria transpondo a fase mais critica de tôda a sua história contemporânea!” (sic).³³²

Nesse contexto, vale reiterar que as mudanças ocorridas nas esferas mundial, nacional e regional, no período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, foram elementos que contribuíram para a transformação das estratégias das companhias de mineração, sendo uma delas a união das duas maiores empresas de extração num consórcio administrador denominado de CADEM, como já mencionado, que se propunha a dinamizar e facilitar a administração das companhias. Os discursos e as práticas dessas empresas, num primeiro momento, passaram a expressar uma postura de associação de objetivos e ações com os poderes públicos, gerados, em parte, por uma legislação que visava à proteção da indústria nacional. No segundo momento, ou seja, na década de 40, as estratégias das companhias passaram a expressar a preocupação com o retorno da

1950/60.

332 RIO DE JANEIRO. Relatório de atividades da Companhia Carbonífera Riograndense de Minas Butiá de abril 1946. Apresentado por Roberto Cardoso. Também publicado no JORNAL DO COMÉRCIO, 20/04/1947.

concorrência do produto internacional a partir do fim do conflito mundial e das exigências legais determinadas pela implantação da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme foi amplamente exposto.

No início do século XX, o cenário maior possibilitou o encaminhamento, por parte das companhias de mineração, de uma série de medidas que visavam a instituir facilidades no cotidiano dos trabalhadores, tais como moradia, saúde, educação e lazer, as quais repercutiam como uma forma de atração ao trabalho. Essas ações contribuíram no sentido de formar a sociedade mineradora e permitiram a construção de uma série de justificativas para a realização da atividade de extração nas minas, conforme veremos no capítulo seguinte.

3. Cenário e atores: dos passos das tropas às minas de ouro negro e o plano de assistência social de Roberto Cardoso

A sociedade mineradora apresenta características específicas, decorrentes da condição *sui generis* presentes em seu desenvolvimento, essencialmente no que tange à descoberta de carvão na região e à instalação das companhias de mineração. Ela, em suas especificidades, foi o resultado da soma de fatores a partir da existência do carvão, os direcionamentos tomados pelas companhias extrativistas e as ações estratégicas dos órgãos públicos. Neste capítulo, conforme exposto no título, buscamos identificar o cenário e os atores componentes da sociedade carbonífera, analisando as relações que se estabeleceram, de forma a compreender a formação da sociedade mineira como resultado desses indivíduos e de suas ações.

Para este capítulo, entre as fontes arroladas, utilizaremos os escritos elaborados por membros da sociedade civil local, ou seja, “leigos” que, mesmo não sendo reconhecidamente escritores, deixaram registrados dados e impressões acerca do momento e da sociedade na qual estavam inseridos. Entre eles, referimo-nos aos escritos do Dr. Carlos Alfredo Simch,³³³ que, conforme mencionamos anteriormente, foi para a região a fim de atuar como médico e, posteriormente, entrou para a política local no cargo de prefeito de São Jerônimo. Além do escritos do médico/político, buscaremos os textos elaborados pelo Cônego Ervino Lothar

333 SIMCH, Dr. Alfredo. Município de São Jerônimo. Monografia. Porto Alegre: Livraria Andradas, 1942; SIMCH, Dr. Alfredo. Município de São Jerônimo. Monografia. Edição Especial Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961.

Sulzbach,³³⁴ que foi sacerdote na paróquia de Arroio dos Ratos. Esses textos se constituem ricas fontes de informação e análise, na medida em que, por serem produto de pessoas que vivenciaram o período, se encontram impregnados de impressões pessoais sobre diferentes questões da época em estudo.

Utilizaremos também os jornais como fonte de pesquisa, buscando identificar de que forma as estratégias do CADEM, e mais especificamente de Roberto de Cardoso, e a construção das relações entre a sociedade local e o Consórcio Administrador de Empresas foram apresentadas nos periódicos. Pois, de acordo com Espig (1998), [...] os jornais podem oferecer, ao historiador, informações sobre a cultura e o imaginário destes atores sociais. [...].³³⁵ Associados às fontes de pesquisa anteriormente citadas, estão os documentos produzidos pelas empresas e por órgãos governamentais.

Para obtermos as respostas aos nossos questionamentos, bem como logarmos alcançar os objetivos expostos, estruturamos este capítulo no seguinte formato: na primeira parte, buscamos compreender a formação da sociedade mineradora através do estudo de suas origens e história. Após, nosso olhar volta-se para a apreensão das ações estratégicas implantadas pelas companhias de mineração que, de alguma maneira, influenciaram na formação dessa sociedade tal qual ela se estabeleceu. Interessou-nos, aqui, compreender até que ponto o conjunto de elementos formadores da sociedade e influenciados pelas posturas do CADEM se constituíam causas motivadoras das atividades de mineração na região sulina do Rio Grande do Sul.

334 SULZBACH, Cónego Ervino Lothar. Arroio dos Ratos. Berço da indústria carbonífera nacional. Arroio dos Ratos: Gráfica Editora PBS, 1989. SULZBACH, E. L. Perfil de um minerador. 2ª ed. Arroio dos Ratos: Gráfica Editora PBS, 1989b.

335 ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. Estudos Ibero americanos, Porto Alegre: PUC/RS. Programa de Pós-Graduação em História. v. XXIV, n. 2, Dez 1998, p. 282.

3.1 Do Passo das Tropas surge São Jerônimo

3.1.1 Origem e História de Região Carbonífera sulina: São Jerônimo

O município de São Jerônimo,³³⁶ denominado, em épocas remotas, de “Passo das Tropas”, teve sua origem a partir da “Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triumpho”, sendo que o início do povoamento remonta o final do século XVIII, quando se denominava “Novo Triumpho”. O “Passo das Tropas” era a passagem ou travessia do Rio Jacuí, que fazia fronteira com a “Vila de Senhor Bom Jesus do Triunfo” (1831), situado na margem direita do rio, onde o Rio Taquari desemboca.

Segundo a tradição oral, era, naquele tempo, o melhor local para a travessia do volumoso rio, havendo somente um pequeno aglomerado de casas, sendo uma delas a do homem que, com seus filhos e alguns auxiliares, promovia a passagem de pessoas e carga de uma margem para a outra do rio. No fragmento destacado do mapa de 1941, podemos observar a região onde o Rio Jacuí separava as localidades de General Câmara, Triunfo e São Jerônimo. Esse foi o local denominado de “Passo das Tropas”.

336 Cumpre lembrar que, no que se refere à grafia da palavra São Jerônimo, até o ano de 1931, foi utilizado o “y” e sem acento. Em 1932/33, a grafia correta passou a ser com “i” e acento de circunflexo no “o”, contudo, nos anos de 1934 a 37, houve um retorno à grafia utilizada antes da década de 1930 – “São Jeronymo”. No ano de 1938, a letra “y” foi substituída pelo “i”, mas não havia acento nenhum. A partir de 1939, a escrita do nome da cidade adquiriu a grafia atual: “São Jerônimo”. Em nossos estudos, utilizaremos a grafia atual, mantendo, nas citações, a escrita como o original encontrado nos documentos.



Figura 21: Fragmento do Mapa de São Jerônimo. 1941³³⁷

Em novembro de 1847, através da Lei provincial N°. 90 foi criada a “Capela Curada de São Jeronymo”, à margem direita do Rio Jacuí defronte, e separada, pelo rio, da Vila do Triumpho. A criação da capela estava vinculada às dificuldades enfrentadas pelas populações ribeirinhas em participar das celebrações religiosas, devido às constantes cheias do rio. Na primeira metade do século XIX, a densidade populacional das vilas estabelecidas ao longo do rio era bastante restrita; contudo, após o término da Guerra dos Farrapos, a região conheceu um significativo aumento populacional e desenvolvimento de atividades econômicas. Esses fatores geraram a percepção da necessidade de atendimento espiritual, bem como das limitações impostas à população, decorrentes dos contornos geográficos da região.

³³⁷ O mapa em sua íntegra é apresentado na página 195. O mapa foi confeccionado durante a administração do Prefeito Dr C. Alfredo Simch em 1941. Disponível em: SIMCH, op. cit. p.31.

Em 1851, a capela foi elevada à categoria de freguesia, compreendendo, em seu território, os distritos denominados por Nova Triumpho, Xarqueadas³³⁸ e Boqueirão. Em 03 de dezembro de 1860, pela Lei N°. 476, a então freguesia foi elevada à categoria de vila. Contudo, somente em 7 de setembro de 1861, ocorreu a eleição do primeiro Conselho Municipal, que contava com 11 membros, e, em 30 de setembro do mesmo ano, foi instalado oficialmente como município.³³⁹ A direção deste coube ao Intendente Municipal Cel. Antônio Cândido Coutinho, que desempenhava as funções de direção e fiscalização da administração, e ao próprio conselho, com funções legislativas e de fiscalização da administração municipal, ambos eleitos por voto direto por um período de quatro anos.

Contando com uma superfície em torno de 5000 quilômetros quadrados, o município teve seus limites estabelecidos, na sua maioria, por elementos naturais, isto é, por meio de rios e arroios, sendo que, ao norte, o território fazia divisa com os municípios de Santo Amaro³⁴⁰ e Triumpho; a oeste, com os municípios de Rio Pardo e Encruzilhada e, ao leste, com os municípios de Guaíba, Tapes e Camaquã.

338 Até o ano de 1941, tanto a palavra Xarque como Xarqueadas eram escritas com “x”. Após, a grafia utilizada foi o “ch” para as duas palavras. Em nossos estudos, empregaremos o “ch”, mantendo, nas citações, a escrita como o original encontrado nos documentos.

339 A escolha da data para a instalação oficial do município provavelmente esteve norteadada pela intenção de homenagear o patrono da antiga capela, pois, nesse, dia comemora-se a festa de São Jerônimo. Quando nas festividades de comemoração de um século da instalação da Câmara Municipal, SIMCH destaca: “Decorrido um século da instalação da sede do Município e da sua primeira Câmara de Vereadores, o povo do Município, que tem por Patrono SÃO JERÔNIMO – o Doutor Grandíssimo da Igreja Católica, comemora festivamente e sob imenso júbilo dos seus filhos e dos moradores desta querida Terra Gaúcha, a grande efeméride, como homenagem aos pioneiros d’antanho e estímulo às gerações pósteras – que deverão continuar na pacífica senda do trabalho para a grandeza do Município e da Pátria”. (op. cit. p. 28).

340 Localidade conhecida na atualidade como General Câmara.

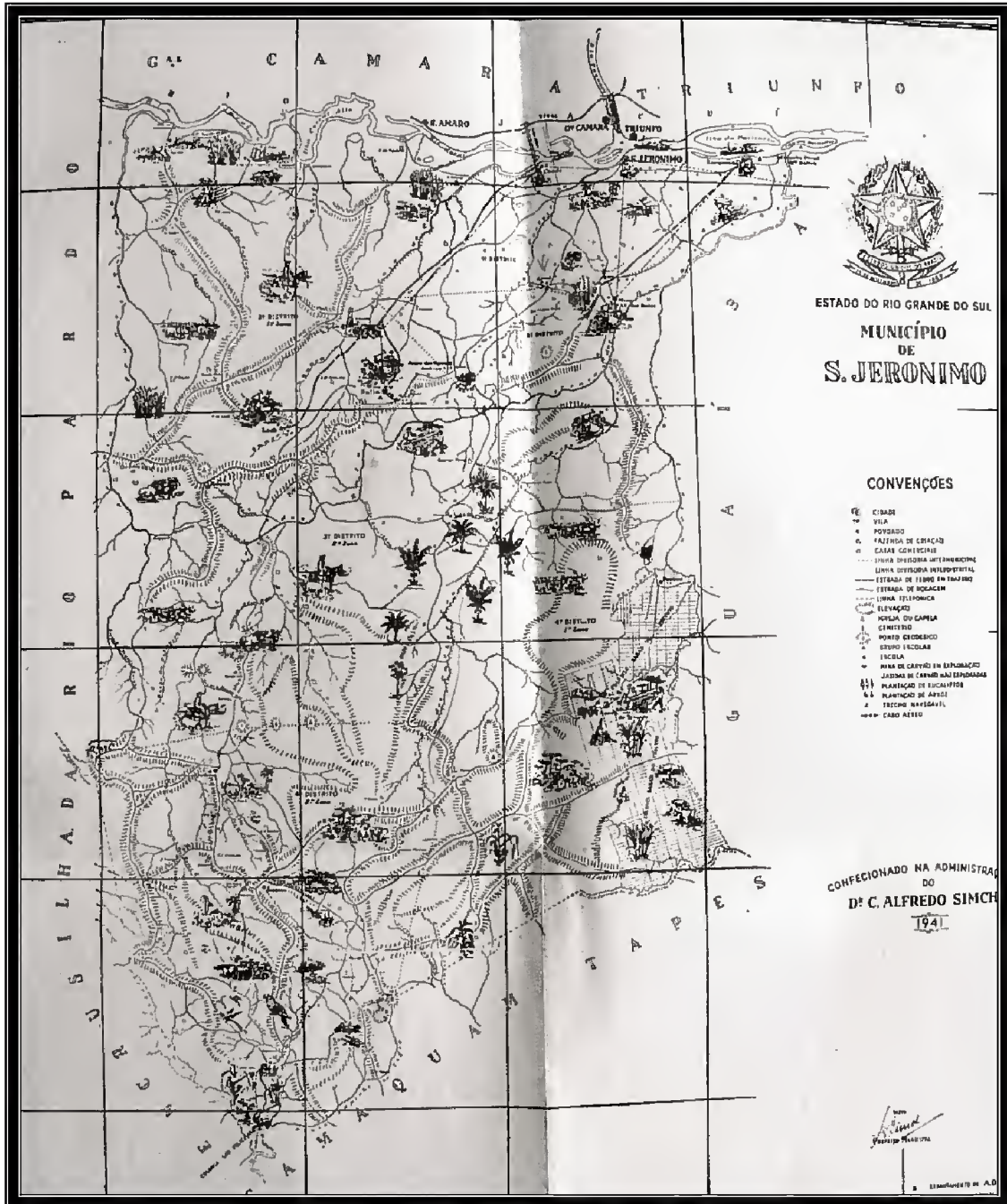


Figura 22: Mapa de São Jerônimo – Década de 1940³⁴¹

No que se refere à divisão administrativa do município, em 1872, a lei Provincial N°. 821, de 30 de outubro, dividiu o território municipal em três distritos; porém, nas décadas finais do século XIX, ocorreu a criação do quarto e do quinto

341 SIMCH, op. cit. p. 31

distritos. O primeiro distrito compreendia a área entre o Arroio Porteirinha, o Arroio dos Ratos e Pantano Grande; o segundo era composto pela região denominada de Xarqueadas, localizada entre o Arroio dos Ratos e Pantano Grande; o terceiro distrito possuía o terreno entre o Arroio dos Cachorros, o Arroio dos Ratos e o Arroio Grande; o quarto, a parte entre o Arroio dos Cachorros e o Arroio dos Ratos; e, por fim, o quinto distrito, que abarcava o território situado entre o Arroio dos Ratos, o Arroio Francisquinho e o Arroio Porteirinha.

Ao longo do tempo, outras leis iriam alterar as configurações territoriais do município, a exemplo da Lei Municipal N°. 38, de 17 de novembro de 1960, a qual dividia São Jerônimo em oito distritos, assim nomeados: Sede; Charqueadas; Arroio dos Ratos; Butiá; Leão; Morrinhos; Barão do Triunfo e Quitéria, conforme podemos observar no mapa da década de 1960.

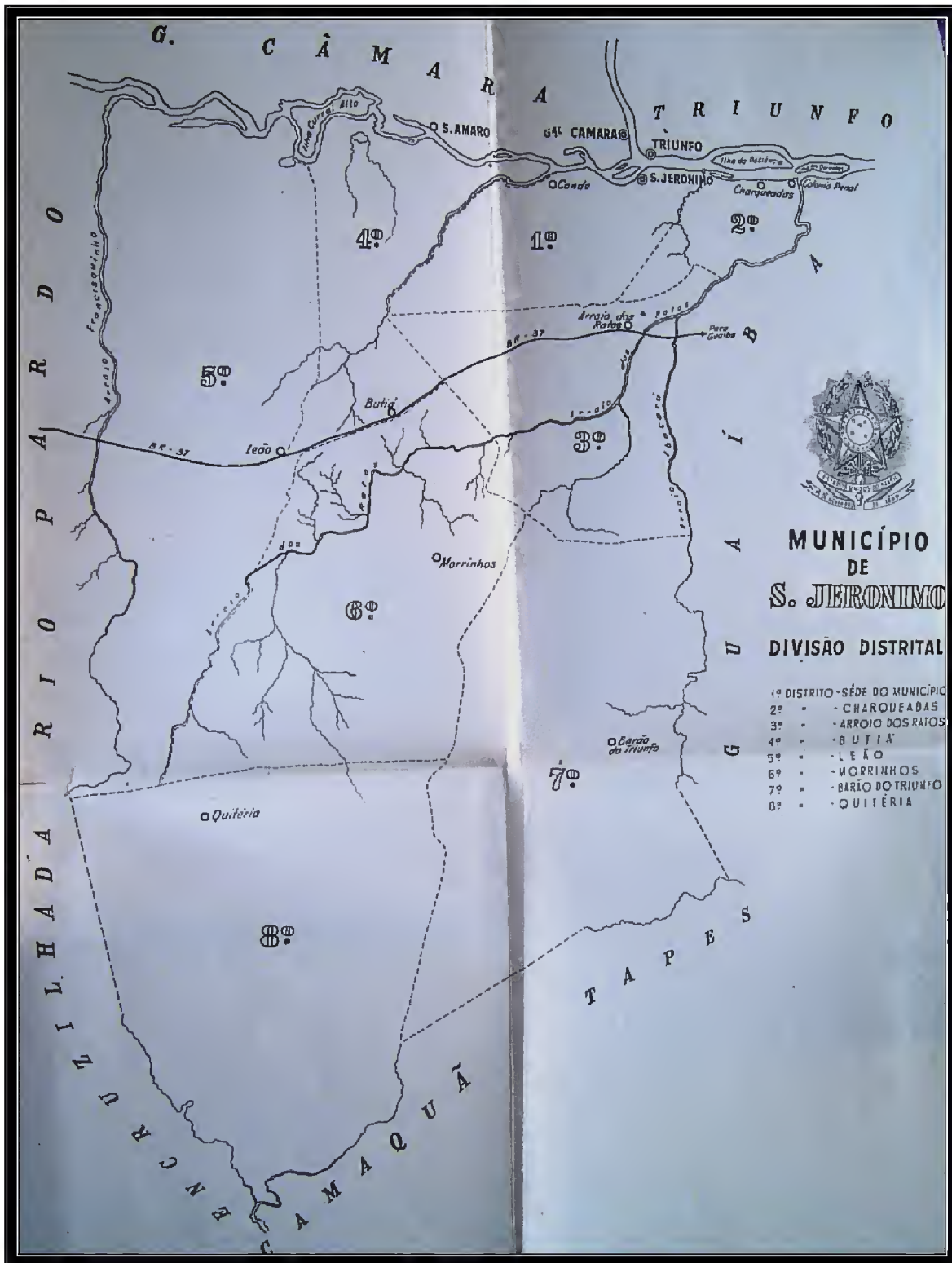


Figura 23: Divisão distrital de São Jerônimo – Década de 1960³⁴²

342 SIMCH, op. cit. p. 175.

Através da divisão administrativa do município, é possível compreender o papel significativo do Arroio dos Ratos, uma vez que é o único arroio navegável em certas épocas do ano a atravessar todo o território de sul a oeste e de norte a leste.

Na imagem abaixo, observamos dois ângulos da cidade: na parte superior, podemos observar o núcleo central, tendo a igreja no canto superior direito; na parte inferior da imagem, o panorama a ser observado é a cidade às margens do Rio Jacuí, onde, em tempos anteriores, teve início o povoamento.



Figura 24: Vista de São Jerônimo a partir do Rio Jacuí – Década de 1920³⁴³

No final do século XVIII e primeiras décadas do século XX, a cidade de São Jerônimo possuía poucas ruas distribuídas em um traçado irregular, sem nenhuma espécie de calçamento. Conforme podemos observar na imagem abaixo, as casas, acompanhando o traçado das ruas, não se dispunham em nenhuma ordem, predominando a descontinuidade entre elas, que, em geral, se separavam por longas porções de terrenos baldios, sem cercas ou calçadas.

343 VEIT, B. Memória fotográfica de São Jerônimo. São Jerônimo: BV Publicidade, 1992. p. 98.



Figura 25: Vista da Vila Antônio Domingos Pinto – São Jerônimo – Início Século XX³⁴⁴

No caso específico da localidade de Arroio dos Ratos, onde teve início o processo de mineração, de acordo com Sulzbach (1989),

O povoamento nos idos tempos era procedido de acordo com os novos pontos de mineração. Jamais houve cuidado em urbanizar as áreas habitadas, para lhes proporcionar alguma infraestrutura de conforto e lazer.

Não havia uma rua calçada, nem iluminação pública e nem praça. Os mineradores não tinham nem onde e nem como usufruir seus momentos de folga. (sic).³⁴⁵

A iluminação da cidade era precária, sendo realizada por lampiões a querosene, que permaneciam acesos até, no máximo, a meia-noite. Os problemas ocasionados pela precariedade da iluminação pública, nas primeiras décadas do século XX, foram lembrados por Simch, quando referiu:

Ao entardecer, ao crepúsculo vespéral, o gado manso, vacas leiteiras e cavalos, fugindo dos mosquitos, acorriam para o centro das ruas, deitados a ruminar ou descançavam aí. Não raro, nas citadas **noites**

344 VEIT, op. cit. 1992 p. 103.

345 SULZBACH, op. cit. 1989b, p. 95.

de luar – ora escuras, os notívagos tropeçavam ou caíam sôbre os animais deitados, com grande susto para ambos. Quem tivesse de andar à noite tinha de estar provido de lanterna de querosene ou de vela de espermacete, muito em moda ao tempo e eram baratas e boas. (sic). (Grifo do autor).³⁴⁶

Nos primeiros anos do século XX, havia na cidade apenas 31 lampiões a querosene, que ardiam seis horas por noite e apenas 22 dias por mês. Nos períodos em que a lua estava em quarto crescente até cheia, o serviço não necessitava ser prestado, independente de estar escuro ou não. O serviço de iluminação era realizado por um italiano chamado Domingos Grisguólo, que era funileiro e encarregava seus filhos do trabalho de manutenção e conservação dos lampiões.

(...). Pela manhã os rapazes, com uma escadinha, um reservatório (uma lata com **querosene**) e mais uns trapos, percorriam as ruas estacionando em cada lampeão. Desciam o combustor com depósito de vidro ou de fôlha e sua **manga** de vidro; devia ser limpa, por causa da fuligem criada durante as horas da combustão; as torcidas era espivitadas e o recipiente recebia a **quantia** certa para as horas de iluminação. Ao anoitecer os rapazes, de escadinha iam acender os **candieiros** públicos. (sic). (Grifo do autor).³⁴⁷

A partir de 1914, a sede municipal conheceu um processo de modernização do sistema de iluminação, pois um contrato estabelecido entre a municipalidade e as Minas dos Ratos possibilitou o fornecimento de energia elétrica ao município até o ano de 1925. A partir de então, a população local passou a dispor de luz fornecida desde o entardecer até a meia-noite, através de uma corrente de 220 W, oriunda de uma usina geradora instalada no centro da Vila. Contudo, o maquinário reservado para esse fim era antigo e bastante usado, o que provocava constantes problemas de oscilação de luz e de falta de energia.

Tal problema foi amenizado no período da Primeira Guerra Mundial, pois a necessidade de ampliação da extração de carvão produziu a renovação do maquinário da indústria carbonífera que, em contrapartida, passou a abastecer a cidade através de linhas de alta tensão. Com a inovação, a cidade pôde contar com iluminação em período integral. Segundo Simch “[...] Luz ótima sem maiores

346 SIMCH, op. cit. p. 269.

347Idem, p. 279.

oscilações. As nossas ruas, que ao tempo do seu Domingos Grisguólo, contavam com 31 lampeões, passavam então a ter 200 fôcos de luz”. (sic).³⁴⁸

Nesse sentido, é possível entender os sinais de progresso na cidade decorrentes da situação favorável vivenciada pela indústria carbonífera. Da mesma forma, podemos observar uma retração desse processo decorrente das oscilações sofridas pela indústria ainda no final da década de 1920, quando a extração principiou um movimento de diminuição das atividades em função do fim do conflito mundial. Nessa época, o abastecimento de energia passou a sofrer graves problemas de falta de luz e oscilação de tensão, até que, em 1925, o fornecimento nesses moldes foi modificado.

A partir de 1919, a municipalidade passou a compor o plano de eletrificação do estado, o que pressupunha a instalação a médio e longo prazo de usinas hidrelétricas para o fornecimento de energia; entretanto, a efetivação dos projetos tomou vulto somente na década de 1930.³⁴⁹

Ainda no que se refere à infra-estrutura básica, podemos destacar aspectos relacionados às questões da utilização e do abastecimento de água. Devido à proximidade do rio, a cidade não sofria com problemas decorrentes de falta de água, porque ela era abundante e podia ser obtida diretamente das margens. No entanto, a má qualidade da água requeria a utilização de métodos, como, por exemplo, filtros para que pudesse ser ingerida sem problemas aparentes. Dessa maneira, os grupos mais privilegiados da sociedade local serviam-se do próprio rio, ou mesmo de poços que a municipalidade disponibilizava à população ou a particulares, no caso de quem pudesse pagar pela abertura de um.

Entretanto, apesar da abundância da substância, os grupos menos privilegiados sofriam com um abastecimento precário, o qual se dava através da

348 Ibidem, p. 280. Sobre essa questão, na monografia de PINTO FILHO, A. D. R. (org.). *Monographia. Município de S. Jeronymo*. Porto Alegre: Oficinas graphicas da “Livreria do Commercio”, 1920, sobre São Jerônimo, existe a referência de que, naquele ano, a sede do município era “[...] iluminada a luz electrica, com uma usina de força de 20 HP, 220 volts e 60 amperes”. (p. 72).

349 A questão da iluminação municipal através de usinas hidroelétricas associa-se, a partir da década de 1940, ao plano de construção de uma usina termelétrica a fim de atuar em parceria com a hidroelétrica e que utilizaria carvão mineral para a produção de energia. Por uma questão de organização espaço-temporal, voltaremos a essa análise quando nossos estudos abordarem a região de Charqueadas.

captação da água no rio e da distribuição por meio de pipas, as quais enchiam as latas do tipo querosene ou baldes trazidos pela população.³⁵⁰ Esse tipo de abastecimento não correspondia às reais necessidades da cidade, que sofria com os problemas restritivos do sistema adotado. Diferentes administrações, ao longo da história do município, preocuparam-se com os problemas de abastecimento de água, sem que, contudo, a pequena arrecadação municipal pudesse dar conta da resolução de um problema de tal envergadura.³⁵¹

Além dos problemas relativos à iluminação e ao abastecimento de água, a cidade não havia sido dotada ainda de nenhuma espécie de calçamento, e as ruas possuíam tanto buracos quanto elevações que geravam dificuldade na locomoção por qualquer meio empregado. Os passeios ou as calçadas localizados em frente às casas eram de responsabilidade do próprio dono do terreno, que tinha a atribuição de cuidar ou não da limpeza e do embelezamento, conforme sua vontade. A superfície do terreno da região apresentava, em alguns lugares, uma aparência de tonalidade marrom, decorrente da presença de argila na composição do solo; porém, a predominância era da coloração escura, característica do carvão mineral que se encontrava em abundância a céu aberto.³⁵²

Nas imagens abaixo podemos observar as principais ruas da cidade em períodos diferentes. Na primeira imagem, temos uma das ruas principais da cidade na década de 1920 e, na segunda, a mesma rua e o mesmo ângulo em torno de dez anos depois.

350 Sobre a atividade de pipeiros realizadas na cidade de Porto Alegre, ver: SILVA, Cristina E. Comércio Volante: características e relações das atividades ambulantes no espaço urbano de Porto Alegre (1897-1918). In: Revista História Unisinos, São Leopoldo: v X, n. 2, p. 214:225. Maio/Agosto, 2006.

351 Até o princípio da década de 1950, a sede do município não dispunha do benefício do abastecimento de água potável tratada. Em 1953, a municipalidade, por intermédio de um convênio firmado com o governo do estado, obteve a liberação de uma verba para a execução de obras para o abastecimento de água potável da cidade de São Jerônimo. Nesse convênio, foi acertado que caberia, ao governo estadual, a responsabilidade de implantação, conservação e exploração do sistema de abastecimento por vinte anos, sendo que, ao fim desse prazo, as responsabilidades e os direitos deveriam ser assumidos pelo município. Através desse acordo, foram iniciadas as obras necessárias ao abastecimento público. Entretanto, ainda na década de 1960, não haviam sido concluídas, pois paralelamente à construção de obras hidráulicas, era necessária a implantação do sistema de esgotos pluvial e cloacal, o que em muito onerava o sistema e retardava a sua efetivação. Cabe ainda ressaltar acerca do abastecimento de água que o consumo era limitado, havendo uma taxaço para a metragem permitida e cobrança de valores significativos para o excedente.

352 Sobre a questão referente à aparência de regiões onde o carvão aflora à superfície, bem como aos problemas relacionados ao meio ambiente, destacamos: FERRER, Tânia Rodrigues. Candiota: de Luzes e cinzas. Porto Alegre: 1998. 240p. Dissertação (Mestrado em História). PUC/RS.



Figura 26: Rua Ramiro Barcelos – 1919 ³⁵³



Figura 27: Rua Ramiro Barcelos – Década de 1930 ³⁵⁴

353 VEIT, op. cit. 1992. p. 93.

354 Idem. p. 100

Com base na observação atenta das imagens, podemos perceber a transformação do espaço urbano da cidade, ocorrida nas primeiras décadas do século XX. Na primeira imagem, que representa a rua Ramiro Barcelos em 1919, vemos o material de construção distribuído ao longo da rua, indicando a realização dos trabalhos de calçamento e podemos observar, igualmente, a existência de postes de iluminação pública do lado direito da imagem. Ao procedermos à comparação das imagens, constatamos que, na imagem da década de 30, referente à mesma rua em torno de duas décadas depois, estão presentes elementos como os postes de iluminação dos dois lados da rua, calçamento na rua e uma arborização no canto direito da imagem.

A rua em questão, diferente das descrições anteriores da cidade, foi cuidadosamente traçada, sendo possível enxergar ao longe. Percebemos, também, o aumento significativo de construções ao longo da ampla rua, dispostas lado a lado ordeiramente, ocupando todos os espaços. No canto inferior esquerdo, podemos ver o local onde se situa a praça central da cidade.

Nas imagens que seguem, podemos observar a cidade por outro ângulo - a rua 14 de Julho, no início da década de 1930 e final da década de 1940. Sendo esta uma rua menos central, observamos a baixa densidade de habitações, havendo amplos espaços entre uma construção e outra. Ao fundo, é possível identificar um conglomerado de casas, sem que possamos definir claramente suas características. Um aspecto que chama a atenção, ao compararmos as duas imagens, é exatamente a organização do traçado da rua que, na primeira foto, demonstra ser de “chão batido” e, na foto referente à década de 1940, podemos observar a ampliação da largura da rua e o calçamento tornando o traçado regular.



Figura 28: Rua 14 de Julho – 1931³⁵⁵



Figura 29: Rua 14 de Julho – 1949³⁵⁶

355 VEIT, op. cit. 1992. p. 102

356 Idem.

Na cidade, havia habitações de todos os tipos, como podemos ver com mais clareza nas imagens acima, desde aquelas em que o esmero e a condição social do dono eram percebidos, até as dos habitantes ribeirinhos, as quais não passavam de ranchos ou mesmo casinhas de madeira. O intendente João Carvalho³⁵⁷ descreveu, em 1920, a sede do município como sendo “A villa que tem estylo antiquado, se tem assim conservado até hoje, notando-se agora um pequeno progresso nos seus prédios, devido a iniciativas particulares. [...]”. (sic).³⁵⁸ Segundo Pinto Filho (1920), os moradores do local relatavam que não havia uma sociabilidade expressiva na região, ficando limitada a momentos específicos:

[...] o programa de vida era: cada um por si, Deus por Todos. As reuniões, as visitas, se faziam por ocasião das missas, festas religiosas ou nalguns bailes, em famílias, quando se abriam os **salões** – havia, então, doces e as bebidas mais finas eram a gazósa e a limonada para as crianças; licores e vinho do Porto, “**Adriano Ramos Pinto**” para o sexo forte e mais a cerveja **marca barbante**, pois não havia as cápsulas **coroa**, para garrafas. (Grifo do autor). (sic).³⁵⁹

A reduzida cidade contava ainda, em fins do século XIX e início do XX, com um prédio onde estava instalada a intendência municipal, o fórum e a polícia: “[...]. Nos fundos da casa havia um miserável galpão onde se alojavam os soldados da polícia municipal e ao lado, em sórdido cubículo eram acomodados os presos”. (sic). (Grifo do autor).³⁶⁰ Além da estrutura administrativa, a cidade contava ainda com a igreja, que, segundo Simch, não possuía nenhum tipo de torre, sendo seu interior decorado ao estilo “[...] velho barroco tão do grado dos mestres pedreiros que não conheciam outro gôsto”.³⁶¹ O campanário situava-se no lado de fora da construção principal e era completado por um sino que tinha por função chamar a atenção da comunidade para os ritos religiosos, ou mesmo para eventuais situações de chamamento da população, tais como acidente ou morte. De acordo com SIMCH (1961), entre as diversas funções do sino da igreja, havia uma não programada e

357 PINTO FILHO, op. cit.

358 Idem, p. 74.

359 SIMCH, op. cit. p. 270.

360 Idem, p. 269.

361 Ibidem.

que fazia a alegria dos jovens da época. Sobre ela, conta o médico que os jovens desocupados e cheios de energia

[...] para incomodar o velho e enfermo vigário, ora muito rabugento, os tais amarravam uma corda maior ao badalo e no extremo fixaram um apetitoso ôsso, cheio de carne (isso à dezoras) e deixavam a cainçalha vadia e famélica a brigar pelo ôsso e em cada arrancada da corda era uma badalada e tantas foram elas que deu um alarme geral. O vigário doente e neurastênico, morando na sacristia, desperto pelo badalar – música sinistra, acompanhada da orquestra canina, entre dentadas e latidos. O visindário acudiu e cortou não o nó gordio mas o objeto da briga dos cães – o ôsso. (sic).³⁶²

A igreja localizava-se em uma das frentes da praça central, que era um dos locais de lazer da população da cidade. De acordo com o referido autor, a praça possuía múltiplas funções, servindo como local de encontro para a população em geral, bem como ambiente de festas cívicas e religiosas. Na imagem seguinte, observam-se jovens desfrutando de um ensolarado dia de inverno em um dos bancos da praça. Ao fundo, vemos a igreja da cidade ainda sem a torre central.



Figura 30: Praça Central e vista da Igreja sem a torre ao fundo – 1928³⁶³

362 SIMCH, op. cit. p. 270.

363 VEIT, op. cit. 1992. p. 25.

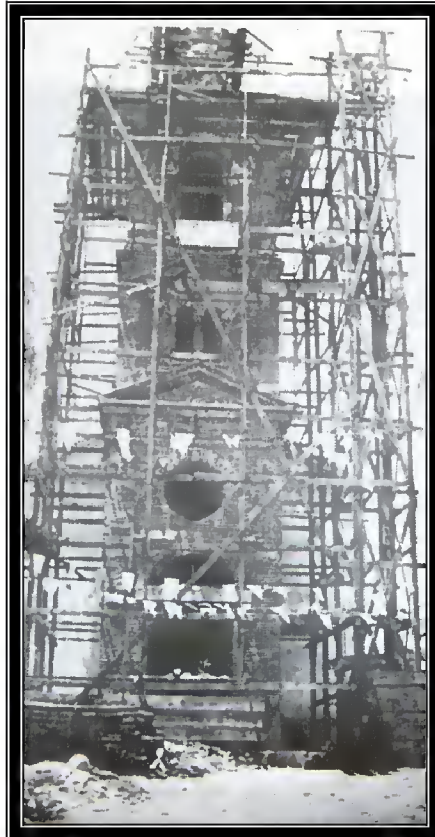


Figura 31: Construção da Torre – 1930³⁶⁴

Nessa foto, temos a construção da torre da igreja, que foi incorporada ao prédio já existente e que pode ser visto ao fundo da fotografia das jovens na praça. A construção da torre parece ter sido significativa para a população da cidade, pois, conforme podemos analisar pela foto seguinte, o momento solene de inauguração foi acompanhado pela população local. Na observação atenta das pessoas presentes na solenidade, vemos jovens uniformizados, senhoras e crianças, senhores engravatados ocupando lugar de destaque próximo ao sacerdote; enfim, diversos grupos da sociedade estão representados no evento, autorizando-nos a destacar a importância das questões religiosas para aquela sociedade.

364 Idem.



Figura 32: Celebração de inauguração da torre da Igreja – 1931³⁶⁵

No que se refere às habitações, Pinto Filho,³⁶⁶ na monografia de São Jerônimo, observava que, no final da década de 1920, a cidade já possuía em torno de 664 casas de moradia,³⁶⁷ e descrevia o município atribuindo-lhe as seguintes características:

Possue boa igreja matriz, capella do Divino Espírito Santo e uma Sociedade de São Vicente de Paula. Tem a villa duas praças, uma das quaes está sendo iniciado seu embelezamento. Tem um collegio elementar, estação telegraphica, telephone, agencia do correio, cartorio de notas, collectorias federal e estadoal, uma filial do Banco Pelotense e uma agencia do Banco do Commercio. Conta um cinematographo com lotação para cerca de 400 pessoas. (sic).³⁶⁸

³⁶⁵ Ibidem.

³⁶⁶ PINTO FILHO, op. cit. p. 74.

³⁶⁷ Sobre a questão da quantidade de construções existentes no município, não há consenso nos dados presentes nos documentos da época, provavelmente devido ao fato que uns priorizarem, em suas contagens, apenas a sede do município e outros apresentarem dados de toda a região, sendo que, na maioria dos documentos, não existe referência sobre qual região produziu os dados. Exemplo do exposto encontramos em VEIT, Benedito. São Jerônimo em detalhes. São Jerônimo: Folha Mineira, 1991, p. 18, que apresenta, para o mesmo período, a localidade de São Jerônimo com 1345 casas; Barão do Triunfo com 1204; Arroio dos Ratos com 708 casas e Herval com 866.

³⁶⁸ PINTO FILHO, op. cit. p. 74.

Para a entrada e saída da região, a população utilizava, prioritariamente, os barcos a vapor para passageiros. Esse tipo de transporte apresentava vantagens para o deslocamento da população, que não podia contar com uma rede rodoviária estabelecida (de qualidade), ou mesmo com veículos capazes de realizar tal serviço de forma contínua ou em grande escala. Além de passageiros, esses vapores eram responsáveis pelo transporte de mercadorias que abasteciam a região, bem como pelo escoamento dos produtos locais para outras cidades. Segundo Pinto Filho: “A via de comunicação que mais serve ao município é a fluvial, cuja navegação é intensa feita pelas empresas: Arnt, Becker, Belleza e Companhia de transportes”. (sic).³⁶⁹



Figura 33: Vapor Boa Vista – 1928³⁷⁰

Tanto a imagem anterior quanto a posterior são exemplos de embarcações essencialmente de passageiros, mas que poderiam, eventualmente, transportar mercadorias em pequenas quantidades. O “Vapor Boa Vista” possuía dois andares nos quais os passageiros poderiam se acomodar, enquanto, no compartimento

369 Idem, p. 66.

370 VEIT, op. cit. 1992. p. 137.

inferior ou porão, eram transportadas ainda cargas de pequeno porte, tais como encomendas de secos e molhados. O “Vapor Guapo”, além de um ambiente fechado para a estada dos passageiros, possuía um *deck* (convés) superior aberto no qual, em dias de bom tempo, era possível apreciar a viagem. Interessante destacar que a região possui, na atualidade, embarcações de passageiros e de carros que realizam o serviço de traslado do rio Jacuí entre Triunfo e São Jerônimo.



Figura 34: Vapor Guapo. Início do Século XX³⁷¹

No mesmo sentido, Simch enfatiza a importância desse meio de transporte de um modo geral, quando menciona: “As vias fluviais e marítimas constituíram, desde os primórdios da locomoção do homem, as estradas, as rotas pelas quais se transportavam as gentes e, até nossos dias, por consenso universal, são consideradas como os meios mais econômicos para aqueles serviços”. (sic).³⁷²

A região beneficiava-se com a possibilidade de utilização do meio de transporte fluvial, devido ao fato de o Rio Jacuí ser um rio navegável, o qual se constituía, desde o início do povoamento local, em espaço privilegiado para a realização desse tipo de serviço. A partir da década de 1870, ocorreu um processo

371 Idem.

372 SIMCH, op cit. p. 370.

pelo qual os lanchões à vela foram substituídos por embarcações que utilizavam o carvão como combustível para a movimentação de seus vapores. No ano de 1878, foram dadas as concessões para quatro indivíduos da navegação de vapores pequenos, de acordo com o que descreve Simch:

[...] por singular coincidência, simultaneamente **quatro pioneiros** do novo gênero da navegação fluvial – se adonaram dos Rios Jacuí, Taquari, Caí e SINOS. Foram eles os, depois denominados, **OS QUATRO JACÓBS** – e assim se distribuíam: JACOB Becker pelo Jacuí, JACOB Arnt pelo Taquari, JACOB Michaelsen pelo Caí e JACOB Blauth pelo Rio dos Sinos. (sic). (Grifo do autor).³⁷³

A navegação dos Rios Jacuí e Taquari eram as que possuíam um fluxo mais intenso, tanto no que se refere aos passageiros, quanto à carga. Exemplo disso temos ao observar que Jacob Arnt possuía, a partir de 1879, um total de 51 embarcações, sendo que 6 eram destinadas ao transporte de passageiros e o restante para cargas de mercadorias diversas, como, por exemplo, alimentos.



Figura 35: Armazém da Companhia de navegação Arnt no cais do porto. 1912³⁷⁴

373 Ibidem, p. 133.

374 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

Na imagem anterior, vemos um dos portos de embarque pertencente à empresa de transportes Jacob Amt. Analisando atentamente a imagem, percebemos a presença de pessoas à espera de alguma embarcação, podendo ser reconhecidos um padre, um grupo de senhoras e meninas e alguns homens elegantemente vestidos, ou seja, não eram trabalhadores da companhia de navegação. Na parte inferior da foto, vemos tábuas grossas que eram colocadas com o objetivo de facilitar a descarga de algum material de pequeno porte, mas pesado. Essa atividade era realizada com auxílio de “carrinho de mão”, havendo assim a necessidade da colocação de uma superfície artificial, como, por exemplo, as tábuas expostas. Conforme depoimento de Edilon Silva:

Quando eu era pequeno e o meu pai tinha um armazém no Ratos, lá por 1940, ele ia de carroça buscar os mantimentos que chegavam de Porto Alegre nos depósitos de São Jerônimo. O açúcar, sal, farinha de trigo, etc, eram descarregados no porto e ficavam no armazém esperando o dono. Quando o pai chegava era uma festa. Em Charqueadas não tinha porto (desembarcadouro) e as pessoas carregavam as mercadorias na cabeça ou então deixavam na beira do barranco e iam até em casa buscar um carrinho de mão ou uma carroça para transportar suas coisas.³⁷⁵

De acordo com dados fornecidos por Simch, no ano de 1942, o trânsito fluvial entre os portos de São Jerônimo e de Porto Alegre era de 30.000 passageiros e um volume de carga de 220.000.³⁷⁶ Contudo, em menos de duas décadas, o transporte de passageiros na localidade teve uma redução para 10.000 passageiros, sendo que a desaceleração é considerada, pelo autor, como sinal de decadência da região. Essa concepção esteve igualmente presente na imprensa da época, que solicitava providências públicas com o objetivo de evitar o fim do transporte fluvial e o desenvolvimento das atividades no Jacuí. No excerto do artigo do início da década de 1960, vemos o destaque dado à importância do rio para a comunidade, como evidenciamos a seguir.

[...] O Rio Jacuí é o nosso Vale de Promissão. Mas as grandes realizações vão muito devagar. Se o Rio Grande do Sul pudesse articular um esquema completo de utilização da grande potencialidade do Rio Jacuí e batesse às portas do Banco

375 Entrevista com Edilon Maximiano da Silva, Outubro de 2006. Charqueadas. [ACES].

376 SIMCH, op. cit. p. 371.

Interamericano e da Associação Internacional do Desenvolvimento ... se o Rio G. do Sul constituísse, digamos a Administração do Vale do Jacuí, certamente não lhe faltariam recursos dos grandes financiadores estrangeiros...

O Rio Jacuí, o grande e belo, com seu magnífico tributário que é o Taquari, tem quase um sentido de um desafio aos gaúchos. Outros povos tem executado, em curso fluviais muito menores, projetos surpreendentes. (sic).³⁷⁷

No entanto, o que ocorria na região não era um movimento isolado, mas, sim, uma transformação paulatina de diversos aspectos da sociedade, em decorrência da visão governamental de necessidade de desenvolvimento e progresso. Exemplo disso foi o gradual aparecimento de embarcações dotadas de motor de explosão movidas por gasolina ou óleo, as denominadas, na região, de **gasolinas**. De acordo com Simch,³⁷⁸ as embarcações tiveram a aprovação de uma parcela da população que se beneficiava com um transporte mais rápido, mas tornou a vida das populações ribeirinhas muito mais ruidosa, pois substituíam o apito e o **póc-póc** das embarcações antigas por uma **ruidosa-barulhenta descarga livre**.

Porém, a transformação do combustível das embarcações fluviais e os atributos que lhe acompanhavam não podem ser apontados como os únicos fatores causadores da decadência do transporte de passageiros em embarcações fluviais a vapor. O elemento mais significativo, no momento, era a construção de estradas e pontes, promovida pelos governos estadual e federal, os quais ofereciam à população uma alternativa rápida e eficiente; pois, enquanto o transporte via fluvial consumia em torno de quatro horas e meia para conduzir um passageiro ou carga a seu destino, o terrestre, por ônibus ou caminhão, cumpria o mesmo objetivo em um tempo médio de uma hora e quarenta e cinco minutos. Na imagem que segue, vemos um dos ônibus da companhia responsável pelo transporte de passageiros entre as localidades de Arroio dos Ratos e São Jerônimo.

377 CORREIO DO POVO, de 28 de maio de 1961. Adail Morais. Artigo publicado em defesa ao desenvolvimento do Rio Jacuí no Rio Grande do Sul. [MCS/AEMS/ACES].

378 SIMCH, op. cit. p. 204.



Figura 36: ônibus entre Arroio dos Ratos e SJ. [191?] ³⁷⁹

Na imagem seguinte, aparecem os outros veículos que compunham, nas primeiras décadas do século XX, a frota que transportava os passageiros da região.



Figura 37: Empresa de ônibus entre SJ e Ratos. [191?] ³⁸⁰

379 VEIT, op. cit. 1992. p. 127.

380 Idem, p. 128.



Figura 38: ônibus entre SJ e Butiá. [191?] ³⁸¹

A imagem acima se refere ao ônibus de propriedade de Elizio de Souza Filho, que possuía o direito à realização do transporte de passageiros entre as localidades de Butiá e São Jerônimo. Na foto, chama a atenção o fato de que, aparentemente, o veículo não possuía uma proteção lateral, além de uma espécie de lona que era rebaixada nos dias de frio. Apesar de haver um local fixo onde o veículo esperava os passageiros para a viagem, ele percorria diversas áreas da região de Butiá, “recolhendo” os passageiros.

Na próxima imagem, temos o primeiro veículo de propriedade de Ernani Vasco Alves, responsável pelo transporte de passageiros entre Porto Alegre e São Jerônimo no início do século XX.

381 Ibidem, p. 129.



Figura 39: ônibus SJ e POA. [191?] ³⁸²

Sobre os transtornos que a “viagem” a Porto Alegre representava, D^a. Tonica, moradora da região carbonífera, relembra: “Naquela época quase não tinha asfalto e ir para Porto Alegre demorava um tempão na estrada. Quando chegávamos no Guaíba tínhamos que esperar a balsa para atravessar o rio para Porto Alegre, pois não existiam as pontes” ³⁸³.

³⁸² VEIT, op. cit. 1992. p. 129.

³⁸³ Entrevista com D^a. Tonica em 21 de abril de 2006. Porto Alegre. A maior parte das lembranças de Da. Antônia referem-se à região da Mina do Leão, onde residiu em torno de uma década. Nas localidades de Arroio dos Ratos e Minas do Butiá, permaneceu por alguns meses apenas. [ACES].

O saudosismo referente à utilização do transporte fluvial encontra-se presente na escrita de Simch, na década de 1940, quando mencionou a preferência geral pelos novos tipos de transportes.

Êste pelo encurtamento do tempo de viagem, embora mais cara a passagem e sem o conforto de bórdo.
 Embora o conceito universal de que – **por água** é mais barato o transporte... mas faltando o apôio dos Governos e auxílio a Empresa quase secular e que tantos e tamanhos serviços prestou ao público viajante e ao comércio – o rumo foi a – **Falência**.
 Eis o que resta daquêle intenso movimento fluvial e assim continuará até surgirem capitalistas, gente de coragem que ponham barcos rápidos e confortáveis e quando o Govêrno der auxílio e se interessar pelo problema fluvial. Até lá... (sic). (Grifo do autor).³⁸⁴

No que se refere aos outros veículos existentes na municipalidade na década de 1920, entre públicos e privados, observamos que a maioria se caracterizava por ser de tração animal, havendo um número inexpressivo de veículos com motor.³⁸⁵

TABELA VIII: Transporte público e privado do município – 1920

VEÍCULOS	QUANTIDADE
Carretas	315
Carroças	219
Auto-caminhão	2
Auto de passageiros	12
Aranhas	65
Carros	5

Fonte: Baseada em dados dispersos obtidos em: PINTO FILHO, A. D. R. (org). **Monographia**. Município de S. Jeronymo. Porto Alegre: Oficinas graphicas da 'Livraria do Commercio', 1920.

Apesar de pouco expressivos numericamente, esses veículos prestavam serviços significativos para a cidade, pois atendiam a população em suas

³⁸⁴ SIMCH, op. cit. p. 375.

³⁸⁵ A região contava ainda com duas estradas de ferro com trajeto exclusivamente municipal, uma pertencente à "Companhia Estradas de Ferro e Minas de S. Jeronymo" e a outra de propriedade da "Companhia Minas de Carvão do Jacuhy". Ambas, pelo menos nas primeiras décadas do século XX, eram exclusivamente para o transporte do carvão. In: PINTO FILHO, op. cit. p. 64/65.

necessidades mais urgentes, tais como condução de pessoas doentes, de noivas até a igreja, pessoas idosas com dificuldades de locomoção. A relevância do serviço prestado pelos veículos de proprietários particulares e de serviços particulares, como os táxis, foi expressa nas palavras da moradora da localidade de Charqueadas, Maria da Glória Silva, quando lembrou as dificuldades de transporte na década de 1960.

Quando minhas filhas estavam para nascer não tinha como a gente ir para o hospital rapidamente. Quase ninguém tinha carro. Mas nessa hora todo mundo ajudava e aparecia um conhecido com um 'carro de praça' ou então o carro de alguém. Em 1965 de conhecido que tinha carro era só o Delton e o dono do Bar Natal. Antes da hora de nascer a gente falava com os donos do carro e deixava a coisa mais ou menos acertadas.³⁸⁶

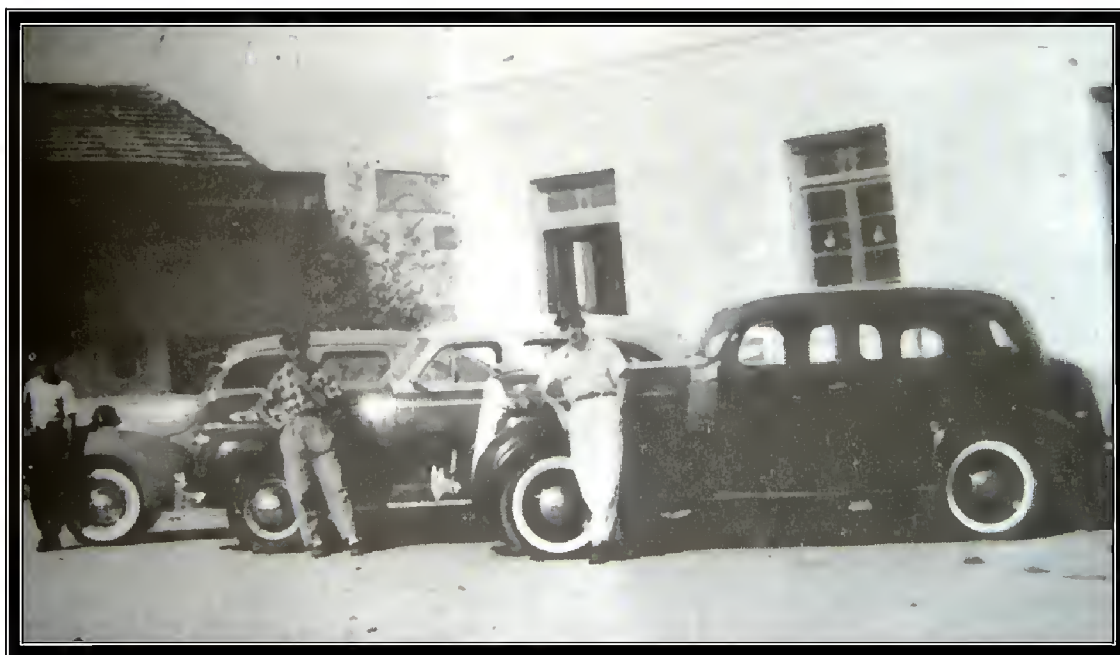


Figura 40: Ponto de táxi em frente ao “Bar Flor da Praia” 1925.³⁸⁷

A imagem acima mostra um ponto de táxis localizado em frente a um dos estabelecimentos centrais da cidade. Devido à sua condição de sede do município desde a década de 1920, a cidade contava com a existência desse tipo de serviço.

386 Entrevista com Maria da Glória Ennes da Silva, Outubro de 2006. Charqueadas. [ACES].

387 VEIT, op. cit. 1992. p. 125.

Na imagem abaixo, os táxis que se localizavam próximo ao trapiche de desembarque de passageiros e que atendiam parte da população que chegava na cidade ou saía dela.



Figura 41: Ponto de táxi no antigo Trapiche da navegação Arnt. 1923.³⁸⁸

A precariedade das estradas, já existentes, que ligavam a região a outras, bem como as péssimas condições de tráfego, principalmente em algumas épocas do ano, constituíam um entrave sério para o desenvolvimento do município, visto que limitavam as possibilidades do estabelecimento de indústrias e do escoamento comercial. Além disso, restringiam as possibilidades de comercialização do próprio carvão, configurando-se como um problema a mais a ser enfrentado para a promoção do crescimento dessa indústria. Segundo Pinto Filho, o intendente municipal, João Carvalho, nas primeiras décadas do século XX, atento às necessidades do município, estabeleceu, em seu discurso, as prioridades desse setor, como constatamos na citação a seguir.

[...]. Este governo cogita agora do grande problema das estradas de rodagem, base do desenvolvimento da industria e do commercio local.

Pretende concertar e melhorar as existentes, construir novas ligando novos centros, estabelecendo assim o desenvolvimento e o

³⁸⁸ Idem.

progresso do Município. Infelizmente isto não poderá ser rapidamente feito, pois tem que o ser de acordo com verbas orçamentarias e com as rendas do município. (sic).³⁸⁹

De fato, a construção de estradas com as condições necessárias para a promoção do desenvolvimento da região ocorreu somente a partir da década de 1960. Por iniciativas estadual e federal, foram construídas, entre outras, a Rodovia BR-37, conhecida como a “Federal”, que pretendia ligar a capital do Estado com Uruguaiana, bem como as quatro pontes, sendo uma levadiça, por sobre o Guaíba.

Cabe ressaltar que o comércio local, tanto na sede do município quanto nos distritos, era abastecido por casas de comércio que se caracterizavam pela oferta de produtos classificados como: secos e molhados, fazendas e ferragens, couro, cera e erva-mate. Nesse comércio, as casas exerciam a função não só de distribuidoras dos produtos locais, como também de captadoras de produtos provenientes de outras localidades e necessários à população.³⁹⁰

389 PINTO FILHO, op cit. p. 80.

390 A questão do comércio figura em segundo plano nos documentos trabalhados. Ela não ocupa mais do que um parágrafo, por exemplo, na monografia escrita por Pinto Filho (1921), contendo uma breve relação das casas comerciais existentes e determinando, de forma genérica, os produtos comercializados. Já no trabalho de Simch (1961), encontramos apenas uma relação da quantidade de casas comerciais listadas por gênero de produção e uma menção da não existência de dados sobre a temática. Da mesma forma, em documentos anteriores a esses, a questão do comércio, em geral, não aparece em destaque, estando restrita à comercialização do carvão, que trataremos em outro momento.



Figura 42: Armazém Central – São Jerônimo. 1919 ³⁹¹

Na fotografia anterior, vemos o Armazém Central, de propriedade de Manuel da Graça Rollo, localizado em São Jerônimo. Esse tipo de estabelecimento atendia a população numa diversidade de produtos, possuindo desde artigos pequenos, como, por exemplo, materiais de costura, até instrumentos de agricultura, como arados. Em geral, a residência do proprietário localizava-se no andar superior, ou, então, esse espaço era utilizado para a hospedagem de visitantes ou ainda de empregados.

Na imagem seguinte, vemos os produtos de venda em exposição no lado de fora da casa comercial, sugerindo aqui o caso mencionado anteriormente - as mercadorias ficavam aguardando as pessoas que as haviam encomendado. Desperta a atenção, na foto, a presença de uma carroça, uma bicicleta e um carro, como que indicando as possibilidades de transporte para as mercadorias em exposição.

391 VEIT, op. cit. 1992. p. 97.



Figura 43: Armazém de Feliciano Johnson – Início do século XX ³⁹²

Ao que parece, nos primórdios da colonização e efetivação da população na região, havia uma tendência à busca da auto-suficiência doméstica e conseqüente retração comercial. Essa hipótese se apresenta nos documentos por meio de informações fragmentadas e secundárias, como, por exemplo, o hábito do cultivo de hortas e pomares para o consumo familiar, ou mesmo a fabricação de pães caseiros. A partir da década de 1940, encontrava-se presente, no município, uma gama de atividades comerciais de caráter diversificado e capaz de atender as diferentes necessidades da população local. Entretanto, Sulzbach (1989), ao mencionar o desenvolvimento da vila ao longo das áreas de mineração, afirma:

Como foi aumentando visivelmente o número de operários na mineração, e sendo o minerador um bom consumidor, no decorrer dos anos surgiram e se multiplicaram pequenos açougues, armazéns e bares, no centro da vila e nas suas adjacências. Posteriormente, estabeleceram-se também casas comerciais de maior porte, abrangendo secos e molhados, roupas, calçados, amarinhos, tintas, ferragens e outros utensílios de uso comum.

Sendo que toda a área abrangida era propriedade da Cia., várias casas comerciais foram localizadas em terras de particulares, junto aos limites citadinos, especialmente na até hoje chamada Vila

³⁹² Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

Liberal. Isto, porque a Cia. não permitia a ereção de qualquer casa ou construção sem sua prévia anuência.³⁹³

A observação do cônego deixa clara a amplitude da ação das companhias mineradoras. Conforme pudemos observar nos capítulos anteriores, a influência das empresas de extração estendia-se para além das instalações industriais, abrangendo, entre outros espaços, o território circunvizinho das vilas operárias. As companhias mineradoras controlavam os mais variados aspectos da cidade, indicando, por exemplo, que tipo de estabelecimento e que produtos poderiam ser vendidos nos armazéns localizados em terrenos de sua propriedade.

Entretanto, ultrapassando o terreno de propriedade das companhias, foram estabelecidas casas comerciais que não se subordinavam às exigências das empresas. Um exemplo refere-se aos estabelecimentos que vendiam e permitiam o consumo de álcool em suas dependências. De acordo com o mineiro Fagundes, a prática da ingestão de bebidas alcoólicas era comum entre os trabalhadores das minas, como constatamos nas palavras que seguem.

Ah, mineiro que não bebe fica ruim do pulmão (gargalhadas). Se tomar uma cacique da guampa tira o carvão... é tristeza mas é verdade!!! Mineiro saía do trabalho e ia pro bar [...] era isso mesmo, era remédio!

Uma era porque gostava e outra era remédio. Então dizia assim: ‘- Bota uma cachaça que é pra tirar o carvão do pulmão’. Qualquer lugar da mina aqui (Charqueadas), Butiá, Mina do Rato era a mesma coisa. Saia debaixo da mina e tomava.³⁹⁴

O mineiro Valdério, mencionando a questão diz:

393 SULZBACH, op. cit. 1989b, p. 79. Em sua obra, o cônego utiliza, genericamente, a expressão “Cia. Mineradora”. Convém destacar que, de acordo com o período a que ele estiver se referindo, a companhia atuante na região será: “Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos”, que atuou na região entre os anos de 1883 a 1888; ou “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo”, atuante de 1889 a 1908, quando decidiu que não era de seu interesse continuar a exploração de carvão em Arroio dos Ratos e arrendou o complexo carbonífero da região à “Companhia Minas Sul-Riograndense”, que, em 1911, se associou à “Companhia Carbonífera Rio-grandense”. Por fim, em 1936, a “Companhia Carbonífera Rio-grandense” e a “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” associaram-se num consórcio denominado de CADEM, como já referimos anteriormente.

394 Entrevista com Darci Fagundes em 25 de junho de 2005. Charqueadas. [ACES].

É. É pra limpar a poeira da garganta! Mas é aí que a maioria dos mineiros ficaram viciados em torno disso aí. Morreram por causa disso aí. De tanto beber.

Mas não embaixo da mina. Embaixo da mina pra ser sincero eu nunca vi mineiro bebendo. Dizem que algum em vez de levar café, levava cachaça, mas eu não vi pra saber. Mas depois que saia de lá. Que saísse da mina, aí já tinha aquele costume: 'Vou passar lá no boteco pra dar uma limpada na goela, tirar a poeira' (risos).³⁹⁵

O consumo de álcool por parte dos mineiros não deve ter sido visto de forma satisfatória pelas companhias de mineração, pois, quando questionados sobre como as empresas se posicionavam sobre essa questão, os mineiros mencionaram que essa era uma coisa que não era tolerada. A declaração de Fagundes sintetiza a questão:

A companhia não podia saber que o cara bebia. Todo mundo sabia, mas ninguém falava. Nos bares da companhia, lá onde era ela que mandava nem podia vender bebida nenhuma. Pra beber depois do serviço a gente tinha que ir nos bares da beira do rio. [...] Daí caminhava um pouco, bebia um pouco, caminhava outro pouco, parava e bebia mais um pouco. Isso até em casa. Levava horas pra chegar e chegava pronto.³⁹⁶

O consumo de álcool associado a indivíduos envolvidos em atividades de mineração, e a reação contrária a isso por parte dos dirigentes das empresas e/ou dirigentes locais não foi uma exclusividade da região carbonífera gaúcha no período abordado, já que exemplo similar é encontrado em Prodanov (2002:62), quando referencia que, no final do século XVI, o cabildo de Potosi solicitava providências ao rei, visando a diminuir as bebedeiras e conseqüentes distúrbios que elas geravam entre os índios. O requerimento das autoridades locais visava à diminuição dos espaços em que os índios tivessem acesso ao álcool, indicando que isso ocorria prioritariamente nas “rancherias dos índios”. De acordo com o autor acima mencionado, foi compreensão do rei “que o poder público local deveria controlar diretamente a venda de bebidas aos índios, tanto nas rancherias quanto fora delas, sem, no entanto, fechar as pulperias, pois essa ação causaria danos aos interesses

395 Entrevista com Valdério Santos em 26 de junho de 2005. Charqueadas. [ACES].

396 Entrevista com Darci Fagundes em 25 de junho de 2005. Charqueadas. [ACES].

dos comerciantes espanhóis ali estabelecidos”.³⁹⁷ Convém ressaltar que muitos dos proprietários de bares em questão eram espanhóis ou seus descendentes, bem como religiosos, os quais não dificultavam a venda de bebidas alcoólicas.

Em um outro direcionamento da questão, Prodanov (2002) destaca a problemática do hábito da bebedeira associada ao trabalho, como é possível constatar no excerto que segue.

A questão do consumo de álcool parece ter atormentado a vidas das autoridades e dos donos de minas, que alegavam que o dia livre aos domingos possibilitava que os trabalhadores indígenas bebessem em demasia e faltassem ao trabalho no dia seguinte. Talvez este seja o motivo da insistência das autoridades locais sobre o controle da venda de bebidas aos indígenas que, se faltassem ao trabalho um dia por semana, reduziriam a produção e prejudicariam os rendimentos dos donos de minas, dos donos de engenho, do Cabildo e da Fazenda Real.³⁹⁸

A mesma hipótese apresentada pelo autor, ou seja, de que as bebedeiras comprometiam o trabalho e os seus resultados, pode ser transposta para a região carbonífera como possibilidade de explicação para a proibição da venda de bebidas alcoólicas em bares situados nos terrenos da companhia, conforme mencionado pelo mineiro Fagundes.

Dentre as atividades comerciais existentes entre as décadas de 1940 e 50, destaca-se uma significativa quantidade, se comparada com as outras, de casas comerciais envolvidas na venda de secos e molhados, conforme podemos observar na tabela abaixo.

397 PRODANOV, Cleber Cristiano. Cultura e sociedade mineradora. Potosi 1569-1670. São Paulo: Annablume: Feevale, 2002. 62 p.

398 Idem. 63 p.

TABELA IX: Comércio estabelecido de São Jerônimo – Décadas de 1940/50

Gênero de comércio	Quantidade
Armazéns de secos e molhados	252
Lojas de fazendas e miudezas	68
Farmácias	14
Engenhos (arroz, milho e trigo)	13
Moinhos (milho e trigo)	28
Fábrica de móveis e esquadrias	8
Barbearias	33
Ferrarias	20
Açougues	19
Bares	91
Tendas	119
Padarias	12
Hotéis e pensões	12
Lojas de ferragens	3
Materiais para a construção	8
Marchanterias	4
Olarias	6
Instituto de beleza	12
Alambiques (aguardente)	24
Malacates – Indústria crina vegetal	18
Tambos de leite	25

Fonte: SIMCH. Dr. Alfredo. **Município de São Jerônimo**. Monografia. Edição Especial Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961. p. 353.

Esses estabelecimentos ofereciam um estoque variado, no qual, como já dissemos, podiam ser encontrados desde arados até agulhas de costura, ou mesmo gêneros alimentícios. Além dessa modalidade de casa comercial, observa-se a existência de um número expressivo de tendas, ocupadas com a comercialização de produtos alimentícios *in natura*, ou transformados por processos caseiros, permitindo-nos inferir um aumento na produção agrícola local. Na imagem abaixo, destaca-se uma variável inexistente nos exemplos anteriormente apresentados, ou seja, no canto direito da foto, podemos observar a existência de uma bomba de gasolina, em que os automóveis da região abasteciam seus veículos.



Figura 44: Armazém de especialidades “A Vencedora” 1928³⁹⁹

Na imagem seguinte, vemos outro ramo de atividade, ou seja, a farmácia, cabendo ressaltar as palavras de Weber (1999):

[...]. Os Atendimentos de emergência e as consultas médicas, geralmente, eram realizados nas farmácias, onde eram administrados os medicamentos e dados os encaminhamentos necessários. Nelas também se localizavam os consultórios e distribuía-se medicamentos. Eram locais de encontro e troca de informações, espaço privilegiado de convívio, sem o caráter pejorativo que os bares apresentavam. [...].⁴⁰⁰

399 VEIT, op. cit. 1992. p. 95.

400 WEBER, Beatriz Teixeira Weber. As artes de curar – Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-grandense – 1889-1928. Santa Maria: Editora UFSM, 1999, p. 59.



Figura 45: Farmácia Confiança – 1920⁴⁰¹

Observamos a presença de inúmeras pessoas em frente à farmácia, entre elas, dois padres e uma criança, indicando a possibilidade de que também naquela região esse tipo de estabelecimento comercial se apresentava como ponto de convergência da população local.

Cabe ainda destacar a presença de atividades industriais, como é o caso das fábricas de móveis, engenhos, olarias, entre outras. Porém, a justificativa de sua inclusão no rol das atividades comerciais deu-se pelo fato de se tratarem de empresas que, além de produzir, ofereciam a opção de venda de seus produtos diretamente ao consumidor.

Embora, no tocante à produção industrial, a extração do carvão se destacasse como a principal indústria da região, no início do século XX, havia uma relativa diversificação de produtos em proporção ao tamanho da cidade, principalmente se considerarmos a probabilidade de realização de atividades

401 VEIT, op. cit. 1992. p. 98.

informais,⁴⁰² isto é, aquelas que, por não estarem registradas como empresas nos órgãos públicos, estavam à margem das estatísticas oficiais.

**TABELA X: Indústria do Município de São Jerônimo
Primeiras décadas do século XX**

Produto	Atividade	Proprietário	Capital	Produção	Energia	Local
Alimentos	Erva Mate					2 distrito
Alimentos	Vinho de uva					2 distrito
Alimentos	Fabrico de massa	Rego & Lignori			Motor 4 Hp	São Jerônimo
Alimentos	Salames, salsicha					São Jerônimo
Alimentos	F. de mandioca					1 distrito
Arroz	Beneficiamento	Luiz Muller	100 contos	150.000\$000	Motor 30 Hp	São Jerônimo
Arroz	Beneficiamento	F. Krug	30 contos	50.000\$000	Motor 20 Hp	São Jerônimo
Arroz	Beneficiamento	José Goulart				3 distrito
Arroz	Beneficiamento	José Franz				2 distrito
Café	Torrefação	Rego & Lignori		60.000\$00	Motor 5 Hp	São Jerônimo
Café	Torrefação	J. A. Piccarelli			Vapor	São Jerônimo
Cereais	Moinho					2 distrito
Higieni	Sabão	Arthur Monteiro				São Jerônimo
Olaria	Tijolos e telhas					1 distrito
Padaria	Diversos	Piccarelli & Lena			Vapor	São Jerônimo
Padaria	Diversos	J. Tomé Filho			Vapor	São Jerônimo

Fonte: Baseada em dados esparsos obtidos em: PINTO FILHO, A.D.R. (org). **Monographia**. Município de de S. Jeronymo. Porto Alegre: Oficinas graphicas da 'Livraria do Commercio', 1920.

Simch (1961) atribuiu a um cidadão suíço chamado More⁴⁰³ a instalação, provavelmente em 1845, da primeira fábrica de óleos vegetais no distrito de Charqueadas, a qual, com o auxílio de 15 a 20 empregados, produzia velas e óleos de essência a partir da flor de laranjeira. Segundo o autor, essa fábrica se originou de uma indústria, de propriedade do mesmo indivíduo, que se dedicava à produção de charque (carne seca).

Nas primeiras décadas do século XX, o intendente municipal, João Rodrigues de Carvalho, referendou as esperanças na produção de carvão, quando, em seu discurso enfatizou: "A indústria do município, conquanto ainda esteja muito atrasada, promete um futuro grandioso. Futuramente sua indústria principal será o carvão e o

402 Sobre as atividades informais no contexto urbano de Porto Alegre, ver: SAUTER, Cristina S. O "COMÉRCIO VOLANTE" em Porto Alegre. (1897-1918). São Leopoldo: 1997. 150p. Dissertação (Mestrado em História). Unisinos.

403 De acordo com SIMCH, Moré casou-se com a filha de James Johnson, pioneiro da exploração do carvão na região, fixou residência na sede do município e participou das eleições para a primeira Câmara Municipal em 1861. (op. cit. p. 319).

ferro”. (sic).⁴⁰⁴ Ele observou ainda que: “O Governo Municipal deste município, tem por norma, sempre, auxiliar, proteger e amparar quaisquer empresas que queiram explorar qualquer industria no Município, mas nunca pecuniariamente nem de forma que acarrete ônus para a Municipalidade. [...]”. (sic).⁴⁰⁵

No entanto, o carvão era, na região, o produto de maior importância e aquele sobre o qual recaía a perspectiva e responsabilidade no tocante a representar o motor do desenvolvimento de todos os aspectos da sociedade local. Essa expectativa estava presente nas palavras de Pinto Filho, quando se referiu à importância do município, na declaração a seguir.

O Município de S. Jeronymo fadado para transmitir à civilização, a riqueza, o progresso e o desenvolvimento da industria no nosso paiz, pelo carvão que possui, aguarda apenas quem tenha iniciativa e capitães. [...].

Uma terra que tem carvão com espessura de quase tres metros, que não tem o perigo de **grisu**, que conta com o transporte fluvial de um rio navegavel em todas as épocas do anno como é o Jacuhy, que a construção de estradas de ferro é simples e barata, onde o operario ainda é meigo, docil, trabalhador e relativamente a vida ainda é barata, uma terra onde o povo do logar é hospitaleiro e bom, honesto e sincero, leal e franco; uma terra onde ao forasteiro abrem-se as portas estendem-se as mesas e dá-se o melhor quarto; terra onde se accumula tudo necessario á vida, tem que ser futuramente grande com a sua modestia, prospera com a sua singeleza e benemérta com a riqueza do seu solo. (sic). (Grifo nosso).⁴⁰⁶

O autor não se limitou a expor as riquezas naturais, foi mais além, ao dar ênfase aos diversos aspectos que amparariam a larga produção de carvão, como, por exemplo, a questão da facilidade para a construção das estradas de ferro, ou mesmo o perfil da população trabalhadora, que era apresentada como enquadrada no sistema de produção e com cidadãos que possuíam características tidas como valores na época.

Na monografia escrita por Simch, a importância do produto não só foi nominada pelo autor, como mereceu um capítulo à parte, justificando sua opção ao

404 PINTO FILHO, op cit. p. 70.

405 Idem, p. 80.

406 Grisu ou Grisou – Gás metano que se forma nas minas de carvão, criando uma mistura explosiva com o oxigênio do ar. Ibidem, p. 78.

mencionar: “Intencionalmente deixamos para falar em separado sôbre êste minério, por isso que, êle constitui o maior **BEM**, a maior **RIQUEZA** em potencial que a Providência generosamente brindou o nosso município”. (sic). (Grifo do autor).⁴⁰⁷

A compreensão de que o minério era um produto que poderia desencadear o desenvolvimento da região se dava pelo conhecimento que oscilava entre o empirismo e a constatação científica de que a bacia carbonífera⁴⁰⁸ da região abrigava uma quantidade significativa do minério. De fato, o Rio Grande do Sul era detentor de 89,2% de toda a reserva de carvão existente no país, e apenas 19,0% eram áreas que receberam a denominação de “tradicional”, que, segundo Chaves e Neves, era

[...] espaço que deu origem à exploração carbonífera no Rio Grande do Sul, desde o Século XIX, quando foi descoberto e teve início a sua exploração econômica, a partir do ‘Curral Alto’ nas minas do Arroio dos Ratos e do Butiá. A explanação estende-se, posteriormente, para Charqueadas, tendo como antigo ‘centro’ regional a cidade de São Jerônimo, onde não se realizava atividade de extração de carvão e não se localizava nenhuma sede das empresas mineradoras.⁴⁰⁹

A utilização apenas parcial das potencialidades da extração proporcionalmente à quantidade do minério existente no solo já era observada mesmo antes da realização de prospecções que confirmassem a existência abundante de carvão no subsolo gaúcho. Os governantes locais referiam espanto e incredulidade pelo não aproveitamento das vantagens oferecidas pela natureza da região. Nas primeiras décadas do século XX, Pinto Filho apresentou suas dúvidas e buscou responder às questões relativas ao que parece ser um descaso e desperdício de oportunidades:

407 SIMCH, op. cit. p. 189.

408 Segundo HASENACK, H. e GUERRA, T. A área de estudo. In: CENTRO DE ECOLOGIA/UFRGS. Carvão e meio ambiente. Centro de ecologia. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 15. Os município de Arroio dos Ratos e Charqueadas, entre outros, estão inseridos na denominada Microrregião Carbonífera do Baixo Jacuí, sendo igualmente conhecida por Bacia Carbonífera do Baixo Jacuí e estando localizada entre os paralelos 29o37' e 30o38' de latitude Sul e os meridianos 51o15'e 51o14'de longitude Oeste de Greenwich. Anexo X – Mapa da Bacia Carbonífera.

409 CHAVES, S. H. e NEVES, G.R. A região carbonífera “tradicional” do Rio Grande do Sul. In: CENTRO DE ECOLOGIA/UFRGS. Carvão e meio ambiente. Centro de ecologia. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 109.

A abundância e a riqueza das nossas jazidas constituem condições de indústria possante, enquanto na realidade a mineração pode dizer-se incipiente entre nós. É a falta de meios faceis e baratos de transporte que deve ser attribuido este retardamento? É a timidez do capital, e d'ahi a sua excassez, á frouxidão da iniciativa, que este malogro deve ser imputado?

Explica-se com difficuldade como uma região vastíssima, possuindo no seu sub-solo elementos capazes de alentarem numerosas industrias, altamente remuneradoras, apenas vê desentranhar cada anno uma fracção insignificante de tão grande valor.

A mineração poderia constituir-nos, por si só, uma das nações mais ricas do globo, e no entanto, tudo o que extrahimos annualmente do nosso sub-solo reduz-se a poucas milhares de toneladas de carvão de pedra.. (sic).⁴¹⁰

A defesa da importância do minério existente no subsolo da região baseava a argumentação no fato de que a exploração em larga escala do produto traria benefícios não apenas à região, pois o desenvolvimento se espalharia em ondas para outros segmentos da sociedade, mas para outras localidades, chegando, inclusive, a projetar o país para uma situação de riqueza em níveis globais. Essa linha argumentativa esteve presente ao longo de toda a trajetória percorrida pela indústria rio-grandense de carvão, sendo atribuída, implícita ou declaradamente, a responsabilidade pelo pouco desenvolvimento desse campo industrial ao descaso do governo central e, às vezes, estadual, que eram incapazes de perceber a importância do produto para o país. Nesse sentido, observamos que o autor mencionado apresenta o problema com um discurso emparelhado ao da companhia de mineração, quando se colocava como lutadora solitária em prol do desenvolvimento do país.

O conhecimento da exuberante bacia carbonífera, assim como de outras riquezas existentes em solo gaúcho, esteve presente igualmente entre pessoas, ou mesmo grupos de pessoas que não estavam diretamente ligadas à indústria carbonífera, conforme destacou Pinto Filho, ao citar Assis Brazil como forma de enfatizar a importância da região e do minério.

O Dr. Assis Brazil, diz desse Estado:

410 PINTO FILHO, op. cit. p. 30:31.

As riquezas naturaes são incalculáveis. Além do ouro e da prata que em vários pontos constituem preciosos veios, todos os mineraes da mais fecunda utilidade encontram-se em prodigiosa abundancia. [...]. O ferro e o carvão de pedra, esses dois mais poderosos auxiliares da industria, formam jazidas immensas. (sic).⁴¹¹

Estudos do período apontavam para a existência de três bacias carboníferas distintas,⁴¹² sendo que a primeira se referia à região de Arroio dos Ratos, Porteirinha e Triunfo, a segunda tinha seu início em Serra do Herval até Arroio dos Ratos e a terceira em Butiá e Arroio do Conde.⁴¹³ Sobre cada uma delas o autor do estudo apresentou dados e ressaltou a importância estratégica para o desenvolvimento econômico, como, por exemplo, a segunda bacia, à qual foi atribuído um tamanho que girava em torno dos 70 km e que mereceu o seguinte destaque:

É uma bacia que merece a atenção dos capitalistas, já pela sua extensão, já pela qualidade do carvão e já pela pequena distancia que a separa de optimo ponto fluvial, tendo fácil caminho para construcção de uma estrada de ferro de pouco dispêndio; podendo a mesma estrada servir a tres ou quatro minas distinctas sem necessidades de ramaes e transportar todo o commercio da Serra do Herval que é bem importante, assim como todo o commercio das colonias do municipio que demoram na zona do Herval. (sic).⁴¹⁴

De acordo com Sulbach (1985), ao apresentar os antecedentes históricos de Arroio dos Ratos, a importância da região para o Rio Grande do Sul desponta, como evidenciamos a seguir.

Arroio dos Ratos registra uma página histórica nos anais do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil. Foi uma peça importantíssima na engrenagem que moveu o progresso de nosso Estado durante muitos decênios, o centro econômico e a sede industrial do Município de São Jerônimo. A primeira “Mina” riograndense, de cujo sub-solo foi extraído, por cem anos, o “ouro-negro” – o carvão mineral. A mãe

411 Idem, p. 33.

412 Ibidem, p. 34. O autor faz referência ao estudo do Dr. Cordeiro da Graça, em que a divisão da região carbonífera em três bacias distintas era mencionada. Não nos foi possível localizar a obra original e, em nosso trabalho, a referência foi utilizada para exemplificação dos dados em que a intendência municipal se apoiava para enaltecer o carvão da região e destacar sua importância. Estudos posteriores referem-se à região de forma genérica como Bacia Carbonífera do Vale do Jacuí.

413 Essas localidades eram, no período, distritos de São Jerônimo, sendo banhadas pelo Rio Jacuí.

414 PINTO FILHO, op cit. p. 36.

dadivosa das circunvizinhanças, que abrigou, vestiu e deu de comer a dezenas de milhares de famílias operárias, que já contou com uma população de 10.000 habitantes, sendo 3.000 operários. (sic).⁴¹⁵

Cabe ainda ressaltar que a defesa, bem como a exaltação do carvão mineral existente na região, como produto de privilegiada importância, não foi uma novidade ou exclusividade das primeiras décadas do século XX. Trata-se de aspecto presente repetida vezes em discursos proferidos no final do século XIX e posteriores a ele, tanto por administradores das companhias de mineração como por membros da administração municipal.

3.2 ROBERTO CARDOSO e o plano de assistência social: a distribuição de benesses aos filhos obedientes e ordeiros

O estabelecimento da atividade de mineração de carvão na região de São Jerônimo trouxe consigo uma série de transformações para a localidade. Em períodos que antecederam à exploração sistemática e organizada através de companhias de mineração, a região apresentava-se com uma economia voltada para as atividades agropastoris, realizadas, geralmente, por grupos de colonos de diferentes etnias.

O município, em seus primórdios, contava com uma população estimada em 6.000 habitantes,⁴¹⁶ na sua maioria imigrantes trazidos para as colônias pela iniciativa governamental e, após um período de alojamento em Porto Alegre,⁴¹⁷ eles eram distribuídos e conduzidos a diferentes localidades no interior da província. Segundo Simch, os imigrantes “distribuídos” eram de diferentes nacionalidades, uma

⁴¹⁵ SULZBACH, op. cit. 1989b, p. 63:64.

⁴¹⁶ De acordo com MEDEIROS (1964), a cidade de São Jerônimo, na década de 1950, apresentava uma população em torno de 2848 habitantes, sendo que, durante a década seguinte, sua população alcançou a média de 5568, apresentando um crescimento relativo de 95,50% no período. MEDEIROS, Laudelino. As Cidades no Rio Grande do Sul. In: COSTA, R. M. B., FRANCO, S. C., MEDEIROS, L., et ali. Rio Grande do Sul. Terra e Povo. Porto Alegre: Editora Globo, 1964. p. 86.

⁴¹⁷ Segundo SIMCH, op. cit.: “[...] As lévas ou grupos de imigrantes, chegados ao Estado eram alojados no Cristal na denominada Hospedaria do Imigrante, no subúrbio de Porto Alegre, dependência posteriormente ocupada pela Brigada Militar e hoje pelo esplêndido Jockey-Club do Cristal – magnífico Hipódromo gaúcho”. (sic). (Grifo do autor). p. 267.

vez que havia uma preocupação em não reunir grupos que pudessem formar quistos étnicos nas regiões que ocupavam. Assim, para a região de São Jerônimo foram enviados, em abril de 1889, os primeiros colonos de nacionalidades alemã, italiana e espanhola.⁴¹⁸

[...] Os imigrantes, os futuros **colonos** desembarcavam em **Charqueadas** (2º distrito atual) e alguns na Vila de S. Jerônimo. Eram levados ou transportados em carroças e carretas até o **BARRACÃO**, onde descansavam aguardando condução até o destino, no respectivo **lote** colonial. **Esse barracão** foi levantado no povoamento de FACHINAL, distante 19 km da Sede da Colônia Barão do Triunfo. [...]. (Grifo do autor). (sic).⁴¹⁹

Esses imigrantes eram encaminhados para lotes de terras, nos quais, após receberem ferramentas, sementes e uma provisão de alimentos, deveriam desenvolver a agricultura. Entretanto, Simch refere a pouca atenção dada ao desenvolvimento da agricultura, destacando que ela “[...] não constituiu valor econômico, até certa época, no nosso município. [...]”. Os auxílios prestados pelos governos se restringiam a esse primeiro momento, produzindo um gradual abandono dos lotes, decorrente da carência de auxílio público aos imigrantes instalados.

O autor enfatizava, ainda, que os colonos imigrantes “[...] viveram um verdadeiro estado de isolamento, entregues em si mesmos, sem o necessário auxílio e assistência técnica. Até vinte anos atrás aquilo era uma tristeza; eles plantavam para comer, no instinto de conservação. [...]”.⁴²⁰ As lavouras eram, portanto, pequenas e destinadas ao consumo próprio, sem que houvesse a possibilidade de exploração para fins de sustento familiar. A partir dessa afirmação, é possível inferir que os trabalhadores que se ocuparam da atividade de extração de carvão, quando esta passou a existir na região, eram provenientes da agricultura.⁴²¹

418 PINTO FILHO, estabelece que as primeiras levas de imigrantes foram designadas para a região em outubro de 1888, sendo que só se estabeleceram efetivamente na região em abril do ano seguinte. Segundo o autor, esse grupo era formado por alemães e italianos. (op. cit. p. 63).

419 SIMCH, op. cit. p. 267.

420 Idem, p. 322.

421 Segundo Ashton, “As outras indústrias mais importantes da Inglaterra estavam, tal como as têxteis, de uma maneira ou de outra estreitamente relacionadas com a agricultura. Isto verificava-se particularmente no respeitante ao carvão. Eram os donos da terra que controlavam a exploração dos filões subterrâneos e dela tiravam rendimentos e privilégios. A extracção do minério

Com o estabelecimento das indústrias mineradoras, uma outra realidade se impôs, na medida em que elas passavam a serem compreendidas como fundamentais para a existência e o desenvolvimento da localidade. Sulzbach (1989) descreveu essa relação entre o minério, a atividade de extração e a localidade, enfatizando: “[...] a razão de ser de Arroio dos Ratos era o carvão. Sua jazida, porém não era inexaurível. Quando ele deixou de ser extraído das profundezas do seu solo, apresentou-se-lhe o espectro do decréscimo, da decadência, do isolamento e do abandono”. (sic).⁴²²

A valorização do carvão como elemento fundamental para o desenvolvimento baseava-se, indubitavelmente, na observação dos inúmeros benefícios alcançados pela sociedade local a partir da existência das companhias de mineração. Esses benefícios, em nossa compreensão, constituíram fatores justificadores da realização das atividades mineradoras, conforme poderemos observar na seqüência.

3.2.1 Quem casa quer casa! A política de concessão de moradias das companhias de mineração do Rio Grande do Sul

Um dos aspectos que pode ser compreendido como benefício advindo da existência das companhias de mineração na região se relacionava às habitações. De acordo com Sulzbach (1989, p. 17), as pessoas vinham em profusão para a região mineradora em busca de trabalho, pois sabiam que todos os trabalhadores que se engajassem na atividade de extração do carvão teriam moradia garantida a partir do pagamento de uma módica quantia a título de aluguel, ou seja, o valor teria apenas uma conotação simbólica.⁴²³ A propaganda realizava-se a partir da

estava organizada em moldes mais rurais do que urbanos; utilizava-se um grande número de cavalos para a extração e transporte; para manter os animais, a maior parte dos proprietários das minas tinham fazendas, onde cultivavam aveia e outros cereais. Os próprios mineiros estavam ligados ao solo: era corrente, nos meses das colheitas, abandonarem os poços para trabalharem na terra; os processos de pagamento e as relações com os patrões eram muito semelhantes aos do trabalhador rural”. (sic) (p. 56) ASHTON, T. S. A Revolução Industrial. 1760-1830 6ª ed. Portugal: Edições Europa-América, 1995.

422 SULZBACH, op. cit. 1989b, p. 64.

423 A propaganda do trabalho das minas de carvão era realizada por empregados que percorriam diversas regiões do país divulgando os benefícios dados ao trabalhador e à sua família. Essa mesma estratégia foi utilizada largamente pelas

apresentação do modelo de casa que o operário poderia ter ao passar a fazer parte do quadro funcional da companhia de mineração. A foto apresentada mostrava os aspectos externos e internos das moradias-modelo.

Conforme Sulzbach (1989: 23), era prática das companhias o envio de senhores às cidades vizinhas em buscas de trabalhadores para as minas. O autor destaca que esses enviados eram incumbidos de demonstrar aos interessados as inúmeras vantagens de trabalharem com a mineração, entre elas, a possibilidade de ter moradia.



Figura 46: Casa modelo – Externo – Década de 1930 ⁴²⁴

Conforme podemos perceber na imagem externa da casa, ela se apresentava como que isolada de outras residências, não sendo possível observar a existência de moradias próximas. Isso pressupunha a existência de um amplo pátio; entretanto, as vilas operárias, em geral, não possuíam esse distanciamento entre as casas. Além disso, o aspecto geral da casa era bastante agradável, sendo que a foto da

companhias carboníferas de Santa Catarina, quando se iniciou a exploração do carvão na região. A cooptação de empregados com prática na mineração foi percebida pelas companhias gaúchas, que solicitaram medidas restritivas aos órgãos oficiais.

424 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

parte interna da residência evidencia, conforme a imagem seguinte, tratar-se de uma moradia em uso e aparelhada com objetos que, no período, eram amplamente utilizados.

Desperta a atenção, na imagem do interior da moradia, o destaque dado aos objetos como o fogão à lenha e o paneleiro, em que eram guardadas as panelas. Ao observar a foto do interior da residência, Maria da Glória Silva relembra:

Só quem era bem de vida podia ter um paneleiro com panelas de alumínio. A gente tinha, mas era muito difícil de comprar. As mulheres faziam panos bordados e enfeitavam o paneleiro. A maioria das panelas eram de ferro, bem pretas. Estas panelas de alumínio ficavam brilhosas. E um fogão a lenha era algo muito importante porque a maioria só tinha fogão de barro.⁴²⁵



Figura 47: Casa modelo – Interno - Década de 1930 ⁴²⁶

Sulzbach (1989, p.33) entendia que o oferecimento de moradia aos indivíduos que se comprometessem a trabalhar na empresa era “Uma norma sumamente

425 Entrevista com Maria da Glória Ennes da Silva, outubro de 2006. Charqueadas. [ACES].

426 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

louvável [...]”. O autor descreveu as casas da maneira que segue.

Nos tempos idos estas moradias eram quase sempre de pau a pique, cobertas de sapé, havendo algumas cobertas de telhas e caiadas. Posteriormente, construíram-se casas isoladas e casas geminadas, umas de madeira, outras de alvenaria.

Estavam em uso também as chamadas ‘repúblicas’, i.é., casas agrupadas, baixas e cumpridas, divididas internamente em quatro ou cinco residências. Elas eram, igualmente, ou de madeira ou de alvenaria.⁴²⁷

As moradias conhecidas como “repúblicas” eram, normalmente, destinadas a abrigar trabalhadores solteiros, uma vez que elas se constituíam de uma única construção dividida em cômodos, composta, normalmente, de, no mínimo, uma porta e uma janela para cada morador. Consta, na memória dos habitantes da região, que a Princesa Isabel teria passado a noite em uma casa do tipo república, quando esteve em visita à região para a inauguração do Porto Isabel. Entretanto, as informações existentes acerca da visita desmentem essa hipótese, porque a princesa e sua família ficaram apenas um dia na região e seguiram viagem.⁴²⁸



Figura 48: República – Construção em pau a pique. Década de 1920⁴²⁹

427 SULZBACH, op. cit. 1989b, p. 33

428 Cópia xérox - Documento de posse do Museu do Carvão. Arroio dos Ratos/RS. [MCAR].

429 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

Já os trabalhadores que possuíam família tinham a opção de casas mais amplas, e casais que ainda não possuíam filhos podiam ocupar casas geminadas ou duplas, que, invariavelmente, possuíam saídas individuais no que se refere às cercas, conforme o modelo a seguir.



Figura 49: Casa geminada duplas - Década de 1930⁴³⁰

Os trabalhadores que contavam com uma família numerosa, em geral, ocupavam casas mais amplas, construídas perfiladas e com terrenos individuais.

430 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].



Figura 50: Residência dos mineiros – Vila mineira - Década de 1930 ⁴³¹

As residências eram de propriedade da companhia, sendo que os trabalhadores tinham sua posse enquanto trabalhassem na atividade carbonífera, ou, ainda, enquanto fosse interesse desta manter o empregado. A companhia de mineração ocupava-se com a manutenção das casas como forma de garantir a preservação da habitação em condições. Para tanto, mantinha uma seção de operários num setor denominado de zeladoria⁴³² e, por intermédio dele, “[...] conservava, reformava e ampliava. [...] era composta de vários operários e dedicada exclusivamente ao atendimento das necessidades de todas essas moradias”.⁴³³ No entanto, no que se refere à pintura externa das casas, ela era uma responsabilidade dos moradores, os quais recebiam, anualmente, 10 Kg de cal destinados à realização dessa tarefa.

No relatório enviado aos acionistas em 1928, que pode ser utilizado como exemplo, observamos a seguinte exposição sobre a temática relativa às habitações de operários:

Conforme o nosso programa construimos e reparamos diversas casas para os nossos operários, eliminando cada vez mais as antigas residências de pouco conforto. Dependemos nesse objectivo, pela verba Conservação e Reparação de Immoveis 136:154\$610. (sic).⁴³⁴

431 Idem.

432 De acordo com Sulzbach (1989b), a zeladoria tinha outras funções essenciais para a sociedade, pois: “Afora essas e outras atividades, a zeladoria investiu grandemente na construção e manutenção do hospital, das igrejas, das sociedades, das escolas e outras entidades”. (p. 33).

433 SULZBACH, op. cit. 1989b, p. 33

434 RIO DE JANEIRO. Relatório da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, apresentado em 23 de junho de

É possível observar que, nas primeiras décadas do século XX, o discurso das companhias sobre si mesmas direcionava-se no sentido de se auto-indicarem como benfeitoras da sociedade, estabelecendo parceria com os órgãos públicos. Assim, em todos os relatórios aos acionistas, uma seção dedicava-se à exposição dos gastos da empresa com benefícios concedidos aos empregados e seus familiares.

Uma descrição da região, mais especificamente das circunvizinhanças das minas de São Jerônimo, feita por um cronista do Diário de Notícias de 1943, apresentava a região caracterizando-a como segue.

Tem cerca de 1.500 casas e conta com uma população de 6.600 almas, sendo que 2.500 são operários, auxiliares, serventurios, empregados das minas do CADEM. Os grandes armazéns, as cooperativas, o ambulatório, o Grupo Escolar “Castro Alves”, os bares, farmacia, duas igrejas católicas, clubes recreativos e esportivos, sindicato dos mineiros, tudo evidencia o grande desenvolvimento que já atingiu a Vila, bem como prognostica o futuro dessa localidade. (sic).⁴³⁵

O repórter indicava, também, os dados referentes à vila de Butiá, destacando:

No último recenseamento acusou a localização de 1.700 casas, 400 de alvenaria e 1.300 chalés de madeira. Algumas centenas desses chalés foram construídos pelo CADEM e entregues, recentemente, aos operários. Ali, segundo os cálculos feitos, o numero total de operários mineiros é um pouco menor que em Arroio dos Ratos: 2.200 homens. (sic).⁴³⁶

Em 1945, foi noticiada, nos jornais locais e do Rio de Janeiro, a construção de “Mil Casas Para os Operários das Empresas Carboníferas do Rio Grande do Sul”.⁴³⁷

1928, referente ao exercício de 1927. Slide 1928 (8). [MCAR/ACES].

435 DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14 de outubro de 1943. Slide 1943 (427). [MCAR/AEMS/ACES].

436 Idem.

437 Manchete principal do DIÁRIO CARIOCA de 24 de abril de 1945. Slide 1945 (162). No conjunto do jornal, ampla reportagem sobre a temática. Publicado também em: CORREIO DO POVO, 25/04/1945. Slide 1945 (246/300); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13/05/1945. Slide 1945 (188/278); DIÁRIO DE JUSTIÇA, 24/05/1945. Slide 1945 (332); CORREIO DO POVO,

As notícias davam conta de um acordo firmado entre a diretoria do CADEM e a Caixa de Aposentadoria e Pensões do Serviço de Mineração, pelo qual o consórcio procederia à doação de terrenos localizados próximos à “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” e “Companhia Carbonífera Rio-grandense”, em Butiá, e a Caixa de Aposentadoria e Pensões ficaria responsável pela construção das habitações. Elas seriam destinadas aos operários que trabalhassem nas empresas de mineração, os quais fossem associados e, de preferência, legalmente casados, pois existia a compreensão de que essa ação, conforme evidenciam as palavras a seguir, estava em concordância “com a ação pública e privada que ora se desenvolve no Brasil no sentido de amparar a família proletária”.⁴³⁸

O operário contemplado, por sua vez, tinha a obrigatoriedade do pagamento de um aluguel mensal. A iniciativa foi entendida pelos jornais como uma ação a ser imitada no estado e fora dele, pois, através dela, seria possível “solucionar de maneira racional o problema da habitação proletária”.⁴³⁹ Após a assinatura da doação dos terrenos, o diretor da Caixa de Aposentadorias e Pensões discursou, apresentando sua percepção sobre a questão, que expressava como extensiva a todos os trabalhadores, enaltecendo a atitude abnegada do CADEM, como podemos verificar por intermédio das palavras seguintes.

[...]. congratulando-se com o CADEM pela esplêndida demonstração, que seus diretores acabavam de dar, do desejo de assegurar o máximo de conforto a seus operários continuando assim a linha de longa data traçada por aquela organização que já tem a seu crédito tão notáveis realizações no campo da assistência social. (sic).⁴⁴⁰

A declaração do diretor da Caixa de Aposentadoria e Pensão direcionava-se no sentido de destacar a política e a postura de constante concessão de benefícios que a companhia mineradora executava em relação aos trabalhadores do carvão. Em resposta aos elogios e às expressões de simpatia recebida, o diretor do CADEM, Roberto Cardoso, falou aos presentes, por ocasião do referido discurso,

27/05/1945. Slide 1945 (304); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 06/06/1945. Slide 1945 (307). [MCS/AEMS/ACES].

438 DIÁRIO DE NOTÍCIA de 13 de Maio de 1945. Slide 1947 (278). [AEMS/ACES].

439 DIÁRIO CARIOCA de 24 de abril de 1945. Slide 1945 (162). [MCAR/ACES].

440 Idem.

destacando que:

[...] a linha traçada pelas empresas carboníferas gauchas no sentido de dar o máximo de amparo a seus operários não seria quebrada. Era preciso, porém, continuou o diretor do Cadem que, houvesse sempre um ambiente de serenidade, disciplina e espírito de cooperação por parte dos próprios operários e também que não faltasse às empresas carboníferas do Rio Grande do Sul o reconhecimento do valor da obra que vêm realizando em prol da grandeza e da independência econômica do Brasil, por parte das autoridades federais. (sic).⁴⁴¹

O discurso do diretor do consórcio apresentou duas mensagens direcionadas a diferentes grupos sociais. O diretor afirmou a intenção de manutenção de uma postura de concessão de benefícios ao operariado que se encontrava sob sua tutela, mas, ao referir a necessidade de manutenção de uma situação em que “houvesse sempre um ambiente de serenidade, disciplina e espírito de cooperação por parte dos próprios operários”, ele estabeleceu uma norma condicional. Assim, a companhia concedia, mas esperava que seu operariado, consciente e agradecido pelo que lhe era dado, mantivesse uma postura correta em relação ao trabalho e à própria empresa, que, em última instância, era percebida como a “grande mãe brasileira”,⁴⁴² a qual dava, mas, em troca, esperava obediência. Era o controle da conduta do trabalhador.⁴⁴³

441 Ibidem.

442 A associação, por analogia, das companhias de mineração com a “mãe” foi referenciada por SULZBACH, op. cit. 1989, p. 105, ao narrar a postura adotada pela Companhia Mineradora, quando da emancipação de Arroio dos Ratos, dizendo: “[...] E aqui, uma vez mais, a Companhia fez o papel de ‘Mãe Brasileira’ como era designada pelo povo, vendendo tudo a preços baixos e acessíveis”. (sic). (Grifo do autor).

443 Muitos pesquisadores têm se ocupado do estudo acerca da adequação do trabalhador ao mercado de trabalho capitalista; entre eles, destacamos: BORGES, Stela. Italianos: Porto Alegre e trabalho. Porto Alegre: EST Edições, 1993; BRESCIANI, Maria Stella M. Metrôpoles: As faces do monstro urbano (as cidades do século XIX). In: Rev. Bras. de História. Cultura e Cidades. São Paulo: Editora Marco Zero, 1985. Vol. 5. n° 8/9; CHALHOUB, S; ESTEVES, M. & RIBEIRO G. Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio: Vivência de libertos, “galegos” e mulheres pobres. In: Rev. Bras. de História. Cultura e Cidades. São Paulo: Editora Marco Zero, 1985. Vol. 5. n° 8/9; CHALHOUB, S. Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986; CHALHOUB, Sidney. Classes perigosas: Trabalhadores. Campinas: Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth, 1990; COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983. 282p; FENELON, Déa. Sociedade e Trabalho na História. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986. Revista Brasileira de História. Vol. 8, n° 11; MAUCH, Cláudia et al. (colab.). Porto Alegre na virada do século 19. Cultura e sociedade. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Editora da Universidade/UFRGS/ Ed. ULBRA/ Ed. UNISINOS, 1994; PETERSEN, Sílvia. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: DACANAL, J.H; GONZAGA, S. (org.). RS: Economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

Em outro sentido, a fala do diretor do CADEM voltava-se aos órgãos oficiais, apresentando os feitos do consórcio como ações direcionadas “em pról da grandeza e da independencia econômica do Brasil” (sic) ⁴⁴⁴ e advertindo que a manutenção dos benefícios necessitava de reconhecimento do valoroso trabalho realizado pela empresa para o bem maior da sociedade. O discurso do diretor do CADEM foi ampliado, pois não era o ato isolado de doação dos terrenos que estava sendo referenciado, mas todo o conjunto de feitos do consórcio.

É notório que, nesse contexto, período que compreendeu a aproximação do final da Segunda Guerra Mundial, a fala do diretor destacava um elemento de advertência quanto aos cuidados que seriam necessários prestar à indústria carbonífera.⁴⁴⁵ O foco era a possibilidade de redução da política de apoio e defesa à indústria do carvão nacional, quando o produto estrangeiro voltasse a figurar nos mercados nacionais.

Outro aspecto relacionado à política de concessão de moradias aos operários foi destacado por Sulzbach que, apesar de enfatizar que o oferecimento de moradias ao empregados, por parte da companhia era “Uma norma sumamente louvável [...]”⁴⁴⁶, destacava, posteriormente, que:

[...] a Cia. Mineradora oferecia a seus operários moradias simples e pequenas, que pouco conforto podiam proporcionar. No geral as moradias contavam com terreno de maiores proporções, que possibilitava o plantio de hortaliças e pomares. Estes terrenos eram cercados com tunas e maricas, porque esta ‘cerca’ era mais barata. Em épocas mais remotas, cada casa possuía um fogão de chapa fundida. Como não havia lenha, ou devido à sua escassez, ele era alimentado com o carvão mineral, que todos retiravam gratuitamente. O curioso é que este carvão devia ser queimado em pequenos blocos. Do contrário, não se mantinha aceso e se desfazia.⁴⁴⁷

444 DIÁRIO CARIOCA de 24 de abril de 1945. Slide 1945 (162). [MCAR/ACES].

445 Essa questão foi destacada, no capítulo dois, através da reportagem concedida à GAZETA DE NOTÍCIAS, sobre a defesa da produção nacional de carvão, em que o diretor expôs sua preocupação com a concorrência que se estabelecería após o término do conflito e os receios de que a indústria nacional voltasse a ser preterida. GAZETA DE NOTÍCIAS de 21 de novembro de 1944. Reportagem com Roberto Cardoso sobre a defesa da produção nacional de carvão. Slide 1944 (723). [MCAR/AEMS/ACES].

446 SULZBACH, op. cit. 1989b, p. 33.

447 Idem, p. 95.

Observamos que a afirmação que louvava o ato se transformou, num momento posterior, por uma que referenciava a pouca qualidade do benefício concedido. Ao mesmo tempo em que o cônego aprovava a atitude que beneficiava os empregados, apontava que o gesto empreendido pela companhia apresentava aspectos que deixavam a desejar. Em sua exposição, observam-se elementos que, em um primeiro momento, parecem contraditórios, pois dizia que a companhia fornecia as moradias, mas elas não tinham qualidade; os terrenos eram grandes, mas as cercas eram as mais baratas sendo, portanto, também de baixa qualidade; que os moradores retiravam *gratuitamente* o carvão de que necessitavam para fazer fogo, mas que este era de difícil manejo.

Nas palavras de D^a. Antônia Álvares, que morou onze anos na região carbonífera durante as décadas de 1940 e 50, acompanhando o esposo que era médico,

As casas que os mineiros moravam eram muito simples, sem nenhum conforto. Os engenheiros ganhavam bem e moravam em casas muito confortáveis. A vida não era tão cara porque não se tinha muitas opções. As casas dos engenheiros, médicos e graduados ficavam numa elevada, após havia os escritórios da companhia e depois tinha um descampado e só então vinham as casas dos mineiros.⁴⁴⁸

Em continuidade à sua fala, o cônego apresentava aquilo que, a nosso ver, se constituiu no ponto de convergência dos elementos apresentados, ou seja, aquilo que se definiu como o cerne da questão, quando discorria sobre a consequência das ações “beneficentes” da companhia, como podemos constatar a seguir.

Outra situação peculiar levou o minerador a uma dependência generalizada da Cia. Mineradora: as terras, as casas, a luz, a água, o telefone, o hospital, a cooperativa e outras coisas mais, eram propriedade exclusiva dela. Tal dependência trouxe consigo um paternalismo nocivo, cujas consequências se fazem sentir até nossos dias e só se apagarão através de novas gerações.⁴⁴⁹

Para Sulzbach (1989), a dependência completa dos trabalhadores às

448 Entrevista com D^a. Tonica em 21 de abril de 2006. Porto Alegre. [ACES].

449 SULZBACH, 1989b, p. 18.

concessões da companhia, associada aos reduzidos ganhos que geravam uma dificuldade intrínseca de garantir a sobrevivência familiar⁴⁵⁰ produziu uma espécie de letargia nos operários, que acabavam desgastando suas vidas e esperanças nas atividades cotidianas.

Com isso, o minerador não alimentava esperança de melhoria no dia a dia do seu mourejar. Não entrevia perspectivas de mudanças, nem a curto e nem a longo prazo. Não vislumbrava outras alternativas de serviço, a não ser os relacionados a mineração.

Tal situação o levava a um indiferentismo generalizado, a um marasmo e a uma depressão psíquica, que não lhe permitia aspirar a uma situação diferente e melhor. E tudo isso resultava num conformismo acomodador, inibidor e mortal para qualquer tentativa de mudança.

Assim, entregue a si mesmo e à sua triste sorte, o minerador via passar os dias, as semanas, os meses, os anos e a vida. (sic).⁴⁵¹

Para o cônego, as dificuldades do mineiro para garantir a sobrevivência familiar, como único provedor, através da realização de uma atividade econômica de extrema exigência, bem como o estado de dependência absoluto, geravam uma situação de desencanto que, associada aos baixos rendimentos, leva-nos a constatar que “[...]. Pouco ou nada sobrava para algum entretenimento, dentro ou fora de casa”.⁴⁵² Tais fatores tornavam a vida do trabalhador das minas sem sentido ou esperanças. Sulzach sintetizava a questão referente aos malefícios que a concessão das moradias trouxe aos trabalhadores, dizendo:

[...] todos os terrenos e as casas aqui existentes eram de propriedade da Companhia extratora do carvão. Assim sendo, pouco interesse havia, por parte dos seus usuários, de melhorar as condições das moradias e de suas adjacências.

Havia muitas cercas de maricas, de tunas e de taquaras, dando um aspecto tétrico a cidade. As ruas estavam entregues ao abandono, sem nenhum calcamento e sem esgoto. Iluminação pública era desconhecida. Pontas de gado perambulavam, dia e noite, pelas ruas, invadindo hortas e jardins e deixando atrás de si as “flores” de

450 Na região carbonífera do Rio Grande do Sul, durante o período abordado em nosso estudo, não foi possível detectar a presença do trabalho feminino nas atividades de mineração. Sulzbach (1989) afirma que: “Em todo o período da mineração, praticamente não existiu mercado de trabalho para as mulheres e moças. Seus afazeres se restringiam ao cuidado dos filhos e da casa”. (p. 96). Sobre o trabalho feminino em minas de carvão de Santa Catarina: CAROLA, Carlos R. Dos subterrâneos da história. As trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina. 1937-1964. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. 262p.

451 SULZBACH, op. cit. 1989b, p. 96.

452 Idem.

sua excreção. Praça não havia uma siquer. [...].⁴⁵³

Essa afirmação do cônego explicita a compreensão dos problemas dos mineiros na percepção de um dos conselheiros espirituais da região. O espaço em que se dava o discurso do cônego era aquele que se produzia fora do outro, ou seja, Sulzbach não era um mineiro, não trabalhava no subsolo e, portanto, não era um empregado direto da companhia. Sua análise se dava à medida que, observando o contexto vivenciado, dava voz, em sua opinião, aos que não “sabiam” falar. Assim, a contradição do discurso se apresentava na medida em que, como membro componente da elite religiosa local, percebia e reconhecia a importância das companhias de mineração, em todos os níveis, para o desenvolvimento regional. Em contrapartida, percebia também a situação precária que constituía a realidade cotidiana dos trabalhadores da indústria do carvão.

Para os trabalhadores das minas, a questão da concessão de habitações direcionava-se em dois sentidos, como poderemos ver nos exemplos que seguem. Nas palavras de Valdirio, mineiro da região de Charqueadas, a prática de concessão de casas não ocorreu para todos e nem em todo o período. Sobre essa questão, o mineiro menciona:

No início ela dava casa. Dava casa e dava luz para os que vieram do Rato. No início daqui eles ganharam casa. Casa mesmo, um chalezinho de madeira. Era tudo da companhia. Eles davam pra morar. Eles não davam pro cara de dono, ficar de dono, era só enquanto eles estavam trabalhando. Quando eles paravam, eles tiravam a casa do cara. Enquanto eles estavam trabalhando eles davam casa, fazia isso, dava luz também e se cobrava era uma pequena taxa. Água não tinha, depois é que veio água encanada. Mas aí... mas aí depois ela fez um acordo com os moradores e vendeu as casas. Ela não ficou, passou pros donos e aí vendeu. Fez uma prestaçãozinha. Foi assim depois ela foi fazendo... vendendo pros moradores por um preço acessível. Quando eu vim prá cá em 64, já não ganhei casa. (sic).⁴⁵⁴

Nesse caso, observamos que a indicação do mineiro era de que a concessão de habitações era uma realidade em desuso na década de 1960, quando ele passou a realizar a atividade; porém a prática era conhecida, tendo sido inclusive citados

⁴⁵³ Ibidem, p. 105.

⁴⁵⁴ Entrevista com Valdirio Santos em 26 de junho de 2005. Charqueadas. [ACES].

indivíduos da comunidade que haviam sido contemplados com o benefício. A observação empírica do mineiro pode estar inserida na transformação das relações de trabalho que, como lembra Dean (1977), no período da Primeira Guerra Mundial, no Rio de Janeiro e em São Paulo, nas fábricas urbanas, o tratamento era impessoal, sendo que praticamente não existia mais o paternalismo. Segundo o autor:

[...]. Em lugar disso, os administradores experimentavam uma certa dose de taylorismo. Em regra geral, as condições de trabalho eram primitivas e perigosas. Trabalhavam-se, em regra, dez ou onze horas por dia e seis dias por semana, a uma taxa muito próxima do salário agrícola, e que assim permaneceu apesar dos progressos da produtividade. No Rio e em São Paulo, pelo menos, por ocasião da Primeira Guerra Mundial, as relações de trabalho eram, sobretudo, relações de classe; os velhos laços do paternalismo tinham sido rompidos.⁴⁵⁵

Entretanto, na memória do senhor Darci, a questão sobre a concessão de habitações para os mineiros apresentava outra perspectiva, pois, por ter sido um dos operários que recebeu o benefício, acreditava que todos, indistintamente, também o haviam recebido. Isso pode ser constatado na sua declaração:

Ganhava. Naquele tempo ganhava. Ganhava até eles vender as casas. Todo o mineiro que morava nas casas daqui ou no Butiá. Como na casa que eu morava aqui e depois eles me venderam a casa por uma porcariazinha. Depois que eu paguei me deram a escritura tudo certinho. (sic).⁴⁵⁶

Percebemos, entretanto, que, independente da questão de receber ou não a habitação, havia o conhecimento de que, em um determinado momento, a companhia oportunizou a compra por um valor considerado irrisório. Por outro lado, observamos que não há nenhuma referência negativa à situação de o mineiro ter que sair da habitação, no caso de deixar de trabalhar para a companhia. O fato de que a companhia tinha a propriedade do imóvel, o mineiro apenas tinha a posse e, por isso, estava à mercê da companhia, não parecia ser problema para os

455 DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris. (org.). O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Tomo III. 2a ed. 1o Vol. São Paulo: Difel, 1977, p. 277.

456 Entrevista com Darci Fagundes em 25 de junho de 2005. Charqueadas. [ACES].

depoentes. Ao contrário, a fala dos mineiros destacava aspectos positivos da relação e colocava a companhia de mineração numa posição de benfeitora, pois ela dava casa, ela dava luz e vendia os imóveis por preços módicos pela condição única da continuidade no trabalho.

Em síntese, a visão dos operários sobre a concessão de benefícios e as exigências das empresas, nesse caso, revela uma avaliação positiva: a Companhia era “a grande mãe brasileira” conforme afirmava Sulbach⁴⁵⁷ em seus escritos, e isso bastava para conferir-lhe direitos sobre seus tutelados.

3.2.2 Saúde: direito ou dever?

A realização de atividades ligadas à assistência ao trabalhador foi uma preocupação das companhias de mineração. A inexistência de um local para atendimento em caso de doenças da população da região oportunizou a montagem de um ambiente específico de assistência ao trabalhador ainda na década de 1920. No relatório da “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” aos acionistas, referente ao exercício de 1927, observamos algumas das providências para a assistência aos empregados.

O serviço de assistência medica, hospitalar e de pharmacia foi exercido pelos nossos dois facultativos e demais pessoal com o costumado zelo e carinho, tendo a despesa por essa verba e os auxílios se elevado a 120:488\$670. Além dessas verbas houve este anno uma verba um tanto elevada de accidentes no trabalho e indenisação que importou em 41:330\$600. (sic).⁴⁵⁸

A estratégia de assistência da companhia direcionava-se no sentido de encaminhar verbas para a realização da atividade, bem como contratação de pessoal com experiência para isso.

457 SULZBACH, op. cit. 1989, p. 105.

458 RIO DE JANEIRO. Relatório da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo de 1928, referente ao exercício de 1927. Também publicado: JORNAL DO COMMÉRCIO 24/06/1928. Slide 1928 (8); GAZETA DE NOTÍCIAS. Agosto/28. Slide 1928 (14). [MCAR/AEMS/ACES].



Figura 51: Farmácia da Assistência – Fachada – [193?] ⁴⁵⁹

Conforme Weber (1999:59), citada anteriormente neste capítulo, as farmácias eram mais que simplesmente locais de distribuição de medicamentos, elas se constituíam em ambientes privilegiados de encontros para troca de informações. Na imagem anterior, podemos observar diferentes grupos da sociedade sendo representados: os empregados da farmácia, os senhores e as crianças. A postura das pessoas na imagem indica uma preparação para o momento da fotografia, porém, chama a atenção por se diferenciar das demais, através da postura irreverente do senhor no canto inferior direito, por exemplo.

459 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

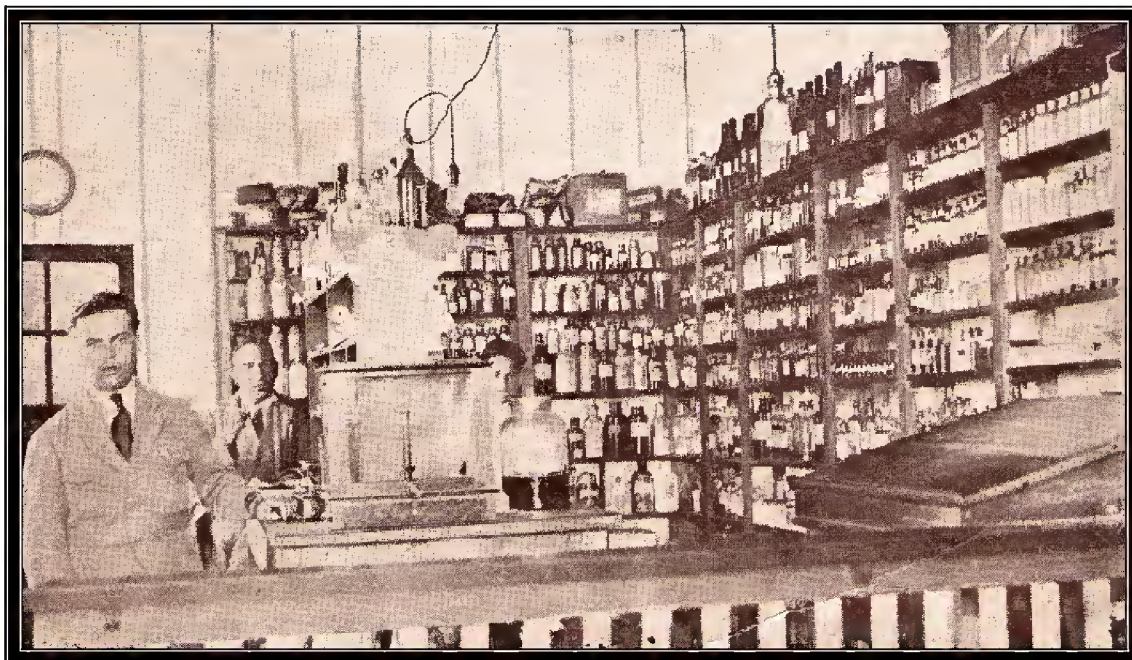


Figura 52: Farmácia da Assistência – Interior – [193?] ⁴⁶⁰

Na imagem do interior da farmácia, alguns elementos se destacam: os atendentes mantêm uma postura séria e grave e, mesmo uniformizados, utilizam camisa e gravata por baixo do jaleco. Nas prateleiras, podemos ver uma série de frascos indicando que a predominância, senão a totalidade dos medicamentos disponíveis à população era composta por líquidos, ou seja, loções, extratos, unguentos, etc. Aparentemente, não havia comprimidos.

A partir da década de 1940, uma série de empreendimentos passou a ser realizada, sistematicamente, pelo consórcio em prol dos trabalhadores das companhias. Esses empreendimentos, como hospitais, consultórios médicos, consultórios odontológicos, eram realizados pelas companhias e às suas custas, na figura do diretor-presidente Roberto Cardoso.⁴⁶¹ Essas ações visavam à promoção da saúde e do bem-estar da população local. Segundo Rigatto (1964), ao analisar a

460 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

461 Weber (1999) destaca que a manutenção da saúde, no final do século XIX, era algo bastante caro, não sendo acessível para a maioria da população. Para mensurar os valores, a autora compara o preço de alguns elementos do final do século XIX e o valor das consultas médicas no início do século XX: "Para se ter uma idéia dos preços, em 1898, o salário mensal de um operário girava em torno de 150\$000. O aluguel de uma casa popular era de 40\$000. [...] Por esses preços, percebemos o quanto era inviável um trabalhador ter acesso a um serviço especializado, pois ao preço de 5\$000 réis a consulta, o atendimento médico tornava-se muito difícil para as classes populares, que se limitavam a procurar as instituições de caridade, que prestavam atendimento gratuito". (p. 96).

saúde no Rio Grande do Sul, é possível constatar um dos principais problemas da região e que se relacionava com a existência das minas de carvão com base nas palavras que seguem.

[...] as doenças ocupacionais merecem destaques as pneumoconioses, especialmente a silicose e a antracose, produzidas pela inalação de pó de sílica e de partículas de carvão, respectivamente. Estas doenças vitimam uma alta percentagem dos operários que trabalham em nossas jazidas carboníferas, as segunda do país em importância, e que, lamentavelmente, estão longe de oferecer proteção satisfatória aos que nelas operam. (sic).⁴⁶²

Para Rigatto (1964:179), os elementos que essencialmente são promotores de melhoria da saúde geral da população, bem como elementos que amenizam os problemas ocupacionais são: a promoção da alfabetização das populações; a realização de campanhas de esclarecimento e a prevenção de doenças.

Em uma entrevista datada de janeiro de 1943 ao Correio do Povo, o diretor-presidente se referiu aos seus feitos contando sobre as “[...] diferentes iniciativas que tinha deliberado tomar, a fim de, cada vez mais vir ao encontro das necessidades dos inúmeros mineiros que empregam suas atividades nas Minas de São Jerônimo e Butiá, bem como de suas exma famílias”.(sic).⁴⁶³

Essas iniciativas se relacionavam às questões de assistência e eram amplamente divulgadas na imprensa. Podemos exemplificar com os primeiros anos da década de 1940, quando se deu um amplo movimento para a construção de um hospital que pudesse atender a população local, principalmente os trabalhadores e suas famílias, que, até então, contavam com um atendimento de urgência precário e pouco eficiente. O projeto inicial previu a construção do hospital num único prédio em um amplo terreno, conforme podemos observar no desenho do hospital abaixo.

462 RIGATTO, Mário. A Saúde no Rio Grande do Sul. In: COSTA, R. M. B.; FRANCO, S. C.; MEDEIROS, L., et al. Rio Grande do Sul. Terra e Povo. Porto Alegre: Editora Globo, 1964, p. 176.

463 CORREIO DO POVO de 09 de janeiro de 1943. [MCS/AEMS/ACES].

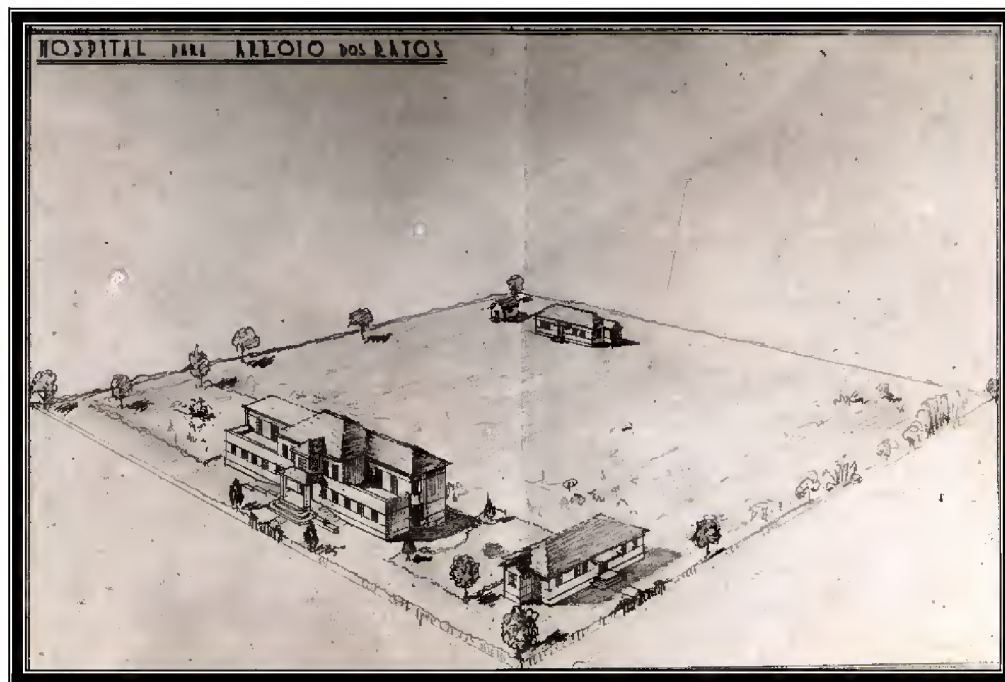


Figura 53: Projeto do Hospital – 1940 ⁴⁶⁴

A construção do prédio deu-se nos anos 1941/42, tendo sido todo ele financiado pelo CADEM. Na imagem a seguir, vemos as paredes sendo levantadas.



Figura 54: Construção do Hospital Sarmiento Leite - 1941 ⁴⁶⁵

464 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

Na imagem anterior, podemos observar ao fundo outras construções. Elas eram unidades pertencentes também ao hospital e estavam sendo erguidas ao mesmo tempo em que a ala principal.



Figura 55: Construção do Hospital Sarmiento Leite - 1941⁴⁶⁶

Nessa fase da construção, já era possível observar as características externas do prédio. No lado esquerdo, a ala se encontrava em estágio mais avançado, podendo ser vistas as janelas com as esquadrias e o local da porta de acesso principal.

Na imagem seguinte, podemos ver o Dr. Roberto Cardoso, de chapéu e botas, no canto inferior esquerdo, e sua comitiva em viagem de inspeção. Essas inspeções, nos locais de realização das obras assistenciais do CADEM, não eram incomuns; pelo contrário, sempre que um visitante ilustre ou uma comitiva marcava uma visita às minas, eram conduzidos por todas as obras do consórcio.

465 Idem.

466 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].



Figura 56: Construção do Hospital Sarmiento Leite - 1942 ⁴⁶⁷

A inauguração do hospital ocorreu em 1942 e lhe foi o nome de “Hospital Sarmiento Leite”, em homenagem ao fundador da Escola de Medicina de Porto Alegre. Na próxima imagem, vemos o momento em que o Dr. Roberto Cardoso (frente, centro, com chapéu na mão) saía das dependências do hospital, seguido de sua esposa, senhora Isah Cardoso, e comitiva.

467 Idem.



Figura 57: Inauguração do Hospital Sarmiento Leite - 1942⁴⁶⁸

O Hospital foi aparelhado com sala de operações, serviço de raios-X, raio ultravioleta, sala de esterilização, ambulatório, lavanderia, etc. A administração foi confiada às religiosas da Congregação do Sagrado Coração de Maria.



Figura 58: Salas de operação/curativos – 1942⁴⁶⁹

468 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

469 Idem.

A construção do hospital era, segundo Roberto Cardoso, uma necessidade regional prioritária, pois a inexistência de um local ou mesmo de pessoas especializadas que pudessem atender às situações de emergência se tornava um problema numa região onde predominava a realização de uma atividade econômica de alta periculosidade.

Por fim, houve a preocupação relacionada aos pacientes que, não podendo ser atendidos nas acomodações do hospital local, necessitavam de transferência para Porto Alegre. Assim, segundo Roberto Cardoso, “Para o transporte dos doentes e acidentados ao hospital, de uma mina para outra, adquirimos uma ambulância idêntica às do Hospital de Pronto Socorro desta capital”.⁴⁷⁰ O destaque à semelhança do transporte com o do hospital de Porto Alegre inseria-se na prerrogativa de que ele era tão bom quanto o que existia na capital.

No ano seguinte, os jornais passaram a divulgar uma nova ação do CADEM, referindo-se à instalação de um serviço de assistência de maternidade, pré-natal e de puericultura em ambiente anexo ao hospital “Sarmiento Leite”. Os jornais locais alegavam que tais ações se inseriam dentro do programa de assistência ao pessoal e ao operário, concebido e noticiado por Roberto Cardoso na imprensa da capital anteriormente. No Diário de Notícias do dia 18 de março de 1943, a reportagem apresentava os feitos do diretor presidente: “Esse serviço, que foi feito às expensas do Consorcio de Mineração, dará assistência medica e instrutiva pré-natal, assistência ao parto e finalmente assistência ao cuidado da criança até á idade de um ano. Essa assistência subentende-se: médica e alimentar. [...]”. (sic).⁴⁷¹

Inicialmente, o atendimento ao público-alvo a que se destinavam os serviços recém implantados, ou seja, maternidade, pré-natalidade e puericultural, foi realizado junto aos ambulatórios, existentes em cada localidade, aprovados pelo Departamento de Saúde. Após, esses serviços foram encaminhados para construções especialmente estruturadas a esse fim. A direção dos serviços coube a

470 CORREIO DO POVO de 03 de dezembro de 1942. Slide 1942 (120). [MCAR/AEMS/ACES].

471 DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 18 de março de 1943. Slide 1943 (91). Também publicado em: CORREIO DO POVO, 03/03/1943. Slide 1943 (73); CORREIO DO POVO, 18/03/1943. Slide 1943 (92); DIÁRIO CARIOCA 24/03/1943. Slide 1943 (105). [MCS/AEMS/ACES].

três médicos, que contavam com o apoio de assistentes práticos e, ainda, das esposas dos engenheiros e dos chefes de departamento, que, segundo o diretor geral, estavam à disposição dos médicos para as atividades que lhes fossem solicitadas.

As obras de instalação dos serviços foram acompanhadas pelo diretor-presidente do consórcio, que se transferiu provisoriamente do Rio de Janeiro para a região carbonífera. Na ocasião, no jornal, publicou-se o telegrama enviado por Roberto Cardoso ao presidente da República, cujo texto transcrevemos.

Tenho o prazer de comunicar a V. Excia. que foi iniciada nas Minas de São Jerônimo a construção de edifício destinado á maternidade anexo ao Hospital 'Sarmento Leite' inaugurado em agosto último. Instalamos também nas Minas Consorciadas São Jerônimo e Butiá os serviços de Pré-natalidade e puericultura custeados exclusivamente por essas emprêsas. Congratulando-me com V. Excia. por essas duas realizações acredito ter secundado modestamente aos humanitários designos de V. Excia. Em diminuir a mortalidade infantil e preparar fisicamente os brasileiros do futuro. Respeitosos cumprimentos. – (a.) Roberto Cardoso. (sic).⁴⁷²

No telegrama, podemos constatar a indicação de “parceria” e emparelhamento das ações que norteou o discurso do CADEM durante o tempo em que Roberto Cardoso esteve na direção do consórcio. Em resposta ao telegrama e corroborando a percepção de integração de direcionamentos, o diretor do Departamento Nacional da Criança respondeu, em forma de ofício, sendo este publicado nos periódicos regionais.

Acabo de ler o telegrama em que V. S. comunica ao Sr. Presidente da República o início da construção do edifício destinado á maternidade, anexa ao Hospital 'Sarmento Leite', assim como a instalação, nas minas consorciadas de São Jerônimo e Butiá, dos serviços pré-natal e de puericultura. Esses empreendimentos causaram sincero regosijo no Departamento que vê, assim, ampliar-se, por iniciativa particular, a rêde de socorros médico-sociais ao maior problemas de nossa pátria – a proteção á maternidade e á infância.

472 DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 18 de março de 1943. Slide 1943 (91). Também publicado em: CORREIO DO POVO, 18/03/1943. Slide 1943 (92). [MCS/AEMS/ACES].

Congratulando-me com V. S. por essas realizações em proveito a nossa raça, valho-me do ensejo para enviar a V. S. as publicações do Departamento. Atenciosas saudações. – (a.) Gastão de Figueiredo, Diretor. (sic).⁴⁷³

As notícias sobre as ações assistencialistas do CADEM, mais especificamente de Roberto Cardoso, alcançaram os níveis nacionais e, ainda em março de 1943, o Diário Carioca publicou uma ampla reportagem com a manchete: “Uma notável obra de assistência social”. Nela, apresentou, conforme foi publicado nos jornais locais, a inauguração dos novos serviços instituídos por Roberto Cardoso em benefício dos operários, de acordo com o programa de assistência ao pessoal, através do enfoque que segue.

As empresas carboníferas do Rio Grande do Sul – Companhia São Jerônimo e Minas de Butiá, - administradas pelo ‘CADEM’, são, sem favor algum, das que mais se têm distinguido no cumprimento de sabia e patriótica política do presidente Getúlio Vargas, de amparo e assistência às classes trabalhistas. (sic).⁴⁷⁴

Nesse fragmento, o periódico destacava o emparelhamento de objetivos entre o consórcio e o governo, indicando que ambos, com ações patrióticas, buscavam o bem comum de amparo aos trabalhadores. Como de costume, o jornal, em continuidade à reportagem, publicou a resposta que o diretor-presidente do CADEM enviou, em forma de telegrama, ao Departamento Nacional da Criança para o diretor Gastão Figueiredo.

Nele, Roberto Cardoso dizia: “[...] não encontro palavras para traduzir os meus agradecimentos pelas expressões externadas, a propósito dos Serviços de Pré-Natalidade e Puericultura, por mim recentemente instituídos nas Minas de São Jerônimo e nesta localidade”. (sic).⁴⁷⁵ Fica evidente, com base nisso, que, ao agradecer, o diretor do CADEM assumiu para si toda a responsabilidade e o mérito do empreendimento. Na seqüência do texto, enfatizou mais ainda seu papel no

473 DIÁRIO DE NOTÍCIAS 30 de março de 1943. Slide 1943 (114); Também publicado em: CORREIO DO POVO, 30/03/1943. Slide 1943 (128).

474 DIÁRIO CARIOCA de 24 de março de 1943. Slide 1943 (105). [MCAR/AEMS/ACES].

475 Idem.

processo.

Pretendo quando regressar ao Rio de Janeiro, - o que se dará em meados de abril próximo, - em companhia de minha senhora, pessoalmente procurar v. s. afim de colher informes locais, para, depois, adaptá-los, dentro das possibilidades das minas, aos trabalhos que, com tanto sucesso, foram recentemente inaugurados. Renovo a v. s. os meus mais sinceros agradecimentos pela maneira distinta com que recebeu **a minha iniciativa** e isso **servir-me-á de estímulo** para, com mais denodo, prosseguir na obra que **me propus levar avante**.

Queira aceitar, presado diretor, as expressões de minha alta admiração e estima. (assinado) – Roberto Cardoso – diretor. (sic). (Grifo nosso).⁴⁷⁶

Observamos, assim, que o chamado do texto se direcionava exclusivamente para a figura do diretor geral. Não há referências às realizações do CADEM, mas, sim, de Roberto Cardoso. Mesmo tendo ficado claro, em momentos anteriores, que as despesas decorrentes da instalação desse tipo de serviço estavam por conta das companhias de mineração, era a figura do dirigente que recebia as congratulações.

Essa percepção e associação da obra de assistência com o diretor Roberto Cardoso, e não com as companhias pertencentes ao consórcio, ficou explícita na nota informativa publicada pelo Correio do Povo em agosto de 1943. Segue o teor:

Acha-se em vias de conclusão o aumento do Hospital Sarmiento Leite, destinado à Maternidade e alojamento das freiras, etc. Estes melhoramentos causaram grande regosijo na população, que não regateia aplausos ao sr. Roberto Cardoso, diretor-presidente do CADEM, pela iniciativa. (sic).⁴⁷⁷

Ao ser “entregue” à população local, à nova maternidade foi dado o nome de “Henriqueta Cardoso”, em homenagem à mãe do diretor do consórcio de mineração.

476 DIÁRIO CARIOCA de 24 de março de 1943. Slide 1943 (105). [MCAR/AEMS/ACES].

477 CORREIO DO POVO de 25 de agosto de 1943. Slide 1943 (217). [MCAR/AEMS/ACES].

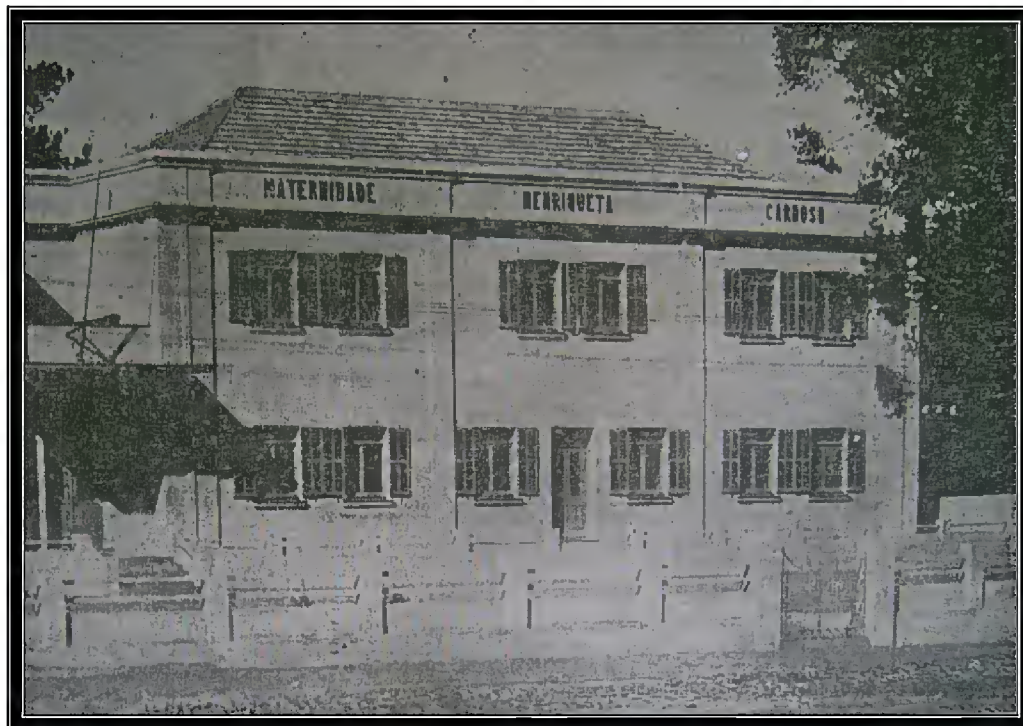


Figura 59: Maternidade Henriqueta Cardoso – 1943 ⁴⁷⁸

No segundo semestre de 1944, novamente, o jornal Diário de Notícias e o Correio do Povo passaram a registrar, com especial destaque, as atividades assistencialistas desenvolvidas pelo CADEM. Em ambos, foram publicadas reportagens e informes acerca dos benefícios recebidos pelos mineiros. No dia 17 de setembro, por exemplo, os dois periódicos publicaram a mesma reportagem que dava notícias da ampliação das ações assistencialistas do consórcio, recapitulava medidas implementadas e, por fim, posicionava-se frente às posturas assumidas pelas empresas.⁴⁷⁹ Assim, a abertura da reportagem apresentava uma breve recapitulação do que foi o CADEM, ao exortar:

Como é do conhecimento público, o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração, proprietário das minas carboníferas de Butiá e São Jerônimo, situadas em nosso Estado, é uma das organizações industriais do país que maior assistência social concede a seus trabalhadores.

⁴⁷⁸ Idem.

⁴⁷⁹ A reportagem apresenta o mesmo direcionamento e desenvolvimento em ambos os periódicos, havendo pequenas alterações do texto, pouco significativas, em algumas partes. Como são do mesmo dia, não se pode inferir autoria.

Em suas minas, que constituem o mais importante centro de produção industrial de nosso Estado, vivem mais de 7.000 operários e suas famílias. (sic).⁴⁸⁰

O texto da reportagem prosseguiu apresentando as ações efetivadas pelas companhias, como verificamos a seguir.

Seguindo o programa traçado por seu diretor-presidente dr. Roberto Cardoso, industrial de nome vastamente conhecido e considerado, o CADEM constantemente vem renovando e aperfeiçoando seu sistema de amparo aos trabalhadores mineiros. Sua obra de assistência social já representa algo de notável, pois não só protege o trabalhador propriamente dito, como suas famílias. Assim, nas vilas formadas junto de suas minas, erguem-se magníficos edifícios destinados à realização de um grande plano de amparo social. São os hospitais, escolas, maternidades, centros de puericultura, gabinetes dentários e etc. Neles os mineiros e suas esposas são beneficiados com tudo o que necessitam, recebendo, portanto, gratuitamente, instrução, assistência médica e dentária, além de outros reais meios para o seu bem estar. (sic).⁴⁸¹

Nesse excerto, sobressaiu-se o nome do diretor presidente como elemento essencial para o direcionamento do CADEM na implementação de um plano de assistência social ao trabalhador, extensivo a seus familiares. O texto apresentava as realizações, destacando qualidades positivas e afirmativas, bem como apontava as inúmeras vantagens ofertadas aos trabalhadores da mineração e suas famílias. A partir disso, o texto passava a informar as melhorias que seriam promovidas pelo Consórcio através da “construção de mais duas valiosas e esplendidas obras” na região de Butiá: “Trata-se da construção de uma maternidade e o aumento de seus grupos escolares”.⁴⁸²

A construção de uma maternidade na localidade de Butiá estava inserida no plano de assistência projetado pelo diretor-presidente do CADEM e tinha como justificativa a percepção de que havia necessidade de o serviço estar mais próximo

480 DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 17 de setembro de 1944. Slide 1944 (537). Também publicado em: CORREIO DO POVO, 17/09/1944. Slide 1944 (543); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/11/1944. Slide 1944 (680). [MCS/AEMS/ACES].

481 Idem.

482 DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 17 de setembro de 1944. Slide 1944 (537). Também publicado em: CORREIO DO POVO, 17/09/1944. Slide 1944 (543); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/11/1944. Slide 1944 (680). [MCS/AEMS/ACES].

de onde as famílias mineiras viviam, porque “Desta forma, as parturientes não mais necessitarão locomover-se para a Mina de São Jerônimo importando isso numa sensível melhoria, não somente para elas, como, também, para os próprios operários, que poderão visitá-las diariamente”. (sic).⁴⁸³ A proximidade do atendimento previa a possibilidade de o mineiro não precisar se distanciar da mina em visita à esposa quando esta estivesse internada, uma vez que as visitas poderiam ser diárias e, conseqüentemente, fora do horário de trabalho.

Além disso, a existência de um serviço de qualidade na Mina de Butiá aludia que “[...] os filhos dos operários lá mesmo continuarão recebendo assistência médica especializada durante os doze primeiros meses de existência – sistema este adotado pelo CADEM para melhor proteger e salvaguardar a saúde dos recém nascidos e de suas mães”.⁴⁸⁴ Dessa forma, a criança seria assistida em aspectos como alimentação e higiene, conforme já era feito em São Jerônimo.

Freire Costa (1983), ao apresentar as origens da ação dos higienistas na sociedade brasileira no século XIX, destaca:

A partir da terceira década do século passado, a família começou a ser mais incisivamente definida como incapaz de proteger a vida de crianças e adultos. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor a família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspiradas nos preceitos sanitários da época.⁴⁸⁵

Nesse sentido, enunciar que apenas através das instituições de saúde as crianças teriam os cuidados de que necessitavam para seu desenvolvimento pleno, pressupõe a inabilidade da família em garantir esse processo a seus membros. O autor enfatiza ainda que:

[...] o controle educativo-terapêutico instaurado pela higiene iniciou um modo de regulação política da vida dos indivíduos, que, até hoje, vem se mostrando eficiente. Através da tutela terapêutica o corpo, o sexo e as relações afetivas entre os membros da família, [...]

483 Idem.

484 Ibidem.

485 COSTA, J., op. cit. 1983, p. 12.

passaram a ser usados, de modo sistemático e calculado, como meio de manutenção e reprodução da ordem social burguesa. [...].⁴⁸⁶

Portanto, o plano de assistência social do CADEM, além de cuidar efetivamente de garantir a saúde e prevenir a doença, atingia a população beneficiada possibilitando a continuidade das relações de dependência existentes. Assim, o plano de construção da maternidade seguia o modelo da maternidade de “Henriqueta Cardoso” de São Jerônimo, tendo sido contratada uma importante empresa de Porto Alegre para a elaboração dos planejamentos de construção. O CADEM não poupava recursos.



Figura 60: Fachada da Maternidade de Butiá - 1944 ⁴⁸⁷

A administração dos serviços relacionados à saúde e construídos pelo CADEM, tanto em São Jerônimo quanto em Butiá, foi ofertada à Congregação das Irmãs do Puríssimo Coração de Maria, sendo assistidas por um corpo médico especializado e, no caso específico das maternidades, contando ainda com o auxílio das esposas dos trabalhadores graduados da empresa. Na imagem abaixo, vemos o corpo administrativo e médicos envolvidos nos diferentes serviços de saúde concedidos pelo consórcio.

486 Idem, p. 16.

487 CORREIO DO POVO de 25 de Agosto de 1943. Slide 1943 (217). [MCAR/AEMS/ACES].



Figura 61: Administração e corpo médico – 1943 ⁴⁸⁸

Conforme enfatizava o discurso dos jornais, a população local era sensível ao empenho do CADEM, entendendo seus esforços de melhoria de vida dos seus empregados e compartilhando do mesmo ideal. Nessa concepção, a visão do operariado era consciente e conivente com o papel atribuído ao consórcio (de bem feitor em luta constante pelo bem da nação), que, através da assistência social prestada aos seus subordinados, demonstrava seu patriotismo. Isso pode ser constatado na citação seguinte.

Compreendendo o magnífico gesto da administração do CADEM, por sua vez, os mineiros receberam com grande regosijo a notícia dos melhoramentos a serem executados, vendo neles, ao lado de sua significação patriótica, a expressão dos cuidados que a firma empregadora vota ao seu bem estar e o de suas famílias. (sic).⁴⁸⁹

⁴⁸⁸ Idem.

⁴⁸⁹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 17 de Setembro de 1944. Slide 1944 (537). Também publicado em: CORREIO DO POVO, 1/09/1944. Slide 1944 (543); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/11/1944. Slide 1944 (680). [MCS/AEMS/ACES].

Ainda de acordo com os periódicos estaduais, no tocante às percepções acerca das realizações do CADEM, observamos que estes entendiam que o consórcio, na implantação do plano de assistência aos operários e às suas famílias, compreendia a importância do bem-estar do empregado, para que esse pudesse dar o retorno esperado pela empresa.

Como se verifica, o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração não descarta no desenvolvimento e ampliação cada vez maior de seu plano de assistência ao trabalhador mineiro e sua família. Os dirigentes desta empresa não perdem nunca de vistas os benefícios resultantes da educação física e intelectual de seus servidores. Compreendendo a finalidade social do capital, tudo procuram fazer no sentido de elevar cada vez mais o bem estar do trabalhador, pois somente assim poderão contar com ele na grande tarefa de desenvolver a produção carbonífera, tão necessária quanto valiosa para o engrandecimento do país. (sic).⁴⁹⁰

A “finalidade dos melhoramentos”, conforme o subtítulo apresentado nos jornais, estava na concepção de que o operário produziria mais para a empresa, caso entendesse que ela lhe assistia as necessidades. Não é percebida a conotação de melhoria do nível de vida dos operários vinculada a questões humanitárias e de justiça social. Assim, a assistência aos mineiros tornava-se uma ação patriótica, pois o bem-estar deles era a garantia da produção do mineral de que o país necessitava. A reportagem, na continuidade do texto, mantinha a argumentação de amparo à classe trabalhadora para que esta produzisse o engrandecimento do Brasil.

O Brasil, mais do que nunca, necessita de carvão mineral para acionar suas locomotivas, navios e fabricas. Desta forma, ao CADEM, como uma das maiores empresas carboníferas do país, cabe o importante papel de possibilitar o engrandecimento nacional num dos setores mais relevantes de nossa economia. E assim, amparando, protegendo e auxiliando seus trabalhadores, aqueles que retiram das entranhas da terra o precioso mineral, predispondo-se ao trabalho fecundo e patriótico, o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração tem a benemérita finalidade de dar ao Brasil – mais e melhor – aquilo de que ele tanto necessita: carvão mineral. (sic).⁴⁹¹

490 Idem.

491 DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 17 de Setembro de 1944. Slide 1944 (537). Também publicado em: CORREIO DO POVO, 17/09/1944. Slide 1944 (543); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/11/1944. Slide 1944 (680). [MCS/AEMS/ACES].

Então, o CADEM nada mais era do que o instrumento pelo qual o engrandecimento da nação se fazia e Roberto Cardoso, por sua vez, a personificação do exemplo de dedicação à pátria. Observamos, aqui, a incorporação pelos periódicos da fala que colocava as companhias de mineração na posição de lutadoras pelo bem da nação. O Consórcio tinha, segundo a reportagem, “o papel” de construir o “engrandecimento nacional” pela exploração do carvão, e essa era uma “benemérita finalidade”.

Ainda em setembro de 1944, o jornal “A Noite” produziu uma ampla reportagem baseada em uma entrevista concedida por Roberto Cardoso, diretor-presidente do CADEM. Já na apresentação da reportagem, é possível perceber o direcionamento no qual será baseada a construção do texto. A ênfase deslocava-se do consórcio de empresas e passava a focar a figura do diretor-presidente, sendo que a ele foram atribuídas as glórias e direcionados os agradecimentos pelas inúmeras ações de cunho social.

Formando o núcleo extrativo mais importante do país, as minas de carvão de São Jerônimo, no Rio Grande do Sul, situam-se entre as obras de iniciativa particular que honram sobremodo o trabalho dos brasileiros. Não se pode negar ao diretor-presidente do Consórcio Administrativo que orienta as jazidas riograndenses, Sr. Roberto Cardoso, a parcela de maior relevo nas atividades do poderoso grupo industrial principalmente na parte de assistência dos mineiros e suas famílias. O Sr. Roberto Cardoso, vivendo em contacto mais estreito com os operários, conhece-lhes as necessidades e sabe atende-las. Foi com o objetivo de transmitir ao público o que tem sido a atividade do CADEM (Consórcio Administrativo de Empresas de Mineração), no campo de assistência social que A NOITE ouviu o Sr. Roberto Cardoso.⁴⁹²

O periódico colocava-se no papel de transmissor das informações, cabendo a ele mostrar ao público as grandes obras de cunho social realizadas pelo CADEM, mas o olhar que se utilizava era o do agente produtor das ações, ou seja, o olhar do Dr. Roberto Cardoso. Destacava-se, ainda nesse intróito, a mensagem de que o diretor do CADEM vivia “em contacto mais estreito com os operários”, perpassando

492 A NOITE de 21 de Setembro de 1944. Slide 1944 (550). [MCAR/AEMS/ACES].

a idéia de que ele vivia cotidianamente junto aos mineiros. No entanto, o engenheiro realizava suas atividades no Rio de Janeiro, onde fixou residência e também onde ficava a sede do consórcio. Quando em viagem para o Rio Grande do Sul, invariavelmente ocupava os escritórios de Porto Alegre e, aí sim, realizava visitas às minas que administrava.

No decorrer da entrevista concedida ao jornal *A Noite*, Roberto Cardoso fez uma retrospectiva do plano de ações de assistência social voltadas à área da saúde, rememorando a idealização e construção do Hospital Sarmiento Leite. Num segundo momento, enfocou a construção da maternidade em anexo ao hospital, logo após a construção deste, destacando que “[...] volvemos nossa atenção para a maternidade secundando também ai a ação do presidente Vargas e de sua digníssima esposa”. (sic).⁴⁹³ Novamente, o diretor enfatizou que o plano de assistência social, por ele elaborado e implantado, se encontrava perfilado aos planos e às ações do presidente Vargas. Nesse caso, o discurso encaminhava para a percepção de que o diretor se colocava como seguidor do governante em busca do engrandecimento da nação.

Além das ações voltadas para a construção e o aparelhamento de unidades de saúde, de acordo com Roberto Cardoso, outros aspectos essenciais foram observados, como apontado a seguir.

Fazemos vacinar, anualmente, toda a população das minas e nelas já construímos também moderna instalação de tratamento de água pelo processo Saturnino de Brito. Com todos esses cuidados, tivemos a grande alegria de ver, no ano passado, reduzida em 23% a mortalidade, em comparação com a do ano anterior.⁴⁹⁴

Nas duas imagens seguintes, vemos as instalações da unidade de tratamento de água realizadas pelo CADEM. Ambas as fotos despertam a atenção para o aspecto higiênico das instalações.

493 Idem.

494 Ibidem.



Figura 62: Unidade de tratamento de água - Década de 1940⁴⁹⁵



Figura 63: Unidade de tratamento de água - Década de 1940⁴⁹⁵

495 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

Essas unidades de tratamento de água eram apresentadas, nos jornais, como um dos benefícios que o CADEM distribuía a todos os seus tutelados, sem exceção. Entretanto, na fala anteriormente citada do mineiro Valdirio, foi destacado que “Água não tinha, depois é que veio água encanada”⁴⁹⁷, evidenciando-se, portanto, uma certa contradição. O morador da região, Edilon Silva, relembra a existência dos poços artesianos e cavados sob outro enfoque: “Morria muita gente. Muita criança que ia brincar em boca de poço mal fechada. Quase todo mundo tinha água de poço, mas morria muita criança”.⁴⁹⁸

Conforme mencionamos anteriormente, a implantação de serviços de assistência à gestante e a construção de maternidades era um dos focos de atenção do consórcio na área da saúde. Essa preocupação era resultante do alto índice de mortalidade infantil presente nas estatísticas do país. De acordo com Rigatto (1964), que analisou essa questão nas décadas de 1950 e 60:

A mortalidade infantil, representada pelas crianças que morrem com menos de um ano de idade, constitui o mais doloroso capítulo de nosso obituário. As assim chamadas doenças da primeira infância têm na diarreia ou dispepsia dos recém-nascidos o seu representante máximo, ao passo que as doenças infecciosas, próprias desta idade, como a broncopneumonia, não constituem, na maioria dos casos, mais que um capítulo terminal da mesma. Três fatores parecem fundamentalmente responsáveis pelo flagelo: 1) desconhecimento por substancial parcela da população, dos mais elementares princípios de puericultura; 2) baixo padrão de vida levando à subnutrição; e 3) insuficiência numérica de nossos postos de saúde. Como se vê, são fatores, particularmente os dois primeiros, de lenta e difícil remoção. Não obstante, progressos alentadores vêm sendo obtidos nesta área como bem exemplificada a queda da mortalidade infantil em Pôrto Alegre de 18% dos nascidos vivos, em 1940, para 10,7%, em 1950. (sic).⁴⁹⁹

Uma das medidas adotadas pelo CADEM, para garantir a continuidade do tratamento e o bom atendimento das crianças nascidas e assistidas nas

496 Idem.

497 Entrevista com Valdirio Santos em 26/06/2005. Nessa parte de seu depoimento, o mineiro situou a instalação precária de “água da pena” (tomeira/encanada), a partir da década de 1960. [ACES].

498 Entrevista com Edilon Maximiano da Silva, Outubro de 2006. Charqueadas. [ACES].

499 RIGATTO, op. cit. p. 166 e 168.

maternidades de sua propriedade, foi a realização de concursos de robustez infantil. Eles se constituíam em oportunidades para a melhoria da condição infantil, incluindo cuidados com a alimentação, por exemplo.

De acordo com Costa (1964), as questões de saúde estavam intimamente ligadas ao processo alimentar, essencialmente na sua vinculação com a ingestão de proteínas, que o autor indica como histórica no Rio Grande do Sul. Para o autor, que analisa a situação alimentar da população no período anterior à década de 1960, estabeleceu-se, no Estado, um processo de empobrecimento nutricional decorrente dos abusos capitalistas que tornaram o preço dos alimentos inacessíveis. Em sua análise, Mena Barreto Costa defendeu ainda que a situação de desnutrição das populações desprivilegiadas que se processava no Estado, nada mais era que “[...] um grito de alerta, para que os responsáveis pelos destinos do Estado – não apenas o governo, mas as classes dominantes em geral – possam traçar rumos adequados, sem os quais pesam ameaças sobre seu futuro”.⁵⁰⁰ O autor destaca ainda, em sua linha argumentativa, que:

Diante dos graves problemas atrás expostos, ligados à produção e consumo de proteínas e de alimentos em geral, deverá constituir obrigação dos governos e das classes que detêm o poder econômico nas mãos, traçar uma política alimentar baseada, não apenas no lucro, mas também na defesa biológica do povo.⁵⁰¹

Nos concursos de robustez promovidos pelo CADEM, eram inscritas crianças de até 12 meses assistidas pelos serviços prestados nas maternidades. A observação da tabela XI permite identificar os principais aspectos que constituíam o concurso, seus objetivos, suas formas de convencimento, ações estratégicas e demais critérios.

500 COSTA, Rubens Mena Barreto. Alimentação e liberdade. In: COSTA, R. M. B.; FRANCO, S. C.; MEDEIROS, L., et ali. Rio Grande do Sul. Terra e Povo. Porto Alegre: Editora Globo, 1964, p. 154.

501 Idem, p. 156.

TABELA XI: Concurso de robustez infantil

Categoria/ Alimentação	Condição	Ação CADEM	Premiação
Natural	Aleitamento materno	Concursos de robustez: - Jurados - Premiação - Festividade	Prêmio de robustez: - Primeiros classificados - Valores em dinheiro; - Certificados; - Brindes;
Artificial	Alimento misto: - Aleitamento materno; - Mamadeiras	Divulgação: - Murais; - Dependência empresa. - Imprensa.	- Prêmios em dinheiro de menor valor – 1º colocado. - Brindes/brinquedos; - Certificados; - Mamadeiras

Fonte: Baseada em informações esparsas em:

Jornal "A NOITE" de 21 de Setembro de 1944. Slide 1944 (550). [MCAR/AEMS/ACES].

RIO DE JANEIRO. **Relatório de atividades da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo**. Abril de 1943. [MCAR/ACES].

RIO DE JANEIRO. **Relatório de atividades da Companhia Carbonífera Riograndense das Minas de Butiá**. Abril de 1943. [MCAR/ACES].

Relatório Estatístico do CADEM: "Companhia Carbonífera Rio Grandense" e "Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo". 1944. [MCAR/ACES].

As crianças eram inscritas conforme as categorias *alimentação natural*, ou seja, crianças alimentadas exclusivamente através do aleitamento materno, e *alimentação mista ou artificial*, a qual consistia naquela em que a criança poderia ainda estar recebendo leite materno, mas já tinha incluído, em sua alimentação, a amamentação artificial. Nesse caso, o CADEM incumbia-se da preparação das mamadeiras, conforme podemos verificar através da entrevista de Roberto Cardoso: "Distribuimos gratuitamente cerca de 1.200 mamadeiras, preparadas em modernos aparelhos de esterilização. Concedemos, além disso, valiosos prêmios de robustez infantil".⁵⁰²

⁵⁰² A NOITE de 21 de Setembro de 1944. Slide 1944 (550). [MCAR/AEMS/ACES].



Figura 64: Preparo das mamadeiras na seção de puericultura – 1944⁵⁰³

Os bebês que ficavam entre os primeiros colocados recebiam valores em dinheiro em quantidades decrescentes. Entretanto, os valores concedidos para as crianças que recebiam apenas alimento natural eram significativamente maiores dos que os dos bebês que recebiam alimentação mista. As crianças pertencentes à primeira categoria de alimentação recebiam em torno de $2/3$ a mais do que as premiadas na categoria alimentação artificial ou mista. Já as que não haviam sido contempladas com valores em dinheiro recebiam certificado de participação e brindes, como brinquedos.

A imagem a seguir retrata o momento anterior ao início do concurso. Nela, podemos ver as mães com seus bebês aguardando o momento de entrada no local do concurso. A foto tirada para o jornal “A Noite” chama a atenção pela quantidade de participantes.

503 Idem.



Figura 65: Grupo de mães em frente a maternidade. – 1944⁵⁰⁴

As solenidades que compunham o concurso contavam com a presença de representantes das elites local, estadual e, em algumas ocasiões, nacional. Tais solenidades poderiam representar uma parte das comemorações relativas à pátria. No exemplo do ano de 1944, as festividades do CADEM contaram com a presença do General Mendonça Lima, que se encontrava em visita às minas de carvão.

Da mesma forma que aconteceu nas Minas de Arroio dos Ratos, por ocasião da visita do general Mendonça Limas, assim foi feito agora, na semana finda, como complemento das festividades ali levadas a efeito, um concurso de robustez infantil nas Minas de Butiá.⁵⁰⁵

Nessas ocasiões, havia um protocolo com discursos, desfile, revelação dos vencedores e premiação solene. Entre os jurados do concurso, estava o médico

⁵⁰⁴ Idem.

⁵⁰⁵ A reportagem foi publicada no mesmo dia e na íntegra nos jornais: CORREIO DO POVO de 01 de dezembro de 1944. Slide 1944 (744). DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/12/1944. Slide 1944 (734). [MCAR/AEMS /ACES].

chefe do hospital; o médico encarregado pela maternidade; a madre superiora e algum membro de destaque da sociedade. Após avaliarem as crianças, os jurados retiravam-se do recinto em que elas estavam e deliberavam sobre quais deveriam ser as vencedoras, sendo que um dos membros de destaque da sociedade realizava a distribuição dos prêmios. Na imagem abaixo, observamos um dos momentos desses concursos em que as crianças eram apresentadas para alguns dos jurados. Entre eles, podemos identificar a D^a. Isah Cardoso (sentada, com óculos escuros e mãos sobre a mesa), esposa do diretor-presidente do CADEM, Roberto Cardoso, e, ao seu lado, o General Mendonça Lima. Podemos observar também que o concurso se realizava nas dependências da maternidade e do berçário.



Figura 66: Premiação do concurso de robustez infantil. Isah Cardoso. 1944⁵⁰⁶

Os nomes das crianças vencedoras eram afixados em murais pela cidade, sendo normalmente indicada a classificação no concurso, além do nome da criança e, por fim, era acrescentada a informação de que a criança era filho (a) do casal, mas, então, era colocado apenas o nome do pai. O destaque ao nome do pai e não

⁵⁰⁶ Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

ao da mãe justificava-se porque era o homem o empregado da companhia. O trabalhador que tinha seu filho premiado no concurso de robustez infantil era destacado entre os demais, pois os nomes eram fixados em locais públicos para que ficassem à vista de todos, e nas dependências da empresa. A figura das mães e das crianças vencedoras era colocada no jornal como exemplo a ser seguido. Evidenciava-se, na imagem, o aspecto humilde das mães e, ao mesmo tempo, chama a atenção os rostos redondos e cheios das crianças premiadas.



Figura 67: Mães com bebês premiados. - 1944⁵⁰⁷



Figura 68: Mães e bebês no concurso de robustez - Década de 1940⁵⁰⁸

Tanto na imagem anterior quanto na posterior, podemos ver algumas mães e crianças participantes do concurso de robustez no início da década de 1940. Podemos ver que algumas das mães têm nas mãos o certificado de participação.



Figura 69: Mães e bebês no concurso de robustez. - 1944⁵⁰⁹

508 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

A solenidade era concluída com a bênção do pároco local aos presentes e às instalações da maternidade e do berçário e, após, eram distribuídas bebidas e doces aos presentes. Na imagem, o momento da bênção no berçário.



Figura 70: Bênção ao berçário - Década de 1940⁵¹⁰

De acordo com o Correio do Povo e o Diário de Notícias, “Todos os anos, a direção do ‘CADEM organiza concursos de robustez infantil, com o objetivo principal, não sómente de premiar às crianças, como para que maior estímulo haja entre as progenitoras das mesmas, para que mais fortes e robustos os pequeninos se tornem. (sic).⁵¹¹ Assim, as crianças saudáveis daquela época cresceriam com os

509 Idem.

510 Ibidem.

511 A reportagem foi publicada no mesmo dia e na íntegra nos jornais: CORREIO DO POVO de 01 de Dezembro de 1944. Slide 1944 (744). DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/12/1944. Slide 1944 (734). [MCS/AEMS/ACES].

braços fortes para a construção e o engrandecimento da nação, extraindo carvão do subsolo.

De acordo com Gertz (2005),

Os certames de robustez para bebês realizados anualmente perante grande grupo de 'juízes' em avental branco, cenas muito parecidas com as que os jornais registram hoje em dia nas grandes exposições agropecuárias, fartamente documentadas por textos e por fotografias da época, enquadravam-se nessa mesma mentalidade eugênica de muitos médicos gaúchos. Os espécimes humanóides lactentes considerados mais robustos pelos homens de avental branco eram premiados, não com uma medalha afixada na orelha esquerda, como acontece atualmente nas exposições de animais, mas com uma caderneta de poupança da Caixa Econômica Federal. Dizia-se que nesses certames havia 'rigorosa seleção' dos produtos e que eles eram 'necessários à eugenia da raça'; no fundo, quem era premiado não eram tanto os rebentos, mas as mães, pelos filhos sadios e vigorosos que tinham gerado para a pátria. É o que se pode depreender das entrelinhas de alguns textos que descrevem o transcurso desses torneios: em 1943, o Dr. Bonifácio Paranhos da Costa 'convidou as autoridades presentes a distribuir os diplomas e os prêmios conferidos às progenitoras das crianças vencedoras do concurso'. (sic). (Grifo do autor).⁵¹²

3.2.3 Educação formal: a instalação de escolas em todos os níveis

Outro aspecto do conjunto social contemplado pelo plano de assistência social de Roberto Cardoso foi a educação. De acordo com Love (2005), a política de valorização da educação era uma conduta defendida pelos governantes estaduais. Essa questão era tão importante que chegava a comprometer uma parcela significativa da receita do Estado. O autor destaca que, "Do lado das despesas, a educação pública encabeçava a lista, respondendo geralmente por cerca de um quarto dos gastos estaduais; a educação só ficava em segundo lugar em tempos de guerra ou durante os períodos de mobilização, quando a Brigada Militar vinha em

512 GERTZ, René E. O Estado Novo no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora UPF, 2005, p. 112:113.

primeiro lugar”.⁵¹³

Segundo Love (1977), a valorização da escolaridade era anterior à república e manteve-se como um valor no período posterior à sua proclamação. O autor destaca que:

O Rio Grande do Sul possuía o maior índice de alfabetização de todos os Estados por volta de 1890 (25,3%), e conservou essa supremacia nos decênios que se seguiam. O índice de alfabetização (incluindo a faixa de idade de 0 a 14 anos) elevou-se a 38,8 em 1920, 9% mais alta que a do Estado que vinha em segundo lugar, São Paulo, e mais de 14% mais elevada que a média nacional, de 24,5%. Os colonos alemães e italianos ajudaram a colocar o Rio Grande em primeiro lugar; São Leopoldo, principal município de população alemã, tinha quase 62% de alfabetizados (de todas as faixas de idades) em 1920, e Caxias do Sul, dominada por italianos, 46%.⁵¹⁴

Ao analisar as questões relativas ao modelo de educação mantido e dirigido pelos poderes públicos, bem como os adotados pela iniciativa privada, Souza (1964) aponta que:

Partindo do conceito de educação como força positiva de criação interna, de realização total da personalidade e da expansão do homem na sociedade, foram traçadas as coordenadas de uma política educacional que lhe havia de restituir o sentido profundo que lhe fora negado, sob a inspiração do pensamento filosófico dominante nos primeiros quarenta anos de república. [...]. (sic).⁵¹⁵

Assim, o enfileiramento das ações das companhias mineradoras e, mais especificamente, do diretor-presidente da Companhia Carbonífera Riograndense, com as ações governamentais abrangiam, igualmente, a área da educação. Nesse sentido, conforme mencionamos anteriormente, a ação de Roberto Cardoso,

513 LOVE, Joseph L. O sistema de Castilhos 100 anos depois: a perspectiva de um comparativista. In AXT, Gunter; (org.) [et al]. Julio de Castilhos e o paradoxo republicano. Porto Alegre: Nova Prova, 2005, p. 79.

514 LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul, como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris. (org.). O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Tomo III. 2a ed. 1o Vol. São Paulo: Difel, 1977, p. 108:109.

515 SOUZA, José Pereira C. A Educação no Rio Grande do Sul. In: COSTA, R. M. B.; FRANCO, S. C.; MEDEIROS, L., et al. Rio Grande do Sul. Terra e Povo. Porto Alegre: Editora Globo, 1964, p. 276.

destacada a partir de uma reportagem do “Jornal da Manhã” em 1932, pode ser apresentada como exemplo. O título da reportagem referenciava: “Gesto de reconhecimento aos serviços que lhe têm prestado os gov. do Estado” e, em seu intróito, explicava que a matéria se baseava num ofício enviado ao general Flores da Cunha,⁵¹⁶ interventor federal do Estado, pelo dr. Roberto Cardoso.

Exmo. sr. General Flores da Cunha D. D. interventor federal no Rio Grande do Sul. A Companhia Carbonífera Rio Grandense tem a honra de dirigir se a v. ex. que tanto tem contribuído, na sua esclarecida administração, para incrementar e desenvolver a industria do carvão nacional, afim de dar-lhe publico testemunho de gratidão, extensivo aos governos do preclaro dr. A. A. Borges de Medeiros, cujos serviços á nossa industria são inolvidáveis e do eminente dr. Getulio Vargas que, tanto na governação do Estado como na República, jámais se descurou de amparar o carvão nacional.

Deseja a Companhia Carbonífera Rio Grandense dar este seu testemunho de reconhecimento aos governos rio-grandenses um cunho altruístico e de alta finalidade educativa, estimulando o estudo scientifico, atravez do qual se formarão, no futuro, as competencias technicas de que tanto necessitamos para o progresso industrial do paiz. (sic).⁵¹⁷

Nesse fragmento de abertura do ofício, observamos que a ênfase principal se situa na figura dos representantes do governo nos diferentes níveis de atuação, tratava-se, portanto, de enaltecer os feitos de pessoas específicas, associando-as às ações de benefício à indústria, principalmente aquela dedicada à extração de carvão do Estado.

Na continuidade, o objetivo do texto era apresentar a própria companhia como uma empresa que, ciente das ações governamentais, propunha-se, de forma engajada, a participar dos esforços para a construção da nação, entendendo e expressando sua participação como um processo de reconhecimento aos benefícios prestados à sociedade pelos dirigentes do governo. Na seqüência, em nome da

516 Quando se refere à nomeação dos interventores para as administrações estaduais, sobre Flores da Cunha, Gertz diz: “[...] José Antônio Flores da Cunha, antigo deputado federal de destaque, senador desde 1928, um dos ‘próceres’ da revolução, discípulo de Borges de Medeiros, a favor de quem – segundo o folclore – havia lutado heroicamente durante a revolução de 1923. (Grifo do autor). GERTZ, op. cit. p. 10:11.

517 JORNAL DA MANHÃ de 04 de junho de 1932. Nota de apreço de Roberto Cardoso a Flores da Cunha e instituição de bolsa de estudo para estudantes. Slide 1932 (45). [MCAR/ACES].

Companhia Carbonífera Rio Grandense, Roberto Cardoso expôs suas intenções colaborativas em prol da sociedade, ao manifestar:

Para tanto, solicita a Companhia Carbonífera vênia a v. ex. para instituir, a exclusivas expensas suas, um premio destinado a um estudante, provadamente falho de recursos materiaos e que se haja distinguido no estudo de humanidades. O premio constará de matricula em todas as sereis do curso de engenharia civil da Escola de engenharia civil da Escola de Engenharia desta capital e do pagamento das taxas devidas, durante todos os annos escolares. Pede a Companhia Carbonífera que seja o governo do Estado que se incumba da indicação do nome do estudante a quem deve caber esse premio, ao qual solicita ainda seja dado o nome de premio 'Flores da Cunha', em signal de reconhecimento da Companhia pelos inolvidáveis serviços que v. ex. vem prestando á industria do carvão nacional. (sic).⁵¹⁸

Nesse ofício, podemos constatar o estabelecimento, por parte da companhia, de uma parceria de interesses e ações entre os dirigentes governamentais e os da indústria de mineração de carvão, conforme já amplamente destacamos em outras partes desta tese. Se o espaço ocupado anteriormente pelas companhias era o de que lutavam solitariamente contra todos os obstáculos, sofrendo, da mesma forma, com a omissão dos órgãos governamentais, ocorria, agora, a transformação dessa fala, já que a luta não era mais solitária, estando assim a companhia amparada pelas “ilustres” figuras que compunham os quadros maiores dos governos do país.

A demonstração dessa parceria era clara na medida em que não só a companhia se comprometia com o custeio de alunos em suas formações direcionadas à indústria extrativa, como também propunha que a essa concessão fosse dado o nome do governante estadual, que, por sua vez, fora indicado pelo governo federal. Segundo Corsetti (2005), no tocante à educação, em âmbito estadual:

A política educacional implementada pelos republicanos positivistas, na Primeira República, integrou uma estratégia mais abrangente de ação do Estado, que atuou de forma interventora no âmbito da sociedade, desenvolvendo uma série de políticas entre as quais teve destaque a relativa à educação, a qual se caracterizou por quatro

518 Idem.

aspectos, articulados entre si pelos dirigentes do Estado: a intervenção da bancada gaúcha no parlamento nacional, a atuação do governo gaúcho em nível estadual, a mediação com a Igreja Católica e a construção de um imaginário republicano criador da 'consciência nacional'. (Grifo da autora).⁵¹⁹

A autora enfatiza que, nos regulamentos e regimentos próprios de cada núcleo educacional, as diretrizes norteadoras da ação do Estado eram percebidas. Neles, estavam presentes os elementos que integravam a política educacional no Estado, como, por exemplo, o elemento definido por Corsetti como “a preparação para o mercado”. Em sua análise:

[...]. ficou demonstrada através da instituição das caixas escolares nas escolas públicas gaúchas que, além de promover o treinamento para o exercício do voto e para a escolha dos dirigentes, desenvolviam o hábito de auxiliar de forma assistencialista os colegas pobres e, sobretudo, exercitavam a poupança, a prática com aplicações financeiras e com controle dos recursos aplicados. Apesar de tudo isso ser realizado em nome de elevados princípios da moral e da solidariedade, legitimava-se, como culminância da formação de alunos, os pressupostos orientadores do sistema capitalista, preparando-se, com mais esse reforço, o trabalho dos novos tempos. O reconhecimento e aceitação dos diferentes papéis sociais, da pobreza e da riqueza, resultavam 'naturalmente' desse processo educativo. (Grifo da autora).⁵²⁰

A associação desse elemento da política educacional pública implementada pelo Partido Republicano Riograndense (PRR) com a iniciativa da companhia carbonífera de oferecer um “prêmio” a um aluno que, comprovadamente, não possuísse recursos para sua instrução, corrobora a percepção de parceria entre a empresa e os órgãos oficiais.

Cumprе ressaltar, ainda, que a companhia, em seu gesto altruísta, visava ao direcionamento do beneficiário especificamente para o ramo da engenharia, objetivando, talvez no futuro, engajamento do aluno nos quadros funcionais da

519 CORSETTI, Berenice. Política e organização da educação sob o castilhismo. In: AXT, Gunter; (org.) [et al]. Julio de Castilhos e o paradoxo republicano. Porto Alegre: Nova Prova, 2005, p.205.

520 Idem, p. 213.

empresa.⁵²¹ Essa pretensão se comprovou quando, a partir de 1942, em todas as notícias que referenciavam a questão da educação relacionada com o CADEM, em um determinado momento, o diretor presidente relatava: “O atual engenheiro de uma das minas por nós administradas teve todos os seus estudos por nós custeados, e soube retribuir o benéfico laureando-se o primeiro da turma de engenheiros”.⁵²²

Nesse sentido, os direcionamentos do CADEM exemplificam a afirmação de Corsetti (2005), quando diz: “[...]. no ensino técnico-profissional e superior, a abertura à iniciativa privada visou à formação de quadros profissionais que interessavam ao desenvolvimento econômico do Estado”.⁵²³ Em uma outra abordagem, Kliemann (1977) aponta:

Merece também destaque a posição republicana no que se refere ao ensino na Província. A educação retórica e humanística, característica da cultura brasileira, era anticientífica (sic) pelo seu exagero e desvinculamento das realidades nacionais. O propósito de suprimir os privilégios de títulos superiores e de não permitir o estabelecimento de cursos superiores não **verdadeiramente** necessários incentivava a aplicação ao que hoje chamamos **ensino profissionalizante**, num sentido progressista. (sic). (Grifo da autora).⁵²⁴

As ações educacionais direcionadas pelos princípios norteadores dos órgãos públicos estaduais, ou seja, por pressupostos baseados nas premissas *comtianas*, sugeriam, de acordo com Corsetti (2005), uma proposta de:

[...] construção de uma sociedade racional, distinta da anterior, na qual o controle dos trabalhadores requeria a utilização sistemática da educação moral e da prática do trabalho regular. O esforço educacional era, assim, indispensável à nova ordem. Nesse contexto, a ciência, a educação e a moral se transformaram em poderosos instrumentos de controle social e de veiculação ideológica, de tal forma que fosse garantida a reorientação da

521 De fato, essa seria uma política da empresa que, da mesma forma, se utilizaria do fato de empregar, em seu quadro funcional, estudantes da própria região que conseguiram obter titulação, como forma de propaganda das atividades da empresa, conforme veremos posteriormente.

522 A NOITE de 21 de setembro de 1944. Slide 1944 (550). [MCAR/AEMS/ACES].

523 CORSETTI, op. cit. p. 215.

524 KLIEMANN, Luiza Helena S. A ferrovia gaúcha e as diretrizes de “ordem e progresso” – 1905-1920. In: Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre: v. III, n. 2, p. 159:250, dezembro 1977, p. 203.

sociedade, neutralizando os conflitos e mantendo a estabilidade social, tudo isso em nome do bem comum.⁵²⁵

Nesse contexto, o trabalhador não se apresentava como único foco de atenção, seu enquadramento no sistema educacional era importante, na medida em que se buscava modelar, da mesma forma, sua conduta como cidadão. Entretanto, não podemos ignorar que, por um longo período de tempo, desde sua origem, a região se caracterizou por ter uma população predominantemente analfabeta.

Conforme Sulzbach (1989), a situação de analfabetismo foi um aspecto predominante ainda nas primeiras décadas do século XX. O autor enfatiza que:

Nos primórdios da mineração do século passado, praticamente não existia tirocínio escolar disponível para as famílias dos mineradores aqui radicados.

Destes, uma grande ou a maior parte eram analfabetos ou semi-analfabetos. Poucos se importavam com a escolaridade dos filhos, permitindo que permanecessem num analfabetismo total.

Não poucos, chegavam ao cúmulo de sistematicamente os impedirem na freqüência escolar: uns porque não viam necessidade alguma do ensino para o futuro de seus filhos; outros, porque, chegando à idade escolar, eram encaminhados a algum serviço braçal, para ajudar o pai na manutenção da família.

Assim, formaram-se verdadeiras legiões de analfabetos, distribuídos por todos os recantos, especialmente nas vilas circunvizinhas.

O alto índice de analfabetismo gerado por tais despropósitos, começou a decrescer com o surgimento das escolas, a partir de 1911. [...].⁵²⁶

A educação formal não era percebida como uma prioridade para as sociedades mineiras, pois não dependiam dela para garantirem os meios de subsistência. Para ser um mineiro de subsolo, com rendimentos superiores aos dos trabalhadores de superfície, não era necessário ter freqüentado nenhum tipo de curso. Aliás, não havia, nem ao menos, a necessidade de ser alfabetizado, pois todo o trabalho realizado precisava da prática, como já dissemos anteriormente.

Ao rememorar a primeira vez que entrou numa mina, ou seja, o dia em que

525 CORSETTI, op. cit. p. 204.

526 SULZBACH, op. cit. 1989b, p. 81.

iniciou seu trabalho, o mineiro Valdério diz:

Primeira vez, tu vai... tu vai... Desce. Tu desce a mina com mais dois... Com um prático. Então ele vai recorrer às galerias, primeiro turno tu não trabalha. Tu fica olhando, caminhando, fica conhecendo toda a mina. Tu vai em quase todas as galerias, pra ti ter um reconhecimento, aquele cara vai te acompanhando assim dizendo. Aí segundo dia já te dão uma pá pra ti ficar grudado nela, né. (sic).⁵²⁷

Fica evidente que o jovem trabalhador foi levado primeiramente a conhecer o interior da mina, sendo para isso acompanhado por um prático. Já no segundo dia de trabalho, o ajudante recebeu o material, que, nesse caso, era a pá, pois cabia a ele carregar as vagonetas com o carvão que estava sendo extraído das galerias. Outros mineiros reportam uma situação diferenciada, como o exemplo de Darci, ao descrever o primeiro dia de atividade: “No Butiá, a primeira coisa que eles te faziam, pro cara que baixava a mina era te botava numa equipe 3, 4 e tinha um mais velho. Tu ficava com o mais velho e olhava [...] e te vira, né.”⁵²⁸

O trabalhador iniciante era colocado junto a um “prático”, ou seja, acompanhava um mineiro experiente que iria mostrar o serviço. O aprendiz iniciava com uma das atividades mais corriqueiras, que consistia no carregamento do carvão após sua extração. Não havia, assim, necessidade de uma especialização ou curso que ensinasse os aspectos teóricos da questão. Os mineiros velhos e experientes conduziam a aprendizagem dos jovens aprendizes.⁵²⁹

A aprendizagem, nos moldes apresentados na indústria carbonífera da região, remete à análise de Kuenzer (1986:47), quando diferencia uma pedagogia para ensinar a teoria e outra para ensinar o conteúdo da atividade ao trabalhador. No segundo caso, a autora destaca que “[...] Para a maioria da força de trabalho, ligada às tarefas de execução, a pedagogia do trabalho assume as características de um ensino ‘prático’ e parcial de uma tarefa fragmentada, ministrado no próprio trabalho

527 Entrevista com Valdério dos Santos, 25 de agosto de 2005. Charqueadas. [ACES].

528 Entrevista com Darci Fagundes em 25 de junho de 2005. Charqueadas. [ACES].

529 A dependência que as empresas tinham em relação aos mineiros mais experientes explica as constantes denúncias de que as minas de Santa Catarina estavam buscando mineiros experientes no Rio Grande do Sul através de propagandas e promessas enganosas. CORREIO DO POVO, Janeiro de 1943. Diversos. Slide 1943 (5/9); FOLHA DA TARDE de julho de 1944. Slide 1944 (251/298/336). [MCS/AEMS/ACES].

ou em instituições especializadas de formação profissional. [...]”.⁵³⁰ Apesar de a análise se relacionar ao espaço fabril, é possível afirmar que, nas minas de carvão gaúcho, ocorre a reprodução do sistema, com a diferença de que a aprendizagem, neste caso, faz-se com a colaboração de um companheiro mais experiente e no próprio local de trabalho, e não por algum tipo de curso em uma instituição.

Em um outro nível de experiência de aprendizado, o mineiro Manoel, ao reconstituir as lembranças do seu primeiro dia de trabalho, diz:

Quando eu entreguei os documentos e exames eles disseram: Tu vem à meia-noite e te apresenta para o capataz. Eu cheguei e me apresentei para o capataz de terno, à meia-noite. Ele foi chegando e eu me apresentei para ele, né. Mas o capataz de terno, este que eu me apresentei, era um paulista, se chamava de Lizodena, ele já morreu, é morto. E aí me apresentei para o homem, não era moleza o homem. Eu me apresentei para ele, e ele me disse: Olha tu acompanha este cidadão aí que era o encarregado das galerias, e aí eu me abaixei e já me fui com ele para aquelas tocas, né. Aí ele me botou lá numa cabeça de máquina, num calorão, num perigo. Ele estava por ali, né. E eu na pá ajuntando o carvão e botando no carrinho. Naquele maquinário, num barulhão, eu me virando, mas fui com muito medo, com muito cuidado e venci. E daí chegou na hora do pessoal largar e ir embora, ele passou por ali e disse: Tá na hora, vamos subir!⁵³¹

Nesse depoimento, evidenciamos que, diferente da experiência de outros mineiros, não houve nenhuma preocupação em ensinar alguma atividade. Foi dada uma pá ao jovem mineiro, que se manteve apenas “ajuntando o carvão e botando no carrinho”. Independente das nuances dos depoimentos, o fato é que não havia uma preocupação com um ensino profissional que preparasse para a realização das atividades de extração nas galerias. Para esses serviços, não havia necessidade, pelo menos em um primeiro momento, de escolaridade ou educação formal.

A educação profissional não era um requisito básico para a realização da atividade de extração de carvão e, da mesma maneira, não havia necessidade dela para que o indivíduo recebesse promoções de atividades ou mesmo salariais, como podemos verificar através da fala do mineiro Darci, que possui apenas a educação

530 KUENZER, Acácia Zeneida. *Pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1986, p. 48.

531 Entrevista com Manoel Corrêa, 27 de junho de 2005. *Charqueadas*. [ACES].

formal em nível fundamental. Eis suas palavras:

Tinha um chefe de segurança nosso ali, acho que tu ouviu falar no Orfeu, o 'Cara de Mau'. Aí depois de um tempo que eu trabalhei, aí eles tiraram o 'Cara de Mau' esse e botaram eu. Aí que eu comecei a fazer levantar aquelas galerias. Galeria tava dessa alturinha assim (meio metro), que tinha que entrar deitado. Eu mandava os caras sair prá fora e realçar por cima. Prá dá a entrada prá uma pessoa. A pessoa não tinha mais lugar pra entrar, cara. (sic). (Grifo nosso).⁵³²

A promoção do mineiro, conforme o exemplo exposto, não se vinculava ao grau de escolaridade, mas ao nível de conhecimento prático que ele tinha, bem como às relações de confiança que ele estabelecia com seus superiores. É o mineiro Darci que, mais uma vez, rememorando sua prática profissional, nos permite entrever a questão:

Eu trabalhei uns 5 ou 6 anos e daí me deu um nó na cabeça que me fez pensar:

- Eu vô me aposentá! Eu não quero mais. Vô para.

Parece que eu tava com um troço assim meio nervoso que eu já não queria...não queria descer sozinho numa gaiola. Eu já esperava outro descer comigo. Pra subir eu já esperava outro subir comigo. Pra ti ver o estado de nervos que eu tava de tanta gente que eu tirei debaixo do caimento. Daí me ofereceram salário, cargo. Eu fiquei.

Eu tinha telefone em casa e um dia o Getúlio ligou pra mim.

- Darci, vem aqui no poço que tem um caimento.

Eu disse:

- Mas, tem alguém embaixo do caimento?

- Olha dois eu vi, mas acho que tem três.

Baixei. Tava os engenheiros na boca da galeria e ninguém entrou lá dentro e a galeria toda ela pra cair. E os engenheiros nem perto [...].

Na boca da galeria tava um pó [...]. Eu, como era chefe de serviço e chefe de segurança, fui lá. [...].⁵³³

Na fala do trabalhador, observamos a maneira como se deu a promoção para um cargo e salário melhor, e fica implícita a necessidade da manutenção de um trabalhador experiente. Da mesma forma, podemos perceber a relação de confiança estabelecida, pois era o julgamento dele, como conhecedor do meio ambiente físico em questão, que estava sendo aguardado para tomar as providências necessárias. Na declaração, o mineiro, orgulhosamente, destacou que os engenheiros

⁵³² Entrevista com Darci Fagundes em 25 de junho de 2005. Charqueadas. [ACES].

⁵³³ Idem.

mantiveram-se longe, pois não tinham o conhecimento, não sabiam se era seguro prosseguir.

O mineiro José Valmir, ao relembrar o sistema de promoções, enfocava outros aspectos como significativos, como vemos a seguir.

Tinha vez que alguém indicava.
Muitas vezes o cara tinha que ser mãozinha lisa, pra pode agarrá na asa, puxa saco.
Tinham muito caso que tinha mérito. Era bom profissional, interessado no trabalho, né.
E dependendo do chefe, ele escolhia. Vendo se o cara tinha capacidade de fazer o serviço, né. Já que tinha capacidade para crescer. (sic).⁵³⁴

Nesse caso, diferentes modalidades de promoção foram mencionadas. Os critérios destacados como possibilidades para a escolha do candidato eram por indicação, por bajulação, por mérito ou, ainda, por capacidade; contudo, em nenhum momento, o mineiro mencionou a realização de um curso profissional como elemento essencial para a construção de uma carreira com ascensão hierárquica nas minas de carvão.

Ainda no que se referia à educação formal, numa observação da região específica de Butiá, Sulzbach enfatizou o problema indicando que “[...] até o ano de 1963 – quando a mineração já se extinguiu – só existiam escolas de 1ª a 4ª série, mantendo as gerações passadas em nível baixo de instrução e formação”. (sic).⁵³⁵

Ao focar a educação fundamental existente na região das Minas do Leão, D^a. Tonica destaca, em suas lembranças, que “Só havia um grupo escolar que era construído pela companhia. As professoras tinham uma casa perto da escola. Elas eram pessoas muito agradáveis e fizemos forte amizade. Tenho boas recordações de todas as professoras. Quatro dos meus filhos estudaram lá”.⁵³⁶

No plano de assistência social elaborado por Roberto Cardoso, a educação escolar possuía, aparentemente, uma posição de relevância, e isso foi identificado e

534 Entrevista com José Valmir da Silva em 17 de junho de 2005. Charqueadas. [ACES].

535 SULZBACH, op. cit. 1989b, p. 81.

536 Entrevista com D^a. Tonica em 21 de abril de 2006. Porto Alegre. [ACES].

retransmitido pelos jornais do Estado com destaque significativo. Em 1943, encontramos um exemplo do exposto, quando uma série de reportagens⁵³⁷ dava conta das notícias sobre a intenção do CADEM na construção de escolas voltadas à aprendizagem industrial, na região carbonífera, sendo uma delas em Butiá e a outra em São Jerônimo.

A construção e o estabelecimento das escolas partiam de uma parceria estabelecida com o SENAI, visto que as escolas objetivavam o ensino profissionalizante. Nesse sentido, os periódicos entrevistaram o Diretor Regional do SENAI, engenheiro Aroldo Silveira, e o Chefe da Divisão de Ensino, sr. João Firminano, buscando esclarecimentos acerca dos boatos da construção das escolas. A foto registra o momento em que a entrevista estava ocorrendo.



Figura 71: Foto dos diretores representantes do SENAI - 1943⁵³⁸

537 A reportagem foi publicada no mesmo dia e na íntegra nos jornais: DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 14 de outubro de 1943. Slide 1943 (427); FOLHA DA TARDE, 14 de outubro de 1943. Slide 1943 (408). Acontecimento abordado em outros jornais imprimindo menor destaque: JORNAL DO COMÉRCIO, 15/10/1943. Slide 1943 (567); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15/10/1943. Slide 1943 (567); O JORNAL, 15/10/1943. Slide 1943 (568); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24/10/1943. Slide 1943 (484). Na seqüência do texto, quando nos referirmos a esses informes, utilizaremos apenas as referências dos dois jornais em que as reportagens foram publicadas na íntegra. [MCS/AEMS/ACES].

538 A reportagem foi publicada no mesmo dia e na íntegra nos jornais: DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 14 de Outubro de 1943. Slide 1943 (427); FOLHA DA TARDE de 14 de Outubro de 1943. Slide 1943 (408). [MCAR/MCS/AEMS/ACES].

Segundo os dirigentes do SENAI, a partir de uma solicitação do CADEM, técnicos foram à região buscando entender as necessidades e especificidades locais, a fim de, apoiados em estudos, estabelecer as diretrizes norteadoras dos cursos direcionados à indústria carvoeira a serem instalados na região. O repórter destacava que “Ao que se sabe, serão esses os primeiros cursos, no gênero, a ser instalados na América do Sul”.⁵³⁹ Assim, na concepção dos dirigentes do SENAI, a iniciativa do CADEM no tocante à implantação dos cursos constituiu-se em:

[...] anseio de progresso, revelador do alto espírito de inteligência dos administradores das empresas citadas. Como si não bastasse a assistência social, consolidada em empreendimentos de vulto, tais como escolas primárias instaladas em magníficos prédios doados ao Governo do Estado, ambulatórios, hospital, maternidade, serviço de puericultura, cooperativas, igrejas, etc., preocupam-se, ainda, os dirigentes do CADEM com o problema de assegurar, em definitivo, o futuro dos filhos de seus empregados, os mineiros, encarreirando-os, assim, na vida profissional. (sic).⁵⁴⁰

A declaração pública do alto escalão do SENAI regional corroborava o papel de construtoras do futuro da pátria que as empresas de mineração de carvão entendiam e divulgavam sobre si mesmas. O CADEM era indicado como o grande provedor de benesses para a sociedade que tinha sob sua influência.

Nos estudos realizados pelo SENAI, o perfil regional encontrado foi apresentado nas reportagens através de dados indicativos daquilo que os periódicos intitularam como “A significação das vilas de Arroio dos Ratos e Butiá”.⁵⁴¹ Dentre as informações que se propunham a caracterizar e qualificar a região como apta e adequada para acolher as novas escolas, encontravam-se as referentes aos operários e às suas funções, sendo que, nas minas de São Jerônimo, constataram que:

539 Idem.

540 Ibidem.

541 DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 14 de outubro de 1943. Slide 1943 (427); FOLHA DA TARDE de 14 de outubro de 1943. Slide 1943 (408). [MCAR/MCS/AEMS/ACES].

[...] cerca de 249 operários exercem funções qualificadas ou semi-qualificadas empregam sua atividade no sub-solo ou em outras atividades, divididos em operários adestrados e operários braçais.

Junto aos velhos poços Izabel, Fé e Três, bem como na baixada do poço nº 1, onde estão localizadas as grandes oficinas, as usinas de força e o almoxarifado geral, encontrara cerca de 128 operários qualificados e 98 chamados ajudantes os quais, em sua maioria, são aprendizes e carecem de formação profissional. Ao lado das moderníssimas instalações do poço 'Getúlio Vargas' acham-se localizados os escritórios técnico e o de contabilidade onde se faz a administração das minas.

Há ainda uma fábrica de pólvora e uma olaria em plena atividade, bem como as secções de sondagens, zeladoria, obras novas, tráfego, etc. Em cálculo rápido, pudemos verificar que aproximadamente 200 operários empregam suas atividades nessas secções excetuando-se, desse total, os empregados do escritório. (sic).⁵⁴²

No estudo realizado pelo SENAI, a caracterização da educação ou da formação profissional do operário era de “operários adestrados e operários braçais”, sendo possível considerar, a partir da exposição anteriormente citada dos mineiros de subsolo acerca de seu aprendizado no trabalho, que os operários adestrados eram aqueles que realizavam atividades que necessitavam alguma experiência, como, por exemplo, o trabalho de furador; e que os operários braçais eram aqueles que exerciam atividades de recolhimento do carvão.

Na Vila de Butiá, os estudos indicaram que “[...] Ali, segundo os cálculos feitos, o número total de operários mineiros é um pouco menor que em Arroio dos Ratos: 2.200 homens”.⁵⁴³ Assim, as pesquisas preliminares do SENAI indicavam a capacidade de alunos que as escolas teriam, bem como as funções e atividades que pretendiam atingir, como podemos ver nas palavras que seguem.

Desse modo, nas duas escolas já em construção, serão admitidos um total de 200 alunos, entre aprendizes de ofício e trabalhadores menores. Assim ali, serão tratados os ofícios de carpinteiros, torneiros, mecânicos, ajustadores de bancadas, soldadores, eletricitas, caldeireiros, forjadores, ferreiros, patrões, etc., enquanto que serão adestrados, por outro lado, em ensino diverso, incluindo também disciplina de cultura técnica (tecnologia simples do trabalho de manipulação industrial), porém diferente dos cursos de aprendizagem. Nessas atividades de adestramento estão incluídas

542 Idem.

543 Ibidem.

as tarefas de manobreadores, tocadores de carros, etc., ministrando-se, assim, o preparo mínimo que cabe ao trabalhador menor. (sic).⁵⁴⁴

A predominância das atividades listadas como ofícios constituíam aquelas realizadas nas oficinas de superfície e que serviam de apoio para a manutenção do trabalho de extração. Os cursos a serem instalados visavam à qualificação profissional de operários específicos, não abrangendo a totalidade das atividades mineradoras, principalmente aquelas realizadas no subsolo. Aos operários que freqüentassem os cursos, seria dada, pelo SENAI, uma “Carta de Ofício” atestando a qualificação profissional.

Quanto ao formato curricular, os cursos foram estruturados com o objetivo de possuírem uma divisão entre a parte teórica e a prática, sendo que as aulas práticas seriam realizadas nas oficinas. Vale lembrar que os cursos seriam

[...]. organizados e padronizados com seriação metódica de trabalhos escolares visando especialmente atividades típicas da indústria extrativa de carvão.

Tornar-se-á, dessa forma, um ensino prático, fugindo aos métodos e fórmulas adotadas pelo SENAI, pois em o seu sistema absolutamente padronizado, enquanto que dará, ao aprendiz, dentro da escola o mesmo ambiente da fábrica, as minas.⁵⁴⁵

Assim, sendo o curso voltado especificamente para a indústria carbonífera, o aluno, ao concluir os estudos, estaria qualificado ou treinado para as atividades especificamente dessa indústria. Por fim, o chefe da divisão de ensino do SENAI concluiu sua declaração, enaltecendo a iniciativa do CADEM de construir as escolas e afirmando que, em função dessa iniciativa “[...] elas demonstrariam o seu valor e trariam para os seus ideadores os maiores reconhecimentos e glórias”. (sic).⁵⁴⁶

544 DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 14 de outubro de 1943. Slide 1943 (427); FOLHA DA TARDE de 14 de outubro de 1943. Slide 1943 (408). [MCAR/MCS/AEMS/ACES].

545 Idem.

546 Ibidem.

Nesse mesmo sentido, foi destacada, ainda, a importância do papel do dirigente das companhias como elemento aglutinador dos indivíduos em torno da indústria carbonífera, como constatamos a seguir.

Nas suas secções ou departamentos, no solo e no sub-solo, trabalham milhares de homens em exercício das mais variadas atividades. A organização, o 'habitat' formado e orientado pela administração da empresa, apresenta aspectos de uma grande família em ação, onde todos são conhecidos e se auxiliam mutuamente. Uma comunidade em ritmo de produção e crescimento notável. (sic).⁵⁴⁷

Os periódicos, por sua vez, concluíram a reportagem anteriormente mencionada afirmando:

Do exposto se conclue com facilidade o papel relevante que estas duas novas escolas desempenharão na vida do Rio Grande do Sul e, mesmo, do Brasil. Não há mais lugar para dúvidas no que diz respeito à importância do ensino industrial. Daí aparecer como um fato dos mais auspiciosos a notícia da deliberação do CADEM em construir estes dois estabelecimentos, que engrandecerão o Estado e falarão bem alto dos elevados propósitos da direção das minas de São Jerônimo. (sic).⁵⁴⁸

Pela conclusão da reportagem, podemos perceber a concordância dos jornais quanto ao lugar ocupado e o papel desempenhado pelo CADEM no quadro estadual e, mais especificamente, pelos seus dirigentes, ou seja, o Dr. Roberto Cardoso. As ações das indústrias carboníferas, na concepção dos periódicos, constituíam atos abnegados em prol do bem maior da sociedade.

Em dezembro de 1944, os jornais noticiaram, em amplas reportagens, a inauguração das escolas profissionais construídas pelo CADEM e organizadas a partir das indicações do SENAI. A escola profissional foi denominada de "Engenheiro Luiz Betim Paes Leme", em homenagem ao antigo dirigente da indústria carbonífera e em reconhecimento pelos inúmeros serviços prestados,

547 DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 14 de outubro de 1943. Slide 1943 (427); FOLHA DA TARDE de 14 de outubro de 1943. Slide 1943 (408). [MCAR/MCS/AEMS/ACES].

548 Idem.

construída nas minas de Arroio dos Ratos. Na seqüência, a imagem da escola logo após a conclusão das obras.



Figura 72: Escola Profissional Luiz Betim Paes Leme - Década de 1940 ⁵⁴⁹

Na próxima foto, podemos observar a fachada da escola que homenageou o engenheiro Paes Leme. Na comitiva, ao centro, com o chapéu na mão, vemos o engenheiro Roberto Cardoso, diretor-presidente do CADEM, acompanhado do General Mendonça Lima. Nessa ocasião, o general foi acompanhado pelo engenheiro em visitas a todas as obras realizadas pelo consórcio.

549 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS]



Figura 73: Escola Profissional Luiz Betim Paes Leme. Década de 1940 ⁵⁵⁰

Na imagem seguinte, vemos a escola profissional “Engenheiro Frederico Liberalli”, em homenagem ao falecido sogro de Roberto Cardoso, construída nas minas de Butiá.



Figura 74: Escola Frederico Liberalli – Fachada – 1944 ⁵⁵¹

⁵⁵⁰ Idem.

As solenidades de inauguração das escolas compreenderam uma série de eventos, além do ato inaugural em si. Foram realizados banquetes, concursos, bailes e visitas pelas diferentes obras assistenciais idealizadas por Roberto Cardoso, construídas e mantidas pelo CADEM. Nas imagens 75 e 76, vemos dois instantâneos de bailes realizados nos clubes locais e promovidos pelo consórcio no ano de 1944.

Evidencia-se, nas imagens, que a participação num evento como os exemplificados exigia certos cuidados, como, por exemplo, o esmero das senhoras em frisar os cabelos e a elegância masculina na utilização de terno e gravata.



Figura 75: Baile de Gala após a inauguração – 1944 ⁵⁵²

551 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. A imagem foi retirada de um jornal, contudo a reportagem não foi arquivada, restando apenas o recorte com a data. [AEMS].

552 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].



Figura 76: Baile no Clube Última Hora - Década de 1940 ⁵⁵³

Na inauguração da escola “Frederico Augusto Liberalli”, estiveram presentes autoridades civis e religiosas, locais e estaduais, bem como dirigentes do CADEM, entre eles o próprio Roberto Cardoso e sua esposa, Isah Liberalli Cardoso. Na imagem, podemos ver o momento do discurso de Roberto Cardoso. Na parte superior, ainda cerrada, a foto do homenageado.



Figura 77: Roberto e Isah Cardoso na Escola Frederico Liberalli – 1944 ⁵⁵⁴

553 Idem.

Já na imagem seguinte, na seqüência da solenidade de inauguração da escola, podemos observar a foto do homenageado havia sido descerrada e os participantes aparecem atentos às atividades.



Figura 78: Inauguração da Escola Frederico Liberalli – 1944⁵⁵⁵

Segundo os jornais Correio do Povo e Diário de Notícias, que divulgaram amplamente as festividades, “O esforço do diretor-presidente do CADEM tem sido no sentido de amparar, quer no presente quer no futuro, aos milhares de homens

554 Ibidem.

555 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

que, com suas famílias ali exercem suas atividades, colaborando de maneira tão meritória para o país, especialmente neste momento em que ainda mais se acentua a preciosa contribuição”. (sic).⁵⁵⁶

Os méritos eram atribuídos à figura do diretor-presidente. A ele foram computados, pelos periódicos, as glórias pelas ações assistencialistas, fato sobre o qual também já comentamos exaustivamente. As referências são personalistas e, apenas eventualmente, remetem ao consórcio; assim sendo, era o diretor-presidente do consórcio que contribuiu para o engrandecimento da nação. Era ele que atendia as necessidades, que se preocupava e amparava o operariado e as suas famílias nas dificuldades cotidianas. Era ele que, com seu esforço pessoal, garantia um presente e um futuro melhor para as diversas pessoas que dele dependiam.

No discurso oficial, o engenheiro Genésio da Costa Marques, assistente do diretor-presidente, destacou: “São bem conhecidos os desígnios do nosso Diretor, em proporcionar a todos que trabalham nas minas educação profissional à altura das necessidades desta indústria, cuja técnica é difícil e varia”. (sic).⁵⁵⁷ Na seqüência da solenidade, segundo os jornais, sem que isso estivesse presente no protocolo, portanto, “de surpresa”, tomou a palavra o sr. Aristóteles Alves Porciúncula, vice-presidente do Sindicato dos Mineiros.

556 A reportagem foi publicada no mesmo dia e na íntegra nos jornais: CORREIO DO POVO de 01 de dezembro de 1944. Slide 1944 (744). DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 01 de dezembro de 1944. Slide 1944 (734). [MCAR/MCS/ACES].

557 Idem.



Figura 79: Vice-presidente do Sindicato dos Mineiros – 1944⁵⁵⁸

Observamos, na imagem, a postura do representante do sindicato dos mineiros discursando com o dedo em riste para enfatizar o que dizia. Expressando-se como representante dos mineiros de Butiá, passou a informar que estes “[...]. estão satisfeitos e orgulhosos, por trabalharem sob as vistas de um grande Diretor que tudo facilita afim de proporcionar nível de vida cada vez mais elevado aos que se enquadram em sua órbita de ação”. (sic).⁵⁵⁹ O representante sindical continuou seu discurso enaltecendo o diretor-presidente pelo relacionamento harmonioso que

⁵⁵⁸ Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

⁵⁵⁹ CORREIO DO POVO de 01 de dezembro de 1944. Slide 1944 (744). DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 01 de dezembro de 1944. Slide 1944 (734). [MCAR/MCS/ACES].

imprimiu nas companhias por ele dirigidas. Fez referência às ações do diretor, destacando:

E não satisfeito em dotar a mina de todas as instalações necessárias, o que reverte em benefício ordenado, pois com um menor esforço se consegue um maior rendimento. V. S. está erguendo hospitais, construindo escolas, fundando clubes recreativos e esportivos, protegendo a infância, enfim, assegurando a todos os seus tutelados uma assistência social completa e um sã ambiente de trabalho. (sic).⁵⁶⁰

Na frase conclusiva de sua fala, Aristóteles Porciúncula, falando em nome dos mineiros, disse: “Por meu intermédio os mineiros de Butiá agradecem. Enaltecendo em V. S. o valor do bom brasileiro, exprimo-lhe nossa admiração e reconhecimento e cumprimento-o por sua obra dignificante e patriótica. Tenho dito”. (sic).⁵⁶¹. Dessa forma, e com a finalização do discurso do vice-presidente do sindicato dos mineiros, podemos perceber a assimilação, por parte dos trabalhadores das minas, do discurso da companhia sobre si mesma e dos periódicos locais. Na mesma noite, o diretor-presidente recebeu uma placa de homenagem dos trabalhadores das minas do Butiá.⁵⁶²

Sob outro aspecto, a obra de assistência social no tocante à educação focalizava a construção, ampliação e manutenção de escolas voltadas para a formação das crianças, ou seja, o plano de assistência enfocava a formação educacional formal nos níveis iniciais para os filhos dos mineiros. De acordo com o Roberto Cardoso, em entrevista concedida em setembro de 1944: “Em 1930, [...] o senhor Getúlio Vargas, então presidente do Estado, inaugurava a primeira igreja e escolas nas minas do Butiá. Data daí o início das obras de assistência social em São Jerônimo”. (sic).⁵⁶³

Estabeleceu-se, assim, o início das atividades assistenciais da região em 1930 e, com Vargas, o diretor-presidente se colocava como continuador da obra iniciada pelo líder da nação. Com isso, apresentava seus objetivos e suas ações em

560 Idem.

561 Ibidem.

562 A placa foi colocada nas dependências do Clube esportivo construído pelo CADEM.

563 A NOITE de 21 de setembro de 1944. Slide 1944 (550). [MCAR/AEMS/ACES].

consonância com os do dirigente, na busca patriótica pelo desenvolvimento da nação e da sociedade, o que também já foi por nós amplamente destacado ao longo desta tese.

Nesse contexto, inseriam-se os projetos de escolas como a “Professor Henry Duplan” (Charqueadas) e a “Escola Visconde de Mauá” (Butiá), que foram construídas a partir da iniciativa das companhias de mineração, as quais garantiam e custeavam a sua conservação, recebendo, em contrapartida, do governo estadual, a manutenção do corpo docente.⁵⁶⁴

A seguir, temos duas fotos da escola. Na primeira, o objetivo é mostrar o prédio em seu aspecto arquitetônico, sendo possível identificar um padrão de prédios escolares adotado pelo CADEM; na foto seguinte, destaca-se um momento de visita, no qual vemos os estudantes na companhia de alguns senhores.



Figura 80: Escola Henri Duplan - Década de 1940⁵⁶⁵

⁵⁶⁴ DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 30 de março de 1943. Slide 1943 (114); CORREIO DO POVO, 30/03/1943. Slide 1943 (128). [MCAR/AEMS/ACES].

⁵⁶⁵ Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005.



Figura 81: Escola Henri Duplan - Década de 1940 ⁵⁶⁶

Na imagem que segue, a Escola Visconde de Mauá, construída pelo CADEM nas Minas do Butiá. Nesse caso, é curioso observar a existência de dois andares. No segundo andar, existia uma espécie de terraço que, de acordo com as memórias de Edilon Silva: “Nos dias em que a bandeira era hasteada os professores escolhiam um dos alunos para ir ao terraço. Todos os outros ficavam lá embaixo cantando o hino enquanto a bandeira ia subindo. Eu fui escolhido”. ⁵⁶⁷

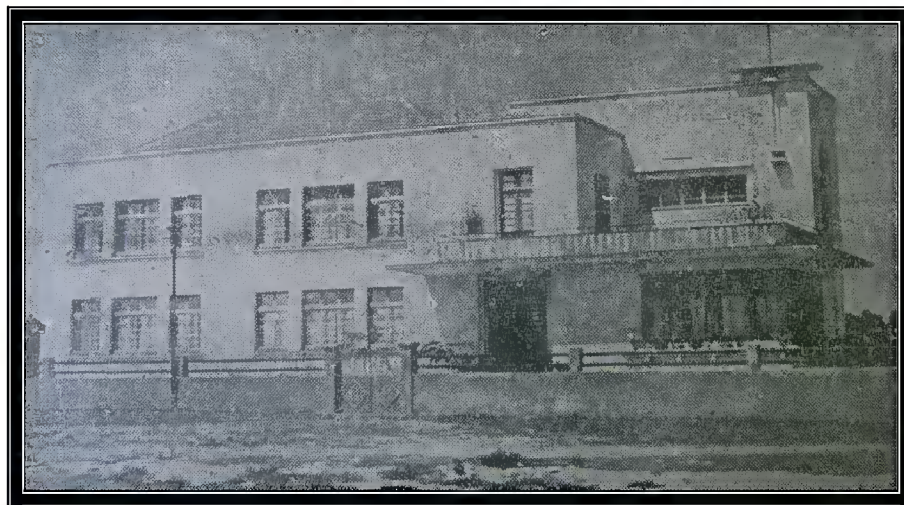


Figura 82: Escola Visconde de Mauá - 1943 ⁵⁶⁸

⁵⁶⁶ Idem.

⁵⁶⁷ Entrevista com Edilon Maximiano da Silva, outubro de 2006. Charqueadas. [ACES].

⁵⁶⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 30 de março de 1943. Slide 1943 (114); CORREIO DO POVO, 30/03/1943. Slide 1943 (128). [MCAR/AEMS/ACES].

Devido ao crescimento das atividades carboníferas no período que compreendeu a Segunda Guerra Mundial, conforme afirmamos anteriormente, a região presenciou um crescimento populacional. Em consequência disso, as necessidades inerentes ao atendimento dos alunos incluíram reformas e ampliação da estrutura educacional dos primeiros níveis escolares. Assim, em 1944, os jornais passaram a noticiar a iniciativa do CADEM em promover a ampliação da “Escola Visconde de Mauá”.⁵⁶⁹ Segundo o Diário de Notícias e o Correio do Povo de 17 de setembro de 1944:

Esta oportuna iniciativa assumida pelo Consórcio Administrador de Empresas de Mineração irá beneficiar grandemente elevado número de filhos de operários daquela mina, que, de outra forma, teriam sua educação prejudicada pela pequena capacidade do edifício. Passará, desta forma, o Grupo Escolar Visconde de Mauá a atender, após concluído o aumento contratado, a cerca de 500 alunos, quase triplicando, dest’arte, sua atual extensão projetada para 200 alunos. Além de tecnicamente aparelhada para satisfazer suas finalidades, o Grupo Escolar Visconde de Mauá dispõe de um bem montado Gabinete Dentário, instalado e custeado pelo CADEM, provido de todos os apetrechos e medicamentos necessários ao cuidado higiênico dos alunos, bem como biblioteca, jardim de infância, parque de diversões, etc. (sic).⁵⁷⁰

Faz-se importante destacar a existência do gabinete dentário nas escolas da região. O atendimento odontológico era gratuito e abrangia estudantes, operários e familiares. No que se referia aos estudantes, as consultas de revisão periódica eram obrigatórias, bem como aulas e palestras acerca dos cuidados com a higiene bucal. De acordo com Weber, no estado os estudos eugenistas⁵⁷¹ enfatizavam “[...]a importância das escolas como centros irradiadores de práticas higiênicas moralizadoras e disciplinares. As escolas seriam locais de adestramento através de

569 Em 1945, foi a vez da realização das obras de ampliação do “Grupo Escolar Henry Duplan”, de Charqueadas, obedecendo às mesmas premissas e os mesmos objetivos, bem como um projeto similar de construção da “Escola Visconde de Mauá” de Minas do Butiá.

570 DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 17 de setembro de 1944. Slide 1944 (537). CORREIO DO POVO, 17/09/1944. Slide 1944 (543). [MCAR/MCS/ACES].

571 Sobre eugenia, ver: SCHWARCZ, Lília M. O espetáculo das raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; WEBER, Beatriz T. Saúde pública e governos positivistas. In: Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre: v. XXIV, n. 1, p. 131:148, junho 1998.

um projeto médico-pedagógico de higienização do social, inclusive atingindo a educação sexual.⁵⁷²

As imagens seguintes são dois ângulos de um dos consultórios odontológicos existentes nas escolas. O ambiente revela limpeza do local e o aspecto de “novo” dos instrumentos médicos.



Figura 83: Consultório odontológico nas escolas - Década de 1940⁵⁷³

572 WEBER, op. cit. 1998, p. 143.

573 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

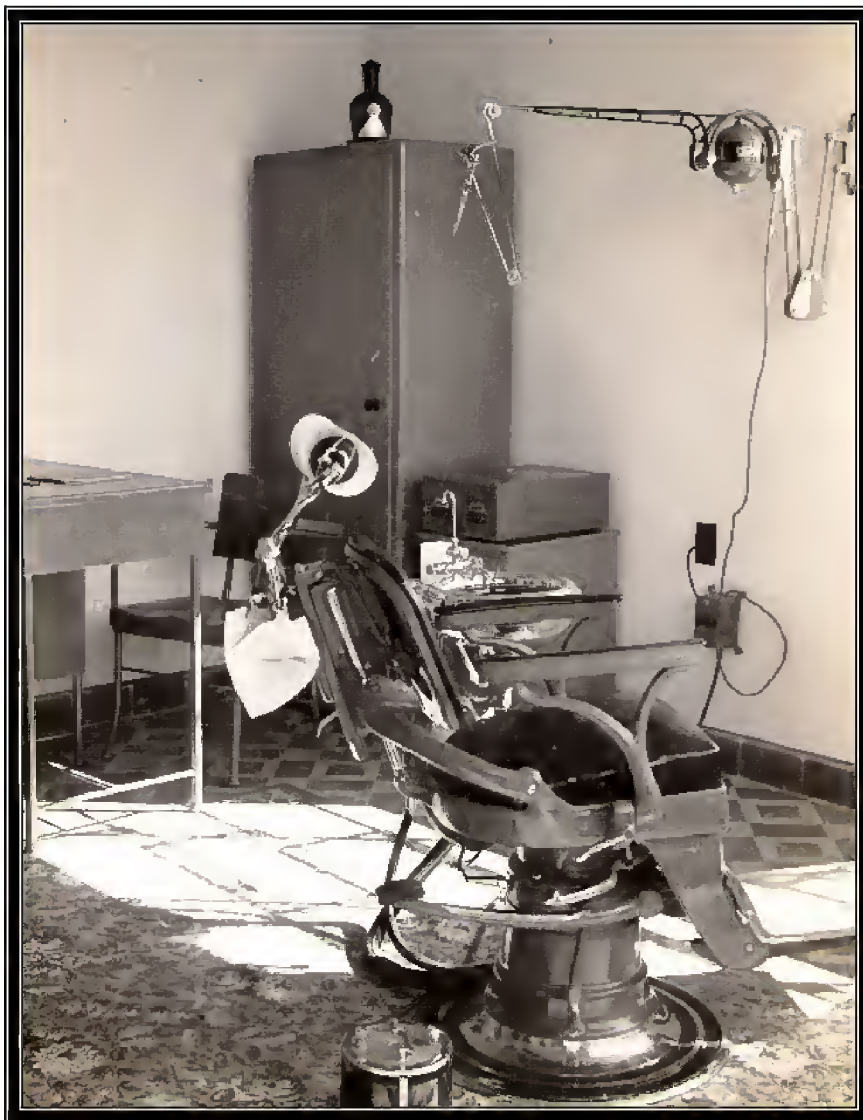


Figura 84: Consultório odontológico nas escolas - Década de 1940⁵⁷⁴

Ainda no tocante aos cuidados dispensados aos filhos dos mineiros, cumpre mencionar duas ações realizadas pela companhia, as quais completavam o quadro da assistência social do CADEM. No final do ano, o consórcio organizava grandes festividades natalinas, quando eram reunidas as crianças de todas as escolas da região carbonífera e promovida a distribuição de brinquedos para todos os estudantes. Tal distribuição somente ocorria após ter sido entoado o hino nacional. Na imagem seguinte, podemos observar o grupo de crianças esperando o momento

574 Idem.

de início das atividades lúdicas. Constatamos que as crianças formam um grupo compacto e existe a predominância de alunos uniformizados.



Figura 85: Alunos esperando o momento de distribuição de brinquedos – [194?] ⁵⁷⁵

Na mesma solenidade, eram distribuídos presentes especiais aos alunos que haviam se destacado por suas atividades durante o período escolar. Essa ação objetivava, de acordo com o discurso do CADEM, incentivar os estudantes a se dedicarem aos estudos. Após receberem seus brinquedos, as crianças pousavam para a foto, conforme vemos na imagem seguinte.

575 Ibidem.



Figura 86: Melhores alunos presenteados – 1944 ⁵⁷⁶

As festividades e as fotos das solenidades eram amplamente divulgadas nos meios jornalísticos e, no final de cada ano, eram publicadas páginas inteiras mostrando as obras de assistência social realizadas pelo CADEM no ano vigente.⁵⁷⁷

Na imagem seguinte vemos um exemplo da propaganda de divulgação do CADEM. Nesse caso específico, tratava-se de divulgar o Natal dos filhos dos mineiros

⁵⁷⁶ Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

⁵⁷⁷ A prática de publicação de página inteira de propaganda acerca das ações de assistência social do CADEM para com seus trabalhadores e suas famílias não estava restrita aos jornais de circulação da capital. Elas eram veiculadas em diversos periódicos do interior e da capital: DIÁRIO POPULAR (Pelotas), 27/06/1944. Slide 1944 (352); O TEMPO, 17/08/1944. Slide 1944 (589); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19/09/1944. Slide 1944 (552); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29/10/1944. Slide 1944 (614); CORREIO DO POVO, 12/11/1944. Slide 1944 (638); O REPÓRTER, 27/01/1945. Slide 1945 (45); O REPÓRTER, 03/02/1945. Slide 1945 (48); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29/03/1945. Slide 1945 (176); OPINIÃO PÚBLICA. (Pelotas), 05/05/1945. Slide 1945 (287); FOLHA DA TARDE, 03/07/1945. Slide 1945 (315); A CRUZ, 30/09/1945. Slide 1945 (636); JORNAL DO COMÉRCIO, 05/10/1945. Slide 1945 (474); DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25/12/1945. Slide 1945 (623); CORREIO DO POVO, 01/01/1946. Slide 1946. [MCAR/MCS/AEMS/ACES].



Figura 87: Propaganda do CADEM – 1944 ⁵⁷⁸

As festividades comemorativas realizadas pelo CADEM, em suas diversas ações sociais, possuíam a mesma conotação e se inseriam no contexto descrito por Prodanov (2002), ao analisar a sociedade mineradora de Potosi, quando o autor destacou:

A festa como ritual coletivo e não rotineiro da sociedade tem um sentido passageiro e utópico, consagrando-se em dois grandes movimentos. O primeiro, religioso e mesmo cívico, marcado pela

578 DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 24 de Dezembro de 1944. Slide 1944 (759). [MCAR/AEMS/ACES].

ordem e hierarquia e, o segundo, carnavalesco e teatral, ditado pela espontaneidade, criatividade e inversão momentânea da ordem social. [...].⁵⁷⁹

3.2.4. Diversão na medida certa: O lazer possível

Além de tudo o que já foi mencionado, também como componente do plano de ação de assistência social do CADEM para seus subordinados, estava a promoção de espaços e opções de lazer. De acordo com Sulbach (1989): “Somente a partir de 1944 foram criadas entidades recreativas e desportivas, para um passatempo condigno e reparador”.⁵⁸⁰

Entretanto, ainda no ano de 1943, foram encontradas referências acerca do time de futebol do CADEM e de campeonatos realizados na região. Em 11 de novembro daquele ano, o jornal *Correio do Povo* publicou uma reportagem em que informava aos leitores o andamento do campeonato de futebol da região, divulgando o jogo entre as equipes do CADEM Futebol Clube, de Arroio dos Ratos, e a equipe do Butiá Futebol Clube, ambas compostas por mineiros da região. Na conclusão da reportagem, o jornal referenciava que tanto uma quanto a outra contavam “com o apoio integral do Consórcio Administrativo das empresas de mineração”.⁵⁸¹

Na imagem a seguir, vemos o campo de futebol construído pelo CADEM para a realização dos treinos e jogos locais, em que podemos notar o aspecto de “bem cuidado” do gramado e suas marcações. Os times estavam uniformizados e percebemos, no centro do gramado, a existência de um árbitro, indicando a seriedade da partida.

579 PRODANOV, op. cit. 2002, p. 109.

580 SULZBACH, op. cit. 1989b, p. 95.

581 CORREIO DO POVO de 11 de novembro de 1943. Slide 1943 (590). [MCAR/ACES].



Figura 88: Campo de futebol do CADEM – 1945⁵⁸²

O incentivo e o patrocínio do consórcio a esse esporte se mantiveram nos anos seguintes, tanto que, em novembro de 1945, os jornais da capital publicaram reportagens sobre o campeonato estadual de amadores promovido pela Federação Rio Grandense de Futebol, no qual o time do CADEM, campeão de São Jerônimo, disputaria o primeiro lugar do campeonato com o CRUZEIRO.

Após as informações de praxe sobre jogos disputados entre os times e resultados obtidos, a reportagem apontava para a existência de questionamentos da sociedade acerca de como esses “[...] moços que, desdobrando a sua atividade, dia e noite, no subsolo da terra ou nos escritório do poderoso consorcio do vizinho município acham tempo de sobra para praticar o esporte [...]”. O próprio autor respondeu ao questionamento apontando como causa do vigor o fato de os mineiros possuírem

582 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].

[...] dois verdadeiros numes tutelares – o dr. Roberto Cardoso e o sr. Henrique Lupinacci, ambos as vigas-mestras dessa organização modelar, que é o CADEM, o campeão de S. Jerônimo jamais se arreceiou de qualquer adversário, antes costuma sempre lutar com energia e força de vontade. (sic).⁵⁸³



Figura 89: CADEM Futebol Clube – 1945⁵⁸⁴

A foto publicada no jornal, como parte integrante da reportagem, apresentava o time de futebol patrocinado pelo consórcio. No canto esquerdo, vemos o treinador do time. Percebemos que, até nas questões referentes às vitórias obtidas pelo time de futebol, era destacado o nome do diretor-presidente como responsável pelas conquistas.

Em uma entrevista ao jornal “A Noite” em setembro de 1944, Roberto Cardoso fazia alusão às ações realizadas no sentido de promover o esporte e o lazer saudável para os mineiros e suas famílias, na qual disse: “Três esplêndidos

583 CORREIO DO POVO de 01 de novembro de 1945. Slide (530); FOLHA DA TARDE, 03/11/1945. Slide (535). [MCAR/MCS/ACES].

584 Idem.

prédios, destinados a clubs sociais e dotados de confortáveis instalações, foram também por nós construídos. Além disso, dotamos as minas de dois campos de football, quadras de tennis, riques de voleibol e estamos já providenciando a construção de duas grandes piscinas. (sic).⁵⁸⁵

Nas imagens em seqüência, temos os times de esporte feminino, no caso específico, de voleibol, após obterem vitórias em campeonatos locais na década de 1940. Salientamos os trajés esportivos das moças, bem como a vestimenta do treinador. Em ambos os casos, a impressão é de inadequação para a prática esportiva que representavam.



Figura 90: Esporte Feminino. Década de 1940⁵⁸⁶

585 A NOITE de 21 de setembro de 1944. Slide 1944 (550). [MCAR/AEMS/ACES].

586 Arquivo particular de Ênio Marques. Charqueadas, 2005. [AEMS].



Figura 91: Esporte Feminino. Década de 1940⁵⁸⁷

Na mesma entrevista, o diretor do CADEM destacou:

Não escapou à nossa preocupação os divertimentos que deviam proporcionar aos nossos operários e às suas famílias e em março último, inauguramos nas minas de Butiá um cinema moderníssimo para 850 espectadores, havendo também nas minas de São Jerônimo outro cinema, para 650 espectadores. (sic).⁵⁸⁸

Os jornais também realizaram uma grande divulgação da construção e inauguração dos cinemas. O jornal Folha da Tarde, em 09 de novembro de 1943, dizia: “A última grande realização do CADEM em benefício dos trabalhadores das minas do Butiá tem dois elevados objetivos: o de divertir e o de educar. Combinadas as duas coisas temos que o trabalhador se educará, se divertindo e de divertirá se educando”. (sic).⁵⁸⁹

587 Idem.

588 A NOITE de 21 de setembro de 1944. Slide 1944 (550). [MCAR/AEMS/ACES].

589 FOLHA DA TARDE de 09 de novembro de 1943. Slide 1943 (609); CORREIO DO POVO, 14/11/1943. Slide 1943 (633).

Em conclusão à entrevista, Roberto Cardoso disse: “Enfim, estamos nos preocupando com a proteção da saúde de nossos operários e de suas famílias, bem como com a assistência espiritual, social e recreativa que eles merecem e sentimos satisfeitos de seguir plenamente as patrióticas diretrizes do presidente Vargas. (sic).⁵⁹⁰

Nesse trecho final da entrevista, fica claro, na afirmação do diretor-presidente, o objetivo maior do conjunto de ações do plano de assistência social do CADEM para seus empregados e familiares, ou seja, elas visavam a abarcar o universo completo da sociedade mineradora, na qual o CADEM e, por conseqüência, o diretor-presidente Roberto Cardoso estavam postados como provedores de todas as necessidades da totalidade dos membros da sociedade local. Ademais, todo o conjunto de ações se encontrava em perfeita consonância com os objetivos e as diretrizes do governo federal e de Getúlio Vargas.

Nesse contexto, tornava-se improvável a possibilidade de evasão, por parte dos trabalhadores, da rede de benefícios criada pelo plano de assistência, pois a idéia que perpassa é a de que, se o indivíduo não estivesse integrado ao trabalho nas minas, sob tutela do CADEM, não poderia usufruir nenhum dos benefícios que a estrutura da cidade apresentava, pois todos eles eram propriedades do consórcio. Em suma, se o indivíduo ou alguém de suas relações diretas não trabalhasse na atividade de extração de carvão e, conseqüentemente, não trabalhasse para o CADEM, não haveria lugar possível de ser ocupado por esse indivíduo, já que toda a estrutura existente naquela sociedade era de propriedade do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração.

[MCAR/MCS/ACES].

590 A NOITE de 21 de setembro de 1944. Slide 1944 (550). [MCAR/AEMS/ACES].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação empírica da região carbonífera de São Jerônimo, através da própria vivência familiar, provocou a inquietação e esta pesquisa sobre a história da mineração na região do referido município, no período compreendido entre os anos de 1883 a 1945, em busca da compreensão sobre os principais protagonistas daquele cenário da minha infância: os mineiros trabalhadores. Ao refletirmos sobre as motivações dos trabalhadores para a realização da atividade extrativista de carvão mineral, articulamos, neste estudo, uma problemática/tese acerca da existência de estratégias das companhias de mineração com o objetivo de formar uma rede de relações entre elas, os poderes públicos e a comunidade local, além de atrair e manter os trabalhadores das minas.

Estruturamos o resultado da investigação de forma a contemplar desde os primeiros passos da pesquisa até o resultado final. O primeiro capítulo versou sobre as origens da mineração de carvão no estado do Rio Grande do Sul, pontuando as trajetórias percorridas pelas companhias de mineração que se dedicaram à atividade extrativa em São Jerônimo nas décadas finais do século XIX. A problemática básica desse capítulo envolveu a análise das estratégias, ou seja, dos discursos e das práticas das primeiras companhias de mineração do estado.

Nossa abordagem priorizou como fonte de pesquisa, nesse capítulo, os textos do engenheiro Eugênio Dahne,⁵⁹¹ associado e representante das empresas

⁵⁹¹ DAHNE, E. S. Eugenio. **A mineração de carvão e as concessões da companhia no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Companhia Estradas de ferro e minas de São Jerônimo/Estabelecimento typographico de Gundlanch & C., 1893. [MCAR/ACES].

mineradoras, que ocupava a posição de seu porta-voz. O engenheiro elaborou um estudo sobre as origens da mineração na região de São Jerônimo. Este foi organizado em duas partes: a primeira era uma compilação de documentos dos acontecimentos referentes às trajetórias dos pioneiros da mineração de carvão. Apresentando-a como uma retrospectiva histórica, destacava os elementos que, na sua concepção, foram os constituintes da história dos primórdios da mineração brasileira. A segunda parte era um relatório dirigido aos acionistas da “Companhia de Minas do Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos”, que prestava contas através de dados e informes sobre a situação da companhia durante sua administração. Nesse, emitiu pareceres, opiniões e conceitos, impregnados de subjetividade, mas que, segundo o engenheiro, representavam o posicionamento das companhias.

Esse relatório foi, para o nosso estudo, talvez a mais rica fonte de análise sobre o período e, associado a outras fontes documentais, permitiu-nos identificar e analisar o posicionamento e as percepções das companhias de mineração que, naquele momento, se direcionavam em dois sentidos: de um lado, o discurso enfatizava a perspectiva das companhias da prática de luta solitária pela causa da indústria do carvão em prol do bem nacional e, de outro, trazia à tona o descontentamento delas quanto às ações dos órgãos públicos, indicando-os como omissos nas questões que se relacionavam à indústria carbonífera nacional.

O segundo capítulo abordou, a partir das alterações das conjunturas interna e externa do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, o significado da união entre as duas maiores companhias de mineração da região, ou seja, “Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” (Arroio dos Ratos) e a “Companhia Carbonífera Rio Grandense” (Butiá), num consórcio administrador de empresas denominado de CADEM. Versou, também sobre fatos como a implantação da Consolidação das Leis do Trabalho e o fim da Segunda Guerra Mundial, presentes na década de 1940, os quais foram compreendidos pelo consórcio como causadores de uma crise na indústria carbonífera local. Nesse capítulo, nosso estudo, além dos documentos produzidos pelas companhias de mineração, pelos órgãos públicos e por membros da sociedade local, utilizou uma vasta quantidade de recortes de jornais do período, de forma a analisar a problemática em torno das estratégias das companhias.

Através da associação e análise das fontes, descobrimos a transformação das estratégias das companhias de mineração, sendo uma delas a formação do consórcio administrador de empresas de mineração – CADEM, na década de 1930, que, em sua idealização, pretendia a dinamização da administração e o fortalecimento político, econômico e social das empresas carboníferas da região. Os discursos e as práticas do CADEM expressavam uma postura de associação e emparelhamento de objetivos e ações com os poderes públicos e as empresas não se autodenominavam mais como solitárias na busca do engrandecimento da nação. A manifestação pública desses direcionamentos deu-se não apenas nos documentos restritos da empresa, como relatórios e memorandos, mas foi expressa através dos jornais e da realizações de banquetes, bailes e homenagens aos dirigentes da nação.

Como diretor-presidente do consórcio, foi nomeado o engenheiro Roberto Cardoso, associado através das minas do Butiá, o qual passou a ser o porta-voz dos discursos das companhias. Sua administração foi marcada por uma série de redirecionamentos voltados à revitalização do setor extrativo de carvão mineral, tais como a política de ampliação e diversificação de investimentos, através da compra de ações de empresas variadas e da formação de uma rede de produção e consumo, em que as empresas visadas foram aquelas que, por sua natureza de atividade, eram fornecedoras de matéria-prima para as companhias de mineração ou consumidoras de carvão.

Entendemos a transformação das estratégias do CADEM como um redirecionamento decorrente, em parte, das mudanças ocorridas nas esferas mundial, nacional e regional. A ocorrência da Primeira Guerra, na esfera mundial, e o envolvimento de países como a Inglaterra e a Alemanha, tradicionais fornecedores de carvão para o Brasil, ocasionaram a drástica diminuição do produto estrangeiro nos mercados nacionais. A escassez do minério, associada às necessidades de combustível que a indústria tinha, contribuiu no sentido de promover ações governamentais de proteção ao carvão nacional, tais como isenções fiscais, empréstimos e obrigatoriedade de consumo. Assim, as ações governamentais, nas esferas nacional e regional, de implementação de uma legislação que visava à proteção ao minério e, por conseqüência, à indústria de extração de carvão, foram

elementos fundamentais na transformação dos discursos e das práticas do consórcio carbonífero sulino.

Nesse contexto, o CADEM passou a pronunciar um discurso que enaltecia os dirigentes tanto em nível nacional quanto estadual. Os governantes eram apresentados nos relatórios, nos memorandos e nas entrevistas aos jornais como heróis abnegados e dedicados ao desenvolvimento nacional. No discurso do CADEM, a defesa do carvão nacional era um ato patriótico, os governantes eram os combatentes da causa nacional e as companhias de mineração, suas aliadas.

Entretanto, na década de 1940, o diretor-presidente do consórcio, o engenheiro Roberto Cardoso, porta-voz do CADEM desde sua criação, passou a indicar, em seus pronunciamentos escritos e orais, a preocupação das companhias de mineração com o fim da Segunda Guerra Mundial e com a implantação da Consolidação das Leis do Trabalho. Da mesma forma e pelos mesmos motivos que a primeira, a Segunda Guerra Mundial ocasionou um aumento significativo do consumo de carvão das minas gaúchas. O final do conflito representava o retorno da concorrência do produto estrangeiro, (inglês, alemão ou americano), que possuía reconhecidamente maior qualidade do que o extraído no Rio Grande do Sul, além de competitividade no preço. A abundância de minério no mercado nacional, que já estava em processo de retração devido à utilização, por diversos setores da indústria e dos transportes, de outros combustíveis, como o petróleo, geraria, segundo a percepção do consórcio, uma diminuição drástica no consumo do carvão das minas de São Jerônimo.

Por outro lado, a implantação da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, trouxe consigo uma série exigências legais quanto à situação dos trabalhadores e às condições de trabalho. O discurso do CADEM enfatizou os problemas que a legislação trabalhista representava para a indústria carbonífera, entendendo-a como um ônus, como, por exemplo, no aspecto que regulamentava o trabalho no subsolo, limitando-o à faixa etária do trabalhador entre 21 e 50 anos ou, então, na determinação da redução da jornada de trabalho de oito para seis horas, fato que obrigou as companhias a implantarem quatro turnos de trabalho.

O terceiro capítulo da tese teve dois direcionamentos: por um lado, tratou do contexto regional em que a mineração de carvão estava inserida, ou seja, pontuamos aspectos constitutivos da sociedade mineradora de São Jerônimo através da reconstituição da origem e trajetória histórica do município e da formação da sociedade mineira; por outro lado, analisou algumas das práticas das companhias de mineração direcionadas à sociedade local, as quais ofereciam facilidades ao cotidiano dos trabalhadores e suas famílias, tais como moradia, educação, saúde e lazer.

No referido capítulo, nossa análise contou, além das fontes utilizadas no capítulo anterior, com um vasto acervo fotográfico, em grande parte inédito e pertencente a acervos particulares indisponíveis ao público em geral. O conjunto das imagens, além de grande beleza, permite a observação e a análise de vestígios da sociedade carbonífera.

Ao analisarmos as fontes em busca das origens e da história do município de São Jerônimo, descobrimos que as especificidades da sociedade foram decorrentes, em parte, da presença do ouro negro no subsolo da região. Os aspectos existentes nos períodos anteriores à descoberta e exploração sistemática do minério caracterizavam aquela sociedade como predominantemente agropastoril, com a coexistência de grandes e pequenas propriedades privadas, estas cultivadas geralmente por colonos, e de uma indústria incipiente e um comércio de produtos de primeira necessidade. A partir da exploração organizada da atividade de extração de carvão mineral do subsolo, ocorreram transformações de infra-estrutura, de diferentes ordens, como, por exemplo, o fornecimento de energia, a instalação de iluminação pública e privada, a transformação no traçado da cidade, entre outras. Essas melhorias não atingiram todos os grupos existentes naquela sociedade da mesma forma, sendo esse fato visível através das questões inerentes ao abastecimento de água aos moradores, por exemplo.

As especificidades da sociedade local abordadas, no terceiro capítulo, permitem concluir que a sociedade de São Jerônimo foi o resultado da soma de fatores a partir da existência do carvão, dos direcionamentos tomados pelas companhias extrativistas e das ações estratégicas dos órgãos públicos. Nesse sentido, entendemos os sinais de progresso na cidade decorrentes da situação

favorável vivenciada pela indústria carbonífera e, da mesma forma, observamos a retração desse processo nos períodos em que a atividade de mineração vivenciava crises específicas do setor, como, por exemplo, na década de 1940, com o fim do conflito mundial e o retorno da concorrência externa. Assim, os contornos adquiridos na formação da sociedade mineradora foram resultantes das relações estabelecidas entre os diferentes atores componentes da sociedade mineradora e de suas ações.

No contexto local, na primeira metade do século XX, as conjunturas mundial e nacional contribuíram para o encaminhamento, por parte das companhias de mineração, de uma série de medidas que visavam a instituir facilidades para o cotidiano e a vida dos trabalhadores, as quais constituíram estratégias muito eficientes para atrair, manter e estimular o trabalhador na realização de suas obrigações. As concessões e facilidades foram sistematizadas através do plano de assistência social do CADEM, concretizados por Roberto Cardoso. Tornou-se evidente, para nós, que tais práticas foram elementos fundamentais para a formação daquele cenário da sociedade mineradora.

Entre as ações presentes no plano de assistência, a mais importante, sem dúvida, era a concessão de moradia, garantida através do pagamento de uma quantia módica, a título de aluguel, com a promessa de, no futuro, tornar-se casa própria. As ajudas na manutenção do imóvel também se configuravam como muito atraentes, tais como a doação de cal para a pintura externa das casas.

A saúde igualmente foi contemplada no plano assistencial através da construção de hospitais, ambulatórios, maternidades e consultórios odontológicos. Além disso, surgiu o oferecimento de serviços, como os de puericultura, que visavam à saúde das mulheres e de seus bebês. Algumas das práticas promotoras de saúde eram impostas à população, como no caso do atendimento odontológico feito junto às escolas, o qual era compulsório para todos os estudantes.

No tocante à educação básica formal, observamos que a obrigatoriedade era restrita aos parâmetros legais, ou seja, às crianças. Os filhos de mineiros freqüentavam as escolas construídas pelo consórcio e mantidas em parceria com os órgãos públicos. O enquadramento dos indivíduos da sociedade no sistema educacional era importante, na medida em que se buscava modelar, da mesma

forma, sua conduta como cidadãos, porém não foi possível, em nosso estudo, identificar medidas que visassem, por exemplo, à alfabetização dos adultos. Descobrimos que a educação formal não era percebida como uma prioridade para as sociedades mineiras, pois não dependiam dela para garantirem os meios de subsistência. Para ser um mineiro de subsolo, com rendimentos superiores aos dos trabalhadores de superfície, não era necessário ter freqüentado nenhum tipo de curso. Aliás, não havia nem mesmo a necessidade de ser alfabetizado, pois todo o trabalho realizado precisava apenas de prática.

Já a educação profissional, que também era contemplada no plano de assistência social do CADEM, adquiriu outros contornos. Ela não era uma obrigatoriedade para a realização da atividade de extração no subsolo, pois, na prática, as promoções e os aumentos salariais não estavam vinculados à realização de cursos profissionais; contudo, o consórcio, em parceria com o SENAI, construiu escolas e instaurou cursos voltados à profissionalização dos trabalhadores que se direcionavam ao perfil do trabalhador mineiro e às especificidades da atividade.

O confronto e a análise das fontes, entre elas, os depoimentos orais, trouxeram-nos a compreensão de que esses cursos visavam, no período, apenas uma parcela dos trabalhadores das minas, mais especificamente aqueles que exerciam atividades predominantemente de superfície, como os eletricitas e mecânicos, e que atuavam no subsolo eventualmente, quando havia a necessidade de instalação e conserto da rede elétrica ou de maquinário. Para os trabalhadores envolvidos diretamente na extração e no transporte do carvão pelas galerias, não havia nenhum tipo de curso de formação profissional, os fazeres da atividade perpetuaram-se através da aprendizagem pela experiência dos mais velhos. A título de curiosidade, identificamos, na década de 50, a existência de instruções individuais para a operação de novas tecnologias maquinárias e, na década de 70, minicursos voltados para a segurança do trabalho e a prevenção de acidentes no fundo da mina.

Constatamos, ainda, no plano de assistência do consórcio, a existência de uma preocupação com o tempo livre dos trabalhadores, através da promoção de espaços e opções de lazer organizado. Esse aspecto foi abordado brevemente, neste estudo, com o intuito de demonstrar o objetivo do CADEM em contemplar o

universo completo da sociedade mineradora, contudo entendemos que essa temática deve ser foco de uma investigação mais aprofundada, visando, inclusive, a analisar os outros significados existentes na preocupação das empresas com o tempo livre do trabalhador e da sociedade.

A análise do conjunto de práticas do plano de assistência social implantado na região carbonífera permitiu-nos perceber, também, o direcionamento do CADEM no sentido de buscar preencher todos os espaços sociais, ao assumir o papel de provedor das necessidades de todos os membros da sociedade local. O conjunto das estratégias das companhias, ou seja, de seus discursos e práticas, tornava improvável a possibilidade de evasão, por parte dos trabalhadores, da rede de benefícios. Deparamo-nos com a perspectiva, vivenciada pelos atores de nosso drama, que o indivíduo que não estivesse integrado ao trabalho nas minas, sob tutela do CADEM, não poderia usufruir nenhum dos benefícios que a estrutura da cidade apresentava, pois todos eles eram propriedades do consórcio.

Conforme dito, esta investigação sobre a região carbonífera, além da sistematização dos dados esparsos sobre as companhias de mineração, objetivou entrelaçar as histórias comoventes que fizeram parte da minha infância com as conjunturas históricas internacionais, brasileira e gaúcha acerca do papel da indústria carbonífera. Esta tese, como anteriormente dito, trouxe à tona o cotidiano dos trabalhadores do subsolo e das suas famílias, na tentativa de compreender o imaginário dessa comunidade sobre a labuta de trabalho diário, embora sem a pretensão de esgotar o tema, pelo contrário, constatamos que outras possibilidades de investigação se descortinam e merecem, indubitavelmente, um aprofundamento.

Acreditamos que esta investigação, a qual nos trouxe diversos avanços, destacando aqueles que contribuíram para a compreensão do meu imaginário sobre o caráter que permeava aquela sociedade mineradora em que nasci, deixou em aberto o caminho para novas pesquisas, tais como: as técnicas da realização da atividade de extração em si; a relação da sociedade com o medo, o perigo e a morte; a construção da identidade mineira, entre outras. Essas são temáticas ainda não exauridas e de fundamental importância para a (re)construção da história dessa região e do Rio Grande do Sul.

Por fim, desejamos que esta pesquisa possa contribuir para a discussão sobre a formação da sociedade mineradora sulina e estimular a reflexão sobre os processos históricos que levaram a comunidade de trabalhadores, incansáveis, à realização da labuta diária nas profundezas da terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

Bibliografias.

ABREU, S. F. **Recursos minerais do Brasil**. São Paulo: Edgar Blucher, 1973. v. 2.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ARIÈS, P.; DUBY, G.; LA DURIE, E.L. (et al.) **História e Nova História**. 2ª ed. Lisboa: Editorial Teorema, 1989.

ARMUS, Diego. **Mundo urbano y cultura popular**. Estudios de história social Argentina. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1990.

ARRUDA, José J. **A Revolução industrial**. São Paulo: Ed, Ática, 1988.

ASHTON, T. S. **A Revolução Industrial. 1760-1830** 6ª ed. Portugal: Edições Europa-América, 1995. 211p.

AVÉ-LALLEMENT, Roberto. **Viagem pelo Sul do Brasil em 1858**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

AXT, Gunter; (org); [et al]. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. 279p.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985. Vol. 5.

BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1977.

BAKOS, Margaret M. **A cidade está na moda, há pouco tempo**. Reflexões gerais. In: Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre: v. XXIV, n. 1, p. 201:223, junho 1998.

BAKOS, Margaret M. **Porto Alegre e seus eternos intendentes**. Porto Alegre: Edi PUCRS, 1996. 218p.

BAKOS, Margaret, **RS: Escravidão e Abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BARCELOS, Ramiro F. **A bacia carbonífera do Rio Grande do Sul e os meios de aproveitá-la**. Porto Alegre: Typ. A FEDERAÇÃO, 1904.

BARCELLOS, Paulo F. P. **Carvão: Gás Natural**. Porto Alegre: Ortiz, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

BARRETO, Abeillard. **Bibliografia Sul Riograndese** (a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul). Vol I e II. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

BASTOS, Liliana. e LOPES, Luiz Paulo. (org). **Identidades**. Recortes multi e interdisciplinares. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

BEIGUELMAN, Paula. **O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito**. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difusão européia. 1969. p.319:338.

BELOLLI, Mário, [et al]. **A História do carvão de Santa Catarina**. Vol. I . Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002. 296p.

BERND, Zilá. (org). **Americanidades e transferências culturais**. Porto Alegre: Movimento, 2003.

BITTENCOURT, B.C., MENDES, T.F. (Coord). **Carvões Minerais do Brasil**. Características de carvões brutos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CIENTEC, 1980.

BOEIRA, Nelson. **O Rio Grande de Augusto Comte**. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (org.). **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 34/59.;

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Ed. Difel, 1989.

BORGES, Stela . **Italianos: Porto Alegre e trabalho**. Porto Alegre: EST Edições, 1993;

BOSCHI, Renato R. **Elites industriais e democracia**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira**. Temas e situações. São Paulo: Ática, 2002.

BRASIL, Assis. **História da República Rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. Erus, 1982.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Metrópoles: As faces do monstro urbano**. (as cidades do século XIX). In: Rev. Bras. de História. Cultura e Cidades. São Paulo: Editora Marco Zero, 1985. Vol. 5. nº 8/9.

_____. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza.** 6° ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

BUNSE, Heinrich A. W. **A mineração do carvão no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Secretaria de energia, minas e comunicação, 1984.

BURKE, Peter. (org.). **A escrita da História. Novas perspectivas.** 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BOEIRA, Nelson. **O Rio Grande de Augusto Comte.** In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (org.). **RS: Cultura e Ideologia.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 34/59.

BORGES, Stela . **Italianos: Porto Alegre e trabalho.** Porto Alegre: EST Edições, 1993

BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia.** Rio de Janeiro:Graal, 1979.

CABRAL, Frederico. **Memória geológica sobre os terrenos do Curral Alto e Serro do Roque na Província de São Pedro do Sul.** Porto Alegre: Pomatelli, 1851.

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade, texto e história.** São Paulo: Loyola, 1999.

CANÊDO, Leticia B. **A Revolução Industrial.** 8ª ed. São Paulo: Atual; Campinas/SP: Ed. Unicampi, 1987.

CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) **Domínios da História.** Ensaios sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Fernando H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil.** São Paulo: Difel, 1964.

CAROLA, Carlos R. **Dos subterrâneos da história.** As trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina. 1937-1964. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

CAROLA, Carlos. **Modernização, cultura e ideologia do carvão em Santa Catarina.** In: GOULARTI FILHO, Alcides. (org) [et al.]. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 2. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 530p.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, 2002.

_____. **A Invenção do cotidiano**. 2ª ed. Petrópolis, (RJ): Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Classes perigosas: Trabalhadores**. Campinas: Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth, 1990.

_____. **Trabalho, Lar e Botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, S.; ESTEVES, M. & RIBEIRO G. **Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio**: Vivência de libertos, “galegos” e mulheres pobres. In: Rev. Bras. de História. Cultura e Cidades. São Paulo: Editora Marco Zero, 1985. Vol. 5. nº 8/9.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**. A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **A História cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

CHAVES. Antônio José Gonçalves. **Memórias econômico-políticas sobre a administração pública no Brasil**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros, 1978.

CHAVES, S. H. e NEVES, G.R. **A região carbonífera “tradicional” do Rio Grande do Sul**. In: CENTRO DE ECOLOGIA/UFRGS. **Carvão e meio ambiente**. Centro de ecologia. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p.108/129.

CHEVALIER, Jean. e GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 17ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. 996p.

CLAVREUL, Jean. **A ordem médica: poder e impotência do discurso médico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COGGIOLA, Osvaldo. **História e economia: Questões**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.

CORRÊA DA SILVA, Z. C. **Jazidas de carvão no Rio Grande do Sul, Brasil**. In: Simpósio Sul-Brasileiro de geologia. Anais. Curitiba, 1978 v.2.

CORSI, Francisco L. **Política econômica e Nacionalismo no Estado Novo**. In: SZMRECSÁNYI, T. & SUZIGAN, W. (org). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 3:17

CORSETTI, Berenice. **Política e organização da educação sob o castilhismo**. In: AXT, Gunter; (org); [et al]. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p.203/216.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. Momentos decisivos. 4ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983. 282p.

COSTA, Marisa Vorraber. **Estudos Culturais em Educação**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

_____. **Caminhos Investigativos-Novos olhares na pesquisa em educação**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1996.

COSTA, Rubens Mena Barreto. **Alimentação e liberdade**. In: COSTA, R. M. B., FRANCO, S. C., MEDEIROS, L., et ali. **Rio Grande do Sul. Terra e Povo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1964. p. 133:156.

COSTA, R. M. B., FRANCO, S. C., MEDEIROS, L., et ali. **Rio Grande do Sul. Terra e Povo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1964. 295p.

CONSTANTINO, Núncia S. de. **Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades**. In: Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre: v. XXVIII, n. 1, p. 183:194, junho 2002.

CRONIN, Joseph. **A cidadela**. O romance de um médico. 15ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. 433p.

DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (org.). **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 167p.

_____. **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. 424p.

DAHNE, E. S. Eugenio. **A mineração de carvão e as concessões da companhia no ESTADO DO RIO GRANDE do Sul**. Porto Alegre: Companhia Estradas de ferro e minas de São Jeronymo/Estabelecimento typographico de Gundlanch & C., 1893. 111p.

DAL MOLIN, Naiara. **Candiota**. Origem e história. Porto Alegre: Tchê, 1994. In: FERRER. Tânia Rodrigues. **Candiota: de Luzes e cinzas**. Porto Alegre: 1998. 240p. Dissertação (Mestrado em História). PUC/RS

DAUMARD, Adeline.; BATALHA, Altiva P. & Westphalen, Cecília Mª. (et. al.). **História social do Brasil: teoria e metodologia**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1984.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1976.;

DEAN, Warren. **A industrialização durante a República Velha**. In: FAUSTO, Boris. (org). **O Brasil republicano**. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Tomo III. 2ª ed. 1º Vol. São Paulo: Difel, 1977. p. 249:283

DECCA, Edgar de. **1930 O silêncio dos vencidos**. Memória, história e revolução. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **O nascimento das fábricas**. 8º ed. Tudo é história 51. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

DIAS DUARTE, L.F. **Da vida nervosa, nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. 290 p.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. - Ana Gertrudes de Jesus - São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

DIDONET, Zilah. **O positivismo e a constituição Riograndense de 14 de julho de 1891**. Santa Maria: UFSM, 1977.

DOWBOR, Ladislau. **A formação do 3º mundo**. 12ª ed. Tudo é História 35. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do sul**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961.

DUARTE, Maria Beatriz Balena. e MEDEIROS, João Luiz. (org).(et. al). **Mosaico de identidades**. Interpretações contemporâneas das Ciências Humanas e a temática da identidade. Curitiba: Juruá, 2004.

EHRlich, Paul R. EHRlich, Anne H. **População, recursos, ambiente**. São Paulo: USP, 1974.

ELMIR, Cláudio. **As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica**. In: Caderno do PPG em História da UFRGS, n. 13, dezembro de 1995, p 19/29.

ESPIG, Márcia Janete. **O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado**. Estudos Ibero americanos, Porto Alegre: PUC/RS. Programa de Pós Graduação em História. v. XXIV, n. 2, Dez 1998. p. 269-289.

EVERAERE, M e ORIEUX, M. **Rochas e minerais**. Rio de Janeiro: Editora Linceu, 1968.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difusão européia. 1969. p. 227:256

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: USP, 1995.

FAUSTO, Boris. (org). **O Brasil republicano**. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Tomo III. 2ª ed. 1º Vol. São Paulo: Difel, 1977. 420p. L

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. Coleção Corpo e alma do Brasil. São Paulo: DIFEL, 1976.

FRANCO, Sergio C. **A Campanha Rio-Grandense**. In: COSTA, R. M. B., FRANCO, S. C., MEDEIROS, L., et ali. **Rio Grande do Sul. Terra e Povo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1964. p. 45:54.

FÉLIX, Loiva e RECKZIEGEL, Ana Luiza. (orgs). **RS: 200 anos**. Definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: Editora UPF, 2002.

FENELON, Déa. **Sociedade e Trabalho na História**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986. Revista Brasileira de História. Vol. 8, nº 11.

FERNANDES, Ana.; GOMES, Marco Aurélio F. (orgs.) **Cidade & História**. Modernização das cidades brasileiras nos século XIX e XX. Bahia: Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/UFBA, 1992.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. (org.). **K. Marx, F. Engels: História**. São Paulo: Editora Ática, 1983. Coleção Grandes cientistas sociais.

FERREIRA. Euzébio. **Regiões carboníferas dos estados do Sul**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

FERREIRA, Lucia. e ORRICO Evelyn. (orgs). **Linguagem, identidade e memória social**. Novas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 115p. (Biblioteca Feevale CII – Nº Chamada – 316.7 L755)

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org) **Usos & Abusos da História Oral**. 2.ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA. Octácilio. **O Carvão do Rio Grande do Sul: seu consumo nas locomotivas da Viação Férrea do Estado**. Rio de Janeiro: Typ. Fluminense, 1922.

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FONSECA, Elmar. **Carvão**. Biblioteca Educação é cultura. Rio de Janeiro: Bloch; Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Ministério das Minas e Energia, 1980.

FONSECA, Pedro C. **RS: Economia & Conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 143p.

_____. **Vargas: O capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito**. A classe trabalhadora Porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: Educs/Garamond, 2004. 459p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRANCO, Sergio C. **A Campanha Rio-Grandense**. In: COSTA, R. M. B., FRANCO, S. C., MEDEIROS, L., et ali. **Rio Grande do Sul. Terra e Povo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1964. p. 51

FREITAS, Noé M. **Parecer contrário a construção da usina termoeétrica de Charqueadas**. Porto Alegre: CEEE, 1951.

FREIRE, William. **Comentários ao código de mineração**. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1996.

FURIA, Antônio. **Aproveitamento do carvão nacional na produção de energia elétrica, gás e outros produtos**. Porto Alegre: SBPC, IV Reunião Anual, 1952.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.;

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora UPF, 2005. 198p.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GOLDMANN, L. **A criação cultural na sociedade moderna**. Lisboa: Presença, 1972.

GOULARTI FILHO, Alcides. (org) [et al.]. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

GUERRA, Teresinha. **Geologia**. In: CENTRO DE ECOLOGIA/UFRGS. **Carvão e meio ambiente**. Centro de ecologia. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. (p.18:25)

GUIMARÃES, Gleny D. (org) [et al.]. **Aspectos da teoria do cotidiano**: Agnes Heller em perspectiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

_____. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003

HASENACK, H. e GUERRA, T. **A área de estudo**. In: CENTRO DE ECOLOGIA/UFRGS. **Carvão e meio ambiente**. Centro de ecologia. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 15/17

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 121 p.

_____. **Uma teoria da história.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1993. 397p.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961

HOBSBAWM, Eric J. **Era das revoluções. 1789-1848.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

_____. **Era do capital. 1848-1875.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

_____. **Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991. 2ª ed.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

_____. **Sobre a história: ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HUNT, Lynn. **A Nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 2001

JACQUES, João C. **Assuntos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

JOBIM, José. **Chegou a vez dos minerais.** Rio de Janeiro: Oficinas I. Amorim & Cia Ltda, 1939.

JOHNSON, Dom Martinho. **Dados biográficos de James Johnson.** Original manuscrito. (carta). São Paulo: Mosteiro de São Bento, [s,d]

KESKE, Humberto Ivan. **“Título oculto derruba Ministro da Justiça”** Zero Hora versus CORREIO DO POVO na persuasão do leitor nosso de cada dia. Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia, Faculdade de Comunicação Social, n.16, Porto Alegre:EDIPUC, 2001.

KIDDER, D. P e FLETSCHER, J. C. **O Brasil e os brasileiros.** Esboços históricos e descritivo. Vol. I e II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

KLIEMANN, Luiza Helena S. **A ferrovia gaúcha e as diretrizes de “ordem e progresso” – 1905-1920.** In: Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre: v. III, n. 2, p. 159:250, dezembro 1977.

KOELER, Julio. **Estudo técnico industrial sobre o carvão do Arroio dos Ratos.** [s.l.]. Tip. Jornal do Comércio, 1889.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica.** As relações de produção e a educação do trabalhador. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1986. 203p.

LE GOFF, Jacques. e NORA, Pierre (org.) **Fazer História.** 1. Novos Problemas. Lisboa: Bertrand, 1977.

- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- LEINZ, Viktor. **Geologia geral**. 2ª. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- LEITE LOPES, J. S.(org). **Cultura & Identidade operária**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987. 226p.
- LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- LEVY, Arthur. **Energia não se importa...** Estudo da melhor estrutura energética para o Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 1962.
- LIMA, H. F. **História político-econômica e industrial no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1976.
- LOVE, Joseph. **O Rio Grande do Sul, como fator de instabilidade na República Velha**. In: FAUSTO, Boris. (org). **O Brasil republicano**. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Tomo III. 2ª ed. 1º Vol. São Paulo: Difel, 1977. p. 99/122.
- LOVE, Joseph L. **O sistema de Castilhos 100 anos depois: a perspectiva de um comparativista**. In AXT, Gunter; (org); [et al]. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p71:84.
- LUZ, Nícia V. **A luta pela industrialização no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- MACEDO, F. Riopardense de. **Ingleses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação, 1975. 116p.
- MACHADO, Eurico R. **Reservas Brasileiras de Carvão**. México. Trabalho apresentado durante o Congresso internacional "Ilafa – carbon". Julho de 1976.
- MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, jogadores, pobre e vagabundos no discurso jornalístico**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. 125p.
- MARTINS, Emmanoel Azevedo. **Síntese geológica do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1952.
- MAUCH, Cláudia. (et. Al.) (colab.). **Porto Alegre na virada do século 19**. Cultura e sociedade. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Editora da Universidade/UFRGS/ Ed. ULBRA/ Ed. UNISINOS, 1994.
- MEDEIROS, Laudelino. **As Cidades no Rio Grande do Sul**. In: COSTA, R. M. B., FRANCO, S. C., MEDEIROS, L., et ali. **Rio Grande do Sul. Terra e Povo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1964. p. 69:87.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 3.ed. São Paulo:Loyola, 2000. 3.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.
- MENDONÇA, Sonia. **A indústria brasileira**. São Paulo: Ed. Moderna, 1995

- MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 1964.
- MESQUITA, Zilá e BRANDÃO, Carlos R. (orgs.) **Territórios do cotidiano**. Uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. da Universidade/UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/ UNISC, 1995.
- MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Educação. Porto Alegre: Faculdade de Educação PUCRS/Curso de Pós-graduação, 1999. p.5:31
- MOTA, Carlos Guilherme. (org). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difusão européia. 1969. 370p.
- MOTTA, José do Patrocínio. **Economia mineira nacional**. Vol I. Porto Alegre: UFRGS/Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1977.
- MULHALL, Michael George. **O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs**. Porto Alegre: Bels, 1974.
- NEUHAUS, P. (ed). **Economia brasileira: uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **La espiral des silencio**. Opinión pública: nuestra peil social. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1995.
- OLIVEIRA, R de Cardoso. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas de silêncio**. No movimento dos sentidos. 2ª ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993.189p.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**. Estrutura ou acontecimento. 2ª ed. Campinas/SP: Pontes, 1997. 68p.
- PECHMAN, Robert M. (org.) (et. al.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- PENTEADO, Mauro R. **Consórcio de empresas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1979
- PERROT, Michelle. (org.) **História da Vida Privada**. Da revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Vol. 4.
- PESAVENTO, Sandra J. **A Burguesia Gaúcha**. Dominação do capital e disciplina do trabalho. RS 1889/1930. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PESAVENTO, Sandra J. **A indústria carbonífera Rio-Grandense e a Questão energética.** In: Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre: v. VIII, n. 2, p. 281:306, dezembro de 1982

_____, **Emergência dos Subalternos.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS - FAPERGS, 1989.

_____, **O cotidiano da República.** Porto Alegre: Ed. Da Universidade UFRGS, 1990. 87p.

_____, **O Espetáculo da rua.** Porto Alegre: Ed. da Universidade. UFRGS/ Prefeitura Municipal , 1992.

_____. **O imaginário da cidade.** Visões literárias do urbano. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2002.

_____, **Os Pobres da Cidade.** Vida e trabalho 1880-1920. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. Síntese Riograndense 18/19.

_____. **RS: Economia & poder nos anos 30.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 190p.

_____. **RS: Economia e política.** República Velha Gaúcha: Estado autoritário e economia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PETERSEN, Sílvia. **As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919).** In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (org.). **RS: Economia e política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

_____. **Dilemas e desafios da historiografia brasileira:** A temática da vida cotidiana. In: Cadernos de Estudos n° 03. Curso de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: Ed. da Universidade. UFRGS, Maio/1991.

PIMENTEL, Fortunato. **Rio Grande do Sul e suas riquezas.** Porto Alegre: Livraria Continetal, [194?].

PINSKY, Carla B. (org). **Fontes Históricas.** São Paulo: Editora Contexto, 2005.

PINTO, Céli. **Positivismo um projeto político alternativo.** Porto Alegre: LPM, 1986. 111p.

PINTO FILHO, A. D. R. (org). **Monographia.** Município de S. Jeronymo. Porto Alegre: Oficinas graphics da `Livraria do Commercio`, 1920.

PIRES, Saldino Antonio. **Monografia de Charqueadas:** Sua origem, sua história, sua gente. Charqueadas: Impresso pelo Jornal Folha Mineira, [198?]

PRINS, Gwyn. História Oral. In: **A Escrita da História-Novas Perspectivas.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.

PRIORE, Mary Del. **História do cotidiano e da vida privada**. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) **Domínios da História**. Ensaio sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 259:274.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **A vila imperial de Potosi**. Na crônica de Bartolomé Arzáns de Orsúa Y Vela. Novo Hamburgo: Ed Feevale, 2005. 184 p.

_____. **Cultura e sociedade mineradora**. Potosi 1569-1670. São Paulo: Annablume: Feevale, 2002. 207 p.

PUTZER, Hannfrit. **Camadas de carvão mineral e seu comportamento no sul de Santa Catarina**. Boletim nº 91 da Divisão de fomento da produção mineral. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1952.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890/1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **A construção de identidades e a política de representações**. In: FERREIRA, Lucia. e ORRICO Evelyn. (orgs.) **Linguagem, identidade e memória social**. Novas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. (p.77/88)

RAMINELLI, Ronaldo. **História Urbana**. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) **Domínios da História**. Ensaio sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REICHEL, Heloisa J. **A indústria têxtil do Rio Grande do Sul**. 1910/1930. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978. 102p.

RIGATTO, Mário. **A Saúde no Rio Grande do Sul**. In: COSTA, R. M. B., FRANCO, S. C., MEDEIROS, L., et ali. **Rio Grande do Sul. Terra e Povo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1964. p. 157:179.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Estudos Brasileiros, 86).

SCHNEIDER, Artur W. **Contribuições ao estudo dos principais recursos minerais do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Governo do Estado/Secretaria de Energia, Minas e Comunicação, 1978.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Cristina E. **Comércio Volante: Características e relações das atividades ambulantes no espaço urbano de Porto Alegre (1897-1918)**. In: Revista História Unisinos, São Leopoldo: v X, n. 2, p. 214:225. Maio/Agosto, 2006.

SILVA, Jandira; CLEMENTE, Ir. Elvo.; BARBOSA. Eni, **Breve história da Imprensa Sul-Rio-Grandense**. Porto Alegre: CORAG, 1986. 343 p.

SILVA, Tomaz T. (org). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SIMCH, Dr. Alfredo **Município de São Jerônimo**. Monografia. Porto Alegre: Livraria Andradas, 1942.

SIMCH, Dr. Alfredo. **Município de São Jerônimo**. Monografia. Edição Especial Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961. 464p.

SIMONSEN, Roberto C. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Ed Nacional/USP, 1973.

SINGER, Paul. **O Brasil no contexto do capitalismo internacional. 1889/1930**. In: FAUSTO, Boris. (org). **O Brasil republicano**. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Tomo III. 2ª ed. 1º Vol. São Paulo: Difel, 1977. p. 345:390

SODRÉ, Nelson Werneck. **A República**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989. 77p.

SOUSA, Cynthia Pereira de. **Fragmentos de histórias de vida e de formação de professores paulistas**: rupturas e acomodações. In: **História da Educação – Processos, Práticas e Saberes**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

SOUZA, José Pereira C. **A Educação no Rio Grande do Sul**. In: COSTA, R. M. B., FRANCO, S. C., MEDEIROS, L., et ali. **Rio Grande do Sul. Terra e Povo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1964. p. 267:288.

SPALDING, Walter. **Pequena História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1967.

SULZBACH, Conego Ervino Lothar. **Arroio dos Ratos**. Berço da indústria carbonífera nacional. Arroio dos Ratos: Gráfica Editora PBS, 1989. 176.

_____. **Perfil de um minerador**. Arroio dos Ratos: Gráfica Editora PBS, 1989b. 129 p.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira, origem desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec/Ed. Unicamp, 2000.

SZMRECSÁNYI, T. & SUZIGAN, W. (org). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

TAVARES, M. da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TEDESCO, João Carlos. **Paradigmas do Cotidiano**. Introdução à constituição de um campo de análise social. 2ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Passo Fundo: UPF, 2003.

TEVES, Nilda. **Imaginário social, identidade e memória.** In: FERREIRA, Lucia. e ORRICO Evelyn. (orgs). **Linguagem, identidade e memória social.** Novas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. (p.53/68)

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado. História Oral.** 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

TRINDADE, Hélijo. **Aspectos políticos do sistema partidário republicano Riograndense (1882-1937).** In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (org.). **RS: Economia e política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

VEIGA-NETO, Alfredo (org.) **Crítica Pós-Estruturalista e Educação.** Porto Alegre: Sulina, 1995.

VEIT, Benedito. **Assim nasce uma riqueza.** A trajetória do carvão na Região Carbonífera. Porto Alegre: Ed Alcance, 2004.

_____. **Calendário Histórico da Região Carbonífera.** São Jerônimo: [S. E.], 1989.

_____. **Memória fotográfica de São Jerônimo.** São Jerônimo: BV Publicidade, 1992.

_____. **Mineiros, uma raça.** Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.]

_____. **São Jerônimo em detalhes.** São Jerônimo: Folha Mineira, 1991

VERSIANI, M. T. & BARROS, J. R. M. de. **Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização.** São Paulo: Saraiva, 1977.

WEBER, Beatriz T. **As artes de curar – Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-grandense – 1889-1928.** Santa Maria: Editora UFSM, 1999.

WEBER, Beatriz T. **Saúde pública e governos positivistas.** In: Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre: v. XXIV, n. 1, p. 131:148, junho 1998.

WEIMER, Günter, (org.) (et. al.) **Urbanismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS /Prefeitura Municipal, 1992.

ZEGNA, Glauco. **Fontes de Energia.** São Paulo: Ática, 1991.

ZOLA, Émile. **Germinal.** São Paulo: Hemus, 1982. 455p.

Trabalhos, dissertações e teses.

BRUSCHI, J.R.; MAIA, B.R. e RÜCKER, M. **Carvão: Ocorrências brasileiras e o aproveitamento das reservas do carvão gaúcho**. São Leopoldo, 1977. 62p. Tese (Pós-graduação em Ecologia Humana). CPGEH/UNISINOS.

CENTRO DE ECOLOGIA/UFRGS. **Carvão e meio ambiente**. Centro de ecologia. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

CHAVES, S. H. e NEVES, G.R. **A região carbonífera “tradicional” do Rio Grande do Sul**. In: CENTRO DE ECOLOGIA/UFRGS. **Carvão e meio ambiente**. Centro de ecologia. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p.108/129.

CIENTEC. **Carvão, informação e pesquisa**. Centro de Informação sobre carvão. V. 5. N. 12. Fundação de ciência e Tecnologia: Abr./jun. 1982.

COPELMI MINERAÇÃO. **Estudo ambiental na mina de Charqueadas**. Porto Alegre: COPELMI, 1994.

DNPM. **Informativo anual da indústria carbonífera: ano base 1995**. Brasília, 1996.

ECKERT, Cornélia. **Os homens da mina**: Um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas/RS. Porto Alegre, 1985. 510 p. Dissertação (mestrado em antropologia). PPG Antropologia, sociologia e Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS.

_____. **Os homens da mina**: Um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas/RS. Porto Alegre: Caderno de Estudos do PPG em Antropologia Social./UFRGS, Junho de 1987. nº 03.

_____. **Memória e Identidade**. Ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão (La Grand-Comb, França). In: Cadernos de Antropologia. nº 11. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

FERRER, Tânia Rodrigues. **Candiota: de Luzes e cinzas**. Porto Alegre: 1998. 240p. Dissertação (Mestrado em História). PUC/RS.

FERNANDES, Joana O. e LIMA, Magali P. **Monografia de Charqueadas**. Charqueadas: [S. E.], 1986.

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Carvões minerais do Brasil**: Características de carvões brutos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Centro de informações sobre o carvão, 1980.

GARCIA, Paulo César Estaitt. **Doenças contagiosas e hospitais de isolamento em Porto Alegre – 1889/1928**. Porto Alegre: 2002. 182p. Dissertação (Mestrado em História). PUC/RS.

GUERRA, T. **Geologia**. In: CENTRO DE ECOLOGIA/UFRGS. **Carvão e meio ambiente**. Centro de ecologia. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 15/17

HASENACK, H. e GUERRA, T. **A área de estudo**. In: CENTRO DE ECOLOGIA/UFRGS. **Carvão e meio ambiente**. Centro de ecologia. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 15/17

SAUTER, Cristina S. **O “COMÉRCIO VOLANTE” em Porto Alegre. (1897-1918)**. São Leopoldo: 1997. 150p. Dissertação (Mestrado em História). Unisinos.

VOLPATO, Terezinha G. **A pirita humana**. Os mineiros de Criciúma. Florianópolis, 1982, 322p. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina.

WADA, K. **Elutriação de carvão mineral em leito fluidizado**. Porto Alegre, 1980. II. 97 p. Dissertação (mestrado em Engenharia Metalúrgica e dos Materiais). PPGEMM/UFRGS. In: CIENTEC. **Carvão, informação e pesquisa**. Centro de Informação sobre carvão. V. 5. N. 12. Fundação de ciência e Tecnologia: Abr./jun. 1982.

Legislação.

BRASÍLIA. Lei nº 3.860 de 24 de dezembro de 1960, em seu art 18 determinou: “Fica estabelecido um royalty de 3% sobre o valor do carvão produzido, cabendo 2% aos Municípios e 1% aos Estados produtores, destinados a recuperação social e econômica das suas populações.”

BRASÍLIA. Ministério das Minas e Energia. **Modelo Energético Brasileiro**, novembro de 1979.

BRASÍLIA. Ministério das Minas e Energia. **Portaria 2.520**, 20 de dezembro de 1979.

BRASÍLIA. Ministério de Minas e Energia. Informativo anual da indústria carbonífera. DNPM, 1994.

PORTO ALEGRE. Relatório do Presidente da Província de 1849, referente ao exercício – 1848.

PORTO ALEGRE. Carta relatório enviada ao Visconde de Monte Alegre, Ministro e Secretário d’Estado dos Negócio do Império, por Frederico A. de Vasconcelos, em junho de 1849. Trata de uma sondagem realizada em Cural Alto. Original Manuscrito. Museu do Carvão. Arroio dos Ratos/RS.

PORTO ALEGRE. Relatórios do Presidente da Província. 1850 a 1889.

PORTO ALEGRE. Relatório do Presidente da Província de 06 de outubro de 1853, Conselheiro Luiz Vieira Cansação de Sinimbu a Assembléia Legislativa Estadual.

PORTO ALEGRE. Lei Provincial Nº 821 de 30 de outubro de 1872. Estabelece a divisão do território do Município de São Jerônimo em três distritos.

PORTO ALEGRE. Relatório do inspetor de minas de 19 de setembro de 1873 dirigido ao Presidente da Província acusando James Johnson de gastos excessivos e descuido na realização de obras da companhia de mineração.

PORTO ALEGRE. Carta/Parecer emitido pelo chefe de máquinas da canhoneira *Henrique Dias*, Luiz Cardoso de Azevedo, enviado ao Capitão de Mar e Guerra Ignácio Accioli de Vasconcelos, em 18 de dezembro de 1880.

PORTO ALEGRE. Petição encaminhada a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo diretor da Companhia das Minas de Carvão de Pedra do Arroio dos Ratos, Emanuel Paulo Frank. Consta de um a solicitação para que a assembléia legislativa tome providência para o não cumprimento da lei 1688 de 13 de Janeiro de 1888. Porto Alegre, 1º de dezembro de 1888.

PORTO ALEGRE. Lei provincial nº 1688, de 13 de Janeiro de 1888. Determina o valor de impostos sobre produtos diversos. Cria um imposto para o carvão.

PORTO ALEGRE. Lei provincial nº 1900, de 23 de agosto de 1889. Concede isenção de imposto estabelecido pela Lei provincial nº 1688, de 13 de Janeiro de 1888.

PORTO ALEGRE. Parecer da comissão de justiça da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Sala de Sessão em 17 de dezembro de 1888. Determina o cumprimento da disposição legislativa que determina a obrigatoriedade do uso do carvão nacional em determinadas situações.

PORTO ALEGRE. Lei do orçamento provisório do Estado, de 08 de agosto de 1891. Delibera sobre a receita e a despesa do Estado.

PORTO ALEGRE. Anuário do ESTADO DO RIO GRANDE do Sul. Direção de Graciliano A. Azambuja, 1899.

PORTO ALEGRE. Estatuto do sindicato dos trabalhadores na indústria de extração do carvão do Município de São Jerônimo. Impressão Gráfica Güntzel. 1933.

PORTO ALEGRE. Portaria Nº 110, de 29 de julho de 1960. Cria uma comissão multidisciplinar denominada Grupo de Trabalho (GT 5), formada pelos químicos Bernardo Geisel, Lélío Telmo de Carvalho, engenheiro Sinval Círio e economista Dante D'Angelo, para a instalação de Indústria Siderúrgica no Rio Grande do Sul. Governador Leonel Brizola. Palácio Piratini.

PORTO ALEGRE. Decreto Nº 11483, de 29 de julho de 1960. Abre um crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para o Grupo de Trabalho encarregado de promover as medidas necessárias à instalação de indústria siderúrgica no Rio Grande do Sul. Governador Leonel Brizola. Palácio Piratini.

PORTO ALEGRE. Lei Nº 4072, de 29 de dezembro de 1960. Autoriza a constituição de Aços Finos Piratini S/A e dá outras providências. Decretada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo governador do Estado, Leonel Brizola. Palácio Piratini.

PORTO ALEGRE. Decreto Nº 11955, de 29 de dezembro de 1960. Abre um crédito especial no montante de Cr\$ 200.000.000,00 na Secretaria da Fazenda e dá outras providências. Governador Leonel Brizola. Palácio Piratini.

PORTO ALEGRE. Carvão mineral na região sul. BRDE. [s ed], 1984.

RIO GRANDE. Carta/Parecer emitido por G. H. Eiste a empresa "*Holtzweissig e Cia*" depondo sobre a utilização do carvão da companhia, em 02 de Julhos de 1883.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 1993, de 12 de Outubro de 1857. Concede ao conselheiro Luiz Antonio Barbosa e Commendador Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, permissão para explorar carvão de pedra e outros mineraes no Arroio dos Ratos. Governo Imperial. Palácio do Rio de Janeiro, 1857.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 2665, de 27 de Setembro de 1858. Concede ao Visconde de Mauá, conselheiro Luiz Antonio Barbosa e Commendador Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, permissão para lavrar carvão de pedra e ferro na margem esquerda do Arroio dos Ratos; junto à mina de carvão de pedra deste nome e à margem direita do Arroio Porteirinha, próximo a povoação de S. Jeronymo. Governo Imperial. Palácio do Rio de Janeiro, 1858.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 3715, de 6 de outubro de 1866. Concede a James Johnson e Ignácio José Ferreira de Moura a permissão de lavrarem a mina de carvão de pedra situada em Arroio dos Ratos e outras localidades do Município de São Jerônimo. Governo Imperial. Palácio do Rio de Janeiro, 1866.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 6364, de 6 de Julho de 1878. Concede a empresa Holtzweissig & Cia o privilégio de lavrar a jazidas carboníferas no Município de São Jerônimo e do Triumpho. Governo Imperial. Palácio do Rio de Janeiro, 1878.

RIO DE JANEIRO. Ofício do Ministro da Marinha enviado ao presidente da província do Rio Grande do Sul através do Ministério dos Negócios da Marinha em 08 de Janeiro de 1881. Solicitando informações adicionais acerca das experiências realizadas com o carvão extraído de Arroio dos Ratos.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 8915, de 31 de Março de 1883. Concede a empresa Holtzweissig & Cia a prorrogação dos prazos estipulados nos decretos nº 3715 de 6/10/1866 e nº 6364 de 6/07/1878, bem como a ampliação do terreno de exploração de carvão em direção ao distrito de Pedras Brancas, município de Porto Alegre. Governo Imperial. Palácio do Rio de Janeiro, 1883.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 9171, de 22 de Março de 1884. Aprova a transferência da concessão da empresa Holtzweissig & Cia, para a Companhia das Minas de Carvão de Pedra do Arroio dos Ratos, mantendo as cláusulas estabelecidas nos decretos anteriores que versavam sobre a questão da concessão da exploração de carvão de Pedra. Governo Imperial. Palácio do Rio de Janeiro, 1884.

RIO DE JANEIRO. Lei 1688 de 13 de Janeiro de 1888. Determina a obrigatoriedade do uso do carvão mineral nacional, nos caso onde sua utilização seja possível.

RIO DE JANEIRO. **Relatórios da Assembléia Geral da Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos.** 1883 a 1888.

RIO DE JANEIRO. **Relatório da Assembléia Geral da Companhia das Minas de Carvão do Arroio dos Ratos.** Apresentado aos acionistas da empresa pelo diretor-gerente Emanuel P. Frank e pelo diretor-secretário Hermann Kalkuhl, em 31 de março de 1890.

RIO DE JANEIRO. **Relatório da Assembléia Geral da Companhia das Minas de Carvão de Arroio dos Ratos.** Apresentado aos acionistas da empresa em assembléia ordinária pelo diretor-secretário Hermann Kalkuhl, em 15 de junho de 1892.

RIO DE JANEIRO. **Relatório da Assembléia Geral da Companhia das Minas de Carvão do Arroio dos Ratos.** Março de 1920. Também publicado no CORREIO DO POVO. 29 de março de 1921. (Slide 1922 e 1923).

RIO DE JANEIRO. **Relatório da Assembléia Geral da Companhia das Minas de Carvão do Arroio dos Ratos.** Apresentado aos acionistas da empresa em assembléia ordinária em março de 1921. Slide 1922 e 1923.

RIO DE JANEIRO. **Relatórios da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo.** 1889 a 1945

RIO DE JANEIRO. **Relatórios da Companhia Carbonífera Rio Grandense de Minas Butiá.** 1908 a 1945.

RIO DE JANEIRO. **Relatório Estatístico do Consórcio Administrador de companhias de mineração – CADEM.** 1936 a 1945.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 600, de 24 de Julho de 1890. Concede o privilégio para construção, uso e gozo do prolongamento da linha principal da Estrada de Ferro de propriedade da Companhia das Minas de Carvão de Pedra do Arroio dos Ratos. Governo Provisório da República. Capital Federal, 1890.

RIO DE JANEIRO. Ata da Assembléia Extraordinária dos acionistas da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, em 02 de dezembro de 1890. Estabelece o estatuto da companhia. Sessão aberta por Hermann Kalkuhl; presidida pelo Barão da Lagoa e secretariada por A. Guimarães e J. Wandenkolk.

RIO DE JANEIRO. **Estatutos da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo**. Aprovado em Assembléia extraordinária em 02 de dezembro de 1890.

RIO DE JANEIRO. Regulamento interno para os operários dos diversos serviços da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo. [S. E.]. 1925.

RIO DE JANEIRO. Ante-Projeto de 10 de janeiro de 1931. Estabelece em 30% o percentual de obrigatoriedade da compra de carvão nacional em relação ao estrangeiro.

RIO DE JANEIRO. Decreto N^o 1828 de 21 de Julho de 1936. Altera o percentual de obrigatoriedade do consumo de carvão nacional em relação ao exportado numa proporção de 10% para 20%.

RIO DE JANEIRO. Relatório apresentado pelo Eng. José Borges de Leão. Diretor geral, ao Conselho de Mineração e relativo ao período de 1^o de julho a 31 de dezembro de 1947 e exercício 1948. Departamento Autônomo de Carvão Mineral.

RIO DE JANEIRO. Decreto n^o 33.098, de 19 de Junho de 1953. Concede o privilégio para a instalação e exploração de uma usina termelétrica com capacidade de 45.000 Kw, no município de São Jerônimo a Luís Honold Reis. Assina: Getúlio Vargas. Presidente do Brasil.

RIO DE JANEIRO. Relatório das Atividades da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional. Apresentado a sua Excelência o Sr. Presidente da República. Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

RIO DE JANEIRO. Código de mineração e legislação correlativa. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1972.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição Política do ESTADO DO RIO GRANDE do Sul. Decretada e promulgada pelo Congresso Constituinte em 14 de Julho de 1891. (cópia xerografada).

SÃO JERÔNIMO. Lei Municipal N^o 38 – Estabelece a nova divisão distrital do Município de São Jerônimo. Aprovada pela Câmara Municipal e referendada pelo prefeito.

Depoimentos:

ABREU, J.A. José Amorim de Abreu: depoimento [Ago. 1991]. Arroio dos Ratos, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

ÁVILA, A.R. Alcindo Rosa Ávila: depoimento [Out. 1991]. Arroio dos Ratos, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

ÁVILA, H. Homero Ávila: depoimento [Nov. 2003]. Arroio dos Ratos, 2003. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

ÁVILA, J.C. João Caetano Ávila (João Marrão): depoimento [Nov. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

ÁVILA, R.M. Roméro Martins de Ávila (Homero): depoimento [Nov. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

ÁLVARES, A. Antônia Álvares (Tonica): Depoimento [Ab. 2006]. Porto Alegre, 2006. Gravação em fita cassete. Acervo particular.

ALVES, F. Feliciano Alves (Xaminho): depoimento [Set. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

BARRETO, A.R. Athanazio Rodriguez Barreto: depoimento [Jul. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

BORBA, M.L. Miguel Luiz Borba (Bruxa): depoimento [Set. 1991]. Charqueadas, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

BRAGA, J.E. João Epaminondas Braga (Palmolive): depoimento [Ago. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

CAPUTI, V. Vicente Caputi (Caputi): depoimento [Mai. 1993]. Arroio dos Ratos, 1993. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

CARVALHO, R.L. Rudolino Lopes de Carvalho (Caçapava): depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

COELHO, A.K. Alan Kardec Coelho: depoimento [Set. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

COITINHO, L.J. Luiz José Coitinho (Crespinho): depoimento [Set. 1991]. Arroio dos Ratos, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

CORREA, M. Manoel Correa: Depoimento [Jun. 2005]. Charqueadas, 2005. Gravação em fita cassete. Acervo particular.

COSTA, A.O. Adão de Oliveira Costa (Louva-Deus): depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

COSTA, P.S. Porfiro Serpa Costa: depoimento [Jul. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

CRUZ, C.G. Carlos Gutierrez da Cruz (Baixinho): depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

CRUZ, J.G. João Gutierrez da Cruz (Três Nó): depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

CRUZ, J.G. José Goulart da Cruz: depoimento [s.d.]. Arroio dos Ratos. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

CURTINAZ, C. Casserim Curtinaz: depoimento [Mai. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

DERMITZ, A. Arlindo Dornitz: depoimento [Set. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

ENNES, V.S. Valdério Santos Ennes: Depoimento [Jun. 2005]. Charqueadas, 2005. Gravação em fita cassete. Acervo particular.

FAGUNDES, D. Darci Fagundes: Depoimento [Jun. 2005]. Charqueadas, 2005. Gravação em fita cassete. Acervo particular.

FERREIRA, J.V. José Valter Ferreira (Valter Guela): depoimento [Out. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

FRANCO, A.P. Antônio Pedroso Franco: depoimento [Nov. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

FRANÇA, I. Ildo França (Meneghetti): depoimento [Out. 1991]. Arroio dos Ratos, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

FREITAS, W.M. Waldemar Machado de Freitas (Pedreiro): depoimento [Set. 1991]. Arroio dos Ratos, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

GOMES, J.R. João Ramos Gomes (Tio Janguinho): depoimento [Set. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

GOMES, J.R. João Ramos Gomes (Tio Janguinho): depoimento [Nov. 2003]. Arroio dos Ratos, 2003. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

GONÇALVES, A.J.A. Adão José Antunes Gonçalves: depoimento [Set. 1991]. Arroio dos Ratos, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

JAQUES, D. Darci Jaques (Paixão): depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

KLEIN, F.R. Francisco Roberto Klein (Jacaré): depoimento [Out. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

LIMA, R.L. Romeu Lindner de Lima (Amarelinho): depoimento [Set. 1991]. Charqueadas, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

LIOTTI, M. Marino Liotti (Nenê): depoimento [Ago. 1991]. Arroio dos Ratos, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

LOPES, E. Eretiano Lopes (Negrinho): depoimento [s.d.]. Butiá. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

MACHADO, J.M.T. João Maria Teixeira Machado: depoimento [Out. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

MACHADO, J.R. João Ribeiro Machado (João Baiano): depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

MACHADO, O.T. Orfelino Teixeira Machado (Cortado): depoimento [Jun. 1993]. Butiá, 1993. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

MARQUES, D.P. Denovaldo Pereira Marques (Cardinho): depoimento [Out. 1991]. Charqueadas, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

MARTINS, R.S. Rubem da Silveira de Martins: depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

MENDES, G.J. Genésio José Mendes (Folha Seca): depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

MOURA, A.C. Arlei Couto Moura: depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

NEUMANN, W.M. Waldemar Mascardini Neumann: depoimento [Set. 1991]. Arroio dos Ratos, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

NUNES, D. Dario Nunes (Daricão): depoimento [Out. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

OLIVEIRA, B.M. Boaventura Marques de Oliveira (Praça Velho): depoimento [Out. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

OLIVEIRA, J.C. João Cândido de Oliveira (João Baixinho): depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

PENAFIEL, A.G. Antônio Gonzales Penafiel: depoimento [Ago. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

PEREIRA, A.A. Antenor Antônio Pereira (Magro): depoimento [Nov. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

PIRES, J.D. Jorge Dias Pires: depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

POPY, P. Pedro Popy: depoimento [Nov. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

ROCHA, J.L. Jairo Lima da Rocha (Pata Larga): depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

ROLLO, E.G. Elviro da Graça Rollo: depoimento [Ago. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

ROSA, A.G. Antônio Garcia da Rosa: depoimento [Set. 1991]. Arroio dos Ratos, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

ROSA, E. Elídio Rosa (Muchacho): depoimento [Out. 1991]. Charqueadas, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

RUSCH, V. Vilmar Rusch (Nenê): depoimento [Out. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

RUSEH, G. Gustavo Ruseh: depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

SANTOS, A.B. Adão Barbosa dos Santos: Depoimento [Jul. 2005]. Charqueadas, 2005. Gravação em fita cassete. Acervo particular.

SANTOS, A. Amaro dos Santos: depoimento [Set. 1991]. Arroio dos Ratos, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

SANTOS, J.R. Juvêncio Rodrigues dos Santos: depoimento [Set. 1991]. Arroio dos Ratos, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

SANTOS, M.M. Manoel Marques dos Santos (Nenê): depoimento [Jun. 1993]. Arroio dos Ratos, 1993. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

SANTOS, P.M. Pedro Marques dos Santos (Pedrinho): depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

SANTOS, R. Ramiro dos Santos: depoimento [Nov. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

SAWIUK, S. Stejan Sawiuk: depoimento [Ago. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

SCHUCH, A.S. Antenor Salvador Schuch: depoimento [Ago. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

SERRA, V. Vital Serra: depoimento [Nov. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

SILVA, A.G. Arlindo Garcia da Silva (Arlindão): depoimento [Out. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

SILVA, A.L. Aray Lopes da Silva: depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

SILVA, A.P. Amaro Pereira da Silva (Feijão): depoimento [Out. 1991]. Charqueadas, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

SILVA, E.M. Edilon Maximiano da Silva: Depoimento [Out. 2006]. Charqueadas, 2006. Gravação em fita cassete. Acervo particular.

SILVA, F.G. Fernando Gonçalves da Silva (Chinico): depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

SILVA, F.J. Florenaldo José da Silva (Simãozinho): depoimento [s.d.]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

SILVA, J.A. João Alves da Silva (Samba): depoimento [Out. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

SILVA, J.L. José Lúcio da Silva (Zé): depoimento [Out. 1991]. Arroio dos Ratos, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

SILVA, J.S. José Soares da Silva (Juca): depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça**. Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

SILVA, J.V. José Valmir da Silva: Depoimento [Jun. 2005]. Charqueadas, 2005. Gravação em fita cassete. Acervo particular.

SILVA, M.G.E. Maria da Glória Ennes da Silva: Depoimento [Out. 2006]. Charqueadas, 2006. Gravação em fita cassete. Acervo particular.

SILVA, M.C. Marino Cabral da Silva (Camundongo): depoimento [Set. 1991]. Arroio dos Ratos, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça.** Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

SILVA, V. Valdo Silva (Peixe Frito): depoimento [Out. 1991]. Arroio dos Ratos, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça.** Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

SOBRINHO, J.M. João Mello Sobrinho: depoimento [Nov. 2003]. Arroio dos Ratos, 2003. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

SOUZA, J.B. Jorge Batista de Souza: depoimento [Nov. 2003]. Arroio dos Ratos, 2003. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

SOUZA, J.M.C. João Moreira Correa de Souza (Moreira): depoimento [s.d.]. Charqueadas. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça.** Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

TEIXEIRA, S. Serapião Teixeira (Serapico): depoimento [Set. 1991]. Arroio dos Ratos, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça.** Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

TELES, M.J. Manoel Jones Teles (Monolo): depoimento [Nov. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

VENTURA, O. Orlando Ventura: depoimento [Ago. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

VIEIRA, G. Getúlio Vieira: depoimento [Set. 1997]. Arroio dos Ratos, 1997. Acervo Museu do Carvão. Projeto Memória Mineira.

VIEIRA, O.F. Otávio Francisco Vieira: depoimento [Set. 1991]. Butiá, 1991. In: VEIT, Benedito. **Mineiros, uma raça.** Monografia. São Jerônimo: [s, ed], [s.d.].

JORNAIS E REVISTAS.

A CRUZ – 30/09/1945 – Propaganda paga pelo CADEM sobre as práticas de assistência social. Slide 1945 (636)

A FEDERAÇÃO - 01/10/1892 – Porto Alegre - Ofício de Azevedo Sodré ao Ministro da Agricultura referente ao preço e qualidade do carvão da CEFMSJ (Cópia xerox)

A FEDERAÇÃO - 10/11/1923 - Porto Alegre - Notícias da Assembléia Geral dos Acionistas da Fiat Lux. (Slide 11 e 12)

A FEDERAÇÃO -10/11/1923 – Porto Alegre - Ata da Assembléia Geral dos Acionistas da Fiat Lux. (Slide 103 e 104)

A FEDERAÇÃO - 25/03/1924 - Porto Alegre - Edital para obras na CEFMSJ. (Slide 16)

A FEDERAÇÃO - 05/05/1924 - Porto Alegre - Edital de concorrência para sublocação da minas de pedra de Gravataí e para construção no local de uma usina central elétrica. (Slide 17)

A FEDERAÇÃO - 05/07/1924 - Porto Alegre - Ata da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Companhia Força e Luz, de 23/06/1924. (Slide 18, 105 e 106)

A FEDERAÇÃO - 01/06/1925 - Porto Alegre - Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia Força e Luz Porto Alegrense. (Slide 23)

A FEDERAÇÃO - 04/06/1925 - Porto Alegre - Convoca os acionistas da Companhia Força e Luz de Porto Alegre para a Assembléia Geral Extraordinária. (Slide 17)

A FEDERAÇÃO - 07/07/1925 - Porto Alegre - Contrato de sublocação da Mina de Carvão de Gravataí. (Slide 28 e 29)

A FEDERAÇÃO - 08/07/1925 - Porto Alegre - Contrato de sublocação da Mina de Carvão de Gravataí. (Slide 27)

A FEDERAÇÃO - 29/07/1925 - Porto Alegre - Dá notícias a respeito da sublocação da Mina de Carvão de Gravataí. (Slide 34)

A FEDERAÇÃO - 20/08/1925 - Porto Alegre - Edital de ataque as posturas do jornal CORREIO DO POVO - possibilidade de greve dos servidores da Força e Luz. (Slide 29)

A FEDERAÇÃO - 21/08/1925 - Porto Alegre - Refere-se ao aumento dos proventos de determinados servidores da Companhia Força e Luz – greve. (Slide 36 e 37)

A FEDERAÇÃO - 07/10/1925 - Porto Alegre - Reportagem abordando diversos aspectos e entrevistas sobre a problemática do aumento e unificação das tarifas dos bondes da Companhia Força e Luz. (Slide 58, 59 e 60)

A FEDERAÇÃO - 20/10/1925 - Porto Alegre - Resolução quanto a problemática estabelecida pela cobrança de tarifas dos bondes da Companhia Força e Luz. (Slide 56)

A FEDERAÇÃO - 21/10/1925 - Porto Alegre - Reportagem sobre o fim das negociações e a proposta aceita de reajuste das tarifas da Companhia Força e Luz. (Slide 60,61 e 62)

A FEDERAÇÃO - 17/11/1925 - Porto Alegre - Resposta ao CORREIO DO POVO no que se refere aos ataques feitos intendência municipal. (Slide 72)

A FEDERAÇÃO - 17/11/1925 - Porto Alegre - Editorial respondendo ao CORREIO DO POVO que os acusou de ser contra a Companhia Força e Luz e de lhes promover ataques injustos. (Slide 73 e 74)

A FEDERAÇÃO - 11/02/1926 - Porto Alegre - Chamada pública dos acionistas da Companhia Força e Luz para substituição de títulos ao portador. (Slide 600)

A FEDERAÇÃO - 30/04/1926 - Porto Alegre - Comunicado da intendência municipal do aumento e unificação das tarifas dos bondes. (Slide 76)

A FEDERAÇÃO - 04/05/1926 - Porto Alegre - Anúncio de venda de materiais elétricos diversos da Companhia Força e Luz. (Slide 75)

A FEDERAÇÃO - 20/05/1926 - Porto Alegre - Edital extraído do DIÁRIO OFICIAL referente a um empréstimo concedido a Companhia Força e Luz. (Slide 601)

A FEDERAÇÃO - 26/05/1926 - Porto Alegre - Ata da Assembléia Geral dos acionistas da Companhia Força e Luz em 27/04/1926. (Slide 79)

A FEDERAÇÃO - 14/05/1929 - Porto Alegre - Edital de concorrência da Viação Férrea do Rio Grande do Sul para a contratação de serviços e materiais. (Slide 142 a 145)

A FEDERAÇÃO - 20/05/1929 - Porto Alegre - Edital de concorrência pública de fornecimento de materiais - Casa de Correção – dentro eles refere-se ao carvão. (Slide 79, 149 e 150)

A FEDERAÇÃO - 30/05/1929 - Porto Alegre - Editorial destacando o papel fundamental no Estado no incentivo ao desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul, com ênfase na questão do carvão. (Slide 146, 147 e 148)

A FEDERAÇÃO - 21/08/1930 - Porto Alegre - Edital da Secretaria de Obras públicas tornando pública a venda de materiais diversos referente a energia elétrica e transporte urbano de Rio Grande. (Slide 189 a 193)

A FEDERAÇÃO - 02/03/1931 - Porto Alegre - Edital de concorrência para contratação de serviços e materiais da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. (Slide 100)

A FEDERAÇÃO - 25/11/1931 – Porto Alegre - Edital de concorrência para a compra de locomotivas e material combustível para a Viação Férrea do Rio Grande do Sul. (Slide 601)

A FEDERAÇÃO - 23/01/1932 - Porto Alegre - Entrevista do Dr. Washington Bonoto sobre a implantação da usina de subprodutos em Porto Alegre. (338 a 341)

A FEDERAÇÃO - 05/06/1933 – Porto Alegre - Reportagem com o diretor da Companhia Carbonífera Rio- Grandense sobre as eleições no Rio Grande do Sul. (450)

A FEDERAÇÃO - 08/07/1933 - Porto Alegre - Reportagem referente aos problemas enfrentado na Mina doRecreio devido a paralisação dos operários e da visita de um interventor federal para resolver os problemas. (472)

A FEDERAÇÃO - 18/10/1933 - Porto Alegre - Comunicado da renúncia do diretor das Minas do Recreio e da nomeação de seu substituto. (505)

A FEDERAÇÃO - 13/11/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre a Caixa de pensões e aposentadoria da CEFMSJ. (510)

A FEDERAÇÃO - 13/11/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre o relatório enviado pela CEFMSJ ao Ministério do trabalho – nacionalidade.(511)

A FEDERAÇÃO - 25/11/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre os progressos vivenciados pela indústria carbonífera do Rio Grande do Sul. (514)

A NOITE – 21/09/1944 – Rio de Janeiro - Reportagem com Roberto de Cardoso, diretor-presidente do CADEM. Slide 1944 (550).

A NOTÍCIA (Rio de Janeiro) - 10/07/1944 - Reportagem intitulada: “O trabalho e a salubridade nas minas de carvão do CADEM.” (cópia xérox)

A NOTÍCIA (Rio de Janeiro) - ??/04/1951 - Reportagem sobre uma denúncia feita contra o CADEM, na Justiça do Trabalho. (cópia xérox)

A NOTÍCIA (Rio de Janeiro) - ??/04/1951 - Reportagem intitulada: “Insalubridade nas minas de carvão.” (cópia xérox)

A NOTÍCIA (Rio de Janeiro) - 21/04/1951 - Reportagem sobre a questão do recolhimento do imposto sindical. (cópia xérox)

A VANGUARADA – 08/08/1944 - Editorial sobre a proteção ao carvão por parte do Governo Federal. Slide 1944 (403).

CORREIO DO POVO - 29/03/1921 – Porto Alegre - O Carvão Nacional (Slide 04)

CORREIO DO POVO - 25/10/1922 – Porto Alegre - Ação de acidente de trabalho. (Slide 04)

CORREIO DO POVO - 26/11/1922 - Porto Alegre - Isenção alfandegária para a CEFMSJ. (Slide 04)

CORREIO DO POVO - 13/12/1922 – Porto Alegre - Proposta de indicação de prazo para construção das minas da CEFMSJ. (Slide 04)

CORREIO DO POVO - 11/03/1923 – Porto Alegre - Acidente marítimo. (Slide 04)

CORREIO DO POVO - 13/03/1923 - Porto Alegre - Concessões à CEFMSJ. (Slide 05)

CORREIO DO POVO - 28/04/1923 - Porto Alegre - Apelação contra a CEFMSJ. (Slide 05)

CORREIO DO POVO - 27/06/1923 - Porto Alegre - Instruções para emissão de notas documentos da CEFMSJ. (Slide 07)

CORREIO DO POVO - 13/08/1923 - Porto Alegre - Concessão de direitos alfandegários para a CEFMSJ. (Slide 05)

CORREIO DO POVO - 28/08/1923 - Porto Alegre - O Carvão Nacional. (Slide 07)

CORREIO DO POVO - 11/09/1923 – Porto Alegre - O Carvão Nacional. (Slide 07)

CORREIO DO POVO - 09/10/1923 - Porto Alegre - Venda de ações da CEFMSJ. (Slide 11)

CORREIO DO POVO - 11/11/1923 - Porto Alegre - Reunião dos acionistas da Fiat Lux. (Slide 11)

CORREIO DO POVO - 31/11/1923 - Porto Alegre - Negação da isenção de imposto sobre determinada carga da CEFMSJ. (Slide 13 e 14)

CORREIO DO POVO - 13/01/1924 - Porto Alegre - Reportagem sobre a Fundação da Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense no Rio de Janeiro. (Slide 15)

CORREIO DO POVO - 21/05/1924 – Porto Alegre - Dá notícias do processo de sublocação da mina de Gravataí e da construção da usina elétrica na localidade. (Slide 17)

CORREIO DO POVO - 05/07/1924 - Porto Alegre - Ata da reunião da Assembléia Geral dos acionistas da Companhia Força e Luz PortoAlegrense. (Slide 602)

CORREIO DO POVO - 03/05/1925 – Porto Alegre - Renovação do contrato de serviço entre a Companhia Força e Luz Portoalegrense e a Intendência Municipal. (Slide 21 e 22)

CORREIO DO POVO - 08/07/1925 - Porto Alegre - Esclarece pontos da fusão da Companhia Força e Luz Porto Alegrense e a Companhia Fiat Lux. (Slide 26)

CORREIO DO POVO - 16/07/1925 - Porto Alegre - Notícias sobre a sublocação da Mina de Gravataí e construção da Usina Elétrica. (Slide 32 e 33)

CORREIO DO POVO - 02/08/1925 - Porto Alegre - Dá notícias sobre a questão da sublocação da Mina de Gravataí. (Slide 35)

CORREIO DO POVO - 02/08/1925 - Porto Alegre - Reportagem sobre os salários do pessoal da Companhia Força e Luz. (Slide 603)

CORREIO DO POVO - 12/08/1925 - Porto Alegre - Reportagem sobre o valor das passagens dos bondes e serviços prestados pela Companhia Força e Luz. (Slide 35)

CORREIO DO POVO - 16/08/1925 - Porto Alegre - Dá notícias das atividades da Intendência Municipal. (Slide 36 e 37)

CORREIO DO POVO - 18/08/1925 - Porto Alegre - Refere-se as atividades desempenhadas pela Administração Municipal. (Slide 36 e 37)

CORREIO DO POVO - 22/08/1925 - Porto Alegre - Defesa aos ataques feitos pela A FEDERAÇÃO em 20/08/1925 sobre o aumento dos proventos de determinados servidores da Companhia Força e Luz. – greve. (Slide 604)

CORREIO DO POVO - 18/09/1925 - Porto Alegre - Parecer fiscal da municipalidade referente a Companhia Força e Luz. (Slide 41)

CORREIO DO POVO - 19/09/1925 - Porto Alegre - Parecer fiscal da municipalidade referente a Companhia Força e Luz. (Slide 42 e 43)

CORREIO DO POVO - 07/10/1925 - Porto Alegre - Reportagem abordando diversos aspectos e entrevistas sobre a problemática do aumento e unificação das tarifas dos bondes da Companhia Força e Luz. (Slide 58)

CORREIO DO POVO - 08/10/1925 - Porto Alegre - Reportagem sobre os protestos violentos ao aumento das tarifas dos bondes e proposta da Companhia Força e Luz. (Slide 54 e 55)

CORREIO DO POVO - 08/10/1925 - Porto Alegre - Ata da Assembléia Geral dos acionistas da Companhia Força e Luz. (Slide 51 e 52)

CORREIO DO POVO - 09/10/1925 - Porto Alegre - Reportagem sobre o parecer dos fiscais municipais sobre a proposta apresentada pela Companhia Força e Luz. (Slide 53)

CORREIO DO POVO - 09/10/1925 – Porto Alegre - Reportagem sobre uma ação trabalhista sofrida pela Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. (Slide 604)

CORREIO DO POVO - 21/10/1925 - Porto Alegre - Acordo final para o estabelecimento das tarifas dos bondes da Companhia Força e Luz e divisão das seções. (Slide 70)

CORREIO DO POVO - 05/11/1925 - Porto Alegre - Reportagem historiando as origens da Companhia Força e Luz e apresentando suas conexões com usinas de energia e a companhia de carvão. (Slide 65)

CORREIO DO POVO - 10/11/1925 - Porto Alegre - Ata da assembléia geral extraordinária, do dia 14 de outubro de 1925, dos acionistas da companhia Força e Luz. (Slide 63, 64 e 71)

CORREIO DO POVO - 11/11/1925 - Porto Alegre - Reportagem sobre os melhoramentos que a Companhia Força e Luz pretende implementar nos seus serviços e suas conexões com as outras empresas associadas. (Slide 65)

CORREIO DO POVO - 17/11/1925 - Porto Alegre - Editorial de denúncias contra a administração municipal e alguns dos encaminhamentos dados a problemática das tarifas dos bondes. (Slide 71)

CORREIO DO POVO - 21/01/1926 - Porto Alegre - Reportagem sobre a rescisão de contrato de sublocação da Mina de Gravataí. (Slide 605)

CORREIO DO POVO - 20/04/1926 - Porto Alegre - Reportagem atacando o jornal Gazeta por sua reportagem em sobre a Companhia Força e Luz. (Slide 81)

CORREIO DO POVO - 30/04/1926 - Porto Alegre - Comunicado da intendência municipal do aumento e unificação das tarifas dos bondes. (Slide 75)

CORREIO DO POVO - 01/05/1926 - Porto Alegre - Ataque ao DIÁRIO DE NOTÍCIAS devido a reportagem onde este jornal atribuiu o papel de vítima enganada pelas autoridades. (Slide 75, 76 e 77)

CORREIO DO POVO - 04/05/1926 - Porto Alegre - Anúncio de venda de materiais elétricos diversos da Companhia Força e Luz. (Slide 75)

CORREIO DO POVO - 04/05/1926 - Porto Alegre - Reportagem sobre a renovação de contrato da Companhia Força e Luz e a intendência, reclamando sobre a subordinação desta a companhia carbonífera de São Jerônimo. (Slide 79)

CORREIO DO POVO - 06/05/1926 - Porto Alegre - Reportagem apresentando os melhoramentos realizados pela Companhia Força e Luz. (Slide 83)

CORREIO DO POVO - 20/05/1926 - Porto Alegre - Edital extraído do DIÁRIO OFICIAL referente a um empréstimo concedido a Companhia Força e Luz. (Slide 79)

CORREIO DO POVO - 05/06/1926 - Porto Alegre - Visita dos príncipes de Orléans e Bragança ao estado e as instalações das Minas de carvão de São Jerônimo. (Slide 86)

CORREIO DO POVO - 06/06/1926 - Porto Alegre - Visita dos príncipes de Orléans e Bragança ao estado e as instalações das Minas de carvão de São Jerônimo. (Slide 86 e 87)

CORREIO DO POVO - 06/06/1926 - Porto Alegre - Visita de Washington Luis ao estado e em especial as Minas de carvão de São Jerônimo onde foi homenageado. (Slide 86, 88, 89, 92, 109, 110 e 111)

CORREIO DO POVO - 07/06/1926 - Porto Alegre - Visita de Washington Luis ao estado e em especial as Minas de carvão de São Jerônimo onde foi homenageado. (Slide 86)

CORREIO DO POVO - 08/06/1926 - Porto Alegre - Fatos pitorescos da visita de Washington Luis e Borges de Medeiros as minas de São Jerônimo. (Slide 86)

CORREIO DO POVO - ??/07/1926 - Porto Alegre - Reportagem sobre o desabamento de galerias do poço 3 de Arroio dos Ratos. (Slide 94)

CORREIO DO POVO - 01/05/1928 – Porto Alegre - Reportagem sobre a proposta recebida pela intendência pela Companhia Brasileira de Força elétrica, para o abastecimento de luz e transporte urbano. (Slide 96 e 97)

CORREIO DO POVO - 29/06/1928 - Porto Alegre - Reportagem sobre um grave acidente fluvial, com perdas materiais e morte de tripulantes no porto de Charqueadas. (Slide 113)

CORREIO DO POVO - 30/06/1928 - Porto Alegre - Reportagem sobre um grave acidente fluvial, com perdas materiais e morte de tripulantes no porto de Charqueadas. (Slide 114 e 115)

CORREIO DO POVO - 01/11/1928 - Porto Alegre - Reportagem sobre um grave acidente fluvial, com perdas materiais e morte de tripulantes no porto de Charqueadas. (Slide 116)

CORREIO DO POVO - 12/06/1929 - Porto Alegre - Constituição da Companhia Minas Recreio. (Slide 153 e 154)

CORREIO DO POVO - 15/06/1929 - Porto Alegre - Reportagem sobre o banquete oferecido pelo presidente da Companhia Nacional de Navegação Costeira aos representantes da indústria e comércio gaúchos. (Slide 155 a 158)

CORREIO DO POVO - 01/10/1929 - Porto Alegre - Sentença proferida pela justiça sobre o acidente fluvial no porto de Charqueadas. (Slide 159 a 162)

CORREIO DO POVO - 08/07/1930 - Porto Alegre - Visita de Getúlio Vargas a região carbonífera do estado. (Slide 172 a 175)

CORREIO DO POVO - 09/07/1930 - Porto Alegre - Reportagem sobre as dificuldades enfrentadas pela indústria petrolífera brasileira devido a crise mundial. (Slide 179 e 180)

CORREIO DO POVO - 06/08/1930 - Porto Alegre - Reportagem sobre a abertura de edital para o fornecimento de energia para a cidade de Santa Cruz. (Slide 181 a 183)

CORREIO DO POVO - 28/08/1930 - Porto Alegre - Reportagem noticiando melhoramentos implantados pelas companhias carboníferas do estado. (Slide 199)

CORREIO DO POVO - 25/09/1930 - Porto Alegre - Reportagem sobre o problema da fuligem produzida pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense devido a queima do carvão nacional pulverizado. (Slide 200 e 201)

CORREIO DO POVO - 27/09/1930 - Porto Alegre - Reportagem sobre a organização da frota mercante do Rio Grande do Sul. (Slide 215)

CORREIO DO POVO - 21/01/1931 - Porto Alegre - Edital elogiando a ação governamental referente a encaminhamentos de ordem econômica que visavam o carvão do estado. (Slide 207 e 208)

CORREIO DO POVO - 22/01/1931 - Porto Alegre - Reportagem noticiando a excelente produção da CEFMSJ no ano de 1930. (Slide 206)

CORREIO DO POVO - 25/01/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre o aproveitamento do carvão nacional nos vapores da região. (Slide 216)

CORREIO DO POVO - 19/02/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre o aproveitamento do carvão nacional nos vapores da região. (Slide 232)

CORREIO DO POVO - 11/03/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre o decreto federal que determina a obrigatoriedade da utilização de 30% do carvão nacional para as empresas que quiserem exportar o minério. (Slide 233)

CORREIO DO POVO - 14/03/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre a visita do comandante Amphiloquio dos Reis as instalações da CEFMSJ. (Slide 237 a 240)

CORREIO DO POVO - 11/04/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre os incentivos e vantagens dadas a refinaria de petróleo de Rio Grande. (Slide 306)

CORREIO DO POVO - 13/05/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre a regulamentação do decreto de restrição de importação de maquinário. (Slide 217 a 220)

CORREIO DO POVO - 16/05/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre o problema da fuligem produzida pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense devido a queima do carvão nacional pulverizado – Entrevista Sr. Otto Weinstein (Slide 255 e 256)

CORREIO DO POVO - 21/06/1931 - Porto Alegre - Repercussões sobre a obrigatoriedade da utilização do carvão nacional. (Slide 263)

CORREIO DO POVO - 12/07/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre a intensificação do tráfego da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. (Slide 295 a 297)

CORREIO DO POVO - 23/07/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre os pedidos de informações dirigidos a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a respeito da utilização do carvão nacional. (Slide 308)

CORREIO DO POVO - Agosto/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre o pagamento das requisições feitas pelo governo.

CORREIO DO POVO - 27/09/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre a organização de uma frota mercante do Rio Grande do Sul. (Slide 606)

CORREIO DO POVO - 15/10/1931 - Porto Alegre - Dá notícias sobre contratos firmados entre o Dr. Luiz Betim de Paes Leme e proprietários de terras para a exploração de jazidas de ouro existentes no subsolo. (Slide 323)

CORREIO DO POVO - 29/01/1932 - Porto Alegre - Entrevista com o diretor da Companhia Carbonífera Rio Grandense, Dr. Roberto Cardoso sobre a organização da frota mercante do Rio Grande do Sul. (Slide 343)

CORREIO DO POVO - 19/02/1932 - Porto Alegre - Editorial sobre a necessidade e a crise enfrentada pelo combustível nacional. (Slide 345).

CORREIO DO POVO - 23/02/1932 - Porto Alegre - Reportagem sobre o problema da fuligem produzida pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense devido a queima do carvão nacional pulverizado – Entrevista Sr. Carlos Engelke (Slide 343)

CORREIO DO POVO - 01/03/1932 - Porto Alegre - Reportagem sobre a produção do carvão nacional. (Slide 352)

CORREIO DO POVO - 11/03/1932 - Porto Alegre - Assinatura do contrato que concede favores a CEFMSJ sob a extração de ouro em lavras. (Slide 353)

CORREIO DO POVO - 09/04/1932 - Porto Alegre - Entrevista com o Dr. Edward H. Bauer sobre a indústria de gás no Brasil e o emprego do carvão nacional. (Slide 362)

CORREIO DO POVO - 28/04/1932 - Porto Alegre - Dá notícia sobre pesquisas de lavras auríferas no estado. (Slide 367)

CORREIO DO POVO - 11/05/1932 – Porto Alegre - Reportagem sobre o problema da fuligem produzida pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense devido a queima do carvão nacional pulverizado – Entrevista Dr. Oscar Bastian Pinto. (Slide 376)

CORREIO DO POVO - 24/05/1932 - Porto Alegre - Reportagem reavaliando aspectos sobre um grave acidente fluvial, com perdas materiais e morte de tripulantes no porto de Charqueadas ocorrido em 1928, julgado de 1929. (Slide 377)

CORREIO DO POVO - 27/05/1932 - Porto Alegre - Reportagem sobre a exploração de ouro em Lavras. (Slide 380)

CORREIO DO POVO - 07/06/1932 - Porto Alegre - Reportagem sobre a visita do chefe do serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura, Dr. Euzébio de Oliveira, a CEFMSJ. (Slide 383)

CORREIO DO POVO - 10/06/1932 - Porto Alegre - Reportagem sobre o problema da fuligem produzida pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense devido a queima do carvão nacional pulverizado – Comissão de moradores em entrevista com o intendente municipal. (Slide 384)

CORREIO DO POVO - 10/06/1932 - Porto Alegre - Reportagem sobre uma provável convocação dos acionistas da Carris de Porto Alegre para a discussão da situação da companhia. (Slide 386)

CORREIO DO POVO - 16/06/1932 - Porto Alegre - Autorização da CEFMSJ para a construção de 100 prédio nas Minas dos Ratos. (Slide 388)

CORREIO DO POVO - 17/06/1932 - Porto Alegre - Reportagem sobre um fiscal do governo que veio em visita ao estado avaliar o material cedido pelo governo federal a CEFMSJ para exploração de ouro. (Slide 388)

CORREIO DO POVO - 18/06/1932 - Porto Alegre - Entrevista com Luiz Prates de Sons, neto do encarregado de James Johnson, que projetou a primeiro projeto de exploração do carvão no estado. Com imagem. (Slide 385)

CORREIO DO POVO - 18/06/1932 - Porto Alegre - Entrevista com o Dr. Marcel Taylor, fiscal responsável por verificar o andamento dos estudos referentes a exploração de jazidas de ouro no estado. (Slide 387)

CORREIO DO POVO - 23/06/1932 - Porto Alegre - Notícias e dados interessantes sobre a indústria carbonífera do Rio Grande do Sul no ano de 1931. (Slide 393)

CORREIO DO POVO - 19/07/1932 - Porto Alegre - Reportagem sobre um operário das Minas dos Ratos e que após ser atendido desapareceu. (Slide 397)

CORREIO DO POVO - 07/08/1932 – Porto Alegre - Reportagem sobre um estudo comparativo entre o regime ferroviário rio-grandense e o uruguaio. (Slide 401)

CORREIO DO POVO - 09/08/1932 - Porto Alegre - Entrevista com o diretor geral da Viação Férrea referente ao transporte de militares, passageiros e cargas. (Slide 399)

CORREIO DO POVO - 20/08/1932 - Porto Alegre - Notícia sobre a demissão do diretor da Viação Férrea, dr. Octacílio Pereira. (Slide 404)

CORREIO DO POVO - 24/08/1932 - Porto Alegre - Reportagem sobre a nomeação do novo diretor da Viação Férrea. (Slide 404)

CORREIO DO POVO - 26/08/1932 - Porto Alegre - Reportagem sobre as medidas protecionistas do governo para com o carvão nacional. (Slide 407)

CORREIO DO POVO - 26/08/1932 - Porto Alegre - Reportagem sobre o embarque de varias cargas de carvão para diversas partes do país. (Slide 408)

CORREIO DO POVO - 15/09/1932 – Porto Alegre - Notícia sobre o transporte de mercadorias diversas em vapor utilizando o carvão da CEFMSJ como combustível. (Slide 409)

CORREIO DO POVO - 27/10/1932 - Porto Alegre - Notícias sobre a situação das ferrovias nacionais. (Slide 410)

CORREIO DO POVO - 20/12/1932 - Porto Alegre - Reportagem sobre as possibilidades de aproveitamento do carvão nacional. (Slide 411)

CORREIO DO POVO - 30/12/1932 - Porto Alegre - Reportagem sobre a organização de uma Caixa de pensões e aposentadorias dos funcionários da CEFMSJ. (Slide 415)

CORREIO DO POVO - 06/01/1933 - Porto Alegre - Reportagem com o diretor da CEFMSJ sobre uma viagem de automóvel de Porto Alegre até São Paulo. (Slide 417)

CORREIO DO POVO - 31/01/1933 – Porto Alegre - Reportagem sobre o movimento operário e a greve dos mineiros. (Slide 420)

CORREIO DO POVO - 01/02/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre o movimento sindicalista no Rio Grande do Sul – Greve dos mineiros. (Slide 424)

CORREIO DO POVO - 02/02/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre o movimento sindicalista no Rio Grande do Sul – Greve dos mineiros. (Slide 426)

CORREIO DO POVO - 16/02/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre o movimento sindicalista no Rio Grande do Sul – Visita as minas de São Jerônimo do enviado especial do ministério do trabalho. (Slide 427)

CORREIO DO POVO - 22/02/1933 – Porto Alegre - Reunião do Conselho Consultivo do Estado para deliberações – Parecer a um requerimento de isenção de impostos, taxas e selo da CEFMSJ. (Slide 428)

CORREIO DO POVO - 11/04/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre a visita do diretor da Central do Brasil ao estado para analisar o problema do carvão nacional. (Slide 436)

CORREIO DO POVO - 12/04/1933 - Porto Alegre - Reportagem abordando a utilização e os problemas do carvão nacional, bem como as finanças das municipalidades. (Slide 442)

CORREIO DO POVO - 26/04/1933 – Porto Alegre - Reportagem sobre uma visita feita por um grande número de ferroviário as Minas de carvão de Arroio dos Ratos. (Slide 440).

CORREIO DO POVO - 27/04/1933 - Porto Alegre - Entrevista com o Sr. Tavares Leite sobre suas impressões sobre o que observou sobre o carvão no estado. (Slide 438)

CORREIO DO POVO - 06/06/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre a utilização de óleo combustível e carvão estrangeiro em detrimento ao produto nacional. (Slide 452)

CORREIO DO POVO - 10/06/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre a abertura de um poço de propriedade da CEFMSJ. (Slide 455)

CORREIO DO POVO - 11/06/1933 - Porto Alegre - Visita do ajudante de ordem do Ministro da Marinha. (Slide 456)

CORREIO DO POVO - 29/06/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre o problema da fuligem produzida pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense devido a queima do carvão nacional pulverizado (Slide 465)

CORREIO DO POVO - 30/06/1933 - Porto Alegre - Reportagem resumo sobre o problema da fuligem produzida pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense devido a queima do carvão nacional pulverizado. (Slide 465)

CORREIO DO POVO - 08/07/1933 – Porto Alegre - Reportagem sobre melhorias realizadas pela CEFMSJ para a escolha do carvão. (Slide 473)

CORREIO DO POVO - 08/07/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre a solenidade da entrega de prêmios aos maquinistas e foguistas mais econômicos da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. (Slide 475)

CORREIO DO POVO - 13/07/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre o desenvolvimento da produção de carvão nas minas de Arroio dos Ratos e Butiá. (Slide 477)

CORREIO DO POVO - 19/07/1933 - Porto Alegre - Editorial intitulado: “Revelações Graves” - o problema da fuligem produzida pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense devido a queima do carvão nacional pulverizado. (Slide 480)

CORREIO DO POVO - 21/07/1933 – Porto Alegre - Reportagem sobre o consumo de carvão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. (Slide 479)

CORREIO DO POVO - 27/07/1933 - Porto Alegre - Editorial sobre o envolvimento do Rotary Club no problema da fuligem produzida pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense devido a queima do carvão nacional pulverizado. (Slide 480)

CORREIO DO POVO - 27/07/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre o carvão nacional como combustível. (Slide 460)

CORREIO DO POVO - 27/07/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre o envolvimento do Rotary Club no problema da fuligem produzida pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense devido a queima do carvão nacional pulverizado. (Slide 484)

CORREIO DO POVO - 20/08/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre a paralisação de mineiros que estavam com os salários atrasados e a falta de alimento na cooperativa dos trabalhadores. (Slide 492)

CORREIO DO POVO - 21/08/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre o problema da fuligem produzida pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense devido a queima do carvão nacional pulverizado. (Slide 494)

CORREIO DO POVO - 25/08/1933 - Porto Alegre - Editorial sobre o problema da fuligem produzida pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense devido a queima do carvão nacional pulverizado. (Slide 495)

CORREIO DO POVO - 31/08/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre os resultados dos estudos da comissão eleita pelo Rotary Club referente ao problema da fuligem produzida pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense devido a queima do carvão nacional pulverizado. (Slide 499)

CORREIO DO POVO - 08/09/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre o contrato de fornecimento de carvão rio-grandense para a Central do Brasil. (Slide 505)

CORREIO DO POVO - 12/09/1933 – Porto Alegre - Reportagem sobre a paralisação de mineiros que estavam com os salários atrasados e a falta de alimento na cooperativa dos trabalhadores. (Slide 500)

CORREIO DO POVO - 22/09/1933 – Porto Alegre - Reportagem sobre o carvão Rio-grandense e a sua utilização na usina termelétrica de Porto Alegre.(Slide 504)

CORREIO DO POVO - 12/10/1993 - Porto Alegre - Reportagem sobre um acidente ferroviário envolvendo trens de transporte de carga de carvão. (Slide 506)

CORREIO DO POVO - 10/11/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre o aproveitamento do carvão nacional como combustível em embarcações – entrevistas e depoimento. (Slide 509)

CORREIO DO POVO - 12/11/1933 - Porto Alegre - Editorial sobre a impressão de maquinistas sobre o aproveitamento do carvão nacional. (Slide 510)

CORREIO DO POVO - 12/11/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre o relatório enviado pela CEFMSJ ao Ministério do trabalho com as estatísticas referentes aos mineiros – nacionalidade. (Slide 510)

CORREIO DO POVO - 07/12/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre a exploração de jazidas de carvão em São Gabriel. (Slide 515)

CORREIO DO POVO - 08/12/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre o engrandecimento da economia Rio Grandense através da navegação e utilização do carvão do estado – Entrevista com o Dr. Roberto Cardoso. (Slide 516)

CORREIO DO POVO - 13/12/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre a a construção de um transbordador para o transporte e barateamento do custo do carvão para a Viação Férrea do Rio Grande do Sul. (Slide 517)

CORREIO DO POVO – 03/12/1942 - Porto Alegre - Entrevista Roberto Cardoso, diretor-presidente do CADEM. Slide 1942 (120).

CORREIO DO POVO – 09/01/1943 - Porto Alegre - Entrevista Roberto Cardoso, diretor-presidente do CADEM.

CORREIO DO POVO – 24/01/1943 - Porto Alegre - Entrevista com Roberto Cardoso sobre a indústria carbonífera. Slide 1943 (20)

CORREIO DO POVO, Janeiro de 1943 - Porto Alegre - Convocação para as minas de Santa Catarina. Diversos. Slide 1943 (5/9)

CORREIO DO POVO – 05/02/1943 - Porto Alegre - Notícia sobre a solicitação governamental de sugestões para o projeto da Consolidação das Leis de Trabalho e Previdência social. Slide 1943 (30).

CORREIO DO POVO – 03/03/1943 - Porto Alegre - Reportagem com Roberto Cardoso, diretor-presidente do CADEM. Slide 1943 (73)

CORREIO DO POVO, 18/03/1943 - Porto Alegre - Reportagem com Roberto Cardoso, diretor-presidente do CADEM. Slide 1943 (92).

CORREIO DO POVO – 30/03/1943 – Porto Alegre - Notícia sobre as atividades do CADEM com destaque para a construção de escolas de ensino básico. Slide 1943 (128).

CORREIO DO POVO – 10/04/1943 - Porto Alegre - Reportagem sobre a diminuição das exportações e o racionamento de combustível. Slide 1943 (148)

CORREIO DO POVO – 25/08/1943 - Porto Alegre - Notícia sobre o aumento do Hospital Sarmiento Leite. Slide 1943 (217)

CORREIO DO POVO - 20/09/1943 - Porto Alegre - Reportagem sobre as disposições da CLT que afetarão as empresas mineradoras do Brasil. (cópia xérox)

CORREIO DO POVO – 11/11/1943 - Porto Alegre - Reportagem sobre o campeonato de futebol da região carbonífera. Slide 1943 (590)

CORREIO DO POVO - 12/11/1943 - Porto Alegre - Reportagem sobre as demissões em massa e sem indenização realizadas pelo CADEM. Slide 1943 (599)

CORREIO DO POVO -14/11/1943 - Porto Alegre - Reportagem sobre a intimação para uma audiência na justiça do trabalho do presidente do CADEM. (cópia xérox)

CORREIO DO POVO – 14/11/1943 – Porto Alegre - Reportagem sobre a demissão de 300 operários. Slide 1943 (632).

CORREIO DO POVO - ??/11/1943 - Porto Alegre - Realizações do sindicato dos trabalhadores da indústria d extração do carvão de minas de São Jerônimo. (cópia xérox)

CORREIO DO POVO - 16/11/1943 - Porto Alegre - Reportagem sobre os direitos humanos para os mineiros. (cópia xérox).

CORREIO DO POVO - 22/11/1943 - Porto Alegre - Carta enviada pelo CADEM a redação do jornal intitulada: Em defesa do carvão nacional. (cópia xérox)

CORREIO DO POVO - 25/11/1943 - Porto Alegre - Reportagem sobre as condições de trabalho no subsolo das minas. (cópia xérox)

CORREIO DO POVO - 05/01/1944 - Porto Alegre - Carta de Moisés Vellinho endereçada ao jornal intitulada: "Em defesa do carvão Rio-grandense." (cópia xérox)

CORREIO DO POVO – 26/03/1944 - Porto Alegre - Anúncio chamando os operários demitidos de volta ao trabalho. Slide 1944 (86).

CORREIO DO POVO - 02/04/1944 - Porto Alegre - Anúncio chamando os operários demitidos de volta ao trabalho. Slide 1944 (102/104).

CORREIO DO POVO - 11/06/1944 - Porto Alegre - Reportagem sobre o menosprezo a legislação trabalhista pelas companhias de mineração do estado. (cópia xérox)

CORREIO DO POVO - 25/06/1944 - Porto Alegre - Reportagem intitulada: "Saudação dos mineiros do CADEM ao interventor federal." (cópia xérox)

CORREIO DO POVO – 12/08/1944 - Porto Alegre - Editorial que referencia o decreto-lei que atribui ao governo a distribuição e determinação do preço do carvão. Slide 1944 (381).

CORREIO DO POVO – 13/08/1944 - Porto Alegre - Editorial sobre a proteção ao carvão por parte do Governo Federal. Slide 1944 (403).

CORREIO DO POVO – 15/08/1944 - Porto Alegre - Notícias sobre as atividades do Coordenador da Mobilização Nacional. Slide 1944 (384).

CORREIO DO POVO – 16/08/1944 - Porto Alegre - Editorial sobre as medidas governamentais de distribuição e fixação de preços do carvão. Slide 1944 (392)

CORREIO DO POVO – 17/08/1944 - Porto Alegre - Notícias sobre as atividades do Coordenador da Mobilização Nacional. Slide 1944 (395).

CORREIO DO POVO – 17/09/1944 - Porto Alegre - Reportagem sobre os benefícios recebidos pelos mineiros. Slide 1944 (543).

CORREIO DO POVO - 06/11/1944 - Porto Alegre - Reportagem sobre a visita do General Mendonça Lima as instalações do CADEM. (cópia xérox)

CORREIO DO POVO – 12/11/1944 - Porto Alegre - Propaganda paga pelo CADEM sobre as práticas de assistência social. Slide 1944 (638);

CORREIO DO POVO - 21/11/1944 - Porto Alegre - Reportagem sobre uma homenagem prestada pelos trabalhadores das minas de São Jerônimo ao diretor do CADEM, Dr. Roberto Cardoso. (cópia xérox)

CORREIO DO POVO – 01/12/1944 - Porto Alegre - Festividades promovidas pelo CADEM na região carbonífera. Slide 1944 (744).

CORREIO DO POVO – 11/12/1944 - Porto Alegre - Reportagem com Roberto Cardoso, diretor-presidente do CADEM. Slide 1944b (399).

CORREIO DO POVO - 04/04/1945 - Porto Alegre - Reportagem sobre a caixa de aposentadoria e pensões de serviços de mineração. (cópia xérox)

CORREIO DO POVO – 25/04/1945 - Porto Alegre - Reportagem sobre a construção de casas para os operários do CADEM. Slide 1945 (246/300)

CORREIO DO POVO – 27/05/1945 - Porto Alegre - Reportagem sobre a construção de casas para os operários do CADEM. Slide 1945 (304);

CORREIO DO POVO – 01/11/1945 - Porto Alegre - Reportagem sobre o campeonato de futebol. Slide (530);

CORREIO DO POVO – 01/01/1946 - Porto Alegre - Propaganda paga pelo CADEM sobre as práticas de assistência social. Slide 1946.

CORREIO DO POVO -??/12/1949 - Porto Alegre - Reportagem sobre o movimento grevista dos mineiros de São Jerônimo. (cópia xérox)

CORREIO DO POVO - 22/01/1950 - Porto Alegre - “Perspectivas inquietadoras para a situação dos mineiros de São Jerônimo e Santa Catarina.” (cópia xérox).

CORREIO DO POVO - 01/01/1961 - Porto Alegre - Autorização do governador para a instituição da Siderúrgica Aços Finos Piratini. (Slide 40, 107 e 108)

CORREIO DO POVO – 28/05/1961 - Adail Moraes. Porto Alegre - Artigo publicado em defesa ao desenvolvimento do Rio Jacuí no Rio Grande do Sul.

DIÁRIO CARIOCA – 20/01/1943 - Porto Alegre - Entrevista com Roberto Cardoso sobre a indústria carbonífera. Slide 1943b (20).

DIÁRIO CARIOCA – 24/03/1943 - Porto Alegre - Reportagem com Roberto Cardoso, diretor-presidente do CADEM. Slide 1943 (105).

DIÁRIO CARIOCA – 24/04/1945 - Porto Alegre - Reportagem sobre a construção de casas para os operários do CADEM. Slide 1945 (162).

DIÁRIO DE JUSTIÇA – 24/05/1945 - Porto Alegre - Reportagem sobre a construção de casas para os operários do CADEM. Slide 1945 (332);

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 07/07/1925 - Porto Alegre - Termos do contrato de sublocação da Mina de Carvão de Gravataí. (Slide 23)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 08/07/1925 - Porto Alegre - Dá notícias sobre diversos serviços oferecidos pela Companhia Força e Luz Porto Alegrense. (Slide 26)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 12/07/1925 - Porto Alegre - Notícia sobre a construção da usina do gasômetro para o fornecimento de energia elétrica através fusão da Companhia Energia Elétrica Riograndense e da Força e Luz. Slide 1925 (7).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 15/07/1925 - Porto Alegre - Julgamento de uma ação relativa a acidente marítimo. (Slide 30)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 20/07/1925 - Porto Alegre - Problemas de energia elétrica em Porto Alegre e as companhias de energia. (Slide 30)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 22/07/1925 - Porto Alegre - Dá notícias sobre diversos serviços oferecidos pela Companhia Força e Luz Porto Alegrense. (Slide 31)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 21/08/1925 - Porto Alegre - Refere-se aos problemas da companhia de abastecimento de luz, aumento das passagens e outros. (Slide 39)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 07/10/1925 - Porto Alegre - Editorial criticando as cláusulas do contrato estabelecido entre a municipalidade e a Companhia Força e Luz, bem como o seu descumprimento. (Slide 44 e 45)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 07/10/1925 - Porto Alegre - Crônica criticando os serviços prestados e o preço das passagens de bondes da Cia Força e Luz. (Slide 46 e 47)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 07/10/1925 - Porto Alegre - Protestos relacionados aos preços da tarifas das passagens dos bondes da Cia Força e Luz. (Slide 48 e 49)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 08/10/1925 - Porto Alegre - Reportagem apresentando a proposta de aumento de tarifas da Companhia Força e Luz. (Slide 50)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 21/10/1925 - Porto Alegre - Reportagem sobre o desfecho da problemática relativa a elevação dos custos das tarifas de bondes da Companhia Força e Luz. (Slide 66 e 67)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 30/04/1926 - Porto Alegre - Comunicado da intendência municipal do aumento e unificação das tarifas dos bondes. (Slide 612)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 20/05/1926 - Porto Alegre - Anúncio de venda de materiais elétricos diversos da Companhia Força e Luz. (Slide 613)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 08/06/1926 - Porto Alegre - Visita de Washington Luis ao estado e em especial as Minas de carvão de São Jerônimo onde foi homenageado. (Slide 84 e 85)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 28/04/1928 - Porto Alegre - Visita de congressistas a minas de carvão de São Jerônimo. (Slide 98 e 99)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - ??/??/1928 - Porto Alegre - Carta aberta em defesa da obrigatoriedade da utilização do carvão pulverizado pelas companhias de navegação que obtiverem empréstimos governamentais. (Slide 101 e 102)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 29/06/1928 - Porto Alegre - Reportagem sobre um grave acidente fluvial, com perdas materiais e morte de tripulantes no porto de Charqueadas. (Slide 113)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 01/11/1928 - Porto Alegre - Renovação do contrato de fornecimento de carvão da CEFMSJ para a Viação Férrea do Rio Grande do Sul. (Slide 131)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 10/11/1928 - Porto Alegre - Apresenta o contrato de renovação de abastecimento de carvão da CEFMSJ para a Viação Férrea do RS. (Slide 132)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 10/11/1928 - Porto Alegre - Construção de um ramal ligando a Viação Férrea do RS as minas de carvão da CEFMSJ. (Slide 614)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 24/11/1928 - Porto Alegre - Reportagem sobre o interesse estrangeiro em promover estudos para aproveitamento do carvão nacional. (Slide 615)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 12/04/1929 - Porto Alegre - Reportagem na seção aberta sobre a construção de uma ponte sobre o Rio Jacuí, envolvendo a Viação Férrea do Rio Grande do Sul e a CEFMSJ. (Slide 138, 139 e 140)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 12/06/1929 - Porto Alegre - Homenagem prestada pelo presidente da Companhia Nacional de Navegação Costeira aos industriários gaúchos. (Slide 153)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 16/10/1929 - Porto Alegre - Reportagem criticando ações do governo federal que desfavoreciam a economia do Rio Grande do Sul. (Slide 163 e 164)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 17/10/1929 - Porto Alegre - Reportagem criticando ações do governo federal que desfavoreciam a economia do Rio Grande do Sul. (Slide 165)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 08/07/1930 - Porto Alegre - Visita de Getúlio Vargas a região carbonífera do estado. (Slide 176 a 178)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 07/08/1930 - Porto Alegre - Reportagem sobre a visita do inspetor federal do governo Dr. Washington Bonoto a região carbonífera. (Slide 187)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 23/08/1930 - Porto Alegre - Edital da Secretaria de Obras públicas tornando pública a venda de materiais diversos referente a energia elétrica e transporte urbano de Rio Grande. (Slide 194 a 196)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 23/08/1930 - Porto Alegre - Reportagem sobre a inspeção feita pelo diretor de Higiene do Estado a Companhia Energia Elétrica Rio Grandense devido as queixas da população referentes a fuligem produzida devido a queima do carvão nacional pulverizado. (Slide 616)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 28/08/1930 - Porto Alegre - Reportagem sobre a Carris de Porto Alegre, noticiando a compra dos ônibus particulares e o estabelecimento do monopólio da empresa. (Slide 197 e 198)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 14/03/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre uma visita de 60 pessoas as instalações da CEFMSJ. (Slide 241 e 242)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 22/03/1931 - Porto Alegre - Entrevista com Fernando de Abreu Pereira sobre o projeto de obrigatoriedade do uso do carvão nacional. (Slide 245 a 247)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 23/04/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre pesquisas para a utilização de combustíveis alternativos na indústria. (Slide 249)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 14/05/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre a instalação de uma refinaria de petróleo em Rio Grande. (Slide 298 a 305)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 30/05/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre a compra por parte da Central do Brasil e da Lloyd Brasileiro, de toda a produção do carvão nacional disponível. (Slide 257)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 02/06/1931 - Porto Alegre - Notícias de guerra – prorrogação do prazo de declaração do Imposto de Renda e notícias sobre a contratação da produção nacional de carvão para as empresas Lloidy Brasileiro e Central do Brasil. (Slide 258)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 03/06/1931 - Porto Alegre - Notícias de guerra – Notícias sobre a contratação da produção nacional de carvão para as empresas Lloidy Brasileiro e Central do Brasil. (Slide 262)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 03/06/1931 - Porto Alegre - Repercussões sobre a contratação obrigatória da produção nacional de carvão para as empresas. (Slide 260)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 20/06/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre a visita do Dr. M.F. Carneiro de Mendonça, enviado especial do governo federal as minas de São Jerônimo. (Slide 275 e 276)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 21/06/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre a visita de enviados especiais do Ministério da Agricultura as Minas de Gravataí. (Slide 264 a 269)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 23/07/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre o ofício dos dirigentes da CEFMSJ sobre o imposto municipal sobre o combustível. (Slide 309 e 310)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 24/07/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre o abastecimento da marinha de guerra com o carvão da CEFMSJ. (Slide 314)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 19/09/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre a proposta de arrendamento feita pelos diretores das Minas de SJ ao Lloyd Brasileiro. (Slide 324)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 05/11/1931 - Porto Alegre - Reportagem sobre a formação de uma companhia para a exploração de jazidas de ouro, sob a direção do interventor federal Dr. Paes Leme. (Slide 332)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 12/01/1932 - Porto Alegre - Entrevista com o diretor da CEFMSJ Dr. Betim Pais Leme sobre a situação do carvão nacional. (Slide 334 a 336)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 29/01/1932 - Porto Alegre - Reportagem da usina de gás de Porto Alegre. (Slide 342)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 25/02/1932 - Porto Alegre - Reportagem intitulada a industrialização do carvão nacional – faz referência a instalação da usina de gás e subprodutos. (Slide 348)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 15/03/1932 - Porto Alegre - Reportagem do Dr. Betim Paes Leme sobre a extração de ouro concedida a CEFMSJ. (Slide 356)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 19/04/1932 - Porto Alegre - Reportagem sobre as manifestações contrárias a mudança no traçado da estrada real por parte da CEFMSJ. (Slide 367)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 23/04/1932 - Porto Alegre - Reportagem e entrevista com um técnico norte americano, Dr. Wilcox, sobre as possibilidades de Porto Alegre como centro industrial. (Slide 371)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 27/09/1932 - Porto Alegre - Reportagem sobre as explorações preliminares realizadas pela CEFMSJ na exploração de ouro. (Slide 398)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 20/12/1932 - Porto Alegre - Reportagem um processo contra a Companhia Energia Elétrica e CEFMSJ de caráter alfandegário. (Slide 412)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 09/03/1933 – Porto Alegre - Reportagem apresentando diversos aspectos do desenvolvimento das minas de São Jerônimo. (Slide 429)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 30/05/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre contrato estabelecido entre a CEFMSJ e a Central do Brasil - fornecimento de carvão. (Slide 447)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 25/06/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre uma reunião do comitê de defesa dos interesses das famílias as áreas atingidas pela fuligem. (Slide 457)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 27/06/1933 - Porto Alegre - Reportagem: O flagelo da cidade – refere-se ao problema da fuligem da usina devido a queima do carvão nacional. (Slide 458)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 16/08/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre os progressos na área da navegação de cabotagem através da aquisição de embarcações pela Companhia Carbonífera Rio-Grandense. (Slide 483)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 29/08/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre o problema da fuligem produzida pela Companhia Energia Elétrica Rio Grandense devido a queima do carvão nacional pulverizado – Entrevista com o engenheiro Dr. Rodolfo Ahrons. (Slide 497)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 05/09/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre uma excursão de membros da marinha de guerra as minas de São Jerônimo. (Slide 507)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 08/12/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre a visita do secretário geral da confederação das indústrias do Brasil, as Minas de São Jerônimo. (Slide 517)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 12/12/1933 - Porto Alegre - Reportagem sobre a possibilidade da existência de uma jazida petrolífera em Taquari. (Slide 517)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 18/03/1943 - Porto Alegre - Reportagem com Roberto Cardoso, diretor-presidente do CADEM. Slide 1943 (91).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 30/03/1943 - Porto Alegre - Notícia sobre as atividades do CADEM com destaque para a construção de escolas de ensino na região. Slide 1943 (114);

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 20/09/1943 - Porto Alegre - Disposições da Consolidação das Leis do Trabalho que afetarão a mineração do Brasil. Slide 1943 (279).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 15/10/1943 - Porto Alegre - Reportagem sobre a região carbonífera. Slide 1943 (567);

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 24/10/1943 - Porto Alegre - Reportagem sobre a região carbonífera. Slide 1943 (484)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 14/10/1943 - Porto Alegre - Reportagem sobre a região carbonífera. Slide 1943 (427).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 12/11/1943 - Porto Alegre - Reportagem sobre as demissões em massa e sem indenização realizadas pelo CADEM. Slide 1943 (600).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 31/10/1944 - Porto Alegre - Reportagem intitulada: “O coordenador da mobilização econômica visitou ontem as instalações do CADEM em Charqueadas e São Jerônimo.” (cópia xérox)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 26/03/1944 - Porto Alegre - Anúncio chamando os operários demitidos de volta ao trabalho. Slide 1944 (86).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 06/08/1944 - Porto Alegre - Notícias sobre as atividades do Coordenador da Mobilização Nacional. Slide 1944 (375);

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 11/08/1944 - Porto Alegre - Editorial que referencia o decreto-lei que atribui ao governo a distribuição e determinação do preço do carvão. Slide 1944 (379).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 12/08/1944 - Porto Alegre - Editorial sobre a proteção ao carvão por parte do Governo Federal. Slide 1944 (377);

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 15/08/1944 - Porto Alegre - Editorial sobre as medidas governamentais de distribuição e fixação de preços do carvão. Slide 1944 (387).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 16/08/1944 - Porto Alegre - Notícias sobre as atividades do Coordenador da Mobilização Nacional. Slide 1944 (391);

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 17/08/1944 - Porto Alegre - Notícias sobre as atividades do Coordenador da Mobilização Nacional. Slide 1944 (394);

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 18/08/1944 - Porto Alegre - Notícias sobre as atividades do Coordenador da Mobilização Nacional. Slide 1944 (396);

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 19/08/1944 - Porto Alegre - Notícias sobre as atividades do Coordenador da Mobilização Nacional. Slide 1944 (407);

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 17/09/1944 - Porto Alegre - Reportagem sobre os benefícios recebidos pelos mineiros. Slide 1944 (537).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 19/09/1944 - Porto Alegre - Propaganda paga pelo CADEM sobre as práticas de assistência social. Slide 1944 (552);

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 29/10/1944 - Porto Alegre - Propaganda paga pelo CADEM sobre as práticas de assistência social. Slide 1944 (614);

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 12/11/1944 - Porto Alegre - Reportagem sobre os benefícios recebidos pelos mineiros. Slide 1944 (680).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 01/12/1944 - Porto Alegre - Festividades promovidas pelo CADEM na região carbonífera. Slide 1944 (734).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 10/12/1944 - Porto Alegre - Reportagem com Roberto Cardoso, diretor-presidente do CADEM. Slide 1944b (372)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 24/12/1944 - Porto Alegre - Propaganda paga pelo CADEM sobre as práticas de assistência social. Slide 1944 (759).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 29/03/1945 - Porto Alegre - Propaganda paga pelo CADEM sobre as práticas de assistência social. Slide 1945 (176);

DIÁRIO DE NOTÍCIA – 13/05/1945 - Porto Alegre - Reportagem sobre a construção de casas para os operários do CADEM. Slide 1945 (188/278);

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 06/06/1945 - Porto Alegre - Reportagem sobre a construção de

casas para os operários do CADEM. Slide 1945 (307).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – 25/12/1945 - Porto Alegre - Propaganda paga pelo CADEM sobre as práticas de assistência social. Slide 1945 (623);

DIÁRIO OFICIAL - 09/08/1921 – Rio de Janeiro - Balanço Geral da CEFMSJ – 30 de Junho de 1921. (Slide 01)

DIÁRIO OFICIAL - 13/08/1923 - Rio de Janeiro - Dá resposta a um requerimento da CEFMSJ impostos federais. (Slide 11)

DIÁRIO OFICIAL - 28/08/1923 - Rio de Janeiro - Balanço Geral da CEFMSJ – 30 de Junho de 1923. (Slide 09)

DIÁRIO OFICIAL - 05/09/1923 - Rio de Janeiro - Concede isenção de pagamento de selo e outros impostos federais. (Slide 10)

DIÁRIO OFICIAL - 05/09/1923 - Rio de Janeiro - Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 06 de agosto de 1923. (Slide 10)

DIÁRIO OFICIAL - 15/04/1926 - Rio de Janeiro - Edital de aprovação de empréstimo a Companhia Força e Luz. (Slide 609)

DIÁRIO OFICIAL - 17/09/1926 - Rio de Janeiro - Balanço Geral da CEFMSJ – 30 de Junho de 1926. (Slide 610)

DIÁRIO OFICIAL – 12/08/1928 - Rio de Janeiro - Instruções sobre a construção de um prolongamento da estrada de ferro da Viação Férrea numa parceria do governo Federal com a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Slide 1928 (1).

DIÁRIO OFICIAL - 30/05/1929 - Rio de Janeiro - Relatório a ser apresentado na Assembléia Geral da Companhia Carbonífera Rio Grandense em 31/05/1929. (Slide 151 e 152)

DIÁRIO OFICIAL - 30/05/1929 - Rio de Janeiro - Relatório a ser apresentado na Assembléia Geral Ordinária da Companhia Minas de Carvão do Jacuí em 31/05/1929. (Slide 611)

DIÁRIO OFICIAL - 08/01/1931 - Rio de Janeiro - Atos do governo provisório – decreto 19554 de 31 de dezembro de 1930, referente as Caixas de aposentadorias e pensões dos portuários e ferroviários. (Slide 213 e 214)

DIÁRIO OFICIAL - 20/06/1931 – Rio de Janeiro - Decreto 20089 de 09/06/1931 – Regula as condições para o aproveitamento do carvão nacional. (Slide 291 a 294)

DIÁRIO OFICIAL - 30/03/1932 - Rio de Janeiro - Relatório a ser apresentado na Assembléia Geral Ordinária da Companhia Minas de Carvão do Jacuí em 31/03/1932. (Slide 360)

DIÁRIO OFICIAL – 11/03/1944 - Rio de Janeiro - Decreto-lei de abertura de crédito para exploração de carvão no Rio Grande do Sul. Slide 1944 (66).

DIÁRIO POPULAR (Pelotas) – 27/06/1944 - Propaganda paga pelo CADEM sobre as práticas de assistência social. Slide 1944 (352).

ESTADO DO RIO GRANDE - 06/08/1930 - Reportagem sobre a opinião do inspetor federal do governo Dr. Washington Bonoso, sobre o carvão gaúcho. (Slide 184 a 187)

ESTADO DO RIO GRANDE - 05/02/1931 - Artigo do Dr. Washington Bonoso sobre as possibilidades de aproveitamento do carvão nacional e a futura construção de uma usina de subprodutos em Porto Alegre. (Slide 221 a 231)

ESTADO DO RIO GRANDE - 19/03/1931 - Reportagem sobre uma visita de 60 pessoas as instalações da CEFMSJ. (Slide 234 a 236)

ESTADO DO RIO GRANDE - 23/04/1932 - Reportagem intitulada: A propaganda comunista no Rio Grande do Sul. Enfatiza que os mineiros de São Jerônimo não se interessam pelas doutrinas vermelhas. (Slide 369)

ESTADO DO RIO GRANDE - 07/06/1932 - Homenagem prestada pela diretoria e operários da Companhia Carbonífera Rio Grandense ao Dr. Lindolfo Collor. (Slide 381)

FOLHA DA MANHÃ – 19/08/1932 - Decreto protecionista do governo provisório sobre a compra de carvão para uso do Lloyd e Central do Brasil. Slide 1932 (72).

FOLHA DA TARDE – 14/10/1943 – Porto Alegre - Reportagem sobre a região carbonífera. Slide 1943 (408).

FOLHA DA TARDE – 09/11/1943 - Porto Alegre - Reportagem sobre a demissão de 300 operários. Slide 1943 (609).

FOLHA DA TARDE – Julho/1944. Porto Alegre - Convocação para as minas de Santa Catarina. Diversos. Slide 1944 (251/298/336).

FOLHA DA TARDE – 03/07/1945 - Porto Alegre - Propaganda paga pelo CADEM sobre as práticas de assistência social. Slide 1945 (315);

FOLHA DA TARDE – 03/11/1945 - Porto Alegre - Porto Alegre - Reportagem sobre o campeonato de futebol. Slide (535).

FOLHA DA TARDE - 14/10/1949 - Porto Alegre - Reportagem sobre a falta de pagamento para mais de cinco mil operários das minas de São Jerônimo. (cópia xérox)

GAZETA DE NOTÍCIAS – Rio de Janeiro - ???/1923 - Balanço Geral da CEFMSJ – 31 de dezembro de 1922. (Slide 05)

GAZETA DE NOTÍCIAS – Rio de Janeiro - 22/08/1923 - O Carvão Nacional – Beneficiamento. (Slide 07)

GAZETA DE NOTÍCIAS – Rio de Janeiro - ??/08/1928 - Reportagem sobre a associação das minas de carvão de São Jerônimo com as Companhias Energia Elétrica e Carris de Porto Alegre – O uso do carvão nacional. (Slide 123 a 130)

GAZETA DE NOTÍCIAS – 21/11/1944 - Rio de Janeiro -Reportagem com Roberto Cardoso, diretor-presidente do CADEM. Slide 1944 (723).

JORNAL DA MANHÃ – 21/06/1931 - Decreto protecionista do governo provisório sobre a compra de carvão para uso do Lloyd e Central do Brasil. Slide 1931 (65).

JORNAL DA MANHÃ - 25/01/1931 - Reportagem sobre o emprego do carvão nacional em Porto Alegre e a problemática da fuligem da Companhia Energia Elétrica. (Slide 209 a 212)

JORNAL DA MANHÃ - 13/05/1931 - Reportagem sobre a assinatura do contrato estabelecido entre a prefeitura e a Carris de Porto Alegre. (Slide 250 a 254)

JORNAL DA MANHÃ - 21/06/1931 - Reportagem sobre as medidas protecionistas adotadas pelo governo federal. (Slide 270, 271 e 277)

JORNAL DA MANHÃ - 23/06/1931 - Reportagem sobre as medidas protecionistas adotadas pelo governo federal. (Slide 281 a 283)

JORNAL DA MANHÃ - 26/06/1931 - Repercussões sobre a contratação obrigatória da produção nacional de carvão para as empresas. Slide 1931 (76).

JORNAL DA MANHÃ - 09/09/1931 - Decreto relativo a nacionalidade dos empregados dos porto e comandantes de embarcações. (Slide 316)

JORNAL DA MANHÃ - 09/09/1931 - Reportagem sobre as novas locomotivas da Viação Férrea e a utilização do carvão nas mesmas. (Slide 607)

JORNAL DA MANHÃ - 19/09/1931 - Reportagem sobre a possibilidade de venda do Lloyd Brasileiro e possíveis compradores. (Slide 323)

JORNAL DA MANHÃ - 01/11/1931 - Ampla reportagem sobre a exploração do carvão no Rio Grande do Sul, bem como notícias sobre a produção e a visitas realizadas as minas de São Jerônimo. (Slide 326 a 331)

JORNAL DA MANHÃ - ??/11/1931 - Entrevista com o interventor federal Dr. Betim Pais Leme sobre as jazidas de ouro do estado. (Slide 608)

JORNAL DA MANHÃ - 15/01/1932 - Visita do inspetor federal de estradas, Dr. Álvaro Crespo de Oliveira as minas de São Jerônimo. (Slide 337)

JORNAL DA MANHÃ - 24/01/1932 - Carta do diretor CEFMSJ, solicitando ao jornal que publique nota desmentindo a suposta entrevista dada ao DIÁRIO DE NOTÍCIAS. (Slide 337)

JORNAL DA MANHÃ - 18/02/1932 - Visita de alunos da Marinha de Guerra as Minas de São Jerônimo (Slide 354)

JORNAL DA MANHÃ - 01/05/1932 - Reportagem sobre a riqueza do solo do Rio Grande do sul – ênfase no cimento. (Slide 374)

JORNAL DA MANHÃ - 03/05/1932 – Reportagem sobre as sondagens em busca de ouro. (Slide 375)

JORNAL DA MANHÃ - 04/06/1932 - Carta da direção da Companhia Carbonífera Rio Grandense homenageando publicamente as ações de membros do governo para com a indústria carbonífera. (Slide 379)

JORNAL DA MANHÃ - 19/06/1932 - Reportagem sobre os melhoramentos realizados na Companhia Carbonífera Rio Grandense. (Slide 389)

JORNAL DA MANHÃ - 19/08/1932 - Reportagem entrevista com um técnico sobre o uso do carvão rio-grandense nos vapores do Lloyd Brasileiro(Slide 403)

JORNAL DA MANHÃ - 19/08/1932 - Entrevista com um técnico sobre o uso do carvão rio-grandense nos vapores do Lloyd Brasileiro. (Slide 405)

JORNAL DA MANHÃ - 20/12/1932 – Reportagem sobre uma reunião para a organização da Caixa de aposentadoria e pensões dos funcionários da CEFMSJ. (Slide 411)

JORNAL DA MANHÃ - 19/01/1933 – Notícias sobre uma comissão para organizar e fazer valer o direito de férias dos mineiros. (Slide 423)

JORNAL DA MANHÃ - 06/05/1933 - Reportagem sobre uma assembléia realizada pelos associados do sindicato dos mineiros. (Slide 445)

JORNAL DA MANHÃ - 08/07/1933 - Visita realizada as instalações da CEFMSJ por acadêmicos de medicina. (Slide 474)

JORNAL DA MANHÃ - 13/09/1933 - Reportagem enaltecendo a figura do Sr. Roberto Cardoso, diretor da Companhia Carbonífera Rio Grandense pela compra de embarcações novas e pela concessão de isenção de impostos, taxas e selo para o carvão nacional. (Slide 502)

JORNAL DA MANHÃ - 19/10/1933 - Nota do sindicado dos mineiros elogiando a ação governamental pela nomeação do capitão Luiz Pereira para o cargo de sub-prefeito do 5º distrito. (Slide 505)

JORNAL DA MANHÃ - 10/11/1933 - Reportagem sobre a visita de oficiais da armada as minas de São Jerônimo. (Slide 510)

JORNAL DO BRASIL – 08/10/1944 - Notícias sobre as atividades do Coordenador da Mobilização Nacional. Slide 1994 (400);

JORNAL DO COMÉRCIO – 18/04/1933 - Relatório da Companhia Carbonífera Riograndense das Minas de Butiá. Slide 1933 (60).

JORNAL DO COMÉRCIO – 15/10/1943 - Reportagem sobre a região carbonífera. Slide 1943 (567).

JORNAL DO COMÉRCIO – 19/04/1944 - Relatório de atividades da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Slide 1944 (135).

JORNAL DO COMÉRCIO – 20/04/1944 - Relatório de atividades da Companhia Carbonífera Riograndense de Minas Butiá. Slide 1944 (148). [

JORNAL DO COMÉRCIO – 05/10/1945 - Propaganda paga pelo CADEM sobre as práticas de assistência social. Slide 1945 (474);

JORNAL DO COMÉRCIO – 20/04/1947 - Relatório de atividades da Companhia Carbonífera Riograndense de Minas Butiá. 1947b.

JORNAL DO COMMERCIO - Rio de Janeiro, 17/04/1848 - Relatório ao Ministro da Guerra com determinação de exploração de ferro e carvão no Vale do Rio Jacuí.

JORNAL DO COMMERCIO – Rio de Janeiro - 01/03/1924 - Balanço Geral da CEFMSJ – 31 de Dezembro de 1923. (Slide 16 e 19)

JORNAL DO COMMERCIO – Rio de Janeiro - 06/09/1924 - Balanço Geral da CEFMSJ – 14 de Junho de 1924. (Slide 20)

JORNAL DO COMMERCIO – Rio de Janeiro - 24/06/1928 - Carta aos acionistas da CEFMSJ referente aos atos da companhia no exercício de 1927, em cumprimento a determinação legal. (Slide 117 a 122)

JORNAL DO COMMERCIO – Rio de Janeiro - 10/11/1928 - Balanço Geral da CEFMSJ – 30 de Junho de 1928. (Slide 135)

JORNAL DO COMMERCIO – Rio de Janeiro - ??/??/1929 - Balanço Geral da CEFMSJ – 30 de Dezembro de 1928. (Slide 141)

JORNAL DO COMMERCIO – Rio de Janeiro - 25/06/1930 - Relatório a ser apresentado aos acionistas da CEFMSJ em assembléia geral ordinária em 28/06/1930, referente ao exercício de 1929. (Slide 168 a 171)

JORNAL DO COMMERCIO – Rio de Janeiro - 14/03/1931 - Reportagem sobre o anteprojeto do consumo obrigatório do carvão nacional. (Slide 243 e 244)

JORNAL DO COMMERCIO – Rio de Janeiro - 18/06/1932 - Relatório a ser apresentado aos acionistas da CEFMSJ em assembléia geral ordinária em 18/04/1932, referente ao exercício de 1931. (Slide 394)

JORNAL DO COMMERCIO – Rio de Janeiro - 22/06/1933 – Ata da assembléia geral ordinária da CEFMSJ realizada em 06/06/1933. (Slide 469)

JORNAL LIBERAL – Pelotas - 22/07/1933 - Reportagem sobre um acidente marítimo envolvendo uma embarcação da Companhia Carbonífera Rio-Grandense. (Slide 464).

O JORNAL – 17/08/1944 - Notícias sobre as atividades do Coordenador da Mobilização Nacional. Slide 1944 (410).

O JORNAL – 15/10/1943 - Reportagem sobre a região carbonífera. Slide 1943 (568).

O JORNAL – 18/12/1943 - Reportagem sobre um jantar oferecido pelo CADEM aos engenheiros gaúchos. Slide 1943 (806).

OPINIÃO PÚBLICA. (Pelotas) – 05/05/1945 - Propaganda paga pelo CADEM sobre as práticas de assistência social. Slide 1945 (287);

O REPÓRTER – 27/01/1945 - Propaganda paga pelo CADEM sobre as práticas de assistência social. Slide 1945 (45);

O REPÓRTER – 03/02/1945 - Propaganda paga pelo CADEM sobre as práticas de assistência social. Slide 1945 (48);

O TEMPO – Rio Grande - 24/04/1930 - Edital de abertura de concorrência para a compra de carvão apresentado pela diretoria de Obra do Porto e Barra do Rio Grande. (Slide 166 e 167)

O TEMPO – 17/08/1944 - Propaganda paga pelo CADEM sobre as práticas de assistência social. Slide 1944 (589);

REVISTA BRASIL MINERAL. Ano VII. nº 65. **As maiores empresas do setor mineral.** São Paulo: Signus Editora Ltda. Abril de 1989.

REVISTA DE ENGENHARIA. FERREIRA, Luiz. V.5. **Minas de carvão de pedra de Arroio dos Ratos**. Rio de Janeiro, Agosto de 1884.

REVISTA DE ENGENHARIA. FRANK, Emanuel. nº 219 . **Minas de carvão de São Jerônimo**. Rio de Janeiro, Outubro de 1889.

REVISTA PAULISTA DA INDÚSTRIA. (Separata). Ano V. nº 41. **O carvão**. Consórcio Administrativo de Empresas de Mineração (CADEM). São Paulo, 1955.

REVISTA PRODUÇÃO MINERAL. Ano I. nº 01. **O carvão gerando desenvolvimento**. Porto Alegre: Máster Press Consultoria em Comunicação. Setembro de 1993.

ANEXOS.

ANEXO I

Classificação do carvão. (síntese).

Tipo	Característica
Betuminoso	Os carvões lustrosos, mais comuns na Inglaterra e em outras jazidas carboníferas, que apresentam cor negra ou cinza escura, pertencem ao grupo de combustíveis de alta qualidade, são conhecidos coletivamente sob a denominação de hulhas graxas ou carvão betuminoso. Esta designação não implica presença do material chamado betume, mas sim refere-se ao fato de que, na fabricação de gás de iluminação ou coque, um dos produtos de destilação, o breu ou alcatrão, é de natureza betuminosa.
Sub-betuminoso	Os carvões sub-betuminosos são bastante combustíveis, mas apresentam um valor calorífico inferior aquele do carvão betuminoso. São mais ricos em hidrogênio e, quando aquecidos, desprendem abundantemente hidrocarbonetos e de sua destilação se obtém óleo. Os carvões do Rio Grande do Sul incluem-se nesta categoria.
Boghead	Variedades de hulhas ricas em restos de algas ou em esporos recebem o nome de carvões "boghead". O nome derivou-se da herdade situada em West Lothian, de onde foi extraído a primeira amostra. Quando queimados deixam consideráveis resíduos de cinzas. Quando os sedimentos inorgânicos predominam, os "bodhead" convertem-se em xistos betuminosos.
Cannelcoal	O carvão "cannel" é de cor negro-mate e aparece homogêneo a um exame superficial. O cannelcoal apresenta abundância d esporos e nódulos d resina, embora, em algumas espécies, ocorram também restos de algas. É encontrado entre camadas de carvão comum, em camadas individualizadas ou então, constituindo lentes entre as mesmas.
Antracito	É um carvão duro, de aspecto pétreo, cor negra, possui brilho intenso, fratura conchoidal e não suja as mãos quando tocado. Arde com chama azul e curta e possui alto poder calorífero.
Grafite	O grafite, em virtude de ser formado em condições enérgicas de temperatura e pressão, é encontrado associado a rochas metamórficas. É uma variedade de carbono que cristaliza-se no sistema hexagonal, com dureza de 1 a 2 na escala de Mohs.

Fonte: BRUSCHI, J.R.; MAIA, B.R. e RÜCKER, M. **Carvão: Ocorrências brasileiras e o aproveitamento das reservas do carvão gaúcho**. São Leopoldo, 1977. 62p. Tese (Pós-graduação em Ecologia Humana). CPGEH/UNISINOS. p. 30/31

ANEXO II
Carta relatório de Frederico Vasconcelos.

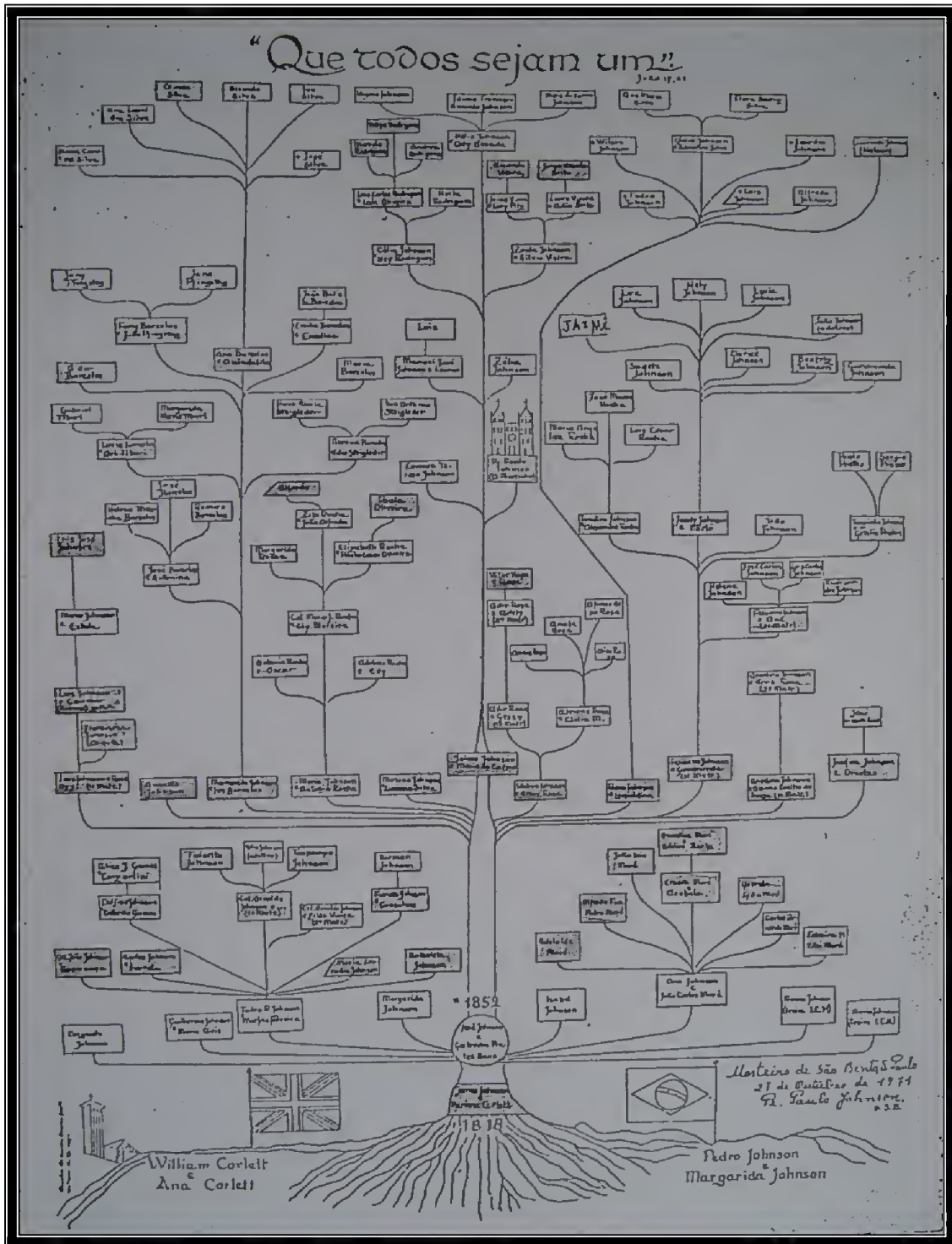
ao Sr. Visconde

A inspecção das localidades me convenceu im-
mediatamente de dois factos importantes: sen-
do o primeiro que os terrenos carboníferos daquel-
las localidades não são a formação carbonífera
por excellência, que ministra a maxima par-
te do combustivel na Europa e na America
do Norte, onde ella apresenta caracteres ana-
logos aos da antiga continente. O segundo fa-
cto, de que me convenci, é, que as camadas
de carvão em todas aquellas localidades, e as que
se encontram inferiores a estas não con-
vidam a serem vir a extração não só pela
pouca espessura dellas, como pela qualidade
inferior do combustivel, e difficuldades de trans-
porte. Ainda parece possível, que abaixo
das camadas carboníferas existam outras de mais
potencia, e de melhor qualidade, intendi-
do que era util estudar mais minuciosamente
a terreno, de modo que não ficasse ainda
desta vez ignorada a questão.

Na minha volta para Porto Alegre
comuniquei o meu juizo sobre o jazigo ao
Sr. Presidente da Provincia, expando-lhe
juntamente a conveniencia de construir-se

Fonte: PORTO ALEGRE. Carta relatório enviada ao Visconde de Monte Alegre, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócio do Império, por Frederico A. de Vasconcelos, em junho de 1849. Trata de uma sondagem realizada em Curral Alto. Original Manuscrito. Museu do Carvão. Arroio dos Ratos/RS. (original manuscrito).

ANEXO III Árvore genealógica de James Johnson



Fonte: JOHNSON, Dom Martinho. **Dados biográficos de James Johnson.** (carta). São Paulo: Mosteiro de São Bento, [s.d].(Original manuscrito). [MCAR].

ANEXO IV
Decreto de concessão de direito para Holtzweissig e Cia.

Decreto N. 6,364 de 6 de Julho de 1878.

Attendendo ao que me requereram Holtzweissig & C.^a, actuaes possuidores do material empregado pela extincta Companhia „Imperial Brazilian Collieries Company Limited“ nas minas de carvão de pedra do Arroio dos Ratos, na Provincia do Rio Grande do Sul: Hei por bem conceder-lhes privilegio por 30 annos, para a lavra d'aquellas minas e quaesquer outras jazidas carboníferas existentes no Municipios de São Jeronymo e do Triumpho, na Provincia do Rio Grande do Sul, nos termos dos Decretos n. 3715 de 6 de Outubro de 1866, e n. 4480, de 18 de Fevereiro de 1870, e sob as clausulas que baixaram com o primeiro d'estes Decretos, devendo recommencarem os trabalhos regulares das referidas minas dentro do prazo de dois annos, contados d'esta data, sob pena de nullidade da presente concessão.

ANEXO V
Estatutos da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo.

ESTATUTOS

DA

COMPANHIA ESTRADA DE FERRO E MINAS DE SÃO JERONYMO

ACTA DA ASSEMBLÉA EXTRAORDINARIA EFFECTUADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 1890

Aos 2 de dezembro de 1890, ao meio dia, achando-se reunidos no salão do Banco Industrial e Mercantil do Rio de Janeiro 81 Srs accionistas representando 34.429 acções, mais de duas terças partes do capital social, conforme consta do livro de presença, o Sr. director secretario Hermann Kalkuhl declara aberta a sessão e convida para presidil-a ao Sr. Barão da Lagôa, que assume a presidencia e chama para secretarios os Srs. A Guimarães e J. Wandenkolk.

Declara em seguida o Sr. presidente que esta assembléa foi convocada em virtude de um abaixo assignado de grande numero de accionistas, representando mais de um quinto do capital social, afim de tratar-se de varias providencias que importam modificação dos estatutos e que a directoria de accordo com o conselho fiscal organisou em virtude disso um projecto neste sentido que se acha sobre a mesa.

Em seguida é lida a proposta que resa assim:

„Srs. directores da Companhia Estrada de Ferro e Minas de S. Jeronymo — Os abaixo assignados, accionistas desta companhia pedem a convocação de uma assembléa geral extraordinaria para deliberar sobre as seguintes medidas a tomar a bem dos interesses sociaes:

I.

Que á vista da concessão outhorgada a companhia seja elevado o capital social a 20.000.000\$, cabendo aos accionistas, *pro rata* do capital já possuido, a preferencia ás acções por emittir, sendo as chamadas effectuadas de accordo com o estabelecito no art. 3º dos estatutos.

II.

Que se nomeie uma commissão de avaliadores para apreciar os bens e privilegios ultimamente concedidos á companhia.

III.

Que se autorise a directoria a fazer as operações de credito necessarias, inclusive a emissão de *debentures*, afim de proceder quanto antes á construcção da estrada de ferro e alargamento das explorações mineralogicas.

IV.

Que se uniformisem as acções reduzindo as de ambas séries a um só typo.

V.

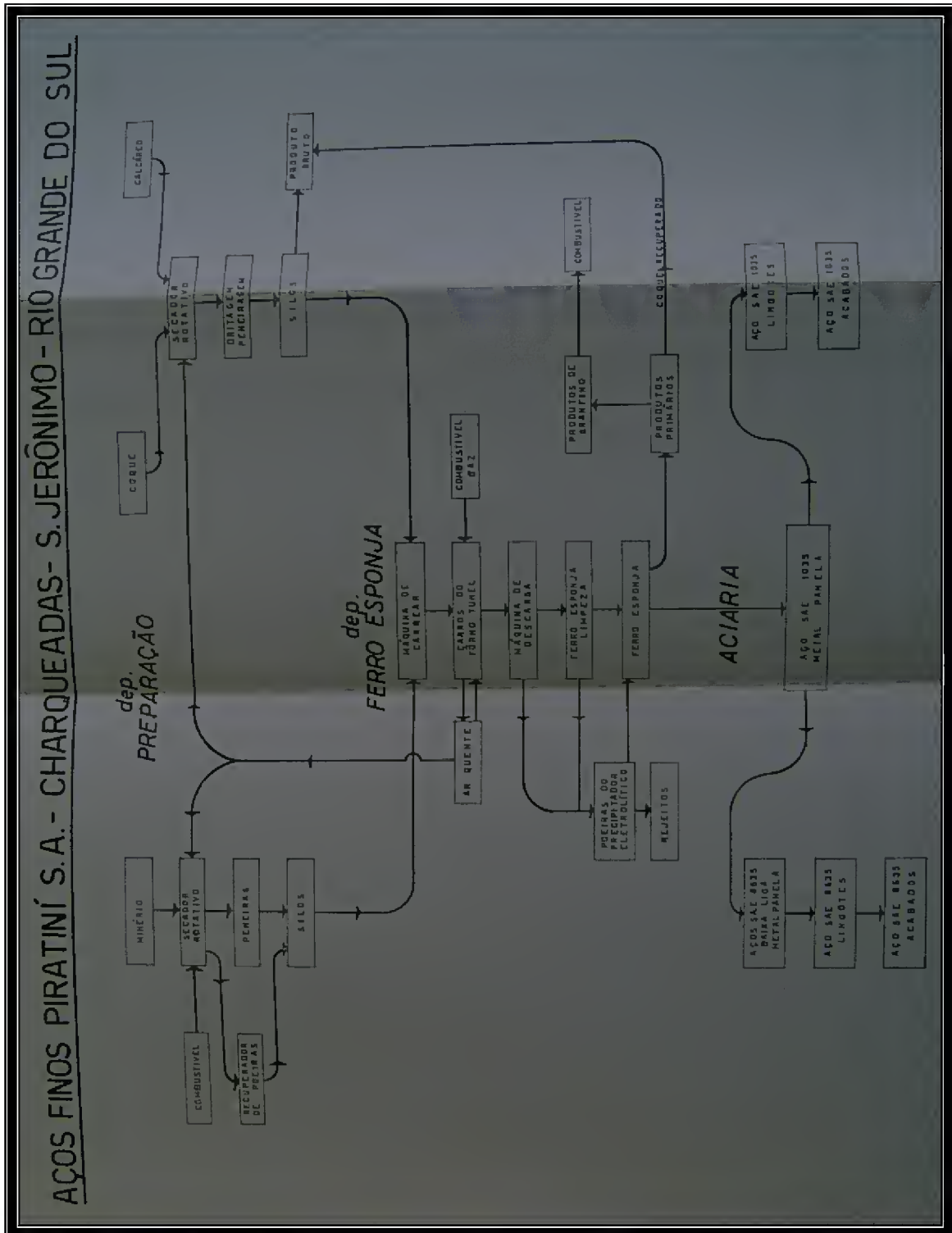
Que se marque um juro fixo ás acções, enquanto durar a construcção da estrada, á razão de 6% ao anno, independente do dividendo proveniente da exploração das minas.

VI.

Que á medida da amortisação parcial ou total dos *debentures*, existentes ou por emittir, sejam bonificadas as acções, de accordo com o disposto no art. 3º dos estatutos.

ANEXO VI

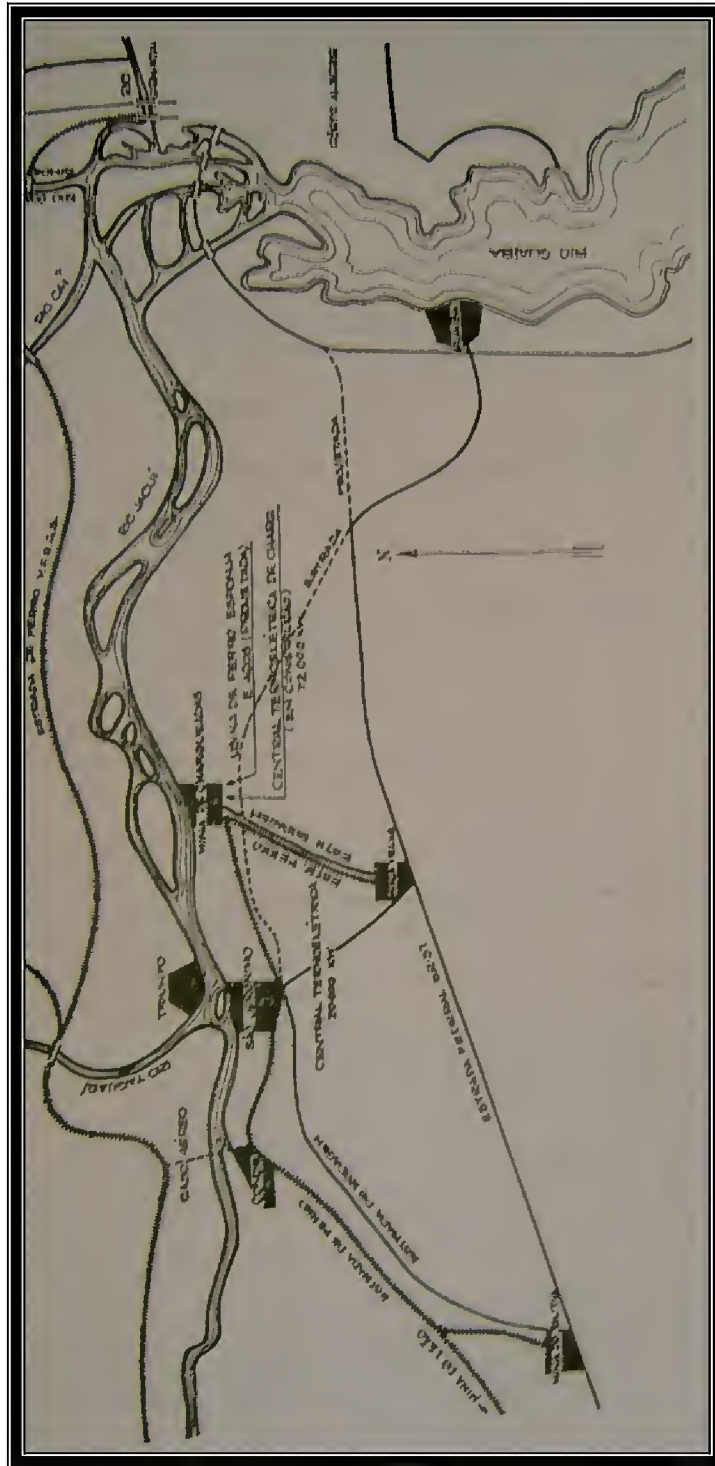
Planta dos departamentos e produção da Aços Finos Piratini S/A.



Fonte: SIMCH. Dr. Alfredo. **Município de São Jerônimo**. Monografia. Edição Especial Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961. p. 263.

ANEXO VII

Planta demonstrativa da situação das Minas, Termelétrica e da Aços Finos e das vias de comunicação para o município de São Jerônimo.



Fonte: SIMCH. A. Município de São Jerônimo. Monografia. Ed. Esp. Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961. p. 255.

ANEXO VIII

Lei de autorização de constituição da Aços Finos Piratini S/A.

DECRETO N.º 11.483, DE 29 DE JULHO DE 1960

Abre crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 no Gabinete de Administração e Planejamento para o Grupo de Trabalho encarregado de promover as medidas necessárias à instalação de indústria siderúrgica no Rio Grande do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso II da Constituição do Estado, de 8 de julho de 1947, e de conformidade com a autorização contida na Lei n.º 3.601, de 1.º de dezembro de 1958,

DECRETA :

Art. 1.º — Fica aberto, no Gabinete de Administração e Planejamento, nos termos do artigo 1.º, inciso IX, da Lei n.º 3.601, de 1.º de dezembro de 1958, um crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), sob a classificação dos códigos gerais 8.64.0, 8.64.1, 8.64.2, 8.64.3 e 8.64.4, e destinado a atender as despesas a serem realizadas pelo Grupo de Trabalho (GT-5), relacionadas com a instalação de indústria siderúrgica no Rio Grande do Sul.

Art. 2.º — O crédito aberto pelo artigo 1.º será coberto pela redução, em igual quantia, da dotação constante da rubrica 1) — Serviços diversos, do código local 18-01 — “II Plano de Obras do Estado”, do orçamento vigente.

Art. 3.º — As despesas realizadas à conta deste crédito serão transformadas em participação do Estado na empresa que fôr constituída.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 29 de julho de 1960

LEONEL BRIZOLA
Governador do Estado

Siegfried Emanuel Heuser
Secretário da Fazenda substituto

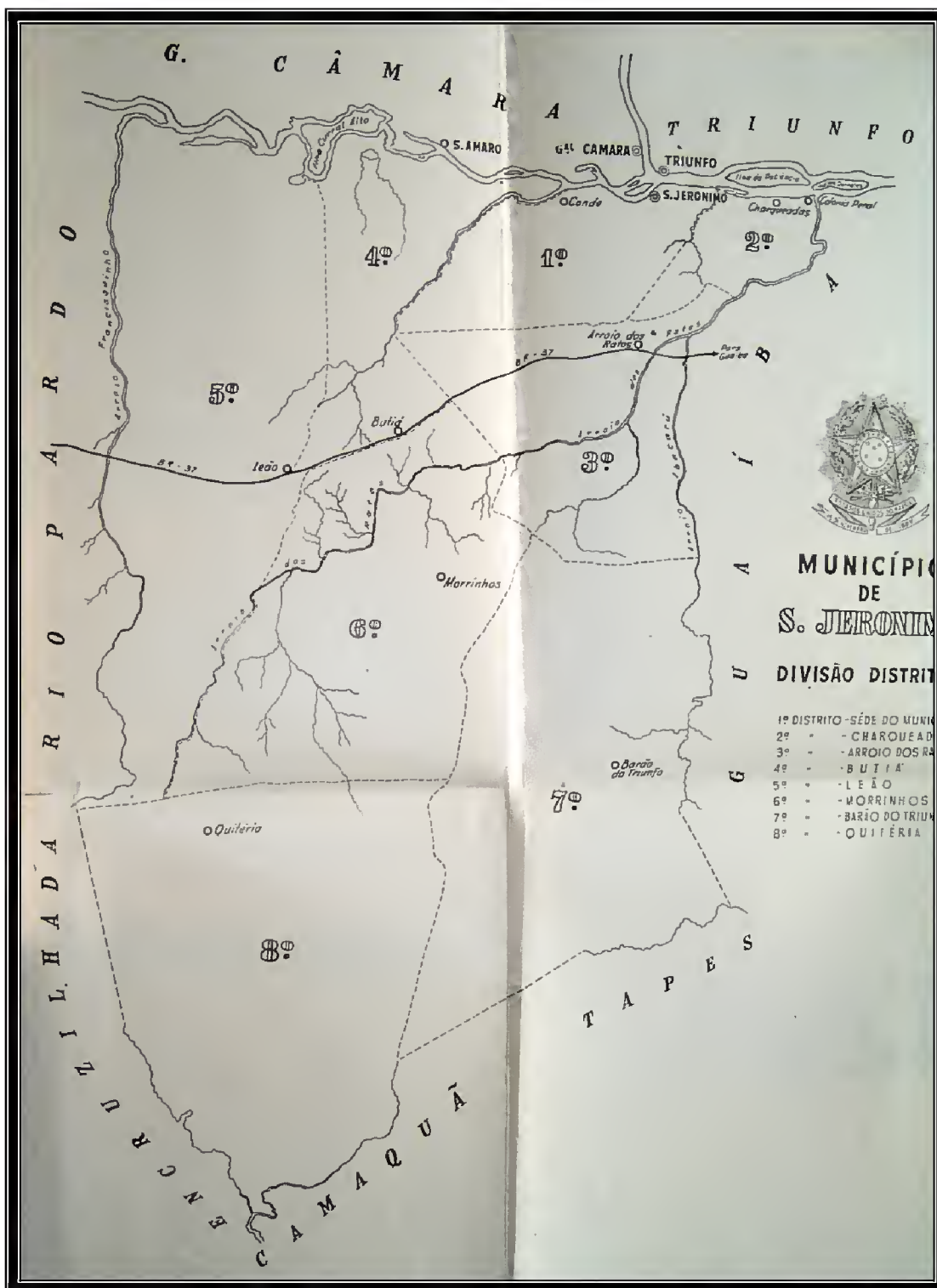
ANEXO IX

TABELA – COMERCIALIZAÇÃO DO CARVÃO. Décadas de 1950/60.

	INDÚSTRIAS CONSUMIDORAS (Em mil toneladas)	
	Viação Férrea	Outras indústrias
1950	458	689
1951	479	708
1952	475	724
1953	437	706
1954	384	662
1955	360	644
1956	291	579
1957	291	483
1958	182	400
1959	120	378
1960	75	315

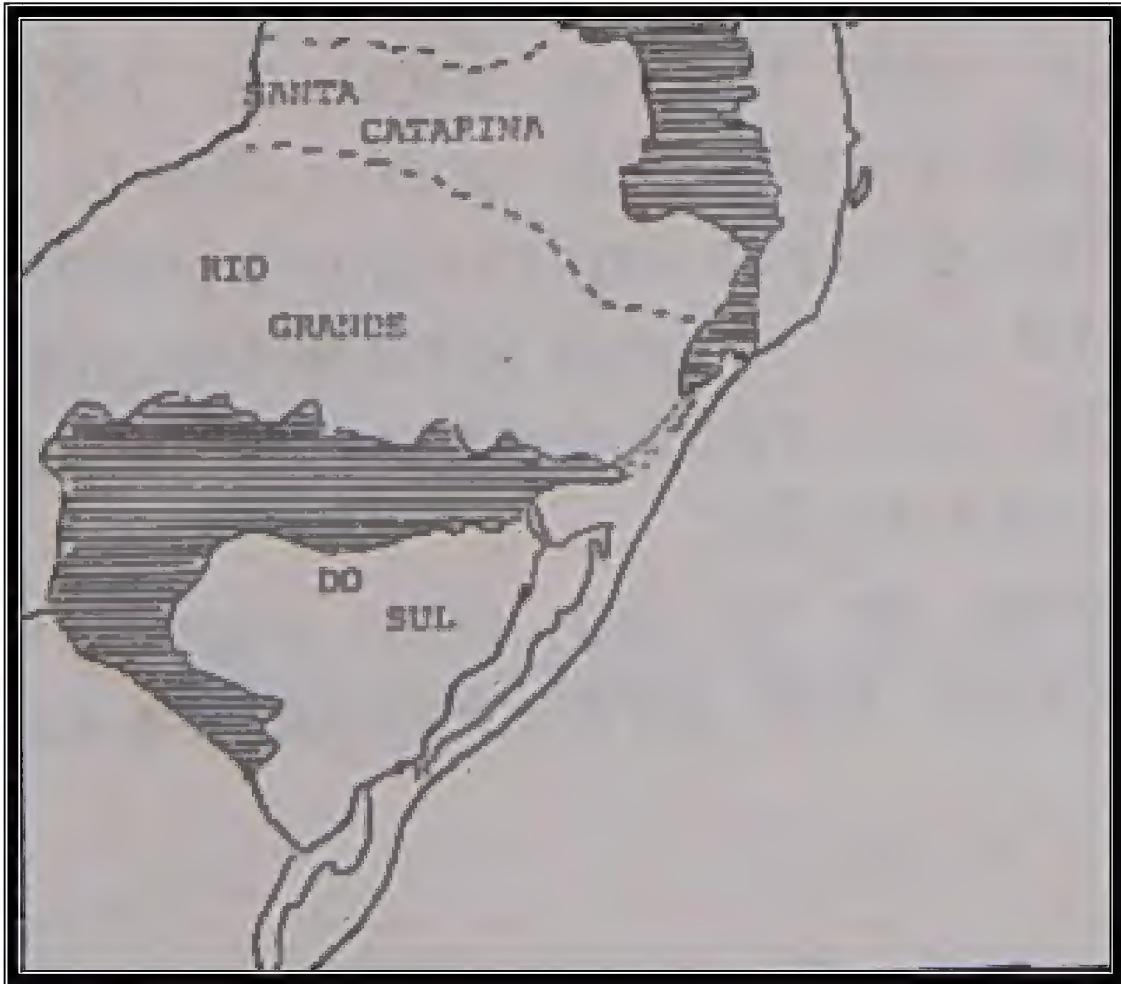
Fonte: Baseada em dados esparsos obtidos em: SIMCH. Dr. Alfredo. **Município de São Jerônimo**. Monografia. Edição Especial Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961. e BUNSE. Heinrich A. W. **A mineração do carvão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de energia, minas e comunicação, 1984.

ANEXO X
Município de São Jerônimo – Divisão distrital de 1960.



Fonte: SIMCH. Dr. Alfredo. **Município de São Jerônimo**. Monografia. Ed. Esp. Comemorativa. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1961. p. 175

ANEXO XI
Mapa da Bacia Carbonífera no sul do Brasil.



Fonte: BUNSE, Heinrich. **A mineração do carvão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de energia, minas e comunicação, 1984. p. 15.